

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**“Júpiter conjugado com Marte: Cacetada!”  
1968 nas crônicas de Carlinhos Oliveira publicadas no *Jornal do Brasil***

Jean Carollo de Souza Silva

UBERLÂNDIA  
2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Jean Carollo de Souza Silva

**“Júpiter conjugado com Marte: Cacetada!”  
1968 nas crônicas de Carlinhos Oliveira publicadas no *Jornal do Brasil***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa: História e Cultura como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar

UBERLÂNDIA  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586j Silva, Jean Carollo de Souza, 1987-  
2017 "Júpiter conjugado com Marte: Cacetada!" [recurso eletrônico] :  
1968 nas crônicas de Carlinhos Oliveira publicadas no Jornal do Brasil /  
Jean Carollo de Souza Silva. - 2017.

Orientador: Alexandre de Sá Avelar.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.670>  
Inclui bibliografia.

1. História. 2. Oliveira, José Carlos, 1934-1986 - Crítica e  
interpretação. 3. História na literatura. 4. Brasil - Historia - 1964-1985. I.  
Avelar, Alexandre de Sá, 1975- (Orient.) II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

JEAN CARLLO DE SOUZA SILVA

**“Júpiter conjugado com Marte: Cacetada!”  
1968 nas crônicas de Carlinhos Oliveira publicadas no *Jornal do Brasil***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa: História e Cultura como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar – Orientador  
(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

---

Profa. Dra. Kátia Rodrigues Paranhos  
(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

---

Prof. Dr. Rodrigo Turin  
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

*À memória do amigo Márcio Nalini.*

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação deve muito há algumas pessoas. Atrás de cada um dos parágrafos, de cada ideia ou análise encontra-se um pouco ou muito delas. Portanto, eu agradeço imensamente a todos vocês. Se por acaso existem acertos nas páginas seguintes, eles são tributários de vocês. Os possíveis equívocos são meus, claro. Obrigado:

Aos meus pais, Marcos e Sônia, mestres do meu barco.

À Márcia e Gabriel, pelo amor e com as minhas desculpas pelas ausências e omissões.

Aos amigos, colegas de trabalho e companheiros Frederico Daia, Samuel Ponsoni e Marilia Silva. A vocês agradeço os debates intensos, as reflexões infindáveis, mas, sobretudo, pelas muitas vezes em que gargalhamos juntos de nós mesmos e de nossas vidas desventuradas.

Ao meu caro Ricardo Orlando pelo encorajamento, presença consoladora e incentivo desde os tempos da graduação: “Esmorecer, jamais!” é um mantra.

Aos amigos Felipe Campelo, Gabriel Machiaveli e Vanildo Gomes pela solidariedade e companheirismo de longa data, e ao Gilson F. que chegou recentemente, mas que me faz rir.

Aos amigos e colegas que me receberam e fizeram dos meus dias e noites em Uberlândia momentos alegres: Auri Cardoso, Caio Ferreira, Nathália Zanco, Victor Giorgi, Tadeu Pereira e, sobretudo, Rochelle Bazaga com quem compartilhei das aflições inerentes à redação de uma pesquisa.

Aos professores Deivy Carneiro e Maria Clara Machado pelas aulas ministradas no programa de pós-graduação e pelas críticas oportunas.

À professora Regma Santos pela participação na Qualificação e pela contribuição generosa ofertada naquele momento. A você eu agradeço, especialmente, as pesquisas desenvolvidas e publicadas sobre a crônica. Esta dissertação não faz referências nominais a esses trabalhos, mas eles estão no cerne de muitas reflexões aqui desenvolvidas. Aproveito, igualmente, para agradecer a professora Kátia Paranhos pela leitura criteriosa na Qualificação e por agora aceitar compor esta banca de Defesa juntamente com o professor Rodrigo Turin. A vocês eu agradeço a oportunidade do diálogo.

Agradeço, por fim, ao orientador deste trabalho, professor Alexandre Avelar. Você que aceitou orientar um então desconhecido e, motivo mais arriscado, jornalista de formação, meu muito obrigado.

“Prever o futuro é fácil! Quero ver alguém estruturar o passado de forma coerente e inexorável. Historiografia, ficção, vitimologia etc.”

(Carlinhos Oliveira)

**Resumo:** Esta dissertação analisa a refiguração do ano de 1968. Para tanto, utiliza-se como fontes as crônicas escritas pelo jornalista e literato José Carlos Oliveira, o Carlinhos Oliveira (1934-1986). As crônicas que compõe o corpus de pesquisa foram publicadas ainda em 1968 no periódico carioca *Jornal do Brasil*. Discute-se, portanto, por meio da escrita do cronista aspectos desse ano, especialmente o cotidiano marcado pelo autoritarismo da ditadura militar, como também se discute características da crônica, aqui tomada como gênero textual híbrido, mas segundo a nossa hipótese um tipo de narrativa capaz de reunir condições para ser considerada uma modalidade de escrita da história do tempo presente. Como procedimento, a fim de tramar a história desse ano, nos valemos dos pressupostos teóricos e metodológicos de uma teoria da história que reconhece na narrativa e na operação historiográfica engendrada por ela uma via para se representar o passado e a memória produzida por um sujeito sobre ele. Também nos valemos de uma historiografia sobre o período, especialmente, aquela que se ocupa do cenário político e cultural em vigor no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985).

**Palavras-chave:** 1968; ditadura militar; crônica; Carlinhos Oliveira

**Abstract:** This dissertation analyzes the refiguration of the year 1968. For that, it is taken the chronicles written by the journalist and literary José Carlos Oliveira, Carlinhos Oliveira (1934-1986). The chronicles that compose the corpus of research were published in 1968 in the newspaper *Jornal do Brasil*. We discuss, therefore, through the chronicler's writings, aspects of this year, especially the daily life marked by the authoritarianism of the military dictatorship, as well as discusses characteristics of the chronicle, here taken as a hybrid textual genre, but according to our hypothesis a narrative type capable of gathering conditions to be considered a writing form of the history of the present time. As a procedure, in order to plot the history of this year, we use the theoretical and methodological presuppositions of a history theory that recognizes in the narrative and in the historiographic operation engendered by itself a way to represent the past and the memory produced by a subject about himself. We also make use of a historiography about the period, especially the one which deals with the political and cultural scenario in Brazil during the military dictatorship (1964-1985).

**Keyword:** 1968; military dictatorship; chronicle; Carlinhos Oliveira

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>p.9</b>
<b>Capítulo 1 - Notas cotidianas: autoritarismo e resistências.....</b>	<b>p.27</b>
1.1 – A repressão ditatorial nas crônicas de Carlinhos.....	p.27
1.2 – A resistência do “Movimento Estudantil” ao governo.....	p.51
1.3 – Os jovens organizados por outro mundo.....	p.71
<b>Capítulo 2 – Um mundo em convulsão: do Vietnã aos Festivais.....</b>	<b>p.82</b>
2.1 – Entre o Kremlin e a Casa Branca.....	p.82
2.2 – Nada de política, apenas crônica social.....	p.104
2.3 – A roda viva das artes.....	p.113
<b>Capítulo 3 – Entre lugares: o cronista, a crônica e a memória de 1968.....</b>	<b>p.137</b>
3.1 – Carlinhos Oliveira: um “eu balouçante”.....	p.138
3.1.2 – Carlinhos Oliveira e a autoficção.....	p.155
3.2 – Entre a literatura e jornalismo: um cronista.....	p.169
<b>Considerações finais.....</b>	<b>p.185</b>
<b>Referências.....</b>	<b>p.190</b>
Bibliografia.....	p.190
Fontes.....	p.196

## Introdução

O ano de 1968, em termos de construção de sentido e representações discursivas, não pode ser delimitado somente em um espaço temporal. 1968 foi um *acontecimento*<sup>1</sup>. Com isso ele está, por toda carga simbólica que ainda suscita, para além de um “ano”. Inserido no panorama do século XX, considerado como o breve pelo historiador Eric Hobsbawm em “A era dos extremos”<sup>2</sup>, 1968 assumiu pela variedade de livros, filmes e matérias jornalísticas que o retomam com frequência um status de “evento em si mesmo, um personagem, uma entidade”<sup>3</sup>.

No mundo ocidentalizado, 1968 tem sido lembrado como o ano das revoltas pautadas por mais liberdades individuais (especialmente França, Alemanha e Japão), manifestações contra a Guerra do Vietnã e pela ascensão da contracultura como modo de vida mais do que um movimento artístico. “O ‘68’ foi um fenômeno universal em extensão e profundidade, que aconteceu e se expressou sob o signo da utopia”<sup>4</sup>. Mas 1968 pode ser lembrado, também, como o ano dos assassinatos de Martin Luther King e de Robert Kennedy, pela intervenção soviética na Tchecoslováquia que pôs fim à Primavera de Praga e pela morte de cerca de 200 manifestantes – episódio que ficou conhecido como “massacre de Tlatelolco” – na Cidade do México por forças policiais dez dias antes dos Jogos Olímpicos que seriam sediados ali.

Se, em geral, 1968 ficou marcado como um momento de lutas em diversos países, no Brasil, apesar das particularidades históricas e sociais, a situação não foi diferente. Embora os movimentos populares que emergiram em diversos países

---

<sup>1</sup> O conceito de acontecimento adotado aqui condiz com a definição de François Dosse, a saber: “O acontecimento-monstro, o acontecimento-mundo que atinge o cerne da comunidade ou ainda o microacontecimento que perturba a vida cotidiana do indivíduo se afirmam cada vez mais como enigmas irresolutos, de Esfinge que interrogam as capacidades da racionalidade e conseguem demonstrar não a sua inanidade, porém sua capacidade de saturar o sentido do que intervém como novo, porque fundamentalmente carregado pelo acontecimento sobrevive ao seu desaparecimento”. Portanto, “Esfinge, o acontecimento é igualmente Fênix que na realidade nunca desaparece. Deixando múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral, para brincar com acontecimentos subsequentes, provocando configurações sempre inéditas. Nesse sentido, poucos os acontecimentos sobre os quais podemos afirmar que terminaram porque estão ainda suscetíveis de novas atuações”. DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p.7. É, pois, como *acontecimento-monstro* dada a sua dimensão e multiplicidade de significações que têm sido revisitadas periodicamente e como evento que se tornou lugar de memória, sobretudo, que podemos qualificar 1968.

<sup>2</sup> HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>3</sup> ARAÚJO, Maria Paula. 1968, nas teias da história e da memória. In: *Clio - Revista de Pesquisa Histórica* - N. 26-1, 2008, p.102.

<sup>4</sup> RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. O contexto de 1968. In. HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968 contestação e utopia*. Porto Alegre: UFRS, 2003, p.20.

tivessem em comum a intenção de combater as restrições sociais, econômicas e existenciais, por aqui a batalha convergia para a resistência à ditadura militar instalada no país desde o golpe contra o presidente João Goulart, em 1964.

Contudo, neste ponto é necessário especificar o que pretendemos ao trazer novamente à baila 1968. Assim como outras pesquisas, este trabalho também narra alguns acontecimentos desse ano, especialmente no Brasil, mas, por sua vez, propomos outra abordagem, outra perspectiva historiográfica que não seja fundamentalmente baseada em documentos oficiais. Temos, portanto, como objetivo realizar uma análise de 1968 por meio do que escreveu e, por hipótese, vivenciou o cronista José Carlos Oliveira, mais conhecido como Carlinhos Oliveira.

Em uma célebre entrevista ao jornal *Pasquim* em 1976 (edição nº 390), Carlinhos Oliveira, ao ser perguntado pelo cartunista Ziraldo se só existiria *um* Carlinhos, respondeu: “Não, existem numerosos: sou de uma esquizofrenia mansa com tendência à catatonia. Minha personalidade é estilhaçada”. Essa (auto)definição certamente diz muito sobre o cronista por justamente ser indiciária dos entre lugares, de seus posicionamentos políticos, como igualmente diz muito sobre a sua produção textual.

Nascido em 18 de agosto de 1934 no morro de São Francisco, em Vitória, capital do Espírito Santo, Carlinhos teve a infância marcada pela morte do pai, subtenente da Polícia Militar que cometeu suicídio quando o menino tinha apenas 4 anos. Também o marcou a relação conflituosa com a mãe, Maria Tristão que perduraria por toda sua vida. Para o biógrafo Jason Tércio, Maria Tristão após a morte do marido e com sete filhos para criar fez “das tripas coração (...) trabalhando como lavadeira o dia inteiro e cuidando da casa (...). Nessa situação, era difícil manter o equilíbrio emocional e distribuir atenção equitativa aos filhos”.<sup>5</sup> Carlinhos, por temperamento o mais sensível, mas também o mais indisciplinado, da mãe só se lembraria das surras.

Anos depois da morte do marido, com a pensão de viúva e a ajuda da filha mais velha que já trabalhava, Maria Tristão alugou um casarão e dele fez uma hospedaria. Foi nesse local, e de forma mais ampla, sob a vigência da política do Estado Novo que Carlinhos descobriu a “literatura de uma maneira sofisticada”, como também disse na entrevista ao *Pasquim*:

---

<sup>5</sup> TÉRCIO, Jason. *Órfão da tempestade. A vida de Carlinhos Oliveira e da sua geração, entre o terror e o êxtase*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999, p.24.

No quarto melhor da casa – um quarto avarandado – morava o crítico de literatura do jornal dos comunistas. (...) Era um cara que lia pra burro e tinha uma biblioteca deslumbrante. O nome dele era Rui. Um dia mudou a política e começou a perseguição aos comunistas. (...) Esse Rui se mandou, desapareceu. Mas os livros ficaram. Comecei a entrar no quarto dele e ler tudo que tinha lá. Era um stalinista fedapê mas lia Trotsky! (...) Tinha tudo quanto era livro imaginável. Eu lia política internacional, Lenin, Stalin, Trotsky... americanos, eu lia, lia, lia. Tinha toda a literatura do Rio, Carlos Drummond, Marques Rabello... Faulkner, Conrad, Hemingway, Jonh dos Passos, ele tinha tudo. (...) Resultado: me interessei pela literatura, graças, primeiro ao Partido Comunista e, segundo, ao DOPS! Fui beneficiado pela revolução de esquerda e pela repressão de direita. Por isso é que sou um liberal!<sup>6</sup>

Descoberto o universo da literatura e a consequente fuga daquela realidade tacanha e opressora – na perspectiva dele – proporcionada pela imersão na leitura, Carlinhos decidiu tornar-se romancista e, desde então, até a sua morte em 1986, nutriu o desejo de ser um expoente do gênero no país. Mas, e é isso que nos interessa neste trabalho, antes de ser um expoente literário (ambição que efetivamente não cumpriu) o capixaba se tornou um jornalista e cronista de sucesso, sobretudo, em sua fase no *Jornal do Brasil* (de 1961 a 1984).

A carreira de José Carlos como cronista começou em 1951, aos 16 anos de idade, no jornal *A Tribuna* em Vitória. Nesse jornal, Zé Precoce (apelido daqueles tempos) de início não recebia nenhum tipo de salário, era um colaborador, mas sentia-se “gratificado por escrever o que quisesse, como quisesse, e saber que nas bancas da cidade estava um jornal com seu nome completo impresso”.<sup>7</sup> Alguns meses após estrear na imprensa ele começou a trabalhar em outro jornal, a *Folha do Povo*. Ali, como escreveria anos depois em uma crônica publicada no *JB*, fazia de tudo: “reportagem, crônica, crítica de cinema, coluna social, comentário político”.<sup>8</sup>

Por meio do jornalismo Carlinhos se firmou como um “prodígio” no cenário intelectual e das letras da capital do Espírito Santo – daí ser apelidado como Zé Precoce por sua pouca idade, mas manifesta erudição. No entanto, em contraste com seu físico acabrunhado, despontava uma personalidade vivaz que se materializava em uma escrita irônica e informal (características inusitadas em relação à produção jornalística de Vitória à época, com vícios de certo parnasianismo) que lhe rendeu o ingresso em uma

---

<sup>6</sup> PASQUIM. Entrevista pauleira com Carlinhos Oliveira. In: *Pasquinzão de Natal*. Ano VIII, número, 390. Rio de Janeiro: Editora Codreci, 1976, p.24.

<sup>7</sup> TÉRCIO, Jason. *Op. cit.*, 1999, p.31.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Celeste melancolia, velho. In.: TÉRCIO, Jason (org.). *José Carlos Oliveira*. Vitória, ES: Contexto, 2005, p. 109.

das inúmeras Academias de letras local: a Academia Capixaba dos Novos. Aliás, a existência dessas instituições (Academias de letras) proporcionou a Carlinhos um episódio emblemático e determinante para sua vida. Em 8 de março de 1952, ele publicou na *Folha do Povo* um artigo intitulado “Os tabus da cidade: as Associações Culturais”. Nesse texto o autor, sob o pseudônimo de Luiz Alexandre, discutia a função social das Academias capixabas e, mais do que isso, criticava de forma veemente os “intelectuais/acadêmicos”:

Em Vitória, considera-se intelectual a todo aquele que é amigo de algum rapaz que escreve em jornal. Se anda na ‘turminha’ e elogia os parceiros, desde já tem assegurado um lugar na posteridade... de uma academia aos pedaços. (...) E enquanto milhares se acotovelam, os que realmente escrevem (escrevem, e não alinharam incoerências) se deixam afastados. Esses não são considerados intelectuais, embora sejam os únicos que realmente o são.<sup>9</sup>

Ao longo do artigo as “principais” Academias são caracterizadas, inclusive aquela da qual Carlinhos era membro, a Academia Capixaba dos Novos, considerada por ele uma “agremiação dos ‘brotinhos literários’. Nela pontificam nulidades que se elogiam mutuamente, tratando-se por ‘V. Exa.’, ‘nobre colega’ etc”. Sobre a agremiação feminina, escreveu: “A dona não se casou por falta de marido, ficou solteira, lírica, histérica. (...) Nota-se em cada verso a angustiante fome de macho, a necessidade sexual que, por não ser satisfeita, é (muito mal) reprimida nos catorze versos”.<sup>10</sup> E finalizava o artigo dizendo que em Vitória o clima literário era “completamente nulo. Os poetas, cronistas, contistas, romancistas, novelistas etc., e nada entendem de literatura, e falam por ouvir falar – como o papagaio. (...) são medíocres e nulos como uma vírgula depois de um ponto”.<sup>11</sup>

O artigo, de acordo com o biógrafo Jason Tércio, deixou estarrecida toda a *intelligenzia* capixaba e “bagunçou o coreto literário” por desmoralizar “um patrimônio que era o orgulho da cidade”.<sup>12</sup> E mesmo que não tivesse assinado o seu nome, José Carlos Oliveira, as pessoas ligaram o conteúdo/forma da escrita à pessoa. Assim, um grupo de indignados com o artigo recorreu à Lei de Imprensa e abriu um processo de injúria e difamação. Como Carlinhos era menor de idade, tinha 17 anos, não foi enquadrado, mas o editor da *Folha do Povo*, Armênio Clóvis Jouvin, figurou como réu

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Os tabus da cidade: as associações culturais. In.: TÉRCIO, Jason. *Op. cit.*, 2005, pp. 199-200.

<sup>10</sup> Ibidem, ibidem, p. 202.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> TÉRCIO, Jason. *Op. cit.*, 1999, p. 18.

no processo. Julgado em junho e alegada a inocência, além de uma retratação na *Folha*, o editor foi absolvido e o processo arquivado.

Com o processo arquivado, a fase de Carlinhos em Vitória estava também terminada. A celeuma causada pelo artigo tinha tornado as pessoas arredias em relação a ele. O jovem repórter, outrora bajulado e considerado “Precoce”, passou a se sentir deslocado. Teria, talvez, pensado nesse momento: “tenho um futuro aqui, e sem dúvida outro mais adiante. É só pegar um trem e recomeçar a aventura do provinciano ambicioso que desembarca no Rio de Janeiro. Mas tenho medo”.<sup>13</sup> Com medo ou não, em setembro de 1952 Carlinhos pegou o trem e após um dia e uma noite desembarcou na estação Leopoldina. Havia chegado o momento de se aventurar na capital do país, o Rio de Janeiro.

Por quase dois meses Carlinhos procurou por emprego nos jornais cariocas e enquanto isso vivia em uma pensão e almoçava no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), rede de restaurantes populares subsidiados pelo governo federal. No início de novembro ele foi empregado pela empresa jornalística mantenedora do jornal *A Noite*, da revista semanal *A Noite Ilustrada* e da então maior emissora radiofônica do país, a *Rádio Nacional*. Todo esse grupo de comunicação era encampado pelo Estado e compunham as Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, ou seja, órgãos oficiais de comunicação.

Carlinhos começou a trabalhar no *A Noite Ilustrada* assinando reportagens como “José Carlos”. Essas, por sua vez, publicadas sempre nas primeiras páginas, “se diferenciavam das demais pela linguagem literária, com técnicas de ficção: descrições de cenas e ambientes, diálogos, atmosfera emocional e um detalhe raro até hoje nesse gênero – ponto de vista na primeira pessoa”.<sup>14</sup> O emprego regular trouxe-lhe certa estabilidade financeira e Oliveira começou a frequentar o bar Vermelhinho, reduto de jornalistas, professores, literatos e artistas. A vida pensante e cultural do Rio de Janeiro passava por ali e o jovem repórter, aos poucos, se inseriu naquele cenário.

Em 1953, Carlinhos passou a escrever para a revista *Manchete*. Fundada pelos irmãos Bloch a revista que se tornaria nas duas décadas seguintes uma referência, em especial, em qualidade editorial, naquele momento tinha por objetivo desafiar a supremacia da revista *O Cruzeiro*. Essa colaboração para a *Manchete* perdurou por anos, com muitas idas e vindas, marcadas por brigas e reconciliações com Adolpho

---

<sup>13</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Celeste melancolia, velho. In.: TÉRCIO, Jason. *Op. cit.*, 2005, p. 109.

<sup>14</sup> TÉRCIO, Jason. *Op. cit.*, 1999, p.47.

Bloch. No final da década de 1950, Carlinhos começou a colaborar para a revista de cultura do *Jornal do Brasil*.

Aqui nos parece necessário abrir um parêntese para abordar um pouco da história e, por imbricação, do perfil editorial do *Jornal do Brasil*. Afinal, compreender o veículo responsável por publicar o cronista, também nos ajuda a entender o teor de suas publicações.

O *Jornal do Brasil* era um dos veículos de imprensa mais tradicionais do Brasil. Fundado em 9 de abril 1891, no início da República, o matutino carioca já em sua declaração de princípios afirmava a sua intenção em criticar o governo, mas dentro de limites. O que ficava patente com isso era que o jornal “apresentava-se como um órgão de posições moderadas, que pretendia manter boas relações com o regime republicano”.<sup>15</sup>

Dos primeiros anos até o início da década de 1950, o *Jornal do Brasil* passou por diversas fases. Vários foram os seus proprietários e diretores, muitas foram as tendências e perfis editoriais adotados, mas, em geral, o veículo se manteve como politicamente moderado, opondo-se sistematicamente a alguns governos aqui e ali. Caso emblemático ocorreu após a “Revolução de 1930”. Antes disso, sempre “dentro de uma linha moderada, em 1926, o *Jornal do Brasil* apoio a candidatura de Washington Luís à presidência da República, vendo em sua eleição a possibilidade de uma conciliação nacional”.<sup>16</sup> Eleito Luís, o jornal manteve o seu apoio, ainda que discreto, ao seu governo. Quando a oposição começou a ganhar vulto, discretamente a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas foram criticadas. No entanto, apesar da linha moderada, com a ascensão de Vargas o jornal sofreu grandes represálias como invasão e o empastelamento que resultaram em quatro meses sem circulação.

Para se recuperar financeiramente do período em que ficou sem circular, a política editorial do jornal foi orientada para algo mais comercial deixando de “lado as preocupações com os grandes temas políticos e abandonando o interesse tradicional pelas artes e literatura”.<sup>17</sup> Desse modo, o matutino começou a perder importância como veículo noticioso para se tornar o pejorativamente conhecido “jornal das cozinheiras”,

---

<sup>15</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVAO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. In.: ABREU, Alzira et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 2867.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 2867.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 2869.

apelido atribuído a grande quantidade de classificados publicados em sua primeira página. Entretanto, de acordo com Marieta de Morais Ferreira e Sérgio Montalvão,

Ainda assim, o *Jornal do Brasil* não se omitiu totalmente diante dos principais fatos políticos do momento. Dentro de uma perspectiva conservadora e católica, criticou movimentos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, e repudiou a Revolta Comunista de 1935. Por outro lado, ainda de acordo com sua posição antiextremista, viu com maus olhos o movimento integralista. Essa mesma posição explica a atitude do jornal diante da Lei de Segurança Nacional de 1935, vista como um instrumento eficiente para reprimir os extremistas de esquerda e de direita.<sup>18</sup>

Durante o Estado Novo o jornal manteve com o governo uma relação conciliatória, algo que mudou com o processo de redemocratização de 1945. Porém, mesmo ao criticar as pretensões de Getúlio em permanecer no poder, em nenhum momento o *JB* se engajou abertamente na campanha para a presidência da República, apesar de ter acenado positivamente para o candidato de oposição. Já na década seguinte, com o retorno de Vargas à presidência, o periódico se concentrou em discutir a política econômica adotada e, embora tenha manifestado restrições ao ministro do Trabalho João Goulart, não radicalizou suas críticas por temer sofrer retaliações do seu público leitor, naquele momento composto majoritariamente por populares.

Do ponto de vista do funcionamento interno, a década de 1950 foi importante por marcar o início da reestruturação editorial pela qual o jornal passou. Processo impulsionado por mudanças nos quadros administrativos.<sup>19</sup> O primeiro passo para as mudanças foi a aquisição de novo equipamento gráfico. Mais modernas, as máquinas forneceram condições técnicas para os avanços gráficos e de layout que se seguiriam. Nesse ínterim, o jornal manteve politicamente “sua linha de discrição, não participando das campanhas radicais que envolviam o governo Getúlio Vargas”.<sup>20</sup> Quando o presidente cometeu suicídio e tomou posse João Café Filho, o *JB* apoiou o novo governo e após as eleições, nas quais foi eleito Juscelino Kubitschek, se pronunciou pela legalidade e defendeu que ele deveria tomar posse.

Data de 1956 as primeiras mudanças substanciais do perfil gráfico e editorial do jornal. É desse ano, por exemplo, a criação por Reinaldo Jardim do *Suplemento Dominical*, espaço a princípio de generalidades, mas que logo se tornaria um caderno

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 2869.

<sup>19</sup> Ainda no início dos anos 50 o então proprietário do jornal, conde Pereira Couto se afastou da direção da empresa por motivos de saúde. Ele faleceria em 1953, ocasião em que sua esposa, Maurina Dunshee Abranches Pereira Couto assumiu em definitivo o comando do *JB*.

<sup>20</sup> FERREIRA, Marieta de Morais; MONTALVAO, Sérgio. *Op. cit.*, p. 2869.

literário. Satisfeita com o resultado, a condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Couto que assumira o cargo de diretora-presidente do *JB* desde a morte do seu esposo, e outros membros da diretoria se sentiram seguros para aprofundar a reforma. Para tanto convidaram o jornalista Odilo Costa Filho para coordená-la. Como primeira medida, Odilo organizou, por sua vez, uma nova equipe de jornalistas jovens, entre os quais se destacavam Janio de Freitas, Carlos Castelo Branco, Amílcar de Castro, Ferreira Gullar e José Carlos Oliveira.

As mudanças que seguiram foram muitas: o noticiário foi ampliado e, por conseguinte, o número de páginas aumentou; à primeira página, antes predominantemente ocupada por anúncios e classificados, foi incorporada uma fotografia; e o caderno de esportes, à época o espaço de experimentações desse grupo, apresentou uma série de inovações tanto na diagramação<sup>21</sup> como no estilo dos textos e fotografias, algo que se expandiria para as demais seções do *Jornal do Brasil*. Se esteticamente o jornal avançava, politicamente, por meio de um maior destaque ao noticiário político, ele se tornava mais preciso. Desse modo, embora evitasse o partidarismo, o governo de Juscelino foi acusado de corrupção durante a construção de Brasília e criticado pela sua política econômica. Mas também houve elogios, como pela criação da Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Em 1957 Odilo Costa e um grupo de jornalistas ligados a ele se retiraram do jornal. A reforma que avançava continuaria. Em 1959, por exemplo, a primeira página foi, finalmente, reestruturada para dar mais espaço ao noticiário e reservando-se aos classificados apenas uma pequena faixa. Depois, sob a orientação de Amílcar de Castro, ocorreram as principais mudanças gráficas: em 1960 os classificados passam a integrar um caderno específico e há a estreia do *Caderno B*, “voltado sobretudo para as artes em geral, com destaque para o cinema e o teatro”.<sup>22</sup>

Com a entrada de Alberto Dines como editor, posto que ele ocupou de 1961 a 1973, a reforma do *Jornal do Brasil* se consolidou e acabou por torná-lo um jornal central na imprensa carioca e, por extensão nacional, do período. Um jornal de referência, o que também lhe rendeu papel relevante na “formação da opinião política do país”. Entretanto, apesar da reformulação e mesmo da modernização pela qual o

---

<sup>21</sup> Por exemplo, a eliminação dos fios que separavam as matérias umas das outras, decisão atribuída a Jânio de Freitas.

<sup>22</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVAO, Sérgio. *Op. cit.*, p.2870.

periódico passou, ele ainda permaneceu norteado e editorialmente definido como católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada.

E aqui fechamos o nosso parêntese sobre o *Jornal do Brasil*.

Foi, pois, para esse veículo da grande imprensa, primeiro como colaborador do *Suplemento Dominical* e depois como colunista efetivo do *Caderno B* (1961-1984) que Carlinhos Oliveira trabalhou. Ele escreveu, dessa forma, durante praticamente todo o período que compreende a ditadura militar brasileira instaurada com o golpe de 1964 e que perdurou até a eleição indireta para presidente em 1985, ocasião em que foi eleito Tancredo Neves. Durante essas mais de duas décadas em que publicou no *Caderno B*, o cronista se posicionou por diversas vezes abertamente contra os governos militares, mas em outras tantas teceu críticas aos comunistas e esquerdistas radicais.

Ainda que tenha criticado as políticas e ações dos governos militares, José Carlos não foi preso como aconteceu com outros jornalistas e cronistas, caso notório de Carlos Heitor Cony. Nesse sentido, levantamos a hipótese que Oliveira não conheceu os porões da ditadura justamente por manter um posicionamento deslizante – ou delirante – aos olhos dos militares e do público leitor. Por vezes ele foi enfático ao defender certas ideias e preceitos, crítico mordaz consigo e com o mundo, outras tantas foi lírico, escamoteando a realidade histórica.<sup>23</sup> Contradições, paradoxos e alternâncias que, aliás, ele manteve também em sua vida pessoal, distanciando-se claramente das polaridades que arregimentavam os intelectuais à direita ou a esquerda radical o que nos parece, pensando-se em sua trajetória, um movimento tático de sobrevivência (física e intelectual, por pressuposto).

Mas como Carlinhos Oliveira, ao exercitar o ofício de cronista, representou<sup>24</sup> 1968, definido por ele anos depois em entrevista como um “bom ano. Júpiter conjugado com Marte: Cacetada!”?<sup>25</sup> É, sobretudo, a essa problemática que tentamos responder ao

---

<sup>23</sup> Sobre isso escreveu o biógrafo Jason Tércio: “Mais para Dionísio que Apolo, nele [Carlinhos] coexistiam os contrários, a paixão desmesurada. Cultivava seus paradoxos sistematicamente, no dia-a-dia e nos escritos, recheados de antíteses”. TÉRCIO, Jason. *Op. cit.*, 1999, p.14.

<sup>24</sup> Ao longo desta dissertação utilizaremos em diversas ocasiões o termo representação. É, portanto, necessário informar que compreendemos as crônicas de Carlinhos como, por si mesmas, uma representação de uma realidade histórica de 1968. Por sua vez, o cronista representou 1968 como um aspecto (portanto, uma produção mediada inclusive pela subjetividade dele), o que nos livra de discussões infrutíferas sobre o “real” e/ou “verdadeiro” do narrado em relação ao que seria o seu referente. Sendo, então, as crônicas uma representação do que Carlinhos percebeu como uma apresentação de 1968, a nossa escrita, como operação historiográfica, é uma representação da representação e por isso, também, dá conta de um aspecto de 1968. Nesse sentido nos apoiamos, especialmente, nos conceitos de “representação” e de “representação na história” formulados por ANKERSMIT, Frank R. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: Editora da Universidade de Londrina, 2012.

<sup>25</sup> PASQUIM. Pasquinão de Natal. Ano VIII, número, 390. Rio de Janeiro: Editora Codreci, 1976, p.24.

longo da dissertação. Ao analisar as crônicas, hipoteticamente, tratamos do cotidiano experenciado pelo autor no ano de 1968, levando-se em conta os grupos sociais e culturais com os quais se relacionava. Assim, a análise é realizada com vistas a compreender esse ano a partir do olhar de Carlinhos Oliveira como forma de equacionamento entre a liberdade criativa, a trampolinagem, e a repressão e suas estratégias.

Lembramos que quando se trata da noção de cotidiano, já em Michel de Certeau, que lidou com o assunto em várias de suas publicações pós-1968 e de modo especial nos volumes de “A invenção do cotidiano”, encontramos considerações importantes e que nos ajudam. Inserido em um universo de culturas múltiplas, a história do cotidiano tal qual realizada por Certeau, debruça-se sobre a experiência de pessoas ou grupos comuns, os “anônimos”, os não notabilizados individualmente por grandes feitos, em suas atividades mais diretas e, certamente, repetidas e ressignificadas no decorrer de um dado período de suas próprias existências. Atividades como o morar, o cozinhar, o andar, o fazer, o crer, o brincar infantil, em geral, são problematizados em busca de análise que conte acerca das sociabilidades e compreensões da história de pessoas que, capturadas na operação historiográfica, problematizam um momento histórico. Essa operação histórica lança mão de vasto repertório de sentidos e conceitos, como memória, *habitus*, representação, imaginário, tudo ambientalizado no arcabouço teórico das práticas culturais. O cotidiano é instância na qual ocorre a repressão, o cerceamento e a (tentativa de) normatização da sociedade. É também onde se dá a resistência, a tensão entre a (des)obediência por meio das artes de fazer que garantem a vida e a existência de indivíduos e grupos não hegemônicos.

No livro “A invenção do cotidiano 2 – morar, cozinhar” é citado Paul Leuilliot em parágrafo que nos parece bastante significativo para uma possível definição de cotidiano e que reproduzimos a seguir:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos opõe, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este ‘mundo memória’, segundo Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história ‘irracional’, ou desta ‘não-

história', como o dia ainda A. Dupront. O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível...<sup>26</sup>

Carlinhos Oliveira que passou anos a escrever sobre esse peso da vida e as dificuldades de viver, mas também sobre as muitas possibilidades de se fazer da vida um movimento de sobrevivência (seja por resistência ou por acomodação temporária), morreu em 1986, em Vitória. Ele tinha 51 anos e morreu em decorrência de uma pancreatite crônica adquirida em anos de alcoolismo e boemia. Morreu, de acordo com Jason Tércio, “lúcido, de complicações diabéticas e insuficiência respiratória”.<sup>27</sup> Talvez tenha morrido como viveu, pelos excessos.

O fato é que tratar das construções discursivas de Carlinhos Oliveira sobre 1968 significa enveredar, conforme propomos nesta dissertação, em um terreno recentemente descoberto pela historiografia que se ocupa da ditadura militar.

De acordo com Carlos Fico, mesmo a “abordagem propriamente histórica da ditadura militar é recente”.<sup>28</sup> Por meio dessa constatação é possível afirmar que tem ocorrido um movimento por parte dos historiadores de desbravamento das temáticas outrora contempladas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos e, quando muito, narradas pelos próprios partícipes do processo histórico. A bibliografia acerca do regime iniciado com o golpe de 1964 foi marcada, em um primeiro momento, por principalmente dois gêneros.

O primeiro se associava basicamente as abordagens da Ciência Política, na qual os pesquisadores tentavam explicar e classificar as crises militares em países como o Brasil. O segundo gênero predominante nessa fase é o memorialístico. Essa vertente cresceu, sobretudo, a partir da distensão política iniciada no governo do general Ernesto Geisel e foi, de alguma forma, a primeira tentativa de se construir uma narrativa histórica sobre o período. De tal modo, o memorialismo “constituiu o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar, algumas das quais se revelariam mitos ou estereótipos”<sup>29</sup>, especialmente, aquelas ligadas a perfis de políticos e ex-guerrilheiros.<sup>30</sup>

---

<sup>26</sup> LEUILLIOT, Paul *apud* CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* 2: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>27</sup> TERCIO, Jason. *Op. cit.*, 1999, p.431.

<sup>28</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.31.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Exemplos notórios da produção memorialística sobre o período da ditadura militar (1964-1985) realizada por “ex-guerrilheiros” são: “O que é isso companheiro?” de Fernando Gabeira e “Os carbonários, memórias da guerrilha perdida” de Alfredo Sirkis.

Já a produção mais recente sobre a temática é, em boa parte, marcada pela influência da Nova História. Com isso ocorreu a valorização do indivíduo e de sua subjetividade em oposição às leituras “tradicionalas” – em especial as fundamentadas no marxismo ou nos *Annales* dos anos 1950 e 1960 – de cunho estrutural. Assim, os historiadores passaram a explorar uma estratégia cognitiva (para além de uma perspectiva teórico-conceitual) que destacava o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade” e “trajetória de vida”. Essas se tornaram “opções que, obviamente, não incidiram apenas sobre os estudos relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures”.<sup>31</sup> É neste contexto que a produção acadêmica sobre o período da ditadura ganhou volume ao se dedicar, em especial, à pesquisa dos movimentos da esquerda nacional, mas também as ações e ideias de partícipes do governo fossem eles civis ou de membros das Forças Armadas.

A partir dos estudos que emergiram com a Nova História, sobretudo, na sua vertente de História Cultural reconheceu-se a importância de deslocarmos uma pessoa, um grupo, um ano, uma perspectiva e uma possibilidade interpretativa. É nesse “ambiente” historiográfico que estudar as possibilidades interpretativas do ano de 1968 na visão do cronista Carlinhos Oliveira faz sentido.

De acordo com o jornalista Ruy Castro, “melhor do que ninguém, Carlinhos refletiu nossa trêmula relatividade de julgamentos, nosso medo de formar opinião e demais mazelas (da direita e da esquerda) que assolaram a vida cultural brasileira durante a ditadura”.<sup>32</sup> Ou nas palavras do também jornalista Zuenir Ventura, “talvez mais do que qualquer cientista social (...) [ele tivesse] uma aguda percepção da realidade social”.<sup>33</sup> Quase cinco décadas depois, essas crônicas publicadas em 1968 são representativas e constituem um importante *corpus*, pois emulam, em algum nível, os sentimentos relativos a um ano, no mínimo, controverso.

Em “1968: o ano que não terminou”, Zuenir Ventura define Carlinhos Oliveira como alguém “rebelde, anárquico, contraditório”, mas considerado à época um “alienado”. Ser caracterizado como “alienado” era muito comum no Brasil do período militar em que não se posicionar frontalmente contra a ditadura significava omissão ou mesmo adesão à política ditatorial. E Carlinhos, ainda que contrário a ditadura, mais por

---

<sup>31</sup> FICO, Carlos. *op. cit.*, 2004, p.40.

<sup>32</sup> CASTRO, Ruy. Militante dos sentimentos próprios e alheios. In: *O Estado de São Paulo*, 24/07/1999.

<sup>33</sup> VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008, p.49.

ser a favor da liberdade do que por outra coisa, chegou mesmo em determinada crônica a declarar não ser “contra o atual governo federal”.<sup>34</sup>

Todavia, para Ventura o fato de Carlinhos não se posicionar abertamente, ou ser engajado, não era um demérito, afinal “o seu grito de alerta era tanto mais significativo quanto não comprometido por nenhuma motivação ideológica ou oposicionista”.<sup>35</sup> Já para o biógrafo Jason Tércio, Carlinhos “foi mal compreendido numa época em que ser contra o regime implicava em ter um comportamento absolutamente austero e coerentíssimo. (...) Ser alegre era uma heresia política”.<sup>36</sup> Nesse sentido o cronista foi um herege, desvairado, bêbado, quase sempre inconsequente, mas, com certeza, muito astuto, pois não caiu nas malhas da repressão. Contudo, nenhum desses traços suplantou o papel que ele construiu para si mesmo de franco provocador.

Carlos Heitor Cony, contemporâneo e colega de imprensa de Carlinhos, em prefácio à biografia “Órfão da tempestade”<sup>37</sup> nos diz que: “De todos os autores brasileiros atuantes nos anos 60 e 70, Carlinhos Oliveira foi o que mais mergulhou no seu tempo”. Por isso, por ter sido profundamente consonante com o seu tempo, prossegue Cony, “pinçar trechos de suas crônicas é fácil e cruel. Ele se confessava em cada linha”. Assim, de acordo com o também cronista, “lida concomitantemente com sua vida, a sua obra, apesar de esparsa e fragmentada, pode ser encarada como o maior romance contemporâneo”.<sup>38</sup>

O que nos parece importante é que, apesar de todas as impressões – positivas ou negativas – que Carlinhos tenha causado à época, ele foi, ao seu modo, infiel às doutrinas políticas e aos discursos ideológicos polarizados – e necessariamente excludentes, tão em voga durante os anos da ditadura militar.

Esta dissertação assinala, também, para a necessidade de se problematizar a relação entre a (escrita da) história e outros gêneros textuais/discursivos, entre eles e o que nos interessa nesta pesquisa, a crônica. O termo “crônica” deriva da palavra grega “chronos”, que faz referência tanto ao deus do Tempo, como ao tempo em sua dimensão terrena, sequencial, cronológica e passível de ser medido. No entanto, na língua portuguesa e, em especial no Brasil, o sentido de um relato histórico se perdeu até ser incorporado ao jornalismo, quando assumiu a característica de ser um gênero “situado

---

<sup>34</sup> “Delinqüentes e filhinhos de papai”. Publicada originalmente no *Jornal do Brasil* em 11 de agosto de 1968.

<sup>35</sup> VENTURA, Zuenir. *op. cit.*, p.50.

<sup>36</sup> TÉRCIO, Jason. As crônicas sem frivolidades de Carlinhos. In: *Correio Braziliense*, 25/01/1996.

<sup>37</sup> TÉRCIO, Jason. *Op cit.* 1999.

<sup>38</sup> CONY, Carlos Heitor. O urro da caverna (Prefácio). In.: TÉRCIO, Jason. *Op. cit.*, 1999, pp. 10-11.

entre a fronteira da informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real”.<sup>39</sup>

De acordo com Antônio Cândido, a crônica é um gênero “menor” entre os demais gêneros textuais, em especial se considerarmos a literatura de romance, mas isso não seria de todo ruim. Especialmente porque ao defini-la como o relato da vida ao “rés do chão”, Cândido exalta a capacidade da crônica de ser fugaz, aliás, como a própria mídia onde é tradicionalmente publicada, o jornal impresso. E por ser despretensiosa que, para esse autor, a crônica é reveladora do cotidiano. Dirá, então, o crítico literário: “É curioso como elas [as crônicas] mantêm um ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência; e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social”.<sup>40</sup>

Intrinsecamente ligada à comunicação de larga escala (de “massa”) e, embora tenha como objeto o cotidiano, a crônica se diferencia da narrativa jornalística por não ser meramente informativa. Ao contrário, ela intenta a universalização de fatos e sentimentos por meio de uma operação em que se procura a transcendência do banal. Assim, ao invés de informar sobre acontecimentos recentes, o cronista escolhe narrar ocorrências que normalmente diferem dos critérios de noticiabilidade do jornalismo contemporâneo. Essa busca por transcender o local e se universalizar ocorre, em especial, quando a crônica sai do jornal, o meio efêmero, para o livro. Nesse suporte, ela ganha outro estatuto por se abrir para outra relação com o tempo, a memória, a literatura, enfim, outras formas mais duradouras de conhecimento da vida, dos seres, do mundo. Esse é o caso, por exemplo, da maioria das crônicas de Carlinhos sobre 1968 que estão publicadas na coletânea “Diário da Patetocracia: Crônicas brasileiras, 1968”.

Por seu status de produção e pela significativa circulação em uma sociedade, as crônicas mantêm uma relação constante com a memória social. Nesse sentido, como aponta Davi Arrigucci Júnior, a crônica possuiria potencial para compor a paisagem de uma época, mas isso seria realizado de forma diferente da historiografia moderna, diferente da maneira como se narra a História.<sup>41</sup> Contudo, ressaltamos que tanto a crônica, quanto a escrita da História, apesar de suas peculiaridades, (re)elaboram a

---

<sup>39</sup> MELO, José Marques de. A crônica. In: *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p.147.

<sup>40</sup> CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antônio et al. (orgs.) *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 17-8.

<sup>41</sup> ARRIGUCCI JR, David. *Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

passagem temporal e a memória social de determinada localidade ou ocorrência pelo olhar de um sujeito ou grupo.

O cronista, em específico, utiliza como matéria prima do seu ofício substratos do espaço, que “passa a designar um arranjo de elementos dentro de um espaço preciso, uma composição, e se aproxima daquilo que na geografia costumamos chamar de paisagem”.<sup>42</sup> De tal modo, a realidade é interpretada e os fenômenos sociais são considerados como integrantes de um aspecto maior, integral, no qual a paisagem é “percebida pelo indivíduo não como soma de objetos próximos, mas de forma simultânea. Nesse sentido a paisagem é apreendida de forma holística”.<sup>43</sup>

É evidente que a paisagem de uma cidade, por exemplo, contém em sua concretude uma dimensão simbólica que nos permite compreendê-la como “texto”, pois encerra em si também uma organização narrativa. Essa dimensão simbólica é relevante para se compreender a paisagem como textualidade e, como tal, local em que se desenrolam a reprodução – e a contestação – de discursos hegemônicos. Tal argumento corrobora, como ressalta Arrigucci Júnior sobre a crônica, a perspectiva na qual esse gênero textual pode fornecer ao leitor a possibilidade de conhecer facetas sutis da realidade da história.

Ao narrar os substratos do cotidiano, o cronista fornece ao historiador a possibilidade de que ele mesmo organize e monte sua própria narrativa, que reelabore esses dados a partir do arcabouço teórico e metodológico inerentes e necessários à escrita da história. Dessa forma, caberia ao historiador, identificado liricamente por Durval Muniz Albuquerque como “tecelão dos tempos”, a habilidade de produzir boas tramas, por meio de relações, seleções, séries de séries dos documentos/monumentos, todos eles fios a serem urdidos adequadamente de forma narrativa. O historiador, ainda nos dirá Albuquerque, “assim como as rendeiras, deve saber conectar os fios, amarrar os nós, respeitando os vazios e silêncios que também constituem o desenho do passado, o entramado dos tempos”.<sup>44</sup> Para proceder essa tessitura, então, é preciso que o historiador seja treinado para elaborar a narrativa, “utilizar as linhas de que dispõe para aí urdir versões do passado, discursar sobre o que ocorreu numa dada época”.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e Simbolismo. In: ROSENTHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Paisagem, Imaginário, Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p.33.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: BELLINI, Ligia; NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Everton Sales (Org.). *Tecendo Histórias: Espaço, política e identidade*. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 8.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 9.

A historiografia que tem proposto a narrativa como um conceito chave para se compreender a história, assume por extensão que a intriga inerente ao ato de narrar “não é imitação idêntica do real, mas uma imitação criadora”<sup>46</sup>, na definição de José Carlos Reis. Ainda de acordo com esse autor, valendo-se da influência do arcabouço teórico pensado por Paul Ricoeur, “a narrativa histórica não representa o que de fato ocorreu. Ela é uma representação construída pelo sujeito. Ela se aproxima da ficção. O que controla esse seu caráter ficcional é o fato de a atividade mimética não terminar no texto poético ou na obra de história”<sup>47</sup>. A mimese, na perspectiva da hermenêutica ricoeuriana, se realiza no leitor, que ao tomar parte do círculo interpretativo torna-se co-autor.

Assim, para Reis: “A compreensão narrativa articula uma atividade lógica de composição – o autor – com a atividade histórica de recepção – o público. O que realiza essa articulação? Um prazer, o de aprender pelo reconhecimento”<sup>48</sup>. Mas onde a narrativa histórica se desvincula da narrativa ficcional, do romance?

Paul Veyne, em “Como se escreve a história”<sup>49</sup>, reconhece o caráter discursivo da construção histórica, mas alerta para o fato que ser uma representação, não a separa de sua relação com a realidade. Isso porque a narrativa realizada pela História tem por norte o princípio da verossimilhança, do historicamente plausível. Veyne aponta, também, que a história é um “romance verdadeiro”, chamando atenção, assim, para sua relação intrínseca com o acontecimento, o que mais uma vez a distingue da narrativa literária. Por fim, para esse autor, a História tem um pacto com o acontecido, o vivido, o experienciado, mesmo que ele não possa ser completamente apreendido ou desvendado, não possa mais ser revivido, mas apenas rememorado e recontado. Ele, o ato de narrar em busca do acontecido, deve ser realizado quantas vezes e de quantas formas os historiadores o puderem (re)construir.

Finalmente, o mais importante nas aproximações e distanciamentos entre a História e outras formas discursivas, como a crônica, é ressaltar que ambas são formas de perceber o real, o imaginário e, sobretudo, a humanidade em determinado tempo. Ademais a relação entre elas evidencia, entre muitos outros fatores, a confecção de uma trama como procedimento em comum utilizado por historiadores e cronistas. Evidencia,

---

<sup>46</sup> REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 138.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 138-139.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 139.

<sup>49</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

igualmente, outro fator importante: os traços de uma construção social da memória. Em uma perspectiva historiográfica, de acordo com Sandra Pesavento, “História e memória partilham uma mesma feição de ser: são ambas narrativas, formas de dizer o mundo, de olhar o real. São discursos, pois. Falas que discorrem, descrevem, explicam, interpretam, atribuem significados à realidade”.<sup>50</sup> São por isso, sobretudo, formas de conhecimento.

Como procedimento em relação à análise das crônicas de Carlinhos publicadas em 1968, cabe dizer que como as temáticas delas são variadas, elas nos conduziram quase sempre a trilhar caminhos analíticos que ora se confundem, se distanciam e algumas vezes se interpõem em uma série de encruzilhadas que nos obrigam a escolher por esta ou aquela visada de acordo com a problemática.

Em comum, todos esses caminhos partem das crônicas. Há aqueles que margeiam as regiões pantanosas da hermenêutica, que enveredam pelas matas dos estudos literários e outros que atravessam os campos das análises do discurso. Em meio a essa rede labiríntica, tentamos manter como norte uma via que não comprehende o texto como um “fora” ou um “dentro”, mas, talvez, um “fora/dentro” intrinsecamente relacionado. Privilegia-se, desse modo, as condições históricas de produção da crônica, a existência de uma formação discursiva em que estão inseridas e a comunidade na qual circulam. Porém não excluímos inteiramente (como se fosse possível ao lidar como um gênero como a crônica!) o que há de elemento inventivo de uma subjetividade.

Com isso, por vezes errantes, tentamos seguir os passos de Carlinhos e, ao mapear o seu percurso, traçar uma espécie de cartografia dos sentimentos dele e/ou dos seus contemporâneos. Outras vezes, apenas tentamos inseri-lo em um contexto fundamentado por uma historiografia sobre o período que pudesse nos ajudar a compreender os seus escritos e seu tempo. Mais do que um método ou procedimento sistemáticos, temos aqui uma intenção que faz e se refaz, avança e retrocede à medida que as questões acerca das crônicas surgem. Trabalhamos, portanto, em um campo movediço: a perspectiva de um sujeito sobre/em 1968.

Sendo assim, no primeiro capítulo analisamos as crônicas que revelam as práticas de um sistema repressor como era a ditadura militar brasileira, mas também, os movimentos (destacadamente estudantil) de oposição a ela. Também analisamos as

---

<sup>50</sup> PESAVENTO, Sandra Jathay. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. *Nuevo Mundo Mundo Nuevos* (online), 2006, p. 2.

crônicas sobre a rebelião jovem de 1968 que, acreditava Carlinhos Oliveira, tinha se levantado contra toda forma de opressão e autoritarismo e não apenas na política.

O segundo capítulo apresenta crônicas sobre o cenário internacional, em especial o clima de medo e receio gerado pela Guerra Fria e pelas batalhas no Vietnã, dimensionando-o com a conjuntura política brasileira. Depois são analisadas crônicas sobre “frivolidades”, aspectos das mudanças comportamentais e culturais dos anos 1960. Nele também nos voltamos para as produções artísticas que revelam aspectos da censura do Estado, mas também sobre a existência de um patrulhamento ideológico realizado por possíveis membros da esquerda. Por meio desse capítulo chamamos atenção, sobretudo, para os posicionamentos políticos do cronista.

Já o terceiro capítulo é reservado à discussão sobre como o cronista se representou nestas crônicas de 1968. Assim, ao lastro de uma escrita de si tentamos traçar o perfil de Carlinhos em relação ao seu cotidiano experenciado. Também realizamos aqui uma análise sobre a perspectiva do cronista acerca do seu ofício. Com base nessa análise desenvolvemos, também, uma discussão em relação à crônica como gênero e a possibilidade dela ser considerada uma modalidade de escrita da história do tempo presente.

Por fim, híbrida é a escrita da crônica e híbrida, também, se pretende a escrita desta dissertação.

# Capítulo 1

## Notas cotidianas: Autoritarismo e resistências

Neste capítulo abordamos crônicas nas quais Carlinhos Oliveira apresenta as ações da ditadura militar, especialmente em relação ao movimento estudantil, e aquilo que o autor chamou de “Poder Jovem”. Desse modo, as crônicas deste capítulo, explícita ou implicitamente e em graus diversos, compõem amostras de uma realidade política e cultural que, no dia a dia em suas dinâmicas e sociabilidades, era marcadamente atravessada por um discurso e uma prática de ordenamento social, vigilância extensiva e repressão.

### 1.1 – A repressão ditatorial nas crônicas de Carlinhos

Poderíamos afirmar que 1968 foi um ano curto. Ou, em concordância com o jornalista Zuenir Ventura, dizer que ele não terminou. Teria sido um ano curto porque todos os principais acontecimentos, aqueles que passaram à memória como definidores do “espírito” de 1968 se circunscreveram, praticamente, ao primeiro semestre. E não terminou porque 1968, um ano limiar e atravessado por tantas lutas, não se encerrou em 31 de dezembro por não ter existido um desfecho para muitas problemáticas que despontaram ali, mas que ainda hoje, quase 50 anos depois, sobrevêm ao nosso cotidiano político, social e cultural.

Curto ou não, José Carlos Oliveira, o Carlinhos Oliveira, escreveu em agosto que o ex-presidente Jânio Quadros estava em “situação de confinamento”<sup>1</sup>, o que seria para ele compreensível, pois de um “Governo duro só se podem esperar gestos duros”. Em um gesto simples ao trazer à baila o nome e a situação de cassado de Jânio Quadros, o cronista não apenas noticiava a “dureza” da ditadura, mas a gênese do golpe civil-militar que possibilitou a chegada das Forças Armadas ao poder. Ademais, podemos inferir que o cronista não apenas reportava o confinamento político de Quadros, mas o confinamento de todo um projeto de país anterior ao golpe.

É na tentativa de compreender o processo histórico que Carlinhos escreveu que aquela geração de brasileiros, a dele, sofria “em grande parte, porque Jânio não se mostrou valente no dia 25 de agosto de 1961. Se ele tivesse resistido, em vez de renunciar, tudo seria tão

---

<sup>1</sup> Jânio Quadros e outros, assim como João Goulart, foram cassados pelo Ato Institucional número I decretado em 10 de abril de 1964.

diferente...”.<sup>2</sup> O cronista, ao analisar o momento no qual escrevia e ao recorrer à situação de Quadros, talvez intuitivamente, parecia apontar para a consideração que anos depois seria realizada por Anthony Pereira, para quem o “golpe que levou os militares brasileiros ao poder ocorreu não uma, mas duas vezes”.<sup>3</sup> Ou seja, a súbita renúncia de Quadros em 25 de agosto de 1961, e o fato do alto-comando militar ter se colocado contra a posse do vice-presidente João Goulart, desencadeou um processo de desestabilidade político-institucional cujo golpe civil-militar foi só um ponto.

Estaria para Carlinhos, portanto, na renúncia de Quadros o acontecimento<sup>4</sup> que levaria à derrubada de Jango em 1º de abril de 1964 a qual se seguiria uma ditadura que naquele momento, em 1968, era governada pelo General Artur da Costa e Silva.<sup>5</sup> Sobre Costa e Silva, a quem Carlinhos se refere como “Seu Artur”<sup>6</sup>, o cronista escreveu que a fama de homem bondoso não passava de “ilusão”, uma vez que ele seria “um Presidente feroz, à altura da ferocidade do regime”.

O “regime” em questão: uma ditadura iniciada com o golpe civil-militar de 1964 que perdurou por 21 anos (1964-1985) e concentrou (mais) um período nefasto da história recente do país. Durante esses anos, como é típico de governos ditoriais, políticos, intelectuais, operários, estudantes e todos que de algum modo representavam uma “ameaça” ao sistema foram cassados, exilados, presos, assassinados, ou simplesmente desapareceram por iniciativa dos órgãos de repressão. O país encontrava-se, pois, sob os ditames de um governo ditatorial, mas que discursivamente se arrogava de ser democrático.

É neste cenário atravessado por práticas e discursos que sugerem posicionamentos radicais à direita e à esquerda, que o cronista viveu e escreveu, ou vice-versa. Esse é um horizonte de significação (sentido?) que em relação ao campo da produção cultural e das

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, José Carlos. As amargas, sim. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1968.

<sup>3</sup> PEREIRA, Antony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.88.

<sup>4</sup> Ou seja, Carlinhos vê na renúncia de Quadros o marco, o indício de uma mudança que não é apenas uma ruptura política, mas elemento desarticulador de toda uma série de outros acontecimentos que viriam a compor os anos de ditadura, assim como os subsequentes. Além disso, a ruptura proporcionada por Quadros salienta a dupla face do acontecimento, portanto, como nos diz François Dosse: “Transformado em indício ou vestígio significante, o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere a sua etimologia, como resultados e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis”. DOSSE, François. *op. cit.*, p.6.

<sup>5</sup> Mas, como nos lembra o historiador Jorge Ferreira, ao menos “desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentaram golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas no governo de Juscelino e uma decisiva em 1961. Não conseguiram”. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. (O Brasil republicano, v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.347.

<sup>6</sup> “Seu Artur” era também como o colunista social Ibrahim Suede chamava o general. Contudo, se na escrita de Suede a referência soa amistosa, em Carlinhos ganha ares de ironia.

relações sociais não podemos perder de vista: o autoritarismo era uma marca indelével. A partir dele, uma vez que o cotidiano é a matéria-prima do cronista, Carlinhos relata acontecimentos históricos, ou que suas crônicas fizeram de algum modo históricos, que colaboraram para a construção da áurea de 1968. Contudo, mais do que re-apresentar a realidade histórica, foi o clima, os sentimentos – esperança, medo, desejos... – de uma época, como também do autor, que emergiram nas crônicas escritas por Carlinhos.

O cronista explora tematicamente em suas crônicas, sobretudo, o que se encontra na superfície do cotidiano. Carlinhos parte quase sempre do trivial ou do pitoresco para tecer suas narrativas sobre o mundo em que vive. Talvez por isso, motivado pelos relatos dos deputados Paulo Pinheiro Chagas<sup>7</sup> e Bias Fortes Filho<sup>8</sup> que teriam visto um disco voador sobrevoar os céus de Brasília em 1968<sup>9</sup>, algo por certo nada trivial, ele passa a narrar outra ocasião em que isso teria ocorrido. Trata-se de uma crônica de denúncia dos motivos alegados para o golpe.

De acordo com Oliveira, no início de “1964, dois objetos não identificados – um, em forma de foice, outro em forma de martelo – deslizaram docemente sobre o Palácio da Alvorada. Eram brilhantes e silenciosos”. A foice e o martelo nessa crônica não são signos icônicos, pois eles não referenciam os objetos em si. A representação de Carlinhos é, a bem da verdade, um chiste sobre a representação de dois símbolos vinculados ao comunismo soviético. Portanto, não eram objetos voadores não identificados. Ao contrário, eles eram identificáveis e significavam o que havia de mais ameaçador ao autoproclamado mundo livre ocidental.

---

<sup>7</sup> Político nascido em Minas Gerais, Paulo Chagas (1906-1983) era, em 1968, deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido da base do regime militar. Entre 1966 e 1971, Chagas integrou as comissões de Educação e Cultura e de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

<sup>8</sup> Também político mineiro, chegou a ser vice-presidente do ARENA.

<sup>9</sup> De acordo com nota publicada pelo jornal *Correio da Manhã*: “Os srs. Paulo Pinheiro Chagas e Bias Fortes Filho deixaram a Câmara e se dirigiram para a mansão do primeiro na estrada Brasília-Belo Horizonte. Pouco depois de atravessarem o Catetinho, o sr. Bias Fortes viu no céu um objeto estranho. E conta: – O Paulo ia dirigindo e eu olhando a estrada. Mais ou menos às 18 h e uns 5 km, meus olhos se deparam com um objeto que não vira antes. Ele mais me intrigou por causa da luz. Não tinha cor definida, mas era de uma intensidade que fez indagar a mim mesmo: será o Sol? E responder logo: não. Não é possível. O objeto está quase no meio do céu e o Sol já vai sumindo no horizonte. Cada vez mais intrigado disse ao Paulo: ‘estou vendo uma coisa esquisita. Pára o carro. Ele parou. Indiquei-lhe a direção. Pudemos ambos, ver perfeitamente o objeto que tinha uma forma triangular, sem cor definida que, instantes depois, numa velocidade espantosa, riscava o céu horizontalmente, desaparecendo. – Exatamente – interveio o sr. Paulo Pinheiro Chagas. Mas, não vamos contar mais nada, senão vão dizer que estamos ficando malucos ou até mesmo coisa pior... A verdade é que vimos a coisa. E quem quiser duvidar do que falam sobre a existência ou não dos discos-voadores que duvidem. Eu e o Bissinho, nunca mais” CORREIO DA MANHÃ. Chagas e Bias não duvidam mais: DF tem disco-voador. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1968, p.3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&PagFis=89047](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=89047)

A crônica segue a relatar que os objetos permaneceram algum tempo sobre o palácio, residência oficial da presidência da República, cujas luzes foram acesas. Mas depois, em “grande velocidade”, eles desapareceram no horizonte e as luzes do Alvorada se apagaram. Desse estranho acontecimento “tiveram conhecimento os serviços de segurança, os altos escalões militares e numerosos políticos – entre estes o Sr. Carlos Lacerda”, governador da Guanabara e ferrenho opositor de João Goulart. Esse último, por sinal não citado nominalmente na crônica, “alertado para o fato, jurou que na noite fatídica o Alvorada dormira profundamente” ao que acrescentou “com um sorriso enigmático, ‘os discos voadores não existem’”.

A negação da existência de objetos voadores não identificados acompanhada por um sorriso misterioso só poderia indicar o inverso. O sorriso contradizia a negação, logo, o presidente estaria a mentir. A conclusão da cena: o “próprio presidente, bem como os seus auxiliares mais chegados, tinham sido substituídos por marcianos iguaizinhos a eles. O Brasil já estava nas mãos do planeta vermelho”, ou seja, sob o comando dos comunistas.

Uma vez detectada a ameaça, representada pelo próprio (falso) presidente da República e seus auxiliares, algo precisava ser feito. Diante da eminent invasão “por sucessivas esquadrilhas de marcianos” a única medida a ser realizada para preservar a nação era que os “usurpadores do poder fossem dele alijados”. Desse modo, com o intuito de impedir que o país todo sucumbisse e fosse tomado pelos “vermelhos”, o contragolpe foi dado na “histórica data de 31 de março”.

Apesar do heroísmo da operação, mas com receio do pânico tomar conta da população, o “Conselho de Segurança Nacional proibiu os jornais de divulgarem que o nosso Presidente era na verdade um habitante daquele planeta exótico”. A situação, como o tempo provaria, conforme pontua o cronista, era mais grave do que se pensava:

Não apenas o Presidente e seus auxiliares de confiança, mas grande parcela do povo havia sido substituído por igual número de invasores. Poetas, jornalistas, estudantes, operários, camponeses, militares, deputados, senadores, prefeitos das mais longínquas paragens e até duas ou três entre as Dez Mais Elegantes – todos eram marcianos, todos rezavam pela cartilha de um astro estranho aos nossos costumes e tradições. E foram todos violentamente expulsos, presos, denunciados, cassados. (...) Aí de nós! Esse gigantesco esforço de salvação nacional parece destinado ao fracasso. Já não se pode confiar nem mesmo no General Peri Beviláqua, nem mesmo em Dom Hélder Câmara. Em todos há qualquer coisa enigmática, irredutível, extraterrestre – aquele sorriso demoníaco que Carlos Lacerda exibiu na hora de criar a *Frente Ampla* – mais que um sorriso, a Marca dos Invasores. Para não ser substituído por um Artur da Costa e Silva dos espaços siderais, o nosso Artur da Costa e Silva se refugiou em Petrópolis. Desta forma, o

último disco voador de que se tem notícia sobrevoou Brasília em vão. Mas a Escola Superior de Guerra está convencida de que os marcianos não desistirão de seus sinistros desígnios. Mais cedo ou mais tarde o Brasil caíra nas mãos deles. Nesse triste dia, para os verdadeiros democratas como eu e o Gustavo Corção, restará apenas a saudade de um Brasil unido, rico, feliz – Brasil brasileiro, meu mulato inzoneiro, para todo o sempre destruído pelos inimigos que descem do espaço<sup>10</sup>.

“A marca dos invasores” é uma representação metafórica, como tantas outras produzidas pela literatura brasileira, do fatídico golpe de 1964. Como tal, ela não é das mais originais e sofisticadas, contudo, nos permite perceber a crítica do cronista para com o discurso que tentou legitimar a escalada militar ao poder do Estado brasileiro em 1964. A coligação golpista ancorou-se na ideia de que tinha um projeto socialista em curso no país, e mais, que o próprio presidente da República era “vermelho”, argumento historiograficamente já desmontado.<sup>11</sup> Assim, Carlinhos denuncia o discurso oportunista da ameaça vermelha ao dizer que isso apenas seria possível se marcianos tivessem tomado os altos escalões do governo. A crônica ainda enfatiza o fato da iminente ameaça comunista ter continuado a ser utilizada para justificar o imenso aparato de repressão que se seguiu ao golpe.

Quando o general Humberto Castelo Branco assumiu a presidência da República, o discurso oficial era que a intervenção fosse apenas para garantir o cumprimento da Constituição e uma resposta ao perigo da ameaça vermelha, diga-se, comunista, representada por Goulart. Não foi isso, claro, que ocorreu. Conforme ilustra acertadamente o cronista, com a ditadura instalada e com o respaldo da Lei de Segurança Nacional<sup>12</sup> qualquer um, e não

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A marca dos invasores. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1968.

<sup>11</sup> Por meio da biografia de João Goulart escrita pelo historiador Jorge Ferreira é possível afirmar, com base na trajetória pessoal e política do presidente, que Jango procurava evitar rupturas, ou promover atos revolucionários. Ele era um reformista, pretendia sim diminuir as diferenças sociais entre as classes, mas sem, no entanto, questionar as bases do sistema capitalista. Ver: FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>12</sup> As leis de Segurança Nacional são, na nossa perspectiva, uma bem estruturada ação de normatização e de controle social e não apenas uma medida anti-subversiva/anti-terrorista como fora divulgada pelos governantes ditatoriais e seus apoiadores. Acerca das leis de Segurança Nacional há de se considerar que sua primeira versão data de 4 de abril de 1935 e tinha como objetivo estabelecer uma legislação específica, e mais rigorosa, para penalizar os crimes considerados de risco à segurança do Estado nacional. Com o objetivo de proteger a Nação, o que também permitiu aos órgãos de repressão do Estado Novo ações pautadas na prisão e exílio de seus opositores, a Lei de Segurança Nacional foi mantida nas Constituições brasileiras mesmo após o fim do Estado Novo em 1945.

Portanto, as leis de Segurança Nacional não foram uma invenção da ditadura militar, embora após o golpe de 1964 a legislação existente tenha sido progressivamente “aperfeiçoada” de modo a legalizar o arbítrio em face às necessidades do regime. Um desses “aperfeiçoamentos” foi a incorporação, por meio dos intelectuais da Escola Superior de Guerra – ESG, do modelo político-ideológico da Doutrina de Segurança Nacional defendida pelos EUA para todo o continente americano no período da Guerra Fria. De acordo com Coimbra, a mudança fulcral realizada na lei de Segurança Nacional sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional “foi a revisão do conceito de ‘defesa nacional’”. Se até então a defesa nacional era concebida tradicionalmente como a proteção

apenas os esquerdistas – em todas as suas tendências –, passaram a figurar como suspeitos de serem comunistas, ou nos termos de Carlinhos, marcianos. Bastava ter um comportamento suspeito para despertar a paranoia que invocava o inimigo interno da nação, claramente inspirados em ideologias externas. Aos muitos olhos do que nos anos 1970 se constituiria como “comunidade de informações”<sup>13</sup>, dispositivo panóptico mantido pelo Estado e do qual nem mesmo os governistas estavam a salvo.

Para além de chamar atenção para uma subjacente política de estado que visava vigiar para punir elementos suspeitos de subversão, “A marca dos invasores” registra, sobretudo, o grotesco da situação que antecedeu e sucedeu o golpe de 1964. João Goulart, à luz de sua trajetória pessoal e política, não era comunista ou pretendia entregar o país aos comunistas.

---

das fronteiras nacionais, o conceito “ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as ‘forças internas de agitação’” COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. In: *Psicologia em Estudo*, vol. 5, n.2. Maringá/PR, 2000, p.10.

Para Fico, “produzida, basicamente, no âmbito da ESG, a ‘doutrina’ supunha que o Brasil integrava-se ao contexto internacional da Guerra Fria” considerando-se alguns fatores, entre eles o posicionamento geopolítico do país e sua “vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (população ‘despreparada’, e políticos ‘corruptíveis’)”. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.41.

Em tempos de Guerra Fria, o “inimigo interno” remetia quase necessariamente à figura do comunista, ou grupos comunistas que, financiado pela União Soviética, se infiltraria na sociedade e tramaria para a subversão da Ordem instituída e, consequentemente, para o fim da democracia e do sistema capitalista no Ocidente. Foi em nome desse “inimigo interno” que as Forças Armadas se mobilizaram em 1964, juntamente com setores e instituições de representação da sociedade civil, para a derrubada de João Goulart. Também foi em nome do mesmo “inimigo” que os governos militares montaram um forte aparato repressivo e de espionagem. Esse é um aspecto, portanto, do que chamamos de cotidiano autoritário.

<sup>13</sup> Já em 1964, cerca de dois meses após o golpe de 1º de abril e três anos antes do governo adequar pela primeira vez a LSN às suas necessidades, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Esse órgão tinha a função de assessorar a presidência da República “na orientação e coordenação das atividades de informação. Arquitetado por Golbery do Couto e Silva, o SNI cresceu e espalhou seus tentáculos sobre toda a sociedade e sobre os aparelhos do Estado”. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glauco Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.14. Isso lhe valeria o epíteto de “monstro” dado pelo próprio Golbery anos após sua criação. Em 1970, sob o governo do general Médici, já existia uma rede de vários órgãos de informação (independentes entre si, mas que respondiam sempre a alguma das três Forças Armadas) que, a partir de um “Plano Nacional de Informação”, passaram a compor um Sistema Nacional de Informação (Sisni). Mas o SNI continuava a ser o principal órgão do Sisni, tendo em vista que ele tinha “status de ministério e coordenava todas as ações no território nacional”. Ele também chegou a ter “2.500 funcionários, mas também contava com colaboradores espontâneos ou remunerados”. FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil republicano, vol.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 177-178.

Em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI) que “pretendia formar espiões civis, para que o SNI se transformasse, aos poucos, numa agência como a norte-americana CIA”. Ainda que o objetivo de formar espiões civis nos moldes da CIA não tenha sido alcançado é interessante notar a cooptação de civis e, mais, a tentativa de instruí-los formalmente para serem espiões. Todos os órgãos de informação que integravam o Sisni compunham a chamada “comunidade de informação” ou “comunidades de informações” que, para além de um rótulo, designa “um modo de atuação” que supõe a colaboração e lealdade entre os pares, através de forte sentimento corporativo”. Esse sentimento não estava circunscrito ao universo dos servidores públicos, seja na esfera militar ou civil, como há de se supor. Mas, ao contrário, ele se espalhava pelo corpo social, o que “possibilitava que qualquer pessoa, mesmo fora do governo, integrasse o que se chamava de ‘Comunidades Complementares de Informações’”. FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001, p.94.

As chamadas “reformas de base” propostas por ele não tinham outro objetivo além de promover, via políticas nacionalistas/populistas como garantidoras de sustentação social, a modernização financeira e econômica do país e, por meio delas, atingir alguma “justiça social”. Igualmente grotesca é a representação de Carlos Lacerda. Como agente político, Lacerda se aliou e/ou promoveu querelas políticas notórias a fim de ser o maior beneficiário delas mesmas. Não obteve sucesso, como sabemos, na maioria dos casos. Falhou contra Getúlio Vargas em 1954, contra Jango em 1964 e contra a ditadura ao tentar articular a Frente Ampla<sup>14</sup>. Terminou no ostracismo. Mas, talvez, o mais burlesco dessa crônica seja o presidente-general Artur da Costa e Silva ter se refugiado em Petrópolis para não correr o risco de ser confundido com um comunista e acabar, ele também, derrubado por um golpe. Ou seja, o que Carlinhos faz em “A marca dos invasores” é uma denúncia das justificativas dos discursos oficiais sobre o golpe de 1964, mas travestida de troça, inclusive, sobre a reinante paranoia anticomunista.

Em suas crônicas, ao lidar com uma realidade política adversa, Carlinhos analisa o Brasil daquele momento por meio de ocorrências diversas e, em muitos casos, verdadeiramente ridículas. Por exemplo, no final de março de 1968 veio a público o chamado “caso Romero Lago”<sup>15</sup>. Antônio Romero Lago tinha sido diretor do Serviço de Censura de Diversões Públicas, mas descobriu-se em 1968 que sua verdadeira identidade era Ermelindo Ramirez Godoy. Se não bastasse a falsidade ideológica, Ermelindo também era fugitivo de uma cadeia do Rio Grande do Sul, onde esteve preso pelo assassinato de duas pessoas. Isso há 17 anos à época.

A essa história, espécie de arremedo dos romances do realismo fantástico, Carlinhos dedicou duas crônicas. Uma delas nós veremos no segundo capítulo desta dissertação, mais especificamente no subcapítulo 2.3 dedicado às produções artísticas. A outra, mais ensaística,

---

<sup>14</sup> A Frente Ampla foi um “movimento político lançado oficialmente em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar ‘pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático’. Seu principal articulador foi o ex-governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda. (...) Além de Lacerda, a frente contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitscheck e João Goulart, e de correligionários de ambos. Foi extinta em 5 de abril de 1968, pela Portaria nº 177, baixada pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva”. LAMARAO, Sérgio. Frente Ampla. In: ABREU, Álzira Alves *et al* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2001, p.2391.

<sup>15</sup> No *Jornal do Brasil* há uma matéria sobre o “caso Romero Lago”. Nela constam mais detalhes acerca da biografia do ex-diretor do Serviço de Censura dos governos militares. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=1246&dat=19680328&id=3yASAAAAIBAJ&sjid=ufADAAAAIBAJ&pg=7096,3386798&hl=pt-BR>

nos parece ideal aqui, pelas problemáticas e, mais uma vez, as situações ridículas ligadas ao cenário político nacional.

Para Carlinhos, o episódio envolvendo Romero Lago/Ermelindo Godoy provava “que o Brasil, já faz tempo, é uma nação com dupla personalidade”, algo assim – e a comparação é realizada pelo próprio cronista – como Dr. Jekyll e Mr. Hyde, personagens de *O médico e o monstro*. Igualmente às criações de Robert Louis Stevenson, o Brasil e os brasileiros comportariam em si mesmos uma porção Jekyll e outra Hyde, que se manifestariam de acordo com determinadas ocasiões. Sobre esse fenômeno de dupla personalidade, ademais, teríamos “exemplos históricos bastante recentes”. O primeiro exemplo é o do ex-presidente Jânio Quadros a quem “seis milhões de brasileiros acreditaram que adoraria ser Presidente da República” ou até mesmo “(e ele deixou a coisa no ar) que o seu sonho era ser presidente perpétuo”. Mas, diante da – trapalhada – renúncia de Quadros em 1961, seria imperativo questionar: “qual a personalidade verdadeira – a de Jânio Quadros Presidente ou a de Jânio Quadros passageiro eventual de navios cargueiros?”. Segundo exemplo: “João Goulart era um Presidente da República que queria entregar o poder aos comunistas, ou era um comunista que queria entregar o poder ao Presidente da República?”.

Ora, a questão de Carlinhos sobre Jango é da ordem do “querer”, da plena vontade desse último. Como se ele, então, presidente estivesse, ao adotar propostas vistas como esquerdistas por uma parcela da elite política-militar nacional, de fato, com o intuito de abrir mão da Presidência. Nesse sentido, inevitavelmente, Jango cederia seu posto aos comunistas ou, como ocorreu, ao Presidente da República, nesse caso, por uma deposição.

Terceiro exemplo dado pelo cronista e, talvez, o mais contundente: Carlos Lacerda. De todas as personagens abordadas por Carlinhos nessa crônica, Lacerda é certamente o mais dúbio, ou melhor, a personagem de maior volatilidade: de apoiador do golpe contra João Goulart a um político com direitos cassados pelos militares que apoiara; de um ferrenho opositor de (e dos governos) Juscelino Kubitschek e Goulart a articulador, juntamente aos dois ex-presidentes, da Frente Ampla. Esse perfil suscitaria ao cronista questionar se Carlos Lacerda seria “um cidadão que gostaria imensamente de ver o Exército derrubar um Presidente em abril de 1964, ou um cidadão que tem pavor só de pensar que o Exército derrubou um Presidente em abril de 1964?”. E mais, ainda sobre Lacerda, ele “é um líder antijanguista e antijuscelinista apoiado pelo *Globo*, ou um líder janguista e juscelinista violentamente atacado pelo *Globo*? ”

As indagações de Carlinhos Oliveira em “O médico, o Brasil e o monstro” não param por aqui, sobre as personagens que se encontravam fora ou em xeque-mate no tabuleiro político nacional. Elas avançam sobre o campo do jogo, a mirar as peças que ainda estavam dispostas: “É verdade o que dizem, que o bondoso seu Artur, amigo de Ibrahim Sued e revolucionário da linha moderada, quando anoitece vira um feroz Marechal Artur da Costa e Silva, comandante incontestado da *linha-dura*??” (itálico no original) e “Dom Hélder Câmara é um sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana, ou um agente do comunismo ateu e materialista em luta contra a tradição, a família e propriedade em Pernambuco?”.

A crônica explicita o duelo de representações e imaginários acerca de dois, para não citar os demais, importantes atores políticos daquele momento. De um lado o presidente que se apresentava ao público como um senhor bonachão, mas que entre os militares era um reconhecido líder da “linha-dura”, grupo que reclamava medidas mais severas, ou seja, repressivas, por parte do governo. E do outro o religioso, membro do alto clero católico, por definição anticomunista, mas líder popular e progressista – tanto quanto um religioso católico pode ser – em ascensão e crítico das ações autoritárias da ditadura. Como poderia “seu Artur” ser um ditador? E como poderia “Dom Helder Câmara” lutar contra o tripé tradição, família e propriedade que, por sinal, sustenta(va) ideológica e politicamente a Igreja Católica no país por séculos?

Na crônica os paradoxos parecem predominar no Brasil. Daí o cronista questionar se naquele momento vivia-se “numa ditadura disfarçada em democracia, ou numa democracia disfarçada de ditadura”. Poderia os dois sistemas políticos coabitar, na contemporaneidade, um mesmo período e local? Não seria a ditadura um sistema governamental antípoda da democracia? Certamente a resposta para essas questões à luz da Teoria Política ou da História seria “sim”. E com certeza Carlinhos não tinha dúvida que vivíamos sob uma ditadura. O que o autor propõe nessa crônica é um jogo de representações entre um país cuja realidade histórica é a do cerceamento das liberdades e outro, o dos discursos e posicionamentos oficiais ou alinhados ao governo, que tentam inverter ou amenizar suas ações repressivas.

Portanto, a proposta de Carlinhos em o “Médico, o Brasil e o Monstro” é expor de forma dialógica os discursos e as ações dos agentes políticos por meio de questões realizadas “tranquilamente, autorizadas que estão pelos debates públicos”. Em outras palavras, tendo em vista os lances performáticos e os relatos que apareciam na imprensa sobre esses sujeitos históricos. A explicação do cronista para tanta incoerência, ou melhor, dinâmica política, residia no fato de como “ninguém sabe quem é o médico e quem é o monstro” teríamos “o

direito de imaginar que todo mundo é meio monstro e meio médico”.<sup>16</sup> Um blefe do cronista, pois se sabia sim quem eram os monstros. Mas, talvez, com esse desfecho, ele tenha tentado fugir dos reducionismos atrelados às personalidades políticas e sociais, além de apontar para a complexidade da ditadura militar que, sem deixar de ser autoritária, ainda naquele momento de 1968 permitia algum debate público e convivia com algumas manifestações opositoras. Conjuntura que, evidentemente, mudaria meses depois com o Ato Institucional de número 5.

Ainda sobre as aparentes contradições do regime militar, Carlinhos em crônica de 12 de maio intitulada “O sermão”<sup>17</sup> narra que oficiais das Forças Armadas mandaram celebrar missa na Igreja da Conceição, localizada em São Luís do Maranhão. Na ocasião, o bispo auxiliar daquela cidade, Dom Edmilson Cruz, teria aproveitado para questionar durante o sermão se existia liberdade no país. “Se existe, por que são proibidas as passeatas pacíficas? Por que as autoridades não permitem que elas se realizem? Volto a perguntar”, teria dito o bispo, “existe liberdade neste país?”.

Diante das indagações do sacerdote, os oficiais presentes, por suposição incomodados, saíram da igreja e, de acordo com o cronista, “foram colocar uma coroa de flores no monumento do ex-Presidente Castelo Branco”. A essa possível ocorrência o cronista analisou da seguinte forma:

As dificuldades atuais entre a igreja e os militares estão ilustradas com extraordinária felicidade neste episódio. Até nos símbolos elas se manifestam. Os católicos entraram na igreja como militares, e não como católicos, tanto que deixaram Cristo no seu altar, carente de flores e orações, e foram realizar uma espécie de missa pagã diante de um monumento militar. Levando esta argumentação até o exagero, pode-se afirmar que eles ali estavam canonizando o ex-Presidente Castelo Branco. E o padre ficou na igreja, ele e o Cristo, mais uma vez pregando no deserto. Como católicos os militares seguramente não se esqueceram de que o sermão é justamente o momento do exame da consciência.<sup>18</sup>

Em 1968, a divergência entre determinadas alas da Igreja, seus representantes e o governo com seus agentes de repressão ganhou corpo. Mal estar esse que chamava a atenção, sobretudo, dado o apoio da cúpula da Igreja Católica ao golpe de 1964. (Houve, também, uma parte do clero que sempre esteve contra o golpe, essa era a ala vinculada aos movimentos de educação e cultura popular). Por essa perspectiva, poderíamos supor que as ações e cerceamentos das liberdades pessoais impostas pela ditadura já estavam, em 1968, a provocar reações de desagravo mesmo em instituições e grupos sociais antes alinhados com as

---

<sup>16</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O médico, o Brasil e o Monstro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1968.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O sermão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1968.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O sermão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1968.

diretrizes políticas e ideológicas do governo. Mas nada é tão simplório assim. Embora, de fato, tenha ocorrido um descontentamento entre alguns religiosos com os rumos do governo – cujas figuras de proa se tornaram, para a posteridade, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Hélder Câmara – a maioria, provavelmente, continuou a apoiar as propostas dos militares governantes, porém não as suas ações publicamente violentas.<sup>19</sup>

Contudo, em o “Sermão” podemos inferir que existia outro elemento a provocar o estremecimento das relações entre o Estado e a Igreja: a posse da autoridade. A Igreja, como instituição, tem desempenhado historicamente uma autoridade social que transcende o âmbito religioso. Autoridade que conjugava os poderes Celestiais e Terrestres e que, portanto, não poderiam ser desrespeitados. Código tácito que os militares presentes à missa, onde o sacerdote é indubitavelmente a maior autoridade investida, descumpriram. Não só negaram a autoridade do padre sobre um assunto que não seria de sua competência, como, em protesto, foram prestar homenagens a outro ídolo, um militar, situado literalmente fora da Igreja e da zona de influência dos seus pastores.

Em outra crônica, dessa vez publicada em 11 de abril, Carlinhos abordou o lugar social representado pela Igreja em um tempo de angústias, mas, sobretudo, de mudanças, como foram os anos 1960 e, em específico, 1968.

Mais do que abrigar os fieis, alguns templos e sacerdotes católicos passaram a oferecer certa proteção e “lugar de fala” aos movimentos de oposição à ditadura e, portanto, a muitos ateus materialistas. Isso ocorreu, por exemplo, no dia 4 de abril na Igreja da Candelária quando uma missa foi celebrada em virtude do sétimo dia da morte do estudante secundarista Edson Luís Souto, assassinado pela polícia em 28 de março.

Para Carlinhos, a Igreja, após um período no qual os “católicos confundiram sua religião com sua posição social” e na qual ela teria passado a ser “um símbolo de uma aristocracia (e portanto o escudo da injustiça)”, estava com o povo. E quanto a isso, por se secularizar conforme, aliás, a orientação do Concílio Vaticano II, os católicos aristocratas – conservadores? – não se mostravam contentes. Eles, inclusive, zombavam dos padres e de “sua ingênua alegria diante dos ateus que enchem os templos num momento de conturbação

---

<sup>19</sup> Provavelmente (como)movidos pelo ideal de uma “Igreja humilde e servidora”, como apregoava o lema do Vaticano II, o episcopado brasileiro reunido na Conferência Nacional dos Bispos, a partir do final da década de 1960, passara “de um apoio explícito à intervenção militar para posições bastante mais críticas ao regime implementado após 1964”. SILVEIRA, Diego Omar da. Os homens da igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al (orgs). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p.42.

social”. Contudo, na leitura do cronista, a Igreja que se abria às manifestações se revelava preocupada com o todo o rebanho e não apenas com algumas cabeças, como em outrora.

A Igreja voltou a si, em consequência os católicos de casta se voltam contra a Igreja, primeiramente com as armas da ironia, e discernindo, entre dois sacerdotes, um verdadeiro e um falso. Mas ninguém se iluda, pois a ironia é apenas o passo inicial, o estudo do ânimo e do poder do inimigo, ainda veremos o mais belo dos cismas, quando esses orgulhosos donos de Deus e do mundo farão tudo para crucificar novamente o Cristo – em nome de um outro Cristo, antiquado, irreal, grotesco, crucificado em ouro e entronizado num altar de ouro... O ouro contra o sangue.<sup>20</sup>

De tal cisma, de tal ruptura com a aristocracia e as injustiças ligadas a ela, emergiria a “Igreja com o povo”, e essa “não será mais a Igreja com os aflitos, mas contra a aflição, não será a Igreja com os pobres, mas contra a pobreza, não será mais a Igreja com os injustiçados, mas contra a injustiça”. E essa Igreja, cujo povo acolheu, “não mais descerá até os humildes, mas subirá com eles até a dignidade humana”. É a essa Igreja que Carlinhos verá como “revolucionária”.<sup>21</sup>

Ainda na mesma semana, na crônica publicada no domingo dia 14 e intitulada “A padroeira dos ateus”, o cronista continua a abordar – e, supomos –, defender a Igreja que se abre “para aqueles que nunca entraram n’Ela”. Ou seja, o autor continua a polemizar sobre as críticas realizadas por católicos conservadores, ao que tudo indica, em decorrência da postura adotada por certos clérigos em defesa das manifestações pacíficas.

A despeito das posições dos conservadores, o cronista diz conhecer um católico progressista, ou nas palavras dele, “católico tonitruante, marxista e existencialista, que se mistura com os jovens no protesto contra o governo militarista, que vê os padres protegendo a integridade física desses jovens e o seu direito de protestar”. Será, pois, esse católico-marxista-existencialista, alguém que vai a missa todos os domingos e que tem em casa um pôster do Che Guevara – o espectro da contradição, certamente – a declarar que “pouco a pouco, o catolicismo está ficando como eu quero”. É a esse catolicismo – as bases da Teologia da Libertação? – que o cronista diz ser imperativo aos “pensadores católicos, que têm horror ao mundo grosseiro e às simplificações grosseiras, deveriam meditar”. Seria necessário considerar que “ser católico é para os brasileiros um imperativo da nossa identidade nacional”. Desse modo, continua o cronista:

---

<sup>20</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A Igreja com o povo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1968.

<sup>21</sup> Ibidem.

A missa de sétimo dia para mártires da agitação revolucionária faz parte do nosso modo de ser nacional. Não havia necessidade de missa, bastava jogar pedras na polícia e gritar *slogans* contra a ditadura. Mas nós fizemos questão da missa. (Quando digo *nós*, estou me referindo a 80 milhões de pessoas).<sup>22</sup>

No excerto acima encontramos a justificativa de Carlinhos. A missa de sétimo dia para o estudante secundarista assassinado no restaurante Calabouço pelas forças da repressão é um ato revolucionário e de contestação à ditadura. Cabia, portanto, aos pensadores católicos aceitar que o povo “orgulhoso de si, de sua identidade” entraria na Igreja de “cabeça erguida”, como agentes sociais e não mais como sujeitos passivos e complacentes. A Igreja, era imperativo aceitar, caso os “aristocratas não atrapalharem” estava em transformação. E um novo catolicismo, engajado, talvez, emergia. Catolicismo esse que, desejava Carlinhos, aos poucos chegaria “onde nós queremos. Nós: os marxistas, os ateus, os existencialistas”<sup>23</sup>.

Como cronista, Carlinhos Oliveira se mantém – a exemplo da crônica anterior em que ele revela ter “estudado” textos publicados na imprensa acerca da posição da Igreja – em constante diálogo com o que ocorre a sua volta. A relação com o seu entorno é uma das marcas do cronista. É do dia a dia que a crônica se faz. É no seu cotidiano ou no de outros que o cronista encontra a matéria-prima a ser explorada e transformada em textualidade.

Assim, Carlinhos dialoga em suas crônicas, por meio dos jornais ou do seu contato com alguns grupos sociais, notadamente, o de intelectuais e artistas da zona sul carioca, com um interlocutor idealizado na figura do leitor. Não nos esqueçamos que no caso dele trata-se de leitores do *Jornal do Brasil*, cujo perfil ideal de público era o de classe média e alta do Rio de Janeiro.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A padroeira dos ateus. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1968.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Esta afirmação parte de uma inferência. Contudo, ela se baseia em alguns elementos por nós avaliados: 1) a linha editorial e política do Jornal do Brasil (abertamente “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”); 2) a produção noticiosa, sobretudo, dos editoriais do periódico (Nesse último item a dissertação de mestrado em história de Eduardo Chammas – defendida em 2012 – nos forneceu uma importante contribuição); e 3) os impactos causados pela modernização administrativa, de layout e de formato jornalístico pelo qual o *JB* passou entre meados da década de 1950 até o inicio dos anos 1970. Mas, reconhecemos que essa – o perfil público leitor do *JB* – é uma problemática que careceria de uma pesquisa mais alentada. Faltam-nos, porém, dados. Isto é, nem o número de tiragens nos é suficiente, pois conforme Ana Paula Goulart Ribeiro em seu estudo sobre a modernização da imprensa brasileira (notadamente carioca) na década de 1950: “A tiragem, entretanto, apesar de importante, não pode ser um critério na avaliação da relevância dos jornais, porque nem sempre o poder e o prestígio de uma empresa jornalística estava diretamente associado ao número dos seus leitores (...). Uma série de outros fatores também deve ser levada em consideração para se avaliar um órgão de informação, como o seu peso político-ideológico, as suas relações com o poder, a sua relevância jornalística (técnica e profissional), a sua estrutura empresarial (força econômica e potencial financeiro) e a composição do seu público leitor. (...) Mas mensurar a importância dos órgãos da imprensa tendo em vista cada um desses fatores não é uma tarefa fácil. Além da imponderabilidade de alguns deles, o pesquisador ainda enfrenta dificuldades em definir com precisão outros mais palpáveis, pois não tem acesso a

Pois será, ao evidenciar o caráter dialógico de suas crônicas – com a sociedade ou indivíduos específicos, como veremos em outra ocasião – que o cronista inicia texto relativamente longo para os padrões que costumava publicar.

Sob o título de “O caso dos dois irmãos”<sup>25</sup> e publicado em 19 de abril, Oliveira escreve ter lido “duas, três vezes o relato dos irmãos Rogério e Ronaldo Duarte, que descrevem aos jornalistas as torturas a que foram submetidos em algum lugar do Rio de Janeiro – seguramente um quartel, mas não se sabe se do Exército ou da Polícia”.

Insatisfeito com a cobertura dos jornais impressos, o cronista diz ter ligado o rádio e por ele soube que o “Comandante do I Exército, depois de meticulosa investigação, se sente incapacitado a assegurar que nenhuma pessoa, entre as que usam farda verde-oliva, esteve envolvida nesse acontecimento”. Ora, e Carlinhos prossegue a nos informar que mesmo antes de ter ouvido o anúncio do Comandante do I Exército, já tinha lido “nos jornais da manhã a notícia de que ia ser feita uma investigação cuidadosa”, uma iniciativa do General Cunha Cardoso e considerada por ele “digna de aplauso”.

No entanto,

no comunicado em que ele [o Comandante] isenta o Exército de responsabilidade no assunto, pareceu-me um tanto apressada a insinuação de que os rapazes estavam querendo manchar o bom nome das Forças Armadas, ou coisa parecida. Se alguns homens do DOPS me pegam na rua e me levam de olhos vendados para um lugar qualquer, onde me espancam e me humilham, ou bem apanhei no DOPS, ou bem da Polícia Militar, ou bem no Exército ou na Marinha ou na Aeronáutica. No Antonio’s ou no Canecão é que não pode ter sido.<sup>26</sup>

O interesse do cronista pelo ocorrido com os irmãos Duarte é justificado por ele mesmo: “esse caso me atinge de perto, porque conheço Rogério Duarte, tendo por ele alguma estima, e recordando a respeito dele algumas ferozes discussões alcoolizadas em alguns bares

---

dados relativos a vários aspectos da vida das empresas jornalísticas”. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p.58-59.

<sup>25</sup> O título dado a crônica não nos parece ocasional, mas sim uma alusão ao filme de 1967 “Caso dos irmãos Naves”. Dirigido por Luís Carlos Person e co-roteirizada por Jean-Claude Bernardet, o filme foi inspirado no livro de João Alamy Filho intitulado “O Caso dos Irmãos Naves: o erro judiciário de Araguari”. O livro narra o caso real de dois irmãos, Joaquim e Sebastião, que foram injustamente acusados em 1937 de um crime na cidade de Araguari, interior de Minas Gerais. Acusados, os dois irmãos foram presos, torturados e obrigados a confessar a autoria do crime que, aliás, nem tinha ocorrido. Já o filme, “um clássico do cinema brasileiro, composto por renomados atores - Juca de Oliveira, Raul Cortez, John Herbert, Anselmo Duarte, Lélia Abramo, Cacilda Lanuza e Sérgio Hingst - revela a audácia de dois jovens artistas que, em plena ditadura (militar), utilizaram da sétima arte para criticar a justiça brasileira e denunciar o abuso de poder”. OLIVEIRA, Eliene Rodrigues de. Artes e Memória: O caso dos Irmãos Naves. In: Anais. *I Encontro Internacional de Direitos Culturais*, Fortaleza/CE, 2012, p.3. O filme teve grande sucesso de crítica e venceu nas categorias de roteiro e atriz coadjuvante o Festival de Brasília de 1967. Em 1968, o “Caso dos irmãos Naves” foi considerado o melhor filme do ano.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O caso dos dois irmãos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1968.

da zona sul”. Nesse sentido, seria por conhecer Rogério que ele teria acompanhado toda a história. Isto é, desde o momento em que Ronaldo e Rogério “desapareceram no centro da Cidade, quando se dirigiam à célebre missa na Candelária, seguindo-se a inútil procura pelos dois pelos amigos” até o momento em que ambos reapareceram. E quando “reapareceram” os irmãos Duarte o fizeram diante dos jornalistas com, e Carlinhos reproduz uma citação, ““vários hematomas e queimaduras de choques elétricos por todo o corpo”, conforme leio nos jornais”.

A existência de centros de tortura mantidos pelo Estado – oficialmente negados – que abrigavam torturadores especialmente treinados para desempenhar essa função durante a ditadura militar não é novidade. Há uma extensa bibliografia sobre essa temática além de inúmeros relatos de presos políticos seviciados, sobretudo, depois de 1968.<sup>27</sup>

Sabemos, também, que a tortura foi utilizada indiscriminada e largamente pelos órgãos de repressão com o objetivo de obter informações dos torturados, além, claro, de desestruturá-los psicologicamente ao ferir de forma tenaz a dignidade humana. Mas não deixa de ser impactante que o cronista afirme abertamente que nossa sociedade tinha condições, material e pessoal, para submeter presos políticos à tortura. Condições que certamente remontavam a outros momentos de nossa história, mas que foram aprimoradas por meio da parceria entre o governo brasileiro e a Escola das Américas<sup>28</sup> e/ou técnicas aprendidas com militares franceses.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Entre a produção bibliográfica que aborda a tortura podemos citar os clássicos: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; e de ALVES, Márcio Moreira. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1996. (Acerca desses e outros livros ficcionais ou não que se ocuparam sobre a ditadura ver o artigo de MAUÉS, Flammarion. Os livros de denúncia da tortura após o golpe militar. *Cadernos Cedem*, v. 2, Marília/SP: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2011 p. 47-59). Entre os mais recentes destacamos GODOY, Marcelo. *A casa da vovó*. Uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.

<sup>28</sup> De acordo com Samantha Viz Quadrat: “Cerca de 60 mil oficiais latino-americanos estudaram na Escola das Américas, localizada no Forte Gullick, no Panamá. Centenas desses militares são hoje acusados pelas Comissões da Verdade, que apuram as violações dos direitos humanos durante os governos ditatoriais, de terem participado desses crimes. (...)A criação da Escola visava superar os novos desafios que o governo estadunidense avaliava enfrentar diante do quadro internacional da Guerra fria. Nesse sentido, a nova Escola divulgou as ideias anticomunistas e treinou os oficiais latino-americanos no combate aos movimentos guerrilheiros ou de oposição em seus países”. QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, vol. 28, nº 47. Belo Horizonte, jan-jun, 2012, p.34.

<sup>29</sup> Embora tenhamos uma considerável produção bibliográfica sobre a influência da Doutrina de Segurança Nacional estadunidense sobre as relações políticas do Brasil durante a Guerra Fria, ainda temos poucos estudos acerca do papel da França e sua *guerre révolutionnaire* na formação intelectual dos militares brasileiros antes do golpe. Nesse sentido, podemos ver, por exemplo, o artigo de MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, número 67, junho de 2008, pp. 39-50. Igualmente temos algumas pesquisas sobre a Escola das Américas, mas poucas acerca do ensino e a adoção de técnicas de tortura dos militares franceses pelos agentes da repressão da ditadura brasileira e de outras ditaduras na América do Sul. Para mais informações sobre isso ver o livro de

A citação a seguir traduz muito bem o cuidado – ou será temor? – com o qual Carlinhos aborda a situação. O cronista tece críticas aos militares, todavia, também faz ressalvas sobre a possibilidade deles realmente não terem cometido aquele crime – o que não os isentaria de outras torturas... – contra os irmãos Duarte, mesmo que alguém, provavelmente, apoiadores do governo fossem os responsáveis. Escreve Carlinhos:

Bem. O Comandante do I Exército garante que nenhum militar torturou ninguém nesses últimos dias. Mas de tal declaração, embora nos deixe tranquilos quanto ao comportamento dos militares, não serve para eliminar hematomas e queimaduras de choques elétricos. Alguém cometeu um crime, e o fato de afirmar que não fui eu, não tem o dom de instalar a paz na minha consciência. *Se isto aqui é uma sociedade organizada, conforme às vezes parece, temos que ir atrás dos torturadores, para que sejam denunciados e punidos, a fim de que possamos todos dormir em paz.* O relato dos dois irmãos é confuso, às vezes contraditório; mas se eles exibem hematomas e queimaduras, passam a ter o direito à confusão, à contradição e até à injustiça. Dizem que foram torturados no Exército como poderiam jurar que o foram no Vaticano; a mania de perseguição, no caso, me parece não apenas compreensível mas inevitável, e deve ser arrolada entre os danos causados pelos torturadores (grifo nosso).<sup>30</sup>

Após criticar a ação dos órgãos de repressão e a incapacidade do governo em apurar os casos de tortura relatados, Carlinhos atenua o seu posicionamento. Primeiro diz estar “deliberadamente apanhando o acontecimento em pleno vôo, sem se preocupar com o seu desenvolvimento ulterior”. Dado o tempo entre o ocorrido e a publicação da crônica, Oliveira se justifica ao alegar que no momento em que ela fosse publicada talvez “tudo já tenha se esclarecido”. Embora tenha relativizado a crítica realizada a partir dessa possibilidade de tudo ter se esclarecido, logo Carlinhos volta ao epicentro da questão: a tortura. Segundo ele, o “problema é saber se há ou não condições, em nossa sociedade, para a aplicação de sevícias em prisioneiros políticos. Resposta: há. Amanhã, se Deus quiser, estudaremos outro depoimento – e quem sabe poderemos chegar a alguma conclusão construtiva”.<sup>31</sup>

Ao recuperar o mote deixado nessa crônica sobre a tortura dos irmãos Duarte, a saber, a título de estudar outro depoimento e tecer alguma conclusão construtiva sobre os eventos relacionados à Candelária, foi publicada no dia 20 de abril “Uma sugestão construtiva”. Se na crônica do dia anterior Carlinhos tinha baseado sua análise a partir do depoimento à imprensa realizado por Rogério e Ronaldo Duarte, dessa vez o cronista se fiou no testemunho de Alberto Jacob, identificado como “fotógrafo de um grande jornal”.

---

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra – da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O caso dos dois irmãos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1968.

<sup>31</sup> Ibidem.

A crônica começa com questionamentos acerca da visibilidade social que alcançaram os eventos: quem não teria visto a ação da cavalaria da PM contra as pessoas encurraladas na saída da Igreja? E quem, ainda, teria esquecido os soldados armados de cassetetes e sabres contra uma multidão “desorganizada e aterrorizada” na Avenida após a missa? – pergunta o cronista.

O que aconteceu na Candelária, a despeito da repressão policial que tentou quebrar máquinas fotográficas, foi registrado em muitas imagens da ação policial na porta da Igreja. A opinião pública, já sensibilizada pela morte do secundarista Edson Luís no restaurante Calabouço, mais uma vez ficou comovida com as imagens de uma multidão, inclusive com alguns padres, agrupada nas escadas da Igreja enquanto cavaleiros investiam contra ela.

Contudo, uma vez distantes das lentes da imprensa capazes de sensibilizar a “consciência nacional”, as pessoas presas pelas forças policias, inclusive, Alberto Jacob, ingressam no que Carlinhos chama de “subterrâneos da nossa adorável democracia”. A metáfora utilizada pelo cronista nos lembra outra, de uso corrente tanto na historiografia quanto em material jornalístico para representar verdadeiros dispositivos nos quais a tortura era sistemática: os porões da ditadura.

O cronista passa, então, a narrar o que “sofreu e viu” Alberto Jacob. Assim, nos é dado a saber que Jacob ao ser recolhido em um camburão, viu três moças serem assediadas por um “policial drogado” e que o grupo de presos ao chegar à sede do DOPS, foi recebido por policiais que formavam, ao longo de três andares, um corredor polonês. Findo o corredor, as três moças voltaram a ser “submetidas a novas e brutais bolinações, nas quais, agora, o policial drogado é acompanhado por seus colegas”.

Diante desses relatos, qual a conclusão do cronista sobre as ações dos órgãos de repressão? É esta:

– no decorrer dos confrontos, violentos ou não, entre a multidão açulada pelos agitadores e o aparelho policial de repressão, numerosos manifestantes são sequestrados em plena rua, sendo conduzidos um pouco para toda parte onde existam cárceres disponíveis. Do local do sequestro à sede do esconderijo, os prisioneiros se vêem reduzidos ao desamparo absoluto. Muitas vezes podem voltar ilesos à realidade legal de que foram excluídos, mas nada – e isto é que é importante –, nada impede que sejam espancados e torturados, como nada impede que desapareçam pura e simplesmente e para todo o sempre. (...) Ao Governo cabe, então, mostrar na prática que essas violências não estão incluídas na sua filosofia. E eu sugiro que comece tomando uma providência elementar – capaz, por si só, de obrigar os espancadores e torturadores a pensarem duas vezes.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Uma sugestão construtiva. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1968.

Com base nos relatos, tanto dos irmãos Duarte como no de Jacob, Carlinhos aborda a dinâmica da repressão. Importante notar que o cronista afirma que muitos manifestantes presos por policiais eram na verdade sequestrados e, como tal, não tinham a possibilidade de recorrer a uma defesa formal como prevista legalmente. Uma vez sequestradas essas pessoas se encontravam à mercê dos aparelhos repressivos podendo, ou não, serem libertadas após um interrogatório com ou sem sessões de tortura. Outra possibilidade para quem era sequestrado era o de “desaparecer”. É considerado desaparecido político, um eufemismo, aquele que ao morrer durante as sessões de tortura, mas, por não estar formalmente sob a guarda do sistema ditatorial, não consta no emaranhado de relatórios que a burocracia da ditadura produziu.

No entanto, embora Carlinhos faça menção ao sequestro e a tortura de manifestantes contrários à ditadura como algo realizado pelos órgãos de repressão, ele atenua a responsabilidade dos governantes nessas ocorrências. Talvez por isso o cronista fale em “subterrâneos de nossa bela democracia”. A prática da tortura não era vista por ele como política de governo e sim como um ato ilegal cometido por agentes do Estado. Daí a necessidade como ele fez de reivindicar, aliás, reiteradamente, pois já tinha feito na crônica sobre os irmãos Duarte, explicações e uma atitude de disciplinalização das forças policiais.

Essa, ao menos, é a análise que podemos fazer nos atendo à textualidade da crônica. Mas, e se inquiríssemos o autor em sua intencionalidade ao produzir uma crônica que, parecemos, tenta funcionar como arcobotante ao equilibrar uma crítica aos agentes da repressão, mas sem implicar diretamente os governantes. Nesse caso, quais hipóteses levantaríamos?

Ora, em 1968 já se sabia da existência da prática de tortura contra presos/sequestrados políticos. Ao menos desde o primeiro presidente militar a imprensa, sobretudo, já denunciava a existência de torturados e torturadores. Para Maria Helena Moreira Alves, “durante o período do governo Castelo Branco a imprensa teve papel importante na descoberta, comprovação e combate à tortura”. E, com a finalidade de denunciar essa prática condenável pela Convenção de Genebra, os jornalistas realizaram uma campanha que, ainda de acordo com Moreira Alves, “foi conduzida especialmente pelo *Correio da Manhã*, e efetivamente obrigou o governo a suspender temporariamente a tortura sistemática de presos políticos”<sup>33</sup>. Portanto, em 1968 já era de conhecimento público, provavelmente não das “massas”, mas ainda assim público, da existência da tortura como instrumento político utilizado pelos militares dispostos a assegurar a por eles chamada “Revolução de 31 de março”.

---

<sup>33</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 216.

Provavelmente, Carlinhos Oliveira conheceu muitos desses jornalistas que denunciaram a tortura sistemática, entre eles Márcio Moreira Alves<sup>34</sup>. Isso pode significar, então, que o cronista tinha conhecimento da tortura não como fatos isolados e realizados furtivamente, sem o conhecimento/consentimento do alto escalão do governo, como escrevera na crônica. Posto isso, nossa hipótese é que justamente por saber da prática da tortura e por ter medo dela ou mesmo de ser preso, como ocorreu com Carlos Heitor Cony<sup>35</sup>, que Carlinhos astuciosamente preferiu adotar uma postura ambivalente em suas crônicas, mesmo que mantivesse em geral o tom de crítica ao regime. Assim, se por um lado ele se resguarda (da censura e de toda sorte de coerção) ao não fazer uma denúncia efetiva ou efusiva do aparato repressivo da ditadura, por outro também se justifica pessoalmente, algo como: ‘Fiz o que estava ao meu alcance’.

No final de junho outra crônica, dessa vez motivada por um atentado – “repugnante” na definição de Carlinhos – contra o Quartel Geral do II Exército ocorrido no dia 26 daquele mês, na cidade de São Paulo. Lembremos que nesse mesmo dia ocorreu no Rio de Janeiro a “Passeata dos 100 mil”. Enquanto lá o clima era de ordem e festa, em São Paulo, em decorrência da explosão de uma dinamite, um soldado morreu.

Carlinhos parte do fato e das declarações atribuídas ao Comandante do II Exército, General Manuel Carvalho, para quem estava em curso no país uma “trama subversiva que tem por objetivo destruir as instituições e o regime”, para questionar as ações da ditadura em sua desenfreada caça aos comunistas.

À declaração “pessoal tão pitoresca quanto perturbadora” do General, que teria dito: “– Vou buscar os comunistas onde estejam infiltrados, na Igreja, nos colégios, nas fábricas e até mesmo no inferno”, Carlinhos contrapõe a possibilidade dos “terroristas” que atacaram o II Exército serem, também, “anticomunistas fanáticos”. E eles, os “hipotéticos homens da dinamite”, uma vez que o General estaria empenhado em capturar todos os comunistas, aguardariam até ficarem, aí sim, “sob a mira das autoridades militares”.

---

<sup>34</sup> É de 1966, por exemplo, o livro de Márcio Moreira Alves, *Tortura e torturado* que, segundo Maués, ao ser lançando “foi proibido e recolhido pelo governo federal – e foi, também, usado como argumento para a tentativa de impugnação da candidatura a deputado federal do autor. No entanto, a obra foi liberada pela justiça em julho de 1967, ano em que saiu sua segunda edição. É um livro documental, que procura registrar os casos de tortura ocorridos naquele período da forma mais detalhada possível”. MAUÉS, Flamaron. *Op. cit.*, p.51.

<sup>35</sup> O jornalista Carlos Heitor Cony, nesta entrevista afirma ter sido preso por seis vezes durante a ditadura militar. RODRIGUES, Alana. “Fui o primeiro jornalista preso pelo Alto Comando Revolucionário”, diz Cony. *Portal Imprensa – jornalismo e comunicação na web*. 03 de abril de 2014. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/64986/fui+o+primeiro+jornalista+preso+pelo+alto+comando+revolucionario+diz+cony>

Contudo, para o cronista, essa trama só interessaria ao General e aos seus comunistas. Enquanto isso pessoas como o próprio Carlinhos e outros que não eram nem “uma coisa nem outra”, portanto, nem adeptos das nascentes ações da guerrilha urbana e que não compactuavam com a repressão exponencial do Estado, consistiria

em andar pelas ruas contestando uma determinada doutrina política, já executada e amplamente na prática, porque essa doutrina, a nosso ver, prejudica a todos nós – intelectuais, estudantes, operários, industriais, comerciantes, lavradores, militares, crianças, velhos... Queremos um futuro concebido em nossos corações; recusamos as ordens que nos são ditadas para que cumpramos sem alternativa, e lutamos com lealdade contra os assassinos do nosso amanhã, esses apologistas da nossa irremediável debilidade nacional.<sup>36</sup>

Eis uma primeira resposta ao General Lisboa. Nela Carlinhos se assume como contestador de uma doutrina política – o arbítrio do governo, a censura, a violência policial... – que não ofereceria alternativas de liberdade e ainda assassinava o futuro, representado pelos jovens. Juntamente com o cronista estaria uma diversidade de grupos sociais que iriam desde os intelectuais, onde Carlinhos se inseriria, até os lavradores e mesmo militares. Mas entre esses “contestadores” que “lutam sem hipocrisia ou medo, muitos se vêem forçados a viver em meia clandestinidade”, ou seja, aderiram – por estratégia de luta e sobrevivência – a uma vida errante entre “pontos” e “aparelhos”.

Carlinhos diferencia o que seria a clandestinidade, a alternativa para muitos opositores da ditadura que permaneciam no país, e a ação daqueles que agiam nos interstícios dos órgãos repressores. Enquanto os primeiros se viam obrigados a agir nas sombras dada a caça da qual eram alvos por serem opositores “honestos” do governo, os segundos utilizavam o submundo com a desfaçatez de homens de bem imbuídos de ideais criminosos. Estes seriam os ratos: sujeitos dissimulados a cometer atos criminosos cuja responsabilidade seria creditada aos grupos opositores em uma batalha simbólica pela autoria do crime. Esses eram identificados como mesquinhos a urdir, quase sempre em benefício próprio, uma imagem de subversivo de qualquer um que lhes fosse um desafeto, seja um vizinho ou uma figura pública como Dom Hélder Câmara.

Nesta crônica, Carlinhos já prenunciava os sinais da entrada nos verdadeiros “tempos sombrios” da ditadura. A alusão à Hannah Arendt e seu livro sobre os homens por ela biografados que viveram em momentos de adversidade histórica, não é gratuita.<sup>37</sup> 1968 é o

---

<sup>36</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A trama e a turma. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1968.

<sup>37</sup> ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

limiar que marca o início do que seria conhecido pela historiografia como os “anos de chumbo”: um período de desenfreado denuncismo e de caça irracional aos comunistas e opositores de modo geral ao governo, por meio das ações do Destacamento de Operações de Informação /Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e da Operação Bandeirantes (OBAN).

Mas a meia clandestinidade ou a clandestinidade permanente não é vivida nos esgotos. Nos esgotos estão os ratos. Muitos regimes políticos, tanto quanto as pessoas ou as cidades, possuem os seus intestinos. Pois bem, nos intestinos do atual regime, nos seus esgotos, fervilham desde o princípio aqueles fanáticos da extrema-direita que produziram torturas um pouco por toda parte, e conspirações, e traições, atentados. O estilo dessa gente é bem conhecido. Trata-se de destruir uma vida inocente na calada da noite: põe-se uma bomba no banheiro de um cinema; envia-se uma carta anônima acusando o vizinho de alimentar ideias liberais; constrói-semeticulosamente uma imagem deformada de Dom Hélder Câmara; clama-se a chegada da escuridão...<sup>38</sup>

Em outra crônica, Carlinhos volta, novamente, a abordar a paranoíacomunista que atravessava a sociedade e da qual nem mesmo as Forças Armadas, ou sobremaneira elas, estavam incólumes. Em “Os angustiados de Sousa”, crônica publicada em 28 de julho, duas questões são postas: o temor dos militares quanto a uma possível infiltração de células subversivas em suas fileiras e a batalha pelo controle da informação e a circulação das representações sociais.

A ditadura militar brasileira atuou, especialmente, em duas frentes. Na repressão aos movimentos de contestação ao governo – levada a cabo pelos DOI-CODIs<sup>39</sup> – e em ações de caráter mais “educativo”. Para isso valeu-se de mecanismos legais como a censura prévia e autocensura, ou mesmo chantagens, ameaças anônimas e todo tipo de métodos de coerção dissimulada contra os meios de comunicação e obras artísticas. Nesse âmbito se destaca, portanto, o combate à subversão no plano das ideias e ideologias, nos campos da cultura e nos meios intelectuais.

Vejamos a angústia do ministro do Exército, de acordo com Carlinhos:

O ministro do Exército acredita que elementos subversivos – futuros guerrilheiros – possam estar se infiltrando em unidades do Exército especializadas em lutas antiguerilhas. Graças aos conhecimentos obtidos às custas da Nação, esses elementos ficariam aptos a destruir essa mesma Nação. Portanto, o Ministro do Exército está angustiado. Acaricia a suspeita de que o expurgo ocorrido nas Forças Armadas, a partir de 1964, não foi o

<sup>38</sup> OLIVEIRA, José Carlos Oliveira. A trama e a turma. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1968.

<sup>39</sup> Essas siglas designam o “Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna”. Vinculados ao Exército os DOI-CODIs foram criados em 1970 com a função de coordenar e integrar as ações dos diversos órgãos e ações existentes para combater a subversão e o terrorismo.

suficiente. Admite que ainda haja militares comunistas – e hábeis – a ponto de passarem por anticomunistas.<sup>40</sup>

Como é sabido, embora esse tema tenha ficado por anos à margem da historiografia sobre o período dos governos militares, com o golpe de 1964 não apenas civis foram afetados pelos atos da “Revolução Redentora”, mas também oficiais militares.<sup>41</sup> Enquanto os primeiros tiveram seus direitos políticos cassados, os militares (aqueles considerados imbuídos de ideais esquerdistas, ao menos de acordo com a justificativa oficial) foram compulsoriamente reformados em verdadeiros atos de expurgo. As Forças Armadas nunca foram um grupo político-ideológico coeso. É nesse aspecto que as cassações que atingiram oficiais de diferentes graduações revelavam as disputas por uma hegemonia (de poder, projeto de Nação e concepção de Estado) que se desenrolavam desde, provavelmente, a ditadura Varguista, entre os anos 1930 e 1940, e sua herança.

O fato é que a partir da “conquista do Estado”, os militares precisavam garantir e consolidar o governo como, também, “reforçar os interesses dos grupos sociais a eles articulados”. Desse modo, “com esses objetivos foi iniciado um processo repressivo de ‘limpeza’ do sistema político que consistia na eliminação de todo e qualquer foco oposicionista que pudesse representar um núcleo de contestação ao regime”.<sup>42</sup> As Forças Armadas se tornaram um dos primeiros grupos, inclusive com o propósito de unificá-las contra um inimigo comum, sobre o qual os vitoriosos incidiram.

O temor do Ministro, entretanto, aponta para o constante receio dos subversivos se valerem da própria estrutura e técnicas apreendidas nas Forças Armadas para darem um golpe de Estado! E em 1968 o capitão Carlos Lamarca ainda não tinha aparecido em cena...

Outra questão levantada pela crônica é a Lei de Imprensa<sup>43</sup>, considerada branda pelos militares que figuram na narrativa do cronista. O que estava em jogo aqui, embora nas

---

<sup>40</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Os angustiados de Sousa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1968.

<sup>41</sup> Sobre as disputas, e mesmo sobre as cassações de membros das Forças Armadas pós-1964, conferir os seguintes trabalhos: CASTRO, Celso et alii (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/Bom Texto, 2004; GAIO, André Moysés. *Em busca da remissão: a mobilização militar pela democracia*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997; VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>42</sup> VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p.157.

<sup>43</sup> Promulgada em 1967, a *Lei no 5.250, de 9 de fevereiro de 1967*, a Lei de Imprensa, previa no Capítulo III – Dos abusos no Exercício da Liberdade de Manifestação do Pensamento e Informação –, entre outras coisas, de acordo com o “Art. 14. Fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe: Pena: de 1 a 4 anos de detenção. Art. 15. Publicar ou divulgar: a) segrêdo de

palavras de Carlinhos isso assuma ares de comédia de costumes, é a tentativa de controle pelo Estado da circulação de significados e significações na sociedade. Para os ministros militares a imprensa, mesmo cerceada por dispositivos legais e por conveniência com o governo, ainda representava um risco para a manutenção da ordem interna. Em uma situação de guerra (contra o inimigo interno da nação segundo as leis de Segurança Nacional) como a que o país se encontrava, era necessário ter vantagens não apenas em relação às tecnologias, técnicas e equipamentos de repressão, mas também no que é chamado na crônica de armas psicológicas.

Enquanto as Forças Armadas mantinham uma notável superioridade de infraestrutura, material e pessoal em relação aos “subversivos”, o governo, no entanto, ainda não conseguia controlar satisfatoriamente os aparelhos ideológicos. Como tal, os jornais – e jornalistas – poderiam agir em conluio, ou sob a orientação dos inimigos da nação e propagar o terror entre a população, o que poderia contribuir para o enfraquecimento e consequente queda do governo “revolucionário”. O mesmo governo, aliás, que derrubou o presidente Goulart com o apoio dos grandes jornais impressos.<sup>44</sup>

Ademais, a justificativa para uma Lei de Imprensa mais eficiente, nos termos de uma ditadura, era os jornais não informarem sobre a realidade dos fatos. Eles, na verdade, estariam a subvertê-la por meio de deturpações das declarações de Ministros e mesmo noticiando inverdades como a greve dos operários em Osasco, praticamente encerrada de acordo com o governo, mas ativa pelas páginas dos jornais. Certamente, portanto, os jornais e órgãos noticiosos participariam, na visão da personagem Ministro da Justiça, de uma trama para deslegitimar o governo do general Costa e Silva e suas habilidades de governar e manter o legado da operação vitoriosa de 1964.

---

Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa interna ou externa do País, desde que o sigilo seja justificado como necessário, mediante norma ou recomendação prévia determinando segredo confidencial ou reserva; b) notícia ou informação sigilosa, de interesse da segurança nacional, desde que exista, igualmente, norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidencial ou reserva. Pena: De 1 (um) a 4 (quatro) anos de detenção. Art. 16. Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem: I - perturbação da ordem pública ou alarme social; II - desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer emprêsa, pessoa física ou jurídica; III - prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município; IV - sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro. Pena: De 1 (um) a 6 (seis) meses de detenção, quando se tratar do autor do escrito ou transmissão incriminada, e multa de 5 (cinco) a 10 (dez) salários-mínimos da região. Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, se o crime é culposo: Pena: Detenção, de 1 (um) a (três) meses, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região. Art. 17. Ofender a moral pública e os bons costumes: Pena: Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região”.

<sup>44</sup> Juremir Machado da Silva propõe, inclusive, que adotemos o tríptico “midiático-civil-militar” para nos referirmos ao golpe de 1964. De acordo com ele, a imprensa desempenhou tamanho papel na construção de uma narrativa pró-ação dos militares que, portanto, precisaria figurar na definição do golpe juntamente com os militares e setores conservadores da sociedade civil. Ver: SILVA, Juremir Machado da. 1964. *Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

O subchefe do Estado-Maior do Exército adverte: – Na guerra moderna são usadas armas convencionais ou psicológicas: sobre as primeiras, o Governo tem controle, mas sobre as segundas há um controle apenas parcial, através da Lei de Imprensa. Como a eficiência das armas psicológicas muitas vezes supera a das armas de fogo, é necessário a regulamentação de seu uso. Portanto, o subchefe do Estado Maior-Maior do Exército também está angustiado. Admite que o governo tenha sofrido sucessivas derrotas no campo da guerra psicológica. E recomenda, para a resolução do problema, um controle governamental mais rígido sobre (e em consequência contra) a imprensa. Já o Ministro da Justiça anuncia que, doravante, só dará declarações por escrito e em papel timbrado do seu Ministério. Alega que, quando fala aos jornalistas, em geral diz uma coisa e sai outra. Isto significa que o nosso Ministro da Justiça está igualmente sofrendo aquela angústia especial, próxima da paranóia, que consiste em desconfiar de todas as pessoas que o rodeiam, e até de sua própria boca. As palavras que saem de sua boca colocam em risco a sua pessoa e o Governo a que serve. Vejamos agora o que diz o Ministro do Trabalho: – Quando se publica no Brasil inteiro que se permanece de pé a greve de Osasco – quando na verdade ela está praticamente encerrada – permitindo-se, com isso, que os estudantes saiam às ruas para fazer manifestações de solidariedade e coletar dinheiro para aqueles grevistas, é evidente que a imprensa não está ajudando, porque está desinformada. Com que angústia, pela manhã, o Ministro do Trabalho verifica que os jornais não coincidem com a realidade! Os seus ovos quentes, a sua torrada, perdem todo o sabor...<sup>45</sup>

Por fim, uma vez que a imprensa estaria desinformada sobre as ocorrências do cotidiano político e institucional do país, nada mais natural que os Ministros de Estado estivessem angustiados e temerosos. Autoridades militares em estado de alerta e se sentindo ameaçadas significava reação, e ela não tardaria, momento no qual todos estariam fritos, exceto Carlinhos que sonhava com a Tcheco-Eslováquia, “onde o vento que sopra é o da liberdade”. Entretanto, mal sabia o cronista que o vento de liberdade que soprava sobre uma das antigas Repúblicas Socialistas se tornaria meses depois em um vendaval de repressão.

## 1.2 – A resistência do “Movimento Estudantil” ao governo

Para a posteridade, 1968 se tornou um marco das revoltas estudantis. Assim ele tem figurado no calendário, assim tem sido lembrado: como o ano no qual a juventude, tratada genericamente como categoria social, teria se revoltado contra as opressões e coerções mundo a fora. No Brasil o papel de destaque dado aos jovens e estudantes não costuma ser muito diferente. Entre nós, 1968 é lembrado como o ano dos atos e manifestações impulsionadas por

---

<sup>45</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Os angustiados de Sousa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1968.

estudantes secundaristas e universitários, embora também tenha sido o momento do derradeiro desmantelamento do Movimento Estudantil organizado.<sup>46</sup>

Carlinhos Oliveira em suas crônicas se mostra particularmente afeiçoadão pela chamada juventude de 68. Afeição, aliás, que chega às raias de ser romântica, pois para ele os jovens ousavam fazer no âmbito da política e das relações pessoais o que nenhuma outra geração anterior fez, ao menos não de forma tão ostensiva. Além disso, o cronista registra o lugar-chave ocupado no país pelos movimentos estudantis como opositores à ditadura militar ao narrar os seus reveses, ações e táticas contra os militares e seus órgãos de repressão em cenas de verdadeiras batalhas nas ruas do Rio de Janeiro. Em outros momentos o cronista se vale da ironia para criticar a atitude desmesurada do governo do general Artur da Costa e Silva contra os estudantes. Isso pode ser lido, por exemplo, em uma crônica datada de 7 de janeiro, portanto uma das primeiras do ano, e intitulada “A solução final”, na qual o cronista propõe ao presidente uma solução para o caso dos “estudantes”.<sup>47</sup>

Quanto à temática podemos destacar a presença, ainda que de forma subjacente, da Lei de Segurança Nacional em passagens que enfatizam ser da obrigação de um estudante, como era de todos os brasileiros, claro, se responsabilizar pela segurança nacional e zelar pela ordem instituída. Em contrapartida, as penalidades para aqueles considerados não aptos para cumprir o seu papel de defensor do Estado contra o inimigo interno: a prisão e a tortura. Carlinhos, ao escrever esta crônica, nada mais fez do que satirizar a burocracia dos militares e ironizar o papel dos estudantes (esses seriam apenas os maiores de 18 anos, o que excluiria os secundaristas, grupo importante dentro do movimento estudantil), quando eles assumiam a dianteira dos movimentos de oposição ao governo.

1. Será considerado estudante todo brasileiro maior de 18 anos.
2. As mulheres não serão levadas em consideração.
3. Os estudantes serão convocados para a escola.
4. Fica proibido o uso de uniforme. E será obrigatório o uso de uma farda estudantil.
5. Os estudantes do primeiro ano farão contingência para os estudantes do segundo ano. Os do segundo ano farão contingência para os do terceiro ano, e assim por diante.
6. Todo estudante é responsável pela segurança nacional. Se alguém chatear alguém na rua, os estudantes descerão a lenha no chato.

---

<sup>46</sup> Por ocasião do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes. Marcado para ser realizado em um sítio localizado em Ibiúna/SP, o Congresso foi descoberto pelos agentes policiais que invadiram o local e prenderam cerca de mil estudantes, entre eles toda a liderança do movimento: José Dirceu, presidente da União Estadual dos Estudantes; Luís Travassos, presidente da UNE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes e Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundários.

<sup>47</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A solução final. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1968.

7. No primeiro ano do currículo, o aluno se chamará *estudante raso*. Ao receber o diploma: sargento-estudante.
8. Os professores deverão conhecer a técnica de acionar canhões, metralhadoras e demais armas de guerra.
9. Esse conhecimento, é claro, não será transmitido aos estudantes enquanto estes não se mostrarem capazes de zelar pela ordem pública.
10. Estudante reprovado é estudante subversivo. Cadeia para ele.
11. Estudante relapso é estudante corrupto. Pau nele.
12. Os excedentes serão considerados estudantes de terceira categoria.<sup>48</sup>

Essa crônica, na verdade, é um bom exemplo da maleabilidade textual do gênero. Primeiro, ela está organizada como um memorando, ou um ofício, cujo destinatário é o Presidente da República. Não há um desenvolvimento narrativo como se costuma observar nas crônicas em geral, a linguagem é objetiva(da), hierarquizada e, por que não, militarizada. Ao constatar essa “diferença” estrutural entre essa crônica/memorando e as outras, lembramos, com Jorge de Sá, que o cronista tem liberdade ao elaborar o seu texto. E por ter tal liberdade no exercício da escritura que o autor ao narrar sobre algo sério, e socialmente significativo como a função dos estudantes em uma ditadura, por exemplo, “pode transmitir a aparência de superficialidade para desenvolver o seu tema, o que também acontece como se fosse ‘por acaso’”.<sup>49</sup> E, continua Sá ao nos chamar atenção para as possíveis intenções do cronista dada à escolha por representar algo aparentemente banal com leveza:

No entanto o escritor sabe que esse ‘acaso’ não funciona na construção de um texto literário (e a crônica também é literatura), pois o artista que deseje cumprir sua função primordial de antena do seu povo, captando tudo aquilo que nós outros não estamos aparelhados para depreender, terá que explorar as potencialidades da língua, buscando uma construção frasal que provoque significações várias (mas não gratuitas ou ocasionais), descortinando para o público uma paisagem até então obscurecida ou ignorada por completo (grifo nosso).<sup>50</sup>

As escaramuças entre o governo e os estudantes antecedem 1968 e estão relacionadas a uma série de questões. Ainda no período João Goulart os estudantes reivindicavam melhorias na educação por meio de mais verbas para escolas e universidades. Entre as reivindicações estava desde a ampliação do acesso da população ao ensino superior até a reforma dos currículos e das estruturas, tradicionalmente normativas e hierárquicas, das

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A solução final. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1968.

<sup>49</sup> SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 2007, p. 9.

<sup>50</sup> Ibidem, pp. 9-10.

universidades. Os estudantes reclamavam, por fim, maior participação política, pois “sentiam-se e compreendiam-se como agentes de um processo mais amplo – o da educação”.<sup>51</sup>

Com a derrubada de João Goulart, logo no dia seguinte, a sede da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, foi atacada e incendiada. Os ataques aos estudantes não pararam por aí. Ainda em 1964 o governo militar aprovou a Lei Suplicy que tinha por objetivo controlar as entidades de representatividade estudantil.<sup>52</sup> É nesse cenário pouco motivador que em 1968, já na clandestinidade, a UNE e outras entidades de representação estudantil diante de uma reforma universitária exclusiva, como era a proposta MEC-USAID pretendida pelos militares, volta a se mobilizar e ocupar as ruas. A primeira bandeira de 1968, sobretudo, entre janeiro e fevereiro, gira em torno dos chamados “excedentes”<sup>53</sup> que lutam contra a política educacional do governo em favor de mais vagas de ingresso no ensino universitário. Os mesmos “excedentes”, os quais deveriam ser considerados estudantes de terceira categoria, que aparecem nessa crônica de Carlinhos.

No final de março um acontecimento desencadearia uma série de eventos que se tornariam emblemáticos para a memória de 1968 no Brasil: o assassinato do secundarista Edson Luís Souto no restaurante estudantil Calabouço. Ocorrida em 28 de março durante uma ação da polícia militar, a morte do jovem de apenas 17 anos provocou comoção – e reação – social.

Os estudantes, com o corpo de Edson Luís, se abrigaram na Assembleia Legislativa recusando-se a entregá-lo às autoridades. De lá, em um cortejo fúnebre-manifestação, saíram apenas no dia seguinte quando a Cinelândia, onde estava situada a Assembleia, “amanheceu tomada pelo povo”. Foi nessas circunstâncias que “o governo retirou a polícia das ruas e mais

---

<sup>51</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In.: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p.19.

<sup>52</sup> “Apresentada em forma de projeto no mês de junho e aprovada com o nº 4464, em 11 de novembro de 1964, a ‘Lei Suplicy’ propunha-se, na visão de seu autor, a: ‘salvar a universidade, instituir uma elite autêntica e deixar de lado a UNE’, revogando assim o decreto getulista que regulamentara, em 1942, o funcionamento da entidade nacional dos universitários. No lugar da UNE e das UEEs, o governo militar propunha a construção de uma nova estrutura de representação: os diretórios estudantis em cada escola substituiriam os centros acadêmicos (entidades civis, até então); acima deles, ficariam os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), eleitos por voto indireto pelos representantes dos primeiros; os vários DEEs elegeriam, também indiretamente, a cúpula do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), cuja sede seria em Brasília. A lei vinculava os diretórios de cada escola à administração universitária e a entidade nacional, além das regionais, ao Ministério da Educação”. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987, p. 87-88.

<sup>53</sup> “Eram conhecidos como ‘excedentes’ os estudantes que obtinham a nota média exigida nos vestibulares, mas não entravam na Universidade porque o número de vagas disponíveis era menor do que o de aprovados”. RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p.56.

de 50 mil pessoas puderam enterrar a primeira de uma longa série de vítimas da violência policial”.<sup>54</sup>

Seis dias após o assassinato do secundarista, no dia 3 de abril, Carlinhos Oliveira publicou a primeira crônica de uma série de três que se ocupariam dos eventos ocorridos no dia 1º de abril. A primeira delas, de nome “Antes”, é uma amostra do clima de apreensão que pairava sobre a cidade do Rio de Janeiro e da expectativa das manifestações que deveriam ocorrer contra a ditadura que completava naquele momento quatro anos com um assassinato recente de um estudante.

Os dias que compreendem do assassinato de Edson Luís até a sua missa de sétimo dia na Candelária marcaram um período de batalhas e manifestações entre estudantes, mas também de intelectuais, contra a ditadura e seus órgãos de repressão. O 1º de abril marca, na escrita do cronista, o prólogo dessa narrativa que terá como ápice a “Sexta-Feira sangrenta” e como desfecho a Passeata dos 100 mil, em junho. Assim, em “Antes” Carlinhos nos apresenta o ânimo exaltado das pessoas, representado pelo diálogo entre ele e o taxista, que aguardavam os confrontos dos estudantes em uma cidade ocupada pelas forças policiais. Há temor em circular pelo Rio de Janeiro na manhã do dia 1º, embora a manifestação estivesse marcada para começar apenas à tarde, segundo sabemos pelo cronista:

O motorista é um homem de seus quarenta anos e começa recusando a corrida. – Passei por lá hoje cedo, e o negócio não está nada agradável – disse ele. – Tem polícia por todo lado. De vez em quando, uma correria. – Não se preocupe – respondi. – É muito cedo para haver confusão. A coisa está marcada para as quatro horas da tarde. Antes disso pode haver uma ou outra escaramuça, mas até as quatro da tarde podemos ficar tranquilos. (...)<sup>55</sup>

Horas mais tarde, como registra a crônica “Durante”, as notícias acerca dos preparativos para a manifestação começam a chegar à redação do *JB*, onde o cronista se encontra. Um repórter fotográfico diz existir barricadas e trincheiras na zona norte da cidade. A Cinelândia, palco de muitas manifestações durante o ano de 1968, estaria, segundo outra personagem, “uma praça de guerra. Um quadrado de capacetes azuis. Ninguém pode atravessar”. A cidade do Rio de Janeiro viveu momentos de estado de sítio após a morte de Edson Luis.

Contudo, apesar do manifesto clima de tensão, Carlinhos registra, também, a espera dos jornalistas pelo confronto que não ocorre. Uma espera pelo acontecimento, talvez a

---

<sup>54</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, p.22.

<sup>55</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Antes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1968.

notícia que resultaria na manchete do dia seguinte, que tardava por causa da chuva. Este seria o 1º de abril no qual o golpe civil-militar completava quatro anos sem comemorações, mas com a morte de um estudante. Interessante perceber que para o cronista “Golpe” ou “Revolução”, ou seja, a denominação da oposição ou da situação para a deposição do presidente João Goulart são indiferentes. Mas se ele relativiza quanto à nomenclatura, isso não é feito em relação à data do fato: 1º de abril. Isto é, a despeito da propaganda oficial, de certa historiografia, que marcava o dia 31 de março como o dia da Revolução que devolveu a democracia ao país, Carlinhos adere ao discurso de oposição à ditadura. Discurso que tenta, inclusive por vias simbólicas, desacreditar o movimento golpista ao situar a tomada do poder em 1º de abril, o “dia da mentira”.

A chuva cria problemas sem relação com a política. Molha por igual estudantes, agitadores, soldados. – Deus é brasileiro, e da linha moderada – comenta o redator. A tarde avança. A tarde que se prometia agitada, com violência nas ruas, avança agora mais calma, quase frustrada. A ameaça que paira sobre nós é terminarmos o dia com derramamento de água... – Este País tem realmente algo de sobrenatural – repete o redator. O golpe ou revolução de 1º de abril de 1964 completa quatro anos sem festa, com o cadáver de uma criança atravessada entre eles e os corações sensíveis.<sup>56</sup>

A terceira crônica dessa série, de nome “Depois”, retoma o 1º de abril de outra perspectiva. Se na primeira acompanhamos o cronista em um táxi rumo ao *Jornal do Brasil* e, na segunda, as percepções dele dos acontecimentos a partir da redação, na terceira temos Carlinhos na rua. As vozes que falam nesta crônica são diversas: intelectuais, estudantes, homens, mulheres, jovens, velhos. Em comum essas personagens, incluindo o cronista, apresentam uma insatisfação com a repressão do governo que os leva a ocupar as ruas e resistir às investidas dos órgãos de repressão. Mas há outros elementos que carecem de alguma atenção.

Em “Depois da violência” o cronista constrói uma narrativa baseada em dicotomias. Temos os jovens – apresentados como pragmáticos, voltados para a ação e por isso para o embate com as forças policiais – e os intelectuais – idosos, homens maduros que impulsionados pelo arrojo dos estudantes também combatem a violência das ações governo. Aqueles primeiros inspiram, desse modo, o posicionamento desses que vêm na juventude de 1968 a materialização de suas ideias revolucionárias. Em contrapartida, existe a oposição entre os policiais militares/agentes do DOPS e os estudantes/intelectuais. O primeiro grupo é

---

<sup>56</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Durante. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1968.

irracional e violento enquanto o segundo é disciplinado – vide o exemplo do intelectual que obedecia às ordens de jovens durante o enterro tornado manifestação de Edson Luís.

Esta é a síntese do que o cronista diz ser um Brasil dividido entre os que mandam, portanto, os militares e seu governo e os que não querem ser mandados, civis (mulheres, homens, estudantes, intelectuais, jovens e velhos) não dispostos a viver sob uma ditadura. Enquanto aqueles se valem de métodos abertamente repressivos para coagir e convencer a população a não se manifestar ou lhes fazer oposição, esses são, na escrita do cronista, românticos ou romantizados. Ao invés de armas, panfletos com pedidos – ingênuos – de devolução do poder aos civis. Sonho que na crônica é interrompido pela tomada de consciência de que vivem sob uma ditadura que ocupa a Associação Brasileira de Imprensa. E para Carlinhos, invadir a ABI representava um ataque simbólico mais que efetivo, pois a Associação era apenas um clube frequentado por velhos jornalistas, à circulação de pensamento como se propõe a imprensa em uma sociedade livre.

Depois de um banho de entusiasmo e violência no meio da juventude, segunda-feira passada, alguns intelectuais já idosos, pareciam garotos felizes, ferozes, em contato direto com certa verdade que andavam buscando há muito tempo. O mais velho deles, pensador político profissional, explicava por que andara da Getúlio Vargas ao Cemitério São João Batista sexta-feira e por que ia de um lado ao outro na maior e mais comovente disciplina: – Na hora da ação, eu cumpro ordens. Mandam eu ficar num lugar, eu fico. Mandam eu andar, eu ando. Outro descrevia o momento em que alguns soldados da Polícia Militar avançaram para a Assembléia Legislativa: – Ia ser um massacre. A Assembléia foi fechada apressadamente. Os homens pareciam loucos, pareciam embriagados. Uma garota loura contava como fora apanhada pelos homens do DOPS, metida numa camioneta e mais tarde exaustivamente interrogada, além de espancada. Era um depoimento plausível, mas naquela altura parecia difícil acreditar em alguém que não fosse velho conhecido. A história da moça embaraçou os seus ouvintes. Mentira? Alucinação? Verdade? Uma outra, também muito criança, mas morena, era carinhosamente chamada de *guerrilheira* pelos homens maduros que vêem essa mocidade realizar na Avenida as idéias que eles formulam. Naquele grupinho, como na Cinelândia enfurecida, a impressão que se tinha era a de um Brasil dividido em dois – o Brasil dos que mandam e o Brasil dos que não querem ser mandados. Senti fisicamente a idéia de que o povo se encontra na clandestinidade. – Que é que nós vamos fazer agora? – era a pergunta geral. – Agora vamos seduzir a tropa – sugeriu alguém. – Vamos imprimir folhetos e distribuir nos quartéis. Assim: ‘Soldados! Nós não temos nada contra vocês. Queremos que os soldados voltem aos quartéis e que o Governo seja devolvido aos civis’. Nesse instante soubemos que os fuzileiros navais tinham ocupado a ABI e então me ocorreu que ali eles poderiam passar a noite jogando sinuca pois não se faz outra coisa na ABI. Os jornalistas veteranos se reúnem, almoçam, batem papo e jogam sinuca. Que é que os fuzileiros podem alegar contra isso? E lá se foi a noite plena de notícias,

manchada de sangue. As tropas do Exército estavam ocupando a cidade. Fomos dormir.<sup>57</sup>

Importante por nos apresentar uma leitura menos “asséptica” do que teria ocorrido naquele dia, as três crônicas de Carlinhos sobre o dia 1º de abril também nos fornecem a possibilidade de discutir com maior acuidade a crônica como gênero textual. Dois momentos são indicativos dessa discussão.

O primeiro deles se encontra em “Antes”. Logo no início dessa crônica, Carlinhos procura situar temporalmente o leitor, pois ao contrário da notícia jornalística a crônica não tem a necessidade – e, sobretudo, no caso da produção aqui analisada – de ser publicada no mesmo dia do acontecimento. Por isso há um hiato temporal, como o observado na série sobre o dia 1º de março de 1968, entre o ocorrido e a data da publicação do texto.

Ao afirmar que começaria a narrar o dia 1º, “aniversário do golpe”, desde a manhã, embora aquilo que possivelmente seria considerado acontecimento noticioso só fosse ocorrer à tarde, o cronista parte do pressuposto que apenas os repórteres narraram os fatos e de um lugar privilegiado. Lugar geográfico, pois o repórter confere em lócus, ao menos em tese, as motivações e o resultado do que será noticiado, mas também discursivo, uma vez que cabe ao discurso jornalístico o pacto do verdadeiro cosido por meio das fontes e das perspectivas de outrem que não a do repórter. Entretanto, a Carlinhos, na condição de cronista, caberia o papel de testemunha, ou seja, falar de uma perspectiva subjetiva e impressionista do acontecimento.

Portanto, ao contrário do discurso jornalístico contemporâneo que tem por função, ao menos idealmente, suprimir os aspectos subjetivos em nome de uma imparcialidade no narrar os acontecimentos e de publicá-los quando eles ainda repercutem – ineditismo e imediatismo são um norte na produção jornalística – a crônica não tem esse objetivo. Por isso Carlinhos afirma que na manhã do dia 1º começaria “o dia escrevendo, porque à tarde poderá acontecer qualquer coisa. O ideal seria escrever sobre o que poderá acontecer à tarde, mas só os repórteres terão esse privilégio. *Irei como testemunha, para relatar um dia depois*” (grifo nosso)<sup>58</sup>.

Intrinsecamente ligada à comunicação de larga escala (de “massa”) e embora tenha como objeto o cotidiano, a crônica se diferencia do discurso jornalístico por não conter mera informação. Ao contrário, ela intenta a universalização de fatos e sentimentos por meio de uma operação em que se procura a transcendência do banal. Assim, ao invés de informar

---

<sup>57</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Depois da violência. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1968.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Antes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1968.

sobre acontecimentos recentes, o cronista escolhe narrar ocorrências que normalmente diferem dos critérios de noticiabilidade do jornalismo contemporâneo. Essa busca por transcender o local e se universalizar ocorre, em especial, quando a crônica sai do jornal, o meio efêmero, para o livro. Nesse suporte, ela ganha outro estatuto por se abrir para outra relação com o tempo, a memória, a literatura, enfim, outras formas mais duradouras de conhecimento da vida, dos seres, do mundo.<sup>59</sup>

Já em “Durante”, Carlinhos continua a relativizar a função do cronista em relação ao repórter. Se o segundo necessita ser objetivo, o mais preciso possível na descrição dos fatos, o primeiro poderia apenas apreender os elementos sensíveis da realidade: medos, desejos entre outros. Não cabe, desse modo, a ele necessariamente o rigor de conferir os dados antes de noticiar, o que nos revela a importância da crônica como fonte para a história. Não por ser a materialização do real, ou o seu espelho, para fazer menção a uma corrente metáfora jornalística, mas por conter elementos mais subjetivos desse mesmo real. É nesse sentido que o cronista admite estar à mercê de boatos. O importante para Carlinhos não é se um operário foi assassinado ou não, mas sim o clima de terror e de tensão na qual o país se encontrava: “Na redação, uma hora e meia da tarde, segunda-feira, 1º de abril. Até agora não aconteceu nada. Sabe-se, contudo, que um operário foi metralhado em Goiânia. (Estou voluntariamente impreciso, sujeito a desmentidos, à mercê de boatos. *Quero pegar o clima, o que há de subjetivo no momento*)” (grifo nosso).<sup>60</sup>

Em outra crônica, datada de 6 de abril, Carlinhos passa a refletir – “antena da raça”, conforme a alegoria de Ezra Pound, a captar o clima? – sobre o duelo, ao menos aparentemente, de gerações que se tornou uma das marcas de 1968. O cronista, ainda visivelmente influenciado pelos acontecimentos envolvendo os jovens e os órgãos de repressão, escreve, então, que tinha gostado de ver noticiado que “alguns coronéis da *linha-dura*, para os quais o drama começa em casa, nas discussões entre pais e filhos”<sup>61</sup> estavam inquietos com as manifestações estudantis.

Afinal, para o cronista, em um silogismo simples, filho de coronel não é coronel, mas estudante, logo alguém que vive e têm ideias semelhantes aos demais estudantes.

---

<sup>59</sup> Jorge de Sá nos oferece uma compreensão sobre o *presenciar* o acontecimento narrado pelo cronista: “A observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude. Essa concretude lhes assegura a permanência, impedindo que caiam no esquecimento, e lembra os leitores que a realidade – conforme a conhecemos, ou como é recriada pela arte – é feita de pequenos lances” SÁ, *op. cit.*, 2007, p.6.

<sup>60</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Durante. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1968.

<sup>61</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Os filhos devem educar os pais. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1968.

A crônica, que claramente defende a perspectiva de vida e o ideal de mudança dos estudantes, prossegue com a história de um rapaz “filho de general, que de madrugada” telefonou para o pai e disse: “- Olha aqui, velho! Estou pichando paredes, escrevendo frases contra os gorilas!” Esse episódio permite ao cronista uma digressão na qual ele se lembra de “uma noite, há cinco ou seis anos” – portanto, antes da ditadura... – na qual teria encontrado em um bar determinado pai, por dedução militar, que já embriagado “conseguiu tirar de dentro de si a queixa que o torturava”, a saber, o filho estaria virando comunista. Mas, de acordo com Carlinhos:

O garoto estava apenas abrindo os olhos para contemplar a injustiça. Tinha companheiros e cultivava ideias generosas. Se alguém agrupasse essas ideias, a fim de lhes dar um rótulo, esse rótulo seria ‘esquerda festiva’. Mas o pai, acostumado a pensar em termos de respeito às coisas, tal como estas ficaram estabelecidas por seu avô, acreditava estar o mundo dividido em dois grupos. De um lado, os comunistas, seus inimigos; do outro lado, ele próprio e seus amigos, os democratas, ou anticomunistas. A transformação do filho em animal político era para ele algo tão assustador quanto descobrir ser pai de um homossexual. A perplexidade era a mesma; a vergonha também.<sup>62</sup>

Interessante notar as caracterizações realizadas pelo cronista. O militar nos é apresentado como um homem cuja leitura do mundo é maniqueísta, além de possuir ideias velhas (embora aquele fosse o ideário corrente à época). O jovem, no entanto, é desassociado da imagem que o pai lhe atribui de “comunista”, sendo apenas alguém que despertava para as injustiças sociais a sua volta. De todo modo, para um pai militar, um filho comunista representava tanta vergonha quanto ser pai de um homossexual. Lembremos que esse medo paterno era naquelas circunstâncias “justificável”. A imagem social construída sobre o comunismo e, por extensão, dos comunistas era das piores no Brasil e remontava às primeiras décadas do século XX. Portanto, a “ameaça” representada pelo perigo vermelho não foi forjada pela ditadura que, aliás, se beneficiou desse medo no momento do golpe, mas ela estava inscrita na cultura política do país.<sup>63</sup>

Na tentativa de sanar a angústia paterna, o próprio cronista diz ao “pai queixoso” que era também comunista. E como ambos se conheciam há um bom tempo, “ele teve a oportunidade de examinar detidamente um comunista, concluindo que não é necessariamente um bicho que morde, não é uma doença incurável nem um desvio sexual”. O comunismo aqui

---

<sup>62</sup> Ibidem.

<sup>63</sup> Nesse sentido, para melhor compreender o “anticomunismo” como um elemento presente na cultura política brasileira já nas décadas anteriores ao golpe civil-militar de 1964 é imprescindível a leitura de MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

assume outra acepção que em nada tinha a ver com o comunismo histórico, mas sim com um idealismo. Assim, se o filho daquele militar fosse comunista, também o seriam “o Papa, o Senador Bob Kennedy e Dom Hélder Câmara”, afirma Carlinhos.

Oliveira termina a crônica esperançoso que os coronéis aprendessem alguma coisa com os seus filhos. Eles, homens das Forças Armadas, que se inquietavam com a participação dos próprios filhos nas manifestações contra a ditadura, que são cobrados na hora do jantar por seus herdeiros por não tomarem “providências para melhorar o Brasil” deveriam, para o cronista, ser esclarecidos do que significava a repressão para a juventude e para o país. Até porque, esses coronéis estavam “todos na situação do Marechal Taurino Resende” que a princípio “admitia que qualquer pessoa oficialmente acusada de subversiva passasse a ser de fato um perigoso comunista. Até que alguém lançou essa etiqueta sobre o seu próprio filho, e o Marechal descobriu a diferença que há entre idealista e comunista”.<sup>64</sup>

Há, por parte do autor, uma clara simpatia pelo movimento estudantil e uma crença na juventude “engajada” de 1968 como uma espécie de agente transformador da realidade social e cultural. Portanto, mais do que alguém esperançoso nos adultos que aqueles estudantes que ocupavam as ruas e protagonizavam duelos com as polícias viriam a ser, Carlinhos vê neles certa “vontade de potência”, um elemento de mudança, de superação de um mundo fundamentado em velhos preceitos morais e politicamente opressor.

Outra crônica é “reveladora” dessa visão idealista de Carlinhos sobre os estudantes. Ao abordar mais uma vez os confrontamentos cotidianos entre estudantes e as forças polícias, por exemplo, Carlinhos pinta a cena como Delacroix: há um clima de tensão, luta heroica e de superação do terror. É, pois, como em uma ambiência de um quadro do romantismo que o cronista nos apresenta os estudantes que protestam contra o acordo MEC-USAID e declaram que o povo organizado derrubaria a ditadura, em iminente confronto com as forças de repressão. Interessante, contudo, notar para como o cronista insere sutilmente nesta crônica, o que de forma alguma significa que tenha sido proposital, a existência de uma diferença socioeconômica dos estudantes e os trabalhadores. Enquanto os primeiros protestam no início da tarde de uma sexta-feira, os segundos, em turno de trabalho e embora não partícipes das manifestações, se entusiasmam e apoiam os estudantes considerados injustiçados, dado o exagero da repressão contra eles. Isso pode ser percebido por meio do diálogo entre os motoristas de táxi, mas, sobretudo, na emoção da garçonete ao perceber o começo da manifestação.

---

<sup>64</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Os filhos devem educar os pais. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1968.

Esse tipo de representação do lugar social das personagens nos leva a questionar: O que separa os estudantes, cuja idade estimada pelo cronista é entre 15 e 20 anos, da moça que serve às mesas do Café Palheta?

O perfil econômico dos jovens que tomaram as ruas em 1968 em várias cidades do país seria o de classe média. Ser estudante secundarista ou universitário no Brasil dos anos 1960, como antes e ainda hoje, aliás, não é um dado banal. Se analisado à contraluz percebemos que os estudantes compunham um grupo de elite, ou privilegiado<sup>65</sup> se comparado a maioria da população predominantemente de trabalhadores braçais, pouco escolarizada e, portanto, quase sempre alheia a situação política e os seus desdobramentos. Carlinhos, por hipótese, não percebia isso. Hipótese evidenciada por ele tender a oferecer contornos de heroísmo às ações dos jovens que tomados por paixão combatiam não apenas a ditadura, mas uma sociedade entorpecida que assistia das janelas dos prédios ou das calçadas, a luta travada por eles contra os policiais. Luta quase sempre injusta, uma vez que os estudantes utilizavam técnicas improvisadas de enfrentamento, praticamente guerrilheira, ao se valer de elementos já presentes no ambiente como armas.

Ao meio-dia, passando de táxi pela Avenida Presidente Antônio Carlos, vi um pequeno comício de estudantes em frente ao Bob's. Na esquina da Rua São João, meu táxi emparelhou com outro. O chofer deste último informou: – Rapaz! Eu fui deixar um passageiro lá perto dos estudantes e a polícia jogou uma bomba de gás lacrimogêneo. Meu chofer me transmitiu a notícia e comentou: – Ladrão eles não pegam. Ladrão eles deixam roubar à vontade. Mas os estudantes eles jogam bomba e dão cacetada. Saltei na esquina de Sete de Setembro com Rio Branco e fui tomar um cafezinho no Café Palheta. Ouviu-se um rumor ao longe, na Avenida, e a moça que distribuía as xícaras gritou emocionada: – Chi! Lá vêm os estudantes! Com efeito algumas moças e rapazes avançaram na contramão, esgueirando-se entre automóveis e ônibus. Um deles conduzia um alto-falante portátil, através do qual os *slogans* que os seus colegas passavam a repetir: ‘Verba, verba, verba! Verba sim, MEC-USAID não! O povo organizado derruba a ditadura!’ A idade dos manifestantes variava dos 20 aos 15. Algumas ginásianas uniformizadas, com livros debaixo do braço, despertavam a nossa atenção paternal. Os manifestantes improvisaram um comício em frente ao JB. (...) Nos prédios da Avenida, amontoados em todas as janelas, curiosos observavam o comício. Às vezes, de uma das janelas, descia uma chuva de papel picado, e os estudantes entusiasmados aplaudiam essa festa. Mas havia também pessoas que jogavam água lá de cima, provocando uma vibrante vaia e um desafio: ‘Desce! Desce!’ então os estudantes começaram a correr na direção da Presidente Vargas, e os curiosos amontoados nas calçadas também correram. Os lojistas fecharam precipitadamente suas portas. O número de manifestantes havia aumentado sensivelmente e, no meio da

---

<sup>65</sup> Conforme Daniel Aarão, os estudantes universitários compreendiam “pouco mais de 200 mil, menos de 0,5% da população, quase todos da classe média”. REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968, o curto ano de todos os desejos*, op. cit., p. 65.

correria, mudando de ideia, eis que eles se puseram a correr em sentido contrário, na direção dos policiais que, do lugar em que eu estava, não consegui ver. Surgiram vários rapazes carregando baldes cheios de pedras. Cada estudante apanhou uma ou duas pedras e continuou avançando ao encontro dos repressores. Surgiram também, ninguém sabe como, alguns sacos recheados de toalhas, com os quais eles improvisaram uma barricada. Alguns mostruários de vidro, nos quais um jornal exibia sua primeira página, foram quebrados e colocados no asfalto, junto dos sacos. Dois boeiros foram arrebentados e seus cacos espalhados no chão. Uma corda de arame ou ferro foi estendida de um lado a outro na Avenida, e amarrada em dois postes. Então os estudantes desapareceram. Simplesmente desapareceram.<sup>66</sup>

Em outro momento, em crônica publicada em 22 de junho<sup>67</sup>, é possível, a partir da perspectiva de Carlinhos, situado à janela do *Jornal do Brasil*, acompanhar as investidas dos militares e PMs contra os estudantes e, dessa vez, uma parcela considerável de não estudantes na Avenida Rio Branco. O gás lacrimogêneo, assim como as palavras de ordem, subia até a redação situada no terceiro andar de onde Carlinhos oferece uma amostra do que ocorria naquela avenida:

Sexta-feira, no início da tarde. Paire na Avenida Rio Branco um nervosismo que é quase uma película. Os estudantes revoltados já conseguiram uma pequena mas expressiva vitória: - novamente o comércio fechou, e os escritórios são apenas janelas nas quais se debruçam funcionários curiosos. A segunda vitória, os estudantes ganharam do aparelho de repressão – e de mão beijada. Os cariocas amanheceram hoje com as mãos trêmulas; no café da manhã, os jornais lhes serviram fotografias hediondas. Moças e rapazes deitados de bruços, com a cara enfiada na grama; moças forçadas a andar de quatro diante de insolentes soldados da PM; dezenas de estudantes encostados a um muro e com as mãos segurando a nuca, ou na mesma atitude, mas deitados de bruços. (...) Resultado mais do que lógico: hoje, o povo na Avenida está vaiando violentamente os choques da Polícia Militar que por aqui passam em alta velocidade. O povo tomou partido; baderna por baderna, violência por violência, a dos garotos é mais simpática. Interrompo a crônica para ir à janela da redação. Há um tumulto na esquina da Rua Assembléia. Formada por jovens e por cidadãos de várias idades, a multidão se dispersa em todas as direções. As nuvens de gás lacrimogêneo sopram na janela, todos nós choramos. Outra confusão na Avenida. Volto à janela. Umas vinte bombas de gás lacrimogêneo foram lançados desde o Edifício Avenida Central. A multidão refluí para as ruas transversais. Na Avenida deserta, cinco carros do DOPS passam em alta velocidade na direção da Getúlio Vargas. Outra vez o gás me queima os olhos. Uma colega me oferece limão para cheirar.<sup>68</sup>

Naquela sexta, sobre a qual a crônica de Carlinhos nos oferece apenas uma perspectiva, a dele, como se nós também observássemos a rua pelas janelas do *Jornal do*

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Uma cena cotidiana. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1968.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Diário da Avenida. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1968.

<sup>68</sup> Ibidem.

*Brasil*, o Rio de Janeiro se tornou um campo de batalhas. Dessa vez, as imagens de jovens em estado de submissa humilhação diante dos homens dos órgãos de repressão impactaram os cariocas já sensíveis a situação dos estudantes desde a morte, no final de março, do secundarista Edson Luís.

Relativas à quinta-feira, dia 20, as “fotografias hediondas” foram realizadas durante operação para prender os líderes do movimento estudantil que estavam reunidos em assembleia na reitoria da Universidade do Brasil para discutir os rumos da política de ensino defendida pelos militares. Conforme João Roberto Martins Filho, “à saída do prédio, houve intensos conflitos e centenas de jovens foram acuados num campo de futebol das proximidades, sofrendo espancamento coletivo antes de passarem horas deitados no chão com as mãos à nunca”<sup>69</sup>. Em resposta a esse ocorrido, que tomou as primeiras páginas de vários jornais em fotografias e editoriais que apontavam para o exagero dos órgãos de repressão, houve uma “reação imediata, imprevisível e surpreendente”.

No dia 21, como a crônica de Carlinhos nos oferece uma amostra, a cidade do Rio de Janeiro foi, nas palavras de Martins Filho, “varrida pela maior vaga de protesto popular de sua história: funcionários públicos, ambulantes, profissionais liberais, pedreiros, aposentados, contínuos e trabalhadores de escritório e do comércio aderiram à rebelião”<sup>70</sup>. O povo que até então, ao que tudo indica, acompanhava apenas como espectador os confrontos entre policiais e estudantes parece, realmente, como apontou o cronista, ter tomado partido na sexta-feira.<sup>71</sup>

O saldo dos confrontos entre os estudantes, agora com o franco apoio popular, foi “quatro mortos, entre eles um policial, 23 pessoas baleadas, 35 soldados feridos e cerca de mil presos”<sup>72</sup>. Esta sexta-feira passou à história como a “Sexta-feira Sangrenta” e nos é possível ter um vislumbre do seu impacto social e político por meio das crônicas seguintes a esta data publicadas por Carlinhos. Nestas é possível apreender a tentativa do cronista, e por pressuposto de todos que tinham tomado conhecimento dos fatos de sexta, em tentar compreender as ações repressivas e desproporcionais do governo às manifestações. Aliás, como Carlinhos, a

---

<sup>69</sup> MARTINS FILHO, *op. cit.*, p.140-141.

<sup>70</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996, p.89.

<sup>71</sup> Segundo Martins Filho: “De fato, das janelas dos prédios choviam cinzeiros, garrafas, pesos de papel, pedaços de pau. Cadeiras e uma máquina de escrever voaram sobre a polícia. O raro momento de humor veio das rolhas de cortiça e bolas de gude, jogadas à passagem dos cavalos. A cada tombo, aplausos e vaias nas sacadas. Mal-humorada, a polícia invade os edifícios; alguns soldados atiram contra as janelas. No 8º andar, um homem é atingido. Com fratura no crânio, um PM morre, ferido por um objeto jogado do alto”. *Ibidem*, p. 80.

<sup>72</sup> PONTES, José Alfredo Vidigal. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1988, p. 24.

imprensa em geral, mesmo os jornais mais conservadores, questionaram Costa e Silva e os militares sobre o funesto espetáculo ocorrido nas ruas do Rio de Janeiro.

O próprio cronista, no mais, dedica uma crônica a refletir não apenas o papel dos estudantes e dos órgãos de repressão, mas dos próprios jornalistas e fotógrafos nessas batalhas. Sem os veículos e os profissionais de imprensa que registraram em imagens e palavras as manifestações não haveria, possivelmente, a mobilização social como ocorreu após a quinta-feira, dia 20. Igualmente, a “Sexta-feira Sangrenta” não teria a mesma repercussão negativa perante a opinião pública que acabou por pressionar o governo a fazer um recuo tático temporário em suas ações repressivas contra os estudantes e autorizar a manifestação do dia 26 de junho. Mas, o mais relevante na crônica seguinte é a imagem de um Costa e Silva refém das informações do Serviço Nacional de Informações, o SNI.

Criado por Golbery do Couto e Silva, o SNI possuía uma verdadeira rede de informantes em diversas instâncias da sociedade, inclusive, dentro do próprio aparelho repressor, das Forças Armadas e do governo.

Contudo, na escrita de Carlinhos, o SNI mais do que informar, desinforma o presidente. Costa e Silva é apresentado como um presidente alheio do que verdadeiramente ocorre nas ruas, enganado por informes que são incapazes de compreender as motivações estudantis para além da paranoia anticomunista. Os estudantes lhes são apresentados, portanto, não como sujeitos possuidores de vontade, mas subversivos controlados ideológica e financeiramente por comunistas. Eles seriam agentes infiltrados cujo único objetivo seria desestabilizar a ordem interna e colocar contra a parede a capacidade de governar do próprio presidente. Assim é justificada a necessária escalada de repressão no Rio de Janeiro pelo SNI que reafirma, por outro lado, o lugar de defensores da democracia das Forças Armadas. Mas a imprensa inadvertidamente reporta outra situação. Nas matérias dos jornais previamente selecionadas – ao presidente mesmo quando é oferecido um instante de contato com o real, trata-se de uma realidade escolhida por um assessor, o que confirmaria a sua impotência –, o vilão não são os comunistas, mas o próprio governo. Entre o SNI e a consciência democrática e de dever com a Nação e a imprensa, essa certamente está enganada. Mais, além de equivocada a imprensa está tomada por comunistas que como os falsos estudantes intentava provocar a derrocada do governo revolucionário e democrático do qual o presidente é o representante.

Toda vez que os estudantes invadem a Cidade, paralisando os negócios e tornando inviável a movimentação de veículos, as tropas de choque da Polícia Militar e os furgões do DOPS entram em cena com todas as armas

disponíveis. Até aí, o Governo federal considera que as coisas estão nos eixos. (...) Entretanto, nessas escaramuças de rua, interfere um elemento que nada tem a fazer ali. São os jornalistas: – pessoas que se misturam litigantes e, com suas máquinas fotográficas, batem chapas de tudo o que está acontecendo; ou que com suas esferográficas escrevem em suas cadernetas as palavras que estão sendo ditas, as ameaças que estão sendo feitas, as queixas e queixumes que cortam o ar. Então está o Presidente da República calmamente em Brasília, tomando a sua laranjada e recebendo de cinco em cinco minutos os informes do SNI. São informes *comme il faut*: extraem dos fatos aquele perfume inconfundível cuja fórmula só os serviços secretos conhecem. – Presidente, um grupo de subversivos, infiltrado entre os verdadeiros estudantes está apedrejando as autoridades constituídas. – Presidente, uma minoria teleguiada, a soldo do comunismo sino-cubano, está fazendo agitação na Avenida Rio Branco. – Presidente, as forças da ordem, encurralladas pelos agitadores de inspiração alienígena, viram-se forçadas a defender-se a tiros de pistola. Se assim não procedessem, haveria um massacre, após o qual a bandeira vermelha da baderna internacional iria tremular no Obelisco, em frente ao Palácio Monroe. (...) Enquanto o Brasil estiver dividido entre comunistas e democratas, vocês podem estar certos de que tudo vai bem. No entanto, na manhã seguinte, o Presidente sofre sempre uma desilusão. Algum assessor incauto lhe entrega os jornais do Rio, nos quais as notícias que teoricamente lhe interessam já foram assinaladas a lápis vermelho. O Presidente lê, e aquilo não corresponde à realidade. Para começo de conversa, as fotos não mostram as minorias agredindo as maiorias, e sim o contrário. E os estudantes não são chamados de subversivos nem de comunistas. Chamam-nos simplesmente de estudantes, como se isso bastasse! A cuca presidencial acaba em pandarecos. Seu Artur não entende mais nada. (...) E põe-se a meditar o presidente; suas meditações são alimentadas por novas informações do SNI. No fundo da sua consciência democrática surge uma pequena luz, um simples pirilampo, que vai e vem atrás de seus olhos. O pirilampo diz: ‘A imprensa está infiltrada de agentes de Pequim e Havana! Os jornalistas estão solidários com os agitadores!’.<sup>73</sup>

O que ocorreu na “Sexta-Feira Sangrenta” motivou o cronista a mais uma reflexão. Dado o distanciamento temporal, ao “recordar” o ocorrido é patente a necessidade de Carlinhos em tentar racionalizar o momento em que estudantes foram baleados e as condições pouco honradas em que elas ocorreram, mesmo para uma situação de guerra. Esta é uma crônica abertamente crítica, sem qualquer tipo de subterfúgio lingüístico como metáforas e ironias tais como ele utilizou na crônica anterior. Porém, o cronista toma o cuidado – afinal era uma ditadura! – de atenuar a responsabilidade da PM no caso dos jovens arbitrariamente baleados: “não é para colocar a PM no banco dos réus”, “concedo à PM a atenuante de um policial perturbado pela grandiosidade do espetáculo” e “se sabe que os oficiais da PM constituem uma verdadeira elite, possuidora de todas as noções de honra, dignidade, bravura e lealdade que dão sentido à profissão militar”.

---

<sup>73</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O Presidente e o pirilampo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1968.

Ao lançar mão desses paliativos, Carinhos se desvincilhou de uma crítica direcionada somente à corporação e, por conseguinte, às Forças Armadas e ao governo, para lançá-la aos homens em sua desumanidade. As instituições surgem nesta crônica, portanto, como infalíveis, mas os homens, policiais ou não, são passíveis de erros e de cometer barbaridades. São estes homens, capazes de ferir os códigos de honra e de não cumprir acordos internacionais que regem os conflitos armados ao não garantir à salvaguarda de quem empunha um pano branco, indicativo histórico de trégua, que devem ser responsabilizados.

Carlinhos fala para e pela dignidade dos homens. O apelo dele é de alguém influenciado pelos preceitos do humanismo, o que pode ser considerado corajoso em um contexto ditatorial, mas que também indica um receio de ser considerado opositor do governo, tendo em vista que ele insiste em jamais responsabilizar as instituições por seus crimes.

Ao se abster de culpabilizar aqueles que deveria, e mais uma vez isso nos parece uma estratégia de sobrevivência adotada pelo cronista, Carlinhos prefere apontar as alternativas e os cuidados que deveriam ter sido tomados pelos policiais. Afinal eles detinham um poder de artilharia superior, além de treinamento específico, em relação aos jovens e simpatizantes que lutavam com armas improvisadas. Por isso a indignação: havia uma enorme discrepância entre o poderio bélico, de forças, entre uns e outros. E se isso não bastasse, os policiais ainda subvertiam o código de ética que baliza qualquer luta. Todavia, o cronista também não deixava de se acovardar diante da ditadura, mesmo ao não responsabilizar explicitamente os órgãos de repressão e o governo pelos feridos e mortos. Ao que tudo indica não se tratava apenas de uma “Questão de ética” conforme indicava o título da crônica.

Sexta-feira passada, na Avenida Rio Branco, vimos os soldados da Polícia Militar avançando deliberadamente esse invisível limite além do qual se encontra a realidade dos brutos. Se hoje recordo esse episódio, acompanhado aliás por milhares de pessoas não é para colocar a PM no banco dos réus, mas para exigir, em nome da dignidade humana, que não se repita. Os policiais estavam reunidos na calçada que começa no Clube de Engenharia e termina na Rua do Ouvidor. Amontoados em frente ao Café Palheta, esquina de Sete de Setembro, os estudantes jogavam pedras. (...) Até que alguém caiu em frente ao Café Palheta, derrubado por uma bala de verdade. Este é o primeiro lance, de certo modo compreensível, do episódio que estou recordando. O ideal seria que os tiros de festim só fossem substituídos por tiros de verdade depois que alguém dirigisse um ultimato aos estudantes. (...) Os jovens saberiam que dentro de (digamos) trinta minutos teriam que enfrentar o aço ardente como resposta às suas pedradas. Mas concedo à PM a atenuante de um policial perturbado pela grandiosidade do espetáculo. Irritado com o atrevimento dos rapazolas esse homem teria perdido a cabeça. Pois bem, da minha parte está perdoado – embora eu não possa compreender a ausência de ultimato quando se sabe que os oficiais da PM constituem uma verdadeira elite, possuidora de todas as noções de honra, dignidade, bravura

e lealdade que dão sentido à profissão militar. Mas, no episódio que estou recordando, houve um segundo lance que não pode ser perdoado. Caiu a primeira vítima em frente ao Café Palheta. Espanto, incredulidade entre os jovens. Mas logo um deles se adianta e ergue na mão direita um lenço branco. Pede uma trégua, deseja socorrer o companheiro ferido. A resposta são outros tiros, e novamente o silêncio. Um segundo jovem se aproxima, a princípio hesitante, em seguida resoluto. Vai debruçar-se sobre a vítima. E eis que ficam os dois, lada a lado, estendidos no chão. Os policiais da PM balearam o garoto que ia socorrer o colega ferido. O pedido de trégua, claramente indicado com a agitação do lenço branco, não foi atendido. Isso ocorreu na Avenida, sexta-feira passada. A consciência dos homens não pode tolerar a repetição desse episódio.<sup>74</sup>

Cinco dias depois da “Sexta-Feira Sangrenta”, ocorreu aquilo que ficaria conhecida como a “Passeata dos 100 mil”, a maior manifestação popular contra a ditadura realizada nos vinte anos de governos militares. Embora muitos líderes de esquerda tenham visto no ato – pacífico e que contou com a participação de artistas, intelectuais e membros do clero – o almejado apoio das massas ao programa político, ideológico e de resistência de influência marxista, ele significou, sobretudo, um desagravo à barbárie ocorrida no dia 21.<sup>75</sup> Mas até a realização da Passeata que, por sinal, permanece no nosso imaginário como o ideal de mobilização social<sup>76</sup>, “foi preciso muita articulação política para que a ‘sexta-feira sangrenta’ não se repetisse”.<sup>77</sup> Uma vez negociada e autorizada pela ditadura, a manifestação do dia 26 de junho conseguiu proporcionar um momento de unidade às muitas tendências de esquerda que já se digladiavam sobre qual a melhor opção para derrubar o governo e, além disso, a comunhão com setores variados da sociedade civil. Essa unidade e tamanha representatividade popular não voltaram mais a ser vistas, ao menos até as campanhas pelas Diretas Já.

O jornalista Zuenir Ventura ao narrar os episódios que vão das negociações, com destaque para a atuação de Hélio Pellegrino<sup>78</sup> ao conversar com o governador Negrão Lima

---

<sup>74</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Uma questão de ética. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968.

<sup>75</sup> Sobre a incapacidade das esquerdas, em especial a armada, de compreender o que se passava naquele momento histórico a ponto de achar que a população apoiaria os grupos guerrilheiros como tinha ocorrido em Cuba em 1959, ler o clássico livro de GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda e as ilusões da luta armada*. São Paulo: Ática, 1988.

<sup>76</sup> Durante, por exemplo, as chamadas “Manifestações de Junho” ocorridas em 2013, assim como outras em 2015 e início de 2016, o espectro da Passeata dos 100 mil voltou à mídia por meio de comparações e alusões. Normalmente, não obstante as diferenças entre o Brasil de 1968 para este dos anos 2000, a Passeata foi utilizada como o parâmetro de protesto: organizado, ordeiro e quase festivo.

<sup>77</sup> VENTURA, Zuenir. *op., cit.*, p.130.

<sup>78</sup> Há uma crônica de Carlinhos dedicada ao psicanalista e sua atuação como líder incontestável dos intelectuais nas negociações com o governo. Intitulada “Adesão” e publicada em 04 de julho, nela o cronista diz sobre Hélio: “Sua atenção, sua curiosidade, seu coração, é tudo uma janela aberta. E sua audácia, criando novas situações antecipa o mundo da contestação permanente pelo qual estamos agora lutando. Isso começa com o Governador

em nome dos intelectuais e artistas, até a manifestação, produziu páginas de grande potência imagética. Característica, no mais, que atravessa todo o seu livro *1968: o ano que não terminou*. Se comparássemos trechos escritos por Zuenir sobre a manifestação e o que escreveu Carlinhos sobre ela na crônica “Movimento”, publicada em 28 de junho, poderíamos traçar diversos pontos de convergência. E o fato de ambos, em tese, escreverem do mesmo lugar (jornalistas!), isso não nos parece uma obviedade dado que cerca de 20 anos separam a escrita de Carlinhos e a de Ventura.

Assim, em ambos, embora a narrativa de Ventura seja mais depurada, encontramos uma descrição de momentos antes da manifestação que dão conta da quantidade e da diversidade de pessoas e grupos sociais que se encontravam para a Passeata. Zuenir nos localiza naquele ambiente por meio de algumas páginas que descrevem a chegada dos estudantes de variadas representatividades acadêmicas, de grupos religiosos e de intelectuais e artistas. Carlinhos resume isso em três frases: “Estávamos todos no meio da garotada. Éramos dezenas de milhares. Cada qual havia trazido o seu próprio corpo para com ele ocupar a Cinelândia”.<sup>79</sup> São apenas três frases curtas, mas elas nos dizem que ele estava na manifestação em meio e, portanto, do lado, no sentido de alinhado político, dos jovens; que havia uma multidão que, semelhante a ele, comungava naquele momento com o sentimento de insatisfação com a política repressiva do governo e, por fim, que todos estavam ali por iniciativa própria e por um exercício de liberdade.

Outro ponto de convergência entre os dois autores é o destaque dado à figura de Vladimir Palmeira, descrito por Zuenir como “um quase garoto de 23 anos”. Presidente do Movimento Estudantil Metropolitano e um dos líderes estudantis mais populares em 1968, Palmeira aparece em outras crônicas de Carlinhos Oliveira, mas nesta sobre a manifestação do dia 26 de junho, ele é representado como alguém capaz de promover “um brilho especial” nos olhos dos jovens. Para Carlinhos, Vladimir durante a concentração “estava organizando as emoções dos seus liderados. Sempre que queria falar, gritava: ‘Pessoal!’, enquanto com um gesto de mão impunha silêncio”.<sup>80</sup> Em seu discurso, ainda na representação do cronista, o líder estudantil “falava que ninguém estava ali apenas para bater palmas, e perguntava se todos prometiam marchar em ordem, sem cometer violências. E todas aquelas dezenas de

---

da Guanabara e há de terminar com o Presidente da República: - Algum dia iremos ao Palácio do Planalto, sem paletó e sem gravata, e ensinaremos ao Presidente o Brasil melhor que existe em nossas consciências”.

<sup>79</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Movimento. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1968.

<sup>80</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Movimento. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1968.

milhares de pessoas, para ouvi-lo melhor e mais longamente, começavam a sentar-se no asfalto e na calçada”.<sup>81</sup>

Vladimir Palmeira assume nessa representação ares de um verdadeiro estadista e líder popular. O fato de impor o silêncio apenas com um gesto a dezenas de milhares de pessoas, de organizar as emoções delas, definidas como “seus liderados” pelo cronista e o encantamento produzido por seu discurso são elementos que indicam que Palmeira tinha o controle da situação. Daí as pessoas se comprometerem com ele a marchar em ordem e não cometer atos de violência que poderiam gerar represálias dos órgãos de repressão. A autoridade sobre aquele momento não era exercida pelas Forças Armadas ou presidente-general, mas por Vladimir Palmeira, foi ele, na perspectiva do cronista, o garantidor do espetáculo que estava para ocorrer.

A crônica de Carlinhos que é enviesada, como tantos outros relatos do período, claro, pois se trata da perspectiva dele, portanto, de um homem adulto, de classe-média, intelectualizado e cronista de um veículo de imprensa que nutria laços com o governo, tenta capturar a euforia daquele momento. Há a alegria da fraternidade representada pelo caminhar de braços dados, a comparação e a conclusão que aquele ato era mais importante que um clássico do futebol carioca. A solidariedade popular, da classe média, que vinha dos prédios em forma de papel picado. Era uma festa. Mas ali, enquanto milhares marchavam na rua, alegres e decididos, das calçadas, à margem do processo histórico, estavam aqueles que não frequentavam as escolas ou universidades, não eram censurados ou eram indiferentes à política de repressão de um governo que tinha assaltado o poder em 1964.

Contudo, também esses, segundo Ventura, “do meio fio, os espectadores – os explorados que preferiam ficar ali parados – se excitavam com a passagem dos seus ídolos”.<sup>82</sup> Então, alguns deles insuflados pelas palavras de ordem ou encorajados pela presença de figuras “estelares”, se uniam a multidão que desfilava de braços dados pela Avenida Rio Branco.

A crônica de Carlinhos é de exaltação, mas ela revela complexidades da percepção do cronista em relação à realidade histórica. Isto é: à medida que o cronista exalta todos os que participam da manifestação organizada – por quem? Pelos estudantes, pelos intelectuais? – como um ato de coragem, ele faz um movimento excluente, pois demarca um “nós” e um “eles”. O “nós” neste caso, em e para Carlinhos Oliveira, são todos os que não estão

---

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>82</sup> VENTURA, Zuenir. *op. cit.*, p.145.

conformados com a ditadura, com as relações desiguais de poder e força. São eles: os intelectuais, artistas engajados, jornalistas, professores, clérigos que advogam por uma religião mais próxima dos homens e seus dramas matérias do que de suas angústias espirituais e, por fim, os jovens. Na escrita do cronista eles são considerados como um grupo social apartado dos demais não apenas por pertencerem a uma faixa etária distinta, mas pelos ideais de justiça social que os une. Eis o povo organizado, numericamente menor, mas aquele que tem uma maior capacidade de manipular os instrumentos para transformar a realidade.

Em contrapartida Oliveira constrói um “outro”, o povo desorganizado. Eles são os explorados nas fábricas e no campo, os despossuídos, os oprimidos, mas que ainda assim não aderem à insurreição por covardia e por estarem presos a um ideal de ascensão sócio-econômica que nunca chegará. São os expectadores, os alienados pelo sistema e os tradicionalmente apáticos, ensimesmados em suas vidas medíocres que só agem quando conclamados por líderes sindicais mancomunados com o governo e a elite conservadora que financiou e ofereceu sustentação ao golpe.<sup>83</sup> Carlinhos desconsidera (portanto, silencia), assim, a greve ocorrida em Contagem (MG). Como também o ato revoltoso de trabalhadores que no dia do Trabalho, 1º de maio, tomaram e queimaram o palanque das autoridades paulistas, além de ter acuado o governador do estado, Abreu Sodré.

Depois disso fomos todos de braços dados pela Avenida Rio Branco, na direção da Candelária. Era uma festa: era algo mais bonito, mais vibrante, mais importante que um Vasco-Flamengo no Maracanã. A chuva de papel picado descia dos edifícios solidários. Nas calçadas da Avenida, a massa flutuante do povo indeciso nos contemplava com expressão sombria, ou sorridente, ou encabulada. E nós lhes gritávamos que viessem também para o seio da multidão organizada para o protesto democrático; e muitos aderiam, enfiavam um braço em qualquer outro braço e seguiam conosco. A nossa espessa formação de pessoas será uma gota d’água no oceano da brasiliade amorfa, humilhada, sem destino. Mas essa inferioridade puramente numérica estava amplamente compensada pela qualidade de cada manifestante: éramos a consciência. Os estudantes em maior número, mais

---

<sup>83</sup> A discussão em relação à participação dos trabalhadores, como classe que historicamente desempenharia o papel de agente revolucionário não ter contribuído significativamente nas manifestações de 1968, é muito mais complexa do que isso. Um dos elementos que precisam ser pensados é o desbaratamento das lideranças sindicais e a legislação repressiva, que proibia greves, por exemplo, promovidas pela ditadura logo nos seus primeiros anos. De acordo com Aarão Reis Filho, com a ditadura “o céu desabava na cabeça dos trabalhadores. O Estado, até então generoso e protetor, transformara-se em algoz. O pai em carrasco. Embaralhamento e crise de referências. Não foi possível resistir com eficiência. Os padrões de organização e luta, de lideranças e de discurso, não haviam preparado os trabalhadores para situações de confrontamento. Reagiram à instauração da ditadura com a arma tradicional – a greve. O êxito dela foi um fracasso, pois esvaziou as cidades, paralisando as pessoas em casa e facilitando as manobras dos tanques. A rearticulação foi difícil, penosa, molecular. Emergiu, afinal, tentando preservar as heranças tradicionais, o Movimento Intersindical Antiarrocho, o MIA. Como se as lideranças não se dessem conta da euforia da sigla – tristemente simbólica. Os trabalhadores apenas *miavam* sob o peso de uma derrota histórica”. REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos, *op. cit.*, p. 63.

desembaraçados e entusiasmados; e os jornalistas, e os artistas de teatro, os compositores e os cantores, e os artistas plásticos, e os padres e freiras, e os professores em pé de igualdade com os seus alunos. Naquele instante, os operários estavam conformados nas suas oficinas, à mercê da avareza seletiva do Estado e esperando, por simples hábito, a palavra de ordem dos seus líderes castrados. Palavra de ordem que, se fosse formulada, seria assim, sucinta e horrível: ‘Quietos. Todos quietos’. Na Avenida, ao contrário, a juventude pregava e produzia o movimento, arrastando em sua esteira as próprias mães e os mestres. Esses jovens merecem todo respeito, eles não querem entrar num mundo que não tem saída, desejam viver heroicamente. Já não se preocupam em ganhar muito dinheiro, indiferentes à miséria alheia: querem saber onde é que anda a justiça. Numa palavra, eles querem denunciar a mediocridade de uma Nação que se diz cautelosa e disso se vangloria, quando na verdade está enterrada até o pescoço na covardia.<sup>84</sup>

Essas crônicas que abordam o movimento estudantil são indícios das motivações de Carlinhos quando se propõe a narrar, portanto, representar o cotidiano. Parece-nos, porém, que o cronista não constrói deliberadamente essa áurea heróica dos estudantes. Ele acredita no papel fundamental dos jovens como agentes transformadores, renovadores da realidade social.

### 1.3 – Os jovens organizados por outro mundo

O olhar romântico de Carlinhos sobre a juventude – tomada por ele como um grupo homogêneo – extrapola as fronteiras do país, embora sempre procure traçar relações entre as lutas locais e as outras que ocorriam em outras paragens. E nesse sentido elas foram muitas e contribuíram para que 1968 se tornasse o marco das “revoltas estudantis”, um ano de convulsões sociais impulsionadas por certa juventude engajada, destacadamente burguesa, mas sedenta por “mundo novo” em contraposição ao universo das gerações anteriores.

Em maio, o mês que se tornou célebre pelas barricadas em Paris, Carlinhos publicou uma crônica intitulada “Viva a anarquia”. Nela, ele faz uma análise do que levaria os jovens de diferentes países a se revoltarem. A conclusão do cronista, e a despeito das inúmeras diferenças políticas, culturais e sociais que delimitaram e impulsionaram as lutas empreendidas pelos jovens em 1968, é que os jovens revoltosos se levantavam porque aquele mundo não os cabia. Tratava-se, portanto, de uma insurreição contra todo e qualquer sistema e modo de vida que vigorava até aquele momento, fosse o capitalista ou comunista. Essa é uma primeira leitura, mas outras menos simplistas são certamente possíveis.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Movimento. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1968.

<sup>85</sup> Embora o movimento de contestação levado a cabo pelos estudantes brasileiros tivesse uma dinâmica e uma agenda de reivindicações e confrontos contra a ditadura que, inclusive, antecede 1968, ele guarda semelhanças com outros movimentos do mesmo período. Em uma gama infinidável de variações, para Henri

A análise de Carlinhos não é “estrutural”, ou mesmo de “conjuntura”, trata-se mais de uma apreensão do momento e de uma expectativa em relação a ele. Não podemos nos esquecer que as análises historiográficas e sociológicas sobre os processos que culminaram com os levantes em cidades como Paris, São Francisco, Cidade do México ou Rio de Janeiro costumam ser retrospectivas, portanto, beneficiadas por certo distanciamento temporal. Nesse sentido, quando Marcelo Ridenti elenca “aspectos comuns”<sup>86</sup> aos movimentos que tomaram as ruas em 1968, o pesquisador o faz a partir de uma leitura histórica, construída com base em uma interpretação dos acontecimentos e seus desdobramentos. Mas o cronista estava em 1968 e escrevia a partir do (seu) tempo presente.

Esta crônica nos possibilita inferir alguns aspectos do impacto das “revoluções” dessa juventude para o cronista e, de modo latente, o impacto de outra revolução: a das comunicações. Para Carlinhos, a juventude que questionava a ordem estabelecida em Paris, São Francisco ou Amsterdã tinha um perfil anárquico uma vez que, independentemente do tipo de poder constituído (comunista ou capitalista), se era oposicionista como exercício de

---

Weber é possível encontrar uma unidade, pontos em comum entre as lutas travadas aqui e alhures. Assim, para Weber, os movimentos de contestação que despontaram em 1968 combinam “três grandes aspirações”: a) aspiração democrática e libertária; b) aspiração hedonista e comunitária e c) aspiração romântica e messiânica. Primeiro: Aspiração democrática e libertária porque “o movimento de 1968 é dirigido contra todas as formas autoritárias de poder, em todas as instituições”. O que significa que das escolas/universidades até à família, o casamento, as empresas e o sistema político deveriam ser questionados por constituírem uma “forma de poder baseada na força, na coação e na tradição”. Contudo, se aceitaria “como única forma de poder legítimo do que for baseado no consentimento dos indivíduos, seja porque reconhecem o poder como competente, seja porque eles mesmos o designaram mediante eleições”. Segundo: Aspiração hedonista e comunitária. Para Weber havia em 1968 uma “aspiração ao direito ao prazer, à libertação do desejo” o que seria um movimento “dirigido contra o puritanismo repressivo de sociedades ainda marcadas pela moral tradicional, resultante de um mundo rural e de culturas católicas, protestantes, judaicas que justamente reprimem o desejo e culpabilizam”. (Lembremos aqui da revolução causada por *Eros e Civilização* de Herbert Marcuse, considerado um dos livros-chave de 1968). Mas, ainda para Weber, esse hedonismo não significa o individualismo tão creditado à geração de 1968. Para ele, havia também uma aspiração comunitária e que o referido individualismo é “democrático e revolucionário (...) não se opõe à sociedade; exige uma sociedade que permita uma a expansão e a emancipação do indivíduo. Portanto, ele é portador de uma ordem social”. Em terceiro, esses movimentos que ocorreram em hemisférios distintos, teriam uma aspiração romântica e messiânica que, de acordo com Henri, compreendia “a ilusão da utopia da sociedade perfeita. Uma aspiração romântica e messiânica que partia a história do mundo em duas, que queria sair dada pré-história e do reino da necessidade, e entrar no reino da liberdade, por meio da revolução que permitiria o ajuste de contas”. WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p.22-23.

<sup>86</sup> Para Ridenti os aspectos comuns foram: “inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise no sistema escolar; ascensão da ética da revolta e da revolução; busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas; negação da sociedade de consumo; aproximação entre arte e política; uso de recursos de desobediência civil; ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalista ou comunista); mudanças comportamentais; vinculação estreita entre lutas sociais amplas e interesses imediatos das pessoas; aparecimento de aspectos precursores do pacifismo, da ecologia, da antipsiquiatria, do feminismo, de movimentos de homossexuais, de minorias étnicas e outros que viriam a desenvolver-se nos anos seguintes”. RIDENTI, Marcelo. *op. cit.*, p.51.

liberdade. Ou seja, a juventude de 1968 para Carlinhos concretizava a velha máxima espanhola, a saber, *se hay gobierno soy contra*. Contra qualquer posição de mando: o pai, o reitor, o presidente...

Era por ideais como a superação da dicotomia político-ideológica da Guerra Fria, pela *castração* da figura paternal e a liberdade do corpo e da mente, que Carlinhos nutria simpatia pelos movimentos juvenis. Aliás, não é somente “simpatia”, podemos considerar que existia mesmo um processo de *transferência*, mais uma vez Freud, do cronista para os revoltosos.

O que nos permite afirmar isso? Ora, embora Carlinhos não pertença etariamente a essa geração que tinha como um dos seus lemas, possivelmente importado do movimento parisiense, não confiar em ninguém com mais de “30” anos – e em 1968 o cronista tinha aproximadamente 34, portanto, um coroa –, ele se vê realizado no discurso e na postura transgressora e transformadora dos jovens. Ele, Carlinhos, que não se identificava nem com o comunismo soviético e nem com imperialismo *yankee* e que apoiou a (est)ética tropicalista, como veremos no capítulo 3 desta dissertação. É esse Carlinhos que constrói uma imagem redentora de uma juventude cansada, enraivecida e, portanto, revolucionária.

A outra revolução, mais discreta, apesar de provavelmente mais efetiva, talvez seja a dos meios de comunicação, em especial os eletrônicos, que àquela altura já provocavam o encurtamento das distâncias e transformavam este mundo em uma “aldeia global”, conforme metáfora de Herbert Marshall McLuhan.<sup>87</sup> Graças à imprensa, e especialmente, as evoluções tecnológicas das telecomunicações – a TV, que no Brasil ganhava cada vez mais adeptos nos grandes centros, e o rádio – as informações circulavam com mais velocidade e com maior alcance. É nesse cenário que a Guerra do Vietnã, a primeira televisionada, repercutiu no mundo. Segundo John B. Thompson, “as imagens ao vivo do lançamento das bombas incendiárias, de soldados e civis feridos, de gritos de crianças e refugiados em desespero, da contagem de mortos, despertaram e alimentaram a controvérsia nos Estados Unidos sobre a legitimidade da intervenção”.<sup>88</sup> Não apenas nos Estados Unidos, uma vez que essas imagens foram replicadas em boa parte do mundo ocidentalizado e contribuíram, afinal, para a constituição de um dos pontos convergentes dos movimentos libertários transnacionais: o anti-imperialismo e o fim das guerras.

---

<sup>87</sup> Em “A galáxia de Gutemberg” e “Os meios de comunicação como extensão do homem”, o teórico canadense defende que os avanços tecnológicos dos meios de comunicação provocam, por extensão, uma mudança social e cultural que influí diretamente na compreensão e significação da realidade.

<sup>88</sup> THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2010, p.153.

Igualmente às imagens e os relatos da Guerra do Vietnã, os confrontos em Paris, no *Quartie Latin*, ou os protestos nos campus das universidades norte-americanas, também ganharam projeção internacional. O que suscitou os militares brasileiros relacionarem os protestos estudantis aqui com uma conspiração internacional comunista, aliás. É para esta realidade histórica que compartilhava fenômenos sociais semelhantes, para este cotidiano que começava a ser afetado por uma globalização dos costumes e, portanto, das práticas, que a crônica de Carlinhos aponta. E o cronista faz isso ao se apropriar das falas de outros, em discurso direto e indireto, sobre a situação internacional para fundamentar a sua própria visão da revolução dos jovens.

É exatamente isso: a anarquia. O Poder Jovem é isso. (...) Querem os jovens transformar a Sorbonne em Universidade Autônoma e Popular, ou Universidade Crítica. Qualquer pessoa pode entrar e falar. Escrevendo de Bonn, o jornalista C.L. Sulzberger, do *New York Times*, afirma: 'As causas do descontentamento estudantil variam de país para país, mas em todas as instituições há estudantes que rejeitam a sociedade que lhes foi imposta pelos adultos. Eles procuram um revolucionismo radical inspirado mais por sonhos de juventude do que por qualquer credo político'. Enquanto isso, analisando o mesmo fenômeno, J.J. Servan-Schreiber afirma que os jovens descobriram que algum dia podem tomar o poder. O importante é que tudo isso é feito em nome da própria juventude. Os jovens estão enraivecidos porque são jovens; impacientemente, generosamente jovens. Querem introduzi-los num mundo caduco e eles se recusam. Os rebeldes de Amsterdã diziam claramente: 'Toda autoridade é cômica'. As circunstâncias mudam, mas a frase continua a mesma em São Francisco da Califórnia: *make love, not war*; e em Paris: 'A humanidade só será feliz quando o último capitalista for enforcado nas tripas do último comunista'. Compreenderam? Há tanto tempo venho observando esse fenômeno e chamando para ele a atenção dos meus amigos! 'Que século, meu Deus! diziam os ratos. E começaram a roer o edifício'. No momento em que começa a destruir a sociedade burguesa, a juventude descobre, com uma espécie de vertigem, que toda sociedade é burguesa. Os governados cansaram-se de ser governados; portanto está é uma revolução contra os governantes. Nunca houve nada igual. (...) É duro, é doloroso, é maravilhoso, mas eles terão que reconhecer isto: a autoridade paterna terminou. Este século terminará nas mãos dos filhos.<sup>89</sup>

Quando chamamos atenção acima para o fato do cronista estar em 1968, não se trata de mero jogo linguístico. É uma forma de salientar que José Carlos Oliveira era um ser no mundo em 1968 e que a sua escrita, matéria-prima desta análise quase 50 anos depois de produzida, é representativa de uma subjetividade, de um grupo e de toda uma rede de sociabilidades. É nesse sentido que interpretamos o tom messiânico de Carlinhos quanto aos

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Viva a Anarquia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1968.

jovens – o Poder Jovem – dentro de um contexto no qual ele mesmo também está atravessado pelo signo da utopia daquele tempo.

Antes do fim de maio, Carlinhos retomou suas reflexões sobre os jovens franceses, mas que na narrativa dele se estende aos demais jovens do mundo, como se essa fosse uma categoria universal. Em “Viva a Anarquia”, o *tom* profético de Carlinhos anunciava a tomada do mundo por um Poder Jovem. Porém, a repercussão dessa crônica não parece ter sido a esperada pelo cronista. Isso é o que podemos inferir por meio da crônica “O desafio”, publicada em 31 de maio. Se naquela o autor fala como um arauto dos novos tempos, nesta a perspectiva é de alguém que busca se justificar não pelos posicionamentos anteriores, mas fundamentá-los de modo que os “velhos” possam, enfim, compreender a conjuntura revolucionária na qual estavam inevitavelmente inseridos.

Aparentemente endereçada aos comunistas históricos, Carlinhos afirma que os jovens franceses seriam socialistas, mas não somente eles. Este era o ponto para compreender a realidade que emergia: a juventude era socialista. Não se trata, entretanto, de um socialismo, *ipsis litteris*, histórico-científico cujo fim seria o comunismo. O que Carlinhos chama de socialismo se aproxima tanto de um ideal libertário e utópico de superação do capitalismo econômico, quanto da superação da ortodoxia e rigidez totalitária dos Estados do comunismo real. Para o cronista, os jovens não queriam apenas o fim do capitalismo como sistema econômico e financeiro, mas um mundo melhor: mais justiça social, liberdade e direito à participação nas diretrizes políticas, o fim dos conflitos bélicos e da dominação dos povos do Terceiro Mundo. Por fim, queria-se “o amor”. O desejo desejante, a força telúrica que orientava toda aquela rebelião de jovens, na leitura do cronista, passava pela liberdade de amar.

Todas essas questões significariam o nascimento de uma nova forma de se fazer política. Uma política dos afetos, das paixões, dos desejos e sonhadora. É para esse tipo de mudança comportamental que o cronista parecia alertar os “velhos” a não apenas aceitar, mas participar, mesmo a título de algumas abdicações de crenças pessoais.

Ninguém ainda teve coragem de reconhecer uma coisa: os jovens são socialistas. Mas quem quiser saber como será o mundo do futuro terá que partir deste ponto. Socialistas são os jovens não apenas na França, mas no mundo inteiro. Há um paradoxo nos dias que estamos vivendo, que mostra como nenhum outro a confusão dos mais velhos. Começaram todos repentinamente a simpatizar com os comunistas, porque estes tentaram utilizar a ortodoxia como um dique. Até agora a tentativa fracassou, mas nunca mais o comunismo ortodoxo e conservadorismo deixarão de ser a mesma coisa. E ao mesmo tempo os mais velhos começaram a denegrir um

nome, ou uma palavra, que para eles simboliza anarquia, o desconhecido, e origem da filosofia do medo. Marcuse, marcusianismo. Compreenderam finalmente que *make love, not war* é a divisa da nova Internacional? Parece que ainda não, porque compreender e não aceitar é o mesmo que destruir o compreensível, é não suportar a realidade e desejar consequentemente destruir o mundo. Em consequência, o suicídio está do lado dos adultos. (...) Qualquer garoto hoje em dia, em qualquer parte do planeta, se sente bastante seguro para declarar que está ao lado do socialismo, e até mesmo do comunismo, sem que isto signifique adesão a qualquer forma de socialismo ou de comunismo existentes. Para escapar à vertigem, os adultos de boa vontade têm que admitir uma discussão furiosa: no final, sobra apenas isto: *make love, not war*. O sexo, ou seja, a felicidade é que haverá de prevalecer. Ou vocês já esqueceram – que péssima memória! – ou vocês já esqueceram que tudo começou com os rapazes exigindo que moças e rapazes se encontrassem livremente à noite, em seus respectivos aposentos dentro da Universidade? Os caos é um câncer que está precisamente localizado na palavra ordem. Outra a honra das nações, se preferirem, ou qualquer outra palavra em nome da qual, seja proibido ser feliz e seja [ilegível] morrer no Vietnã ou em qualquer outro lugar. Aos adultos cabe uma tarefa que considero a mais dolorosa jamais apresentada: ao meu espírito em primeiro lugar temos necessidade de compreender os jovens; em segundo lugar, será imperioso fazer tudo para conquistar a estima deles. Sei por experiência própria que isso exige uma total (ainda que provisória) renúncia a todas as nossas crenças e é este, justamente, o desafio que temos diante de nós.<sup>90</sup>

Mais acima, quando analisamos outra crônica, abordamos de passagem o anacronismo que é inerente a esta operação historiográfica. Mas, para além desse anacronismo, que acreditamos ser mesmo constituinte de qualquer escrita da história, é possível encontrar um Carlinhos anacrônico (em relação à sua época)? Sim, certamente é possível. Contudo, assumimos aqui que infelizmente não conseguimos avançar a nossa análise e reflexão nesse sentido. Essa manifesta limitação, talvez, esteja relacionada ao fato deste pesquisador perceber em Carlinhos alguém que estava inserido e, portanto, também suas crônicas, em um cenário político-cultural embebido por aquilo que Michel Löwy chamou de “romantismo revolucionário”. Ou seja, uma postura revolucionária e utópica que ao invés de preconizar um idílico paraíso em um passado, como seria o romantismo clássico, converte suas esperanças em um futuro no qual teria lugar uma nova sociedade.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O desafio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1968.

<sup>91</sup> Ao escrever sobre 1968 e especialmente sobre o Maio francês, Löwy afirmou que: “O espírito de 68 é uma bebida potente, uma mistura apimentada e desejável, um coquetel explosivo composto por diversos ingredientes. Um de seus componentes – e não o menor – é o *romantismo revolucionário*, ou seja, um protesto cultural contra os fundamentos da civilização industrial/capitalista moderna, seu produtivismo e seu consumismo, e uma associação singular única e sem gênero, entre subjetividade, desejo e utopia – o ‘triângulo conceitual’ que define, segundo Luisa Passerine [em “‘Utopia’ and Desire”, *Thesis Eleven*, n° 68, February 2002, pp. 12-22], 1968”. Ainda de acordo com o filósofo, “O espírito romântico de Maio de 68 não é composto, somente, de “negatividade”, de revolta contra um sistema econômico, social e político, considerado como desumano, intolerável, opressor e filistino, ou atos de protesto tais como o incêndio dos carros, esses símbolos desprezados

Observamos um Carlinhos deslumbrado, ou mesmo alumbrado, com o fenômeno social por ele nomeado de “Poder Jovem”. Há para o cronista, no entanto, outro fenômeno comportamental ligado à juventude que, embora imbricado ao primeiro, não possuía a mesma visibilidade midiática. A esse ele chamou de “Geração Discoteca”, título de crônica publicada em 13 de junho. Se aos primeiros, os engajados por assim dizer, são dedicadas crônicas que indicam empatia e nas quais os jovens emergem como agentes de transformação e como sujeitos dotados de vontade de potência, aos segundos não é dedicada a mesma esperança efusiva, ainda que essa interpretação guarde certa ambivalência.

Uma interpretação: Em “Geração Discoteca”, Carlinhos nos apresenta o avesso dos jovens engajados. Eles seriam na interpretação do cronista, ou na nossa interpretação do narrado por ele, jovens alheios às questões políticas e sociais. O fato da vivência da tal Geração ocorrer à noite, quando eles transitam por ambientes escuros cuja música que os embalam não são as canções de protesto ou as palavras de ordem, parece ser para o cronista um demérito. Enquanto os jovens revoltosos, que ocupam as ruas diurnamente com reivindicações sérias e se arriscam em confrontos com os órgãos de repressão, contestam porque são desejosos de mudanças efetivas na estrutura política (portanto, social e cultural), Carlinhos não encontra sentido contestatório nas atitudes dos jovens, destacadamente as mulheres, que frequentam boates. Para ele, e sem relativismos, também para uma cultura na qual uma mulher não era – e ainda não é – plenamente responsável pelo seu próprio corpo, a atitude desinibida das moças não é vista como um ato revolucionário/contestatório, mas mero exercício de exibicionismo.

Outra interpretação: A chamada Geração Discoteca nos é apresentada ironicamente como o avesso dos jovens engajados. Desse modo elas difeririam entre si tão somente em suas práticas questionadoras. Ambas perturbariam a ordem, ainda que as instâncias e o alcance fossem distintos. Os dois fenômenos jovens seriam, hipoteticamente, movimentos que propalavam a liberdade do corpo, a emancipação feminina e a refutação da moral e os bons

---

da mercantilização capitalista e do individualismo possessivo. Ele está, também, carregado de esperanças utópicas, sonhos libertários e surrealistas, “explosões de subjetividade” (Luisa Passerini), em resumo, do que Ernst Bloch chamava *Wunschkörper*, “imagens-de-desejo”, que são não somente projetadas num futuro possível, uma sociedade emancipada, sem alienação, reificação ou opressão (social ou do gênero), mas também, imediatamente, experimentadas em diferentes formas de prática social: o movimento revolucionário como festa coletiva e como comunidades humanas livres e igualitárias, a afirmação partilhada da sua subjetividade (sobretudo entre os feministas); a descoberta de novos métodos de criação artística, desde os pôsteres subversivos e irreverentes, até as inscrições poéticas e irônicas nos muros”. LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de maio de 68. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 84, maio de 2008. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp\\_lowyp.htm#\\_ftn1](http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowyp.htm#_ftn1) Acessado em: 02/11/2016.

costumes burgueses. Por isso o fato das mulheres se vestirem e dançarem obscenamente chocaria mais do que um discurso do líder estudantil francês Daniel Cohn-Bendit. Isto é, o que Carlinhos nos possibilita ao utilizar de alguns tipos de comparações, é ler no comportamento das duas moças a corporeidade como possibilidade de manifestação, ou performance política capaz de afetar mais que o discurso oral. Uma percepção que, aliás, atravessaria, sobretudo, o universo político, mas também artístico, a partir do final da década de 1960.

Todavia, se nos fiássemos ainda nessa interpretação às questões realizadas pelo cronista sobre o objetivo e o que se conseguiria com tal exibicionismo a Geração Discoteca, poderíamos afirmar que ela, igualmente às manifestações e confrontos entre os jovens e os poderes instituídos, conformava e orientava uma mudança social.

Assim, para o cronista, os novos tempos, cuja marca seria os jovens que empreendem batalhas por novas possibilidades de vida para além daquelas dadas por uma realidade atravessada e cindida pelo duelo comunismo/capitalismo, também são tempos que extrapolam as formas tradicionais de se fazer política. Duas mulheres que dançam e se vestem como querem, nesse caso sensualmente, subvertem a imagem tradicional do papel feminino e confrontam os homens, e por extensão a sociedade, com novos limites de liberdade e de lugares sociais.

Se há de um lado o Poder Jovem, perturbando a ordem pública, de outro lado temos a Geração Discoteca – ou Pão-com-Cocada, como diz Ibrahim Sued. É também um fenômeno mundial, mas não aparece nas primeiras páginas dos jornais. (...) São moças e rapazes que dormem quando amanhece e acordam quando anoitece. Movimentam-se em ambientes escuros, atravessados por luzes psicodélicas. As moças, então, me parecem simplesmente diabólicas. Ao som de músicas ensurdecedoras fabricadas especialmente para elas, ei-las que dançam de maneira tragicamente obscena, lembrando um bando de salamandras embriagadas. Suas mini-saias perturbam mais que um discurso de Cohn-Bendit. Antigamente, eram mini-saias, mas hoje não se sabe mais o que é. Aqui estão duas delas, diante de mim, provocando-me. Ambas de vestido preto fosforescente. Todas duas lindas, esgalgas. As pernas da loura jorram completamente nuas, inteiriças, de sua saia. Quanto à morena, usa mini-saia igualmente audaciosa, mas com uma diferença: na frente, o vestido está entreaberto e dos lados apresenta duas aberturas no estilo japonês. Esses generosos decotes mostram tudo – tudo, meus senhores, sem exceção... Sentados diante de suas doses de uísque, os boêmios veteranos contemplam esse espetáculo que há dez anos, e até menos, seria inconcebível. *Que é que elas estão querendo? Qual a contestação da Geração Discoteca? Qual o prazer que elas extraem desse exibicionismo, repetido noite após noite, dentro deste aquário escuro e barulhento?* Dois homens bêbados, motivados por certo por perguntas iguais às que acabo de fazer, imaginam uma resposta, mas não sei se estão certos. (...) um deles, muito alto, louro, bastante meu conhecido, cambaleia no salão,

tentado segurar uma das garotas. Em sua embriaguez, ele supõe que elas dançam assim, e se vestem assado, porque são agarráveis por qualquer homem e transportáveis para qualquer apartamento... O segundo bêbado, com o rosto contraído, queixa-se da leviandade das moças modernas, assegurando-me que são todas fáceis. Esse, coitado, ainda não se acostumou com os novos tempos. Está revoltado com as mulheres. Bem. O dia está nascendo. Mais uma noite perdida. As moças entram nos automóveis dos namorados, sentam-se impudicamente. Será essa a tão falada decadência do mundo ocidental? (Grifo nosso).<sup>92</sup>

Uma leitura sub-repticiamente anacrônica desta crônica nos faria crer que Carlinhos, o sujeito, era um machista, conservador *i.e* falso moralista. (Alguns adjetivos, entre eles, por exemplo, o “diabólicas” atribuído às moças, certamente suscitaria uma extensa e, provavelmente necessária, discussão à luz dos estudos de gênero, todavia, passaremos ao largo dela). Mas, sem julgamentos morais travestidos de históricos acerca do cronista, preferimos chamar atenção para o status da crônica como um documento/monumento<sup>93</sup>. Por essa abordagem as personagens masculinas, inclusive Carlinhos, apresentam marcas de uma sociedade, e não apenas um indivíduo, incapaz de lidar cotidianamente com a emancipação e a sexualidade feminina. Crônica, que por sinal, não aborda o “universo” de um grupo social “despossuído” e preconceituosamente considerado mais conservador e pouco receptivo às mudanças socioculturais como faz crer o senso comum, mas de uma parcela culturalmente “progressista”. Trata-se de um aspecto do ideário liberal, das classes média e média alta, que Carlinhos nos dá mostras, pois é a partir dele e para ele que o cronista escrevia. Mas saber disso em nada elucida a tensão intrínseca à própria crônica: a Geração Discoteca, abertamente hedonista, é um fenômeno de contestação ao *status quo* ou é uma geração completamente

---

<sup>92</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Geração Discoteca. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1968.

<sup>93</sup> Lembremos aqui, primeiramente, de Michel Foucault e depois de Jacques Le Goff. Para ambos, a crítica ao documento empreendida pelos historiadores na contemporaneidade revelaram o status de artefato historicamente produzido pelas sociedades. Desse modo, os documentos devem ser analisados não em sua originalidade reveladora do passado, mas em sua materialidade marcada pelos poderes, pelas relações estabelecidas com outros documentos, com o tempo e, evidentemente, tendo-se como um horizonte a própria manipulação realizada pelo pesquisador. Para Foucault esse é um processo no qual a história, como saber, “é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p.8. Nesse mesmo sentido Le Goff nos diz que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1994, p.545. Ou seja, o documento não é *a-histórico* ou um a priori à história, mas um produto dela.

alheia às “verdadeiras causas” e, portanto, a realidade de um mundo em franca transformação?

Ainda em junho, quando o movimento dos estudantes parisienses refluía após o auge dos confrontos com as forças policiais, manifestações e greves ocorridas em maio, Carlinhos volta a abordar a situação. O tom desta crônica, em comparação às anteriores sobre o que Carlinhos chama de “Poder Jovem”, é igualmente elogioso, embora menos inflamado. Ao que tudo indica, ao escrevê-la, o cronista já tinha percebido que o sonho de “mudar o mundo” dos jovens franceses tinha sido desmobilizado por uma manobra política do velho general De Gaulle: o passado, a política, a tradição e o oficial tinham vencido o novo e a irreverência. Pressionado pela dimensão que atingira as manifestações e greves gerais, De Gaulle, no dia 30 de maio convocou eleições para 23 de junho – das quais ele e seus apoiadores saíram vitoriosos, embora enfraquecidos –, e garantiu aumentos salariais aos operários. Com isso, ele esvaziou as manifestações estudantis e desarticulou a greve dos operários. Além disso, o líder estudantil, Daniel Cohn-Bendit, o “*Dani, le rouge*”, que tinha se tornado o rosto dos revoltosos, foi exilado na Inglaterra como medida punitiva.

É a partir desse cenário que Carlinhos escreve. Provavelmente por isso ele tenha substituído a comoção por um tom mais comedido, mas ainda assim esperançoso. É provável que o cronista tenha visto nos jovens, a geração pós-II Guerra, que tomou as ruas de Paris e ocupou os centros do saber e da tradição, como a Sorbonne, um sinal de vida que há muito lhe faltava. Explica-se: no conjunto da crônica os manifestantes são descritos como jovens afoitos, socialistas ou não, anárquicos e dispostos a quaisquer atos para romper com a ordem então estabelecida rumo a um futuro que, embora incerto, certamente seria diferente do (im)posto, realidade que claramente essa geração não queria que se perpetuasse. Parafraseando o autor, os protagonistas do evento podiam não saber o que queriam, mas tinham certeza do que não queriam e estavam dispostos a tudo para o sucesso de tal empreitada. Já Carlinhos sabia muito bem onde queria chegar (o sucesso, a carreira, o reconhecimento intelectual e literário), mas não estava mais disposto a quaisquer esforços. Aquele menino intrépido que escreveu no jornal local e que foi mal falado na cidade de Vitória, do qual tratamos na Introdução deste trabalho, há muito desaparecera. Provavelmente, foi a ousadia dos representantes daquela geração de Paris que o encantou. Vejamos um fragmento da crônica, como a escreveu o autor:

Os jovens estão fora da lei. Na Sorbonne sitiada, eles improvisam uma sociedade original, só deles, que é como um tumor no corpo da França, o sintoma de uma doença (ou uma nova espécie de saúde?). Pensei também em

Daniel Cohn-Bendit. Este é uma síntese perfeita de tudo o que estamos presenciando. Judeu, alemão, francês, exilado na Inglaterra... Talvez sem querer, ele nos ensina que o mundo já não tem fronteiras, ainda que os exércitos se preocupem com o problema da segurança territorial. Os exércitos, as polícias, os partidos, os reis do homem? Tudo isso é coisa do passado, diz Cohn-Bendit. Como bem observou um jornalista francês, ele e seus companheiros não sabem o que querem, mas sabem perfeitamente o que não querem. (...) A juventude não é uma idéia, não é uma classe social, nem mesmo um estado de espírito construtivo. É preciso domesticá-la, e nisto todos os adultos concordam.<sup>94</sup>

Assim Carlinhos encerra suas considerações sobre o movimento estudantil parisiense. Mas sua interpretação pode ser estendida a toda uma juventude, algo que seria um movimento transnacional. Para ele, jovens como Daniel Cohn-Bendit, cujo propósito não era o da revolução nos moldes como a desejavam a esquerda de ascendência comunista, representavam tamanho desejo de mudança política e de transformação social que esse sentimento seria forte o bastante – portanto, uma ação – para romper com as amarras do presente e se projetar para o *vir a ser*, depois do qual, o mundo nunca mais seria o mesmo.

---

<sup>94</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Ouvindo rádio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1968.

## Capítulo 2

### Um mundo em convulsão: do Vietnã aos Festivais

Este capítulo é constituído por crônicas que se referem ao cenário internacional sem que, no entanto, deixassem de fazer referências ao que ocorria no Brasil, e outras, nas quais o cronista se detém no plano das mudanças comportamentais, das produções artísticas e culturais.

As crônicas que predominantemente abordam os acontecimentos internacionais, “macrocontextuais”, foram lidas como elementos indicativos dos tipos de escolhas temáticas realizadas por Carlinhos o que, também, nos ajudou a compor as perspectivas, expectativas, ou mesmo os posicionamentos político-ideológicos dele neste ano de 1968. Já, por meio daquelas que registraram as mudanças comportamentais e o ambiente artístico nacional, suas disputas ideológicas, a censura institucional e a resistência ao regime, salientamos um aspecto de 1968 que é tão lembrado quanto às revoltas estudantis, ou especificamente no Brasil, a passeata dos 100 mil e o AI-5: os acontecimentos socioculturais.

Assim, através do “olhar” de Carlinhos registramos as eclosões no âmbito comportamental que marcaram o ano e alguns acontecimentos no universo das artes. Embora em muitas ocasiões o cronista renegue o elemento político de sua escrita, temos em vista que ela é transversalmente atravessada pelo ideário, representações e posicionamentos atrelados a uma cultura política presente da qual, indubitavelmente, o cronista também participa.

#### 2.1 – Entre o Kremlin e a Casa Branca

Enquanto o mundo ocidentalizado era sacudido pelas revoltas conduzidas por estudantes que se alastravam da Europa às Américas, no Vietnã (então do Sul) ocorria mais um capítulo da Guerra Fria. Era ali, em uma pequena faixa de terra no extremo sudeste da Ásia, que desde 1965<sup>1</sup> se travava mais um episódio das disputas (geopolíticas, econômicas e

---

<sup>1</sup> Os conflitos no Vietnã remontam, contudo, ao final dos anos de 1940 e estão relacionados ao processo de descolonização iniciado após a II Guerra. De acordo com Eric Hobsbawm: “Só em partes do Sudeste Asiático essa descolonização política sofreu séria resistência, notadamente na Indochina francesa (atuais Vietnã, Camboja e Laos), onde a resistência comunista declarara independência após a libertação, sob a liderança do nobre Ho Chi Minh. Os franceses, apoiados pelos britânicos e depois pelos EUA, realizaram uma desesperada ação para reconquistar e manter o país contra a revolução vitoriosa. Foram derrotados e obrigados a ser retirar em 1954, mas os EUA impediram a unificação do país e mantiveram um regime satélite na parte Sul do Vietnã dividido. Depois que este, por sua vez, pareceu à beira do colapso, os EUA travaram dez anos de uma grande guerra, até serem por fim derrotados e obrigados a retirar-se em 1975, depois de lançar sobre o infeliz país um volume de

culturais) entre o bloco capitalista e o comunista, capitaneados, respectivamente, pelos Estados Unidos da América e a União Soviética.

Carlinhos dedicou diversas crônicas ao longo de 1968 à guerra que parecia naquele momento materializar a bíblica luta entre o gigante Golias e o pastor Davi. E atentamos para o fato que o conflito entre os Estados Unidos e os vietcongs – guerrilheiros apoiados pelo Vietnã do Norte (comunista) – ocupava com destaque o noticiário político internacional dado as sucessivas derrotas impostas à grande potência bélica por um grupo de homens mal armados e, provavelmente, mal alimentados.<sup>2</sup>

Em “o maravilhoso mundo zero”, crônica publicada em 16 de janeiro, por exemplo, sob o pretexto de planejar “um modo novo de pensar o mundo e as pessoas” e como forma de solucionar a monotonia que o circundaria, o cronista passa a analisar a banalidade com a qual a guerra do Vietnã era percebida e discutida. Não haveria mais acontecimentos envolvendo o conflito capazes de romper a sucessão de mortes por emboscadas ou bombardeios. Morrer e/ou matar em uma guerra é o ordinário. O extraordinário residiria no fato dos EUA estarem acuados, mas mesmo isso, após três anos da entrada deles na guerra, já caminhava para a ordem do esperado. O automatismo das ações, a naturalização dos acontecimentos e a progressiva perda semântica das palavras, talvez, desgastadas pelo seu uso repetitivo – meros refrões – provocam no cronista a sensação de estar enredado em uma trama circular, repetitiva. Trama cujo desfecho já era sabido e apontava para a banalização da violência, da vida e, claro, da morte.

Sobre a guerra não há nada de novo. As tecnologias bélicas são atualizadas, as estratégias aprimoradas, mas os fins (subjugar) são os mesmos desde tempos imemoriais. Em contrapartida, para o cronista, na política – instância que para Foucault seria a guerra continuada por outros meios<sup>3</sup> – o extraordinário (o acontecimento) ainda teria espaço.

---

explosivos maior do que o empregado em toda a Segunda Guerra Mundial”. HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.215.

<sup>2</sup> Sobre a guerra de guerrilhas, tal como a realizada pelos vietcongs, e os efeitos dela sobre exércitos equipados como o dos EUA, escreveu, ainda em 1965, Eric Hobsbawm: “Daí as angustiadas tentativas de lançar bombas e mais bombas contra homens pequenos, escondidos atrás de árvores, ou de descobrir a mágica (por certo deve haver uma...) que permite aos poucos milhares de camponeses mal armados conter o maior poderio militar da terra. Daí também a simples recusa em acreditar que possa ser assim. Se os Estados Unidos estão frustrados, seguramente a causa deve residir em alguma outra razão mensurável e bombardeável: os agressivos norte-vietnamitas, que verdadeiramente simpatizam com seus irmãos do Sul e contrabandeiam gota a gota suprimento para eles; os terríveis chineses, que têm a ousadia de possuir uma fronteira comum com o Vietnã do Norte; e sem dúvida, os russos finalmente”. HOBSBAWM, Eric. *O Vietnã e a dinâmica da guerra de guerrilhas*. In: HOBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebeldão e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 290.

<sup>3</sup> Foucault inverte dessa forma a máxima de Carl Von Clausewitz, para quem “a guerra não era mais que a continuação da política”. Ao propor a política como continuação da guerra, Foucault salienta a repressão, o silenciamento e as relações de forças que ocorrem independentemente, ou para além dos conflitos bélicos, mas

Acontecimento, ademais, mais do que insólito e ilustrado por Carlinhos por meio da manchete na qual o governo russo teria acusado o líder chinês Mao Tsé-tung de ser comunista. Ora, que mundo é este no qual comunistas acusam comunistas de serem comunistas? Este seria o “maravilhoso mundo zero”, que intitula a crônica?

Contra essa realidade, o tal mundo anacrônico que o tem deixado, segundo Carlinhos, pessimista e desalentado como o ator Humphrey Bogart – provavelmente aqui a comparação fosse endereçada à personagem Richard Blane, o melancólico protagonista do filme Casablanca (1942) interpretado por Bogart – há uma proposta: tão somente quatro dias de armistício geral, sem ações políticas, de inércia e abdicação ideológica. Quatro dias durante os quais somente a Cruz Vermelha agiria para socorrer os pobres, essa parcela da população que, invariavelmente, já (sobre)vive apartada do campo político, ao menos das instâncias decisórias seja em regimes democráticos ou não. De todo modo, para o cronista esses quatro dias de inatividade (política, por pressuposto) mostraria aos governantes e governados a desnecessidade dos sistemas governamentais, fossem democracias ou ditaduras.

À primeira leitura de “O maravilhoso mundo zero”, ela chega a ser tola, ou mesmo salientaria a tolice de seu autor. Essa percepção é possível, por exemplo, pela forma de se compreender e narrar o mundo político explicitada pelo cronista, na qual se evidencia uma projeção (que poderia ser adjetivada de “simplória”) utópica do futuro. Contudo, consideramos que ela, o que também seria mais próximo do feitio de Carlinhos, se assemelha por seu conteúdo a uma expressão do absurdo. Explica-se: Carlinhos, ao propor algo tão estapafúrdio – um intervalo de supressão dos conflitos globo afora após o qual lideranças como Johnson, Costa e Silva e Mao Tsé abririam mão dos seus “direitos” ao uso da força em troca de uma existência prosaica – se aproxima de uma produção discursiva e de um imaginário cuja marca maior é a do inusitado, da perspectiva do histórico/verossímil, configurado em elemento natural(izado).

Poderíamos ainda afirmar que o autor ao propor um acontecimento absurdo, no sentido de irrealizável, nos chamava atenção para o próprio absurdo já naturalizado pelas práticas sociais e presente nas relações políticas. Se o absurdo estampa os jornais por meio dos conflitos armados, econômicos e tensões políticas; se ele não é verbalizado, materializado, mas se faz presente pela privação das liberdades civis e do livre pensar e manifestar-se, enfim, se o absurdo parece ocorrer negativamente e ainda assim ser

---

que revelam, também, as relações de poder. Ver em FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade – curso no Collège de France (1975-6)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

amplamente tolerado, por que não aceitá-lo em sua positividade? Essa nos parece a questão posta por Carlinhos.

(...) Pode haver coisa mais chata do que a guerra do Vietnã? Todo dia é a mesma coisa: uma emboscada aqui, um tiroteio acolá, as bombas chovendo nas pontes ao Norte, as aldeias ocupadas pelos guerrilheiros ao Sul. Estou cansado de ser contra ou favor. (...) É este o mundo anacrônico que me chateia. Um mundo em que você pode perfeitamente abrir um jornal e ler esta manchete aterradora: *Kremlin acusa Mao de ser comunista*. Quem acompanha as alterações na política internacional sabe que semelhante acontecimento está dentro do possível, embora entre também na categoria dos fatos inacreditáveis. Direis que estou ficando pessimista. E é isso mesmo: estou ficando pessimista. Sinto-me desalentado como Humphrey Bogart no dia em que descobriu estarem os homens atrasados duas doses de uísque. Se a ONU me pedisse uma solução para esse impasse, eu sugeriria quatro dias brancos para toda humanidade. Quatro dias – nem mais nem menos. Uma trégua apolítica. Ninguém faria nada, ninguém tomaria qualquer providência. Somente a Cruz Vermelha seria mobilizada para distribuir comida aos pobres. Quatro dias sem lenço e sem documento. No dia número 5, Lyndon Johnson acordaria com a satisfação de não ser mais Presidente de coisa alguma, Costa e Silva anunciaria sua disposição de ficar a vida inteira em Petrópolis, Mao Tsé-tung iria vender túnicas Mao em Paris. Ninguém mais pegaria em armas, nem no Vietnã nem em parte alguma. A vida começaria a partir de zero, numa anarquia silenciosa e cortês.<sup>4</sup>

No mais, essa crônica aparentemente ingênua<sup>5</sup> nos reserva outra chave interpretativa, pois ela indicia ao menos um aspecto dos posicionamentos políticos de Carlinhos: a inclinação a certo anarquismo. Inclinação que, aliás, também notamos quando esta dissertação abordou crônicas sobre o movimento estudantil e de jovens. Analisados sob o prisma de alguém que se vê como anarquista, os escritos de Carlinhos nos fornecem indícios do porque ele se mostra tão encenadamente enfadado com a política, ou melhor, com os modos tradicionais de fazê-la.

Vejamos mais um exemplo desse enfado encenado em outra crônica sobre a guerra do Vietnã. Nela o cronista acentuou a automatização do próprio conflito, manifestou sua admiração pelos vietcongs, mas manteve o estado geral de impotência diante da (in)ação das duas grandes potências e da Guerra Fria por elas travada:

Lamento, Maurício, mas não tenho nada a dizer sobre a guerra do Vietnã. (...) estou cansado de tocar nesse assunto sem que ninguém tome qualquer providência. (...) Outra coisa: essa guerra, em sua essência, é a mesma todos

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O maravilhoso mundo zero. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1968.

<sup>5</sup> Acreditamos que a ingenuidade que ora ou outra grassa nos escritos do cronista se trata, na verdade, de mera desfaçatez discursiva.

os dias. Então você é obrigado a repetir todos os dias a mesma coisa. Os vietcongs lutam pela tomada do poder no sul e os americanos defendem o sul contra essa intenção. O Vietnã do Norte é solidário com os vietcongs e lhes dá auxílio em homem e armas. Os americanos revidam bombardeando o Vietnã do Norte. Por baixo disso, defende-se a chamada civilização ocidental. A nossa (deles) vontade de ter sempre muito dinheiro e de falar grosso nas assembléias internacionais. A liberdade individual, o direito que tem o Rockefeller de ser mais rico do que eu, a televisão em cores, Wall Street e por aí afora. É tudo. A mim só me cabe acordar assombrado com a bravura desses homenzinhos esquálidos, comedores de arroz, que estão em toda parte, entram em todos os lugares, matam e deixam morrer, em Saigon, em Can Tho, em Hué, em Quang Tri, em Da Nang, em Kontum, em Pleiku. Serão eles inimigos de cada americano em si, mas dos Estados Unidos como símbolo de uma contradição moral já amplamente denunciada. O estilo americano de vida me parece melhor do que o do russo, e em consequência sou capaz de compreender as razões pelas quais os Estados Unidos se sentem na obrigação de lutar contra a União Soviética. Mas, ora bolas! Eles não têm bombas de hidrogênio? E por que não jogam essas bombas de uma vez em Moscou? Você responderá: - Porque a União Soviética jogaria tantas bombas de hidrogênio em Washington. É verdade, mas – e daí? Que é que eu tenho com isso? Não são eles que estão brigando? Veja como são as coisas. Diante desse espetáculo, a única arma de que disponho é a simpatia. A qual não serve para nada. Conclusão: neste mundo turbulento estou na situação de um senador mineiro. Nem contra nem a favor – muito pelo contrário.<sup>6</sup>

O exemplo dessa crônica não é gratuito. Ao dizer que Carlinhos encenou discursivamente um estado de ânimo, ou de humor, partimos do pressuposto que ele, embora mantenha como linha argumentativa o seu desprezo pelo o que se passava em relação à guerra, ou ao universo da política institucional de modo geral, está sendo irônico<sup>7</sup>.

Irônico porque por ofício, e reafirmamos que a principal característica da crônica é a de sempre remeter ao cotidiano, seja do autor ou de terceiros, o cronista se ocupa do que está à superfície para, a partir dela, tecer análises, interpretações e construir sentidos outros que não os dados. Em outros termos: o cronista é aquele cuja “pressa de viver desenvolve uma sensibilidade especial, que o predispõe a captar com maior intensidade os sinais da vida que diariamente deixamos escapar”.<sup>8</sup> Em 1968 muitos desses sinais de vida fugiam inequivocamente à população, até pelo – e desculpe-nos o trocadilho de evidente mau gosto e senso comum – bombardeio noticioso constante relacionado às batalhas no Vietnã, em

---

<sup>6</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Sim, não e talvez. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1968.

<sup>7</sup> Temos em mente que, hipoteticamente, se o cronista estivesse realmente cansado, entediado ou no limite da repetição sobre as temáticas relacionadas à guerra do Vietnã – e por extensão da Guerra Fria –, não se ocuparia delas. Ele silenciaria, como certamente deve ter silenciado sobre outras temáticas tão importantes quanto a guerra, mas que por motivos diversos – receio da censura, da repressão ou por interesses estritamente pessoais – deixou de publicar.

<sup>8</sup> SÁ, Jorge de. *op. cit.*, p.12.

específico, e a Guerra Fria. Há aqui uma contradição difícil de ser mapeada, mas é possível cogitar que a exposição contínua aos rumos e horrores da guerra provocaria tanto o despertar (crítico, emotivo, contestatório) das pessoas, e/ou o inverso: amortecimento, banalização, descrédito e naturalização.

José Carlos Oliveira, não está fora da percepção desses acontecimentos ou dos múltiplos sentimentos intrínsecos aos processos históricos. Entretanto, Carlinhos, “escrevão do cotidiano”, para utilizar definição de Jorge de Sá, não poderia estar inteiramente distante dos acontecimentos justamente por ser ele, também, um produtor e difusor deles. Por dever de ofício, sobretudo, era necessário escrever sobre os assuntos que dominavam o espaço público. A guerra do Vietnã, em 1968, era um desses assuntos. A diferença, contudo, entre o cronista e os demais produtores/difusores de acontecimento, estava no tratamento estético da temática abordada. Ao narrar da perspectiva da primeira pessoa e ao se dirigir a outrem indefinido – afinal, Maurício pode representar qualquer leitor – o cronista humaniza e recupera das valas do banal, aspectos do real aos quais os meios tradicionais de imprensa dão pouca visibilidade: a própria insignificância da vida humana.

É certo que Carlinhos gosta de “bagunçar” os sentidos de quem o lê ao saltar de uma perspectiva política a outra, às vezes em um mesmo parágrafo. Ao se comparar, por exemplo, a um senador mineiro, figura que no imaginário social é considerado um sujeito de caráter perspicaz, mas cínico, o cronista parece nos dizer: “Vejam, eu sou apenas um sujeito boa praça e nem um pouco preocupado com ideais (contra)revolucionários, seja à direita ou à esquerda”. Blefe. Se o “tom” predominante dessa crônica parece ser conformista, entendemos que foi a forma encontrada pelo cronista para expressar sua crítica à realidade, ainda que travestida de cansaço e displicência. Ele cumpre, assim, o papel de “porta-voz, o intérprete aparelhado para nos devolver aquilo que a realidade não-gratificante sufocou”<sup>9</sup>, a consciência crítica e a capacidade de se comover diante dos acontecimentos.

Em outra ocasião o cronista se aproveita de algo que emerge na crônica como um dado factual (o envio de militares brasileiros ao Vietnã para atuarem como observadores) para abordar, mais uma vez, a guerra e a política internacional e o lugar do Brasil nesse cenário. Em “Nós e a guerra”, publicada em 11 de fevereiro, Oliveira comenta sobre a embaixada de militares enviados para observar *in loco* a guerra do Vietnã. Isso lhe suscita questionar por que essa missão só se realizava naquele momento (1968) se a guerra ocorria desde o final da década de 1950. Também haveria o interesse do governo em saber tudo sobre a convocação

---

<sup>9</sup> Ibidem.

de reservistas. O que, na perspectiva de Carlinhos, permitiria certas ilações... Infundadas, de acordo com o Exército, que anuncia ser fato não relacionado a outro, argumento que motiva um “vamos fingir que acreditamos” do cronista.

É, pois, sob a suspeita das motivações do Exército – e de Costa e Silva – que o cronista parece construir essa crônica. Mais do que observar a tecnologia e as estratégias de guerra utilizadas, o que deveria ser a função de observadores militares em guerras; mais que expressar a solidariedade de uma nação à outra, de um povo a outro por seus milhares de mortos, como uma embaixada diplomática faria, os doze militares teriam outra função, conforme sugere o cronista. Para ele, os militares brasileiros enviados ao *front* significaria um aceno de solidariedade e apoio do governo Costa e Silva ao governo e a política internacional de Lyndon Johnson.

Por ser uma solidariedade tecida entre governos e suas políticas de Estado, para o cronista, o gesto dos militares brasileiros seria vazio, pois desprovido daquilo que deveria de fato representar: a solidariedade efetiva de seus povos. Como, sob a perspectiva de Oliveira, poderíamos ser solidários aos EUA, se mesmo naquele país a guerra travada no Vietnã era rechaçada por amplos setores da sociedade – fenômeno evidenciado pelas manifestações populares – e a opinião pública que questionava o alto índice de mortos e gastos que oneravam os cofres do governo? Em todo caso, nos diz Carlinhos, naquele país havia eleições e as próximas ocorreriam em novembro de 1968. Por lá a população poderia, por pressuposto constitucional, se manifestar livremente, a imprensa não era censurada e todos poderiam democraticamente escolher seus governantes.

“E no Brasil?”, questiona o cronista. Se nos EUA, ao qual o Exército prestava solidariedade, as pessoas eram consultadas sobre os rumos da nação, por que aqui um governo que se dizia revolucionário e democrático, se esquecia de questionar a população – acerca da solidariedade à causa estadunidense, em específico – mas em relação a outras tantas questões importantes? Não há “esquecimento”, há uma ditadura, parece nos sugerir o autor no espaço (de sentido) estabelecido entre a questão e a resposta que não se refere diretamente a ela. Carlinhos avança e diz que os brasileiros, assim como os americanos, também têm opinião, embora não sejam chamados a manifestá-la. Mas se o fosse, provavelmente, a maioria se mostraria pouco afeita a apoiar e se solidarizar com as ações no Vietnã que demonstravam, no mais, o desequilíbrio bélico e, portanto, injusto.

Voltamos, assim, para o “vamos fingir que acreditamos” nas justificativas do Exército. Vamos fingir porque os observadores que representam a solidariedade do povo brasileiro não

portam os sentimentos e aspirações populares, apenas as do governo e, talvez, sua intenção de intensificar os laços políticos e comerciais entre os dois Estados e os seus ideais de erradicar o comunismo.

Parece confirmado que o Exército brasileiro enviará dez ou doze oficiais ao Vietnã, ‘como observadores’. Ao mesmo tempo, o ministério do Exército quer saber tudo sobre a mobilização imediata de reservistas, tanto oficiais como praças. Uma coisa, é claro, não tem nada a ver com a outra... Assim dizem eles, e nós vamos fingir que acreditamos. Estudaremos, então, apenas o problema dos observadores. No mundo inteiro, a curiosidade em torno da guerra do Vietnã é uma verdadeira obsessão. Nada mais natural, portanto, que no mundo inteiro os militares sonhem com a possibilidade de ver o negócio de perto. Até eu, que sou reservista de terceira categoria e detesto a música dos canhões, gostaria imensamente de dar um pulinho até lá. Mas a guerra já começou há um bocado de tempo, de modo que me sinto no direito de perguntar: por que agora? Por que somente agora? O Exército brasileiro pretende, na verdade, influir na psicologia da guerra. Os nossos doze oficiais vão lá a fim de prestar solidariedade aos Estados Unidos. Simbolicamente, o Brasil inteiro estará ao lado dos americanos, no Vietnã. Falei em Brasil e Estados Unidos. Mas isto não é verdade. A opinião pública norte-americana está dividida. Personalidades políticas americanas de grande prestígio se insurgem abertamente contra a maneira pela qual o presidente Johnson conduz a guerra. E em novembro haverá eleições presidenciais. E no Brasil? Por que ninguém ainda se lembrou de inquirir a multidão? Nós também (o povo brasileiro) temos a nossa opinião, e não creio que seja esmagadora a simpatia popular pelo modo americano de se conduzir no Sudeste asiático. Portanto: – os doze oficiais que vão ao Vietnã oferecerão a solidariedade do Governo Costa e Silva ao Governo Lyndon Johnson.<sup>10</sup>

A guerra do Vietnã aparece nas crônicas de Carlinhos como um evento com poucas novidades. O sentimento predominante é o de crítica, porém o tom adotado pelo autor para manifestá-la é quase sempre o de fastio, distanciamento... atitude discursiva que poderia ser metaforicamente representada como um verdadeiro “dar de ombros”. De igual modo ele também abordou os incidentes gerados – ou a possibilidade deles – pela atmosfera de disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos.

Assim, a sombra da Guerra Fria que pairou sobre o planeta por décadas e que colocava a todos em permanente estado de suspensão e contínua tensão sobre um tempo futuro que poderia não existir, também afetou o cronista. A possibilidade de uma hecatombe nuclear causada por um conflito bélico entre os EUA e a URSS se impunha naquele momento como um horizonte observável, ainda que distante.

No início de 1968, por exemplo, o risco, não de um conflito, mas de um acidente nuclear, parecia se concretizar. A queda de um avião norte-americano com bombas de

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Nós e a guerra. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1968.

hidrogênio, as conhecidas bombas H, que sobrevoava a Groelândia revelou ao mundo uma parte da trama complexa tecida pela Casa Branca e o Kremlin. Carlinhos que escreveu sobre esse essa queda em “O olho”, crônica publicada em 26 de janeiro, se mostrou, mais uma vez, cincicamente apático com a situação.

A despeito da consternação, indignação, revolta ou qualquer sentimento semelhante a esses que um acidente com um avião carregado com armas nucleares pudesse suscitar em qualquer pessoa ciente da catástrofe que isso provocaria, e a revelia do saldo de mortos da guerra do Vietnã, o cronista se mostrou indiferente. Igualmente, não há medo, receio, frustração ou um traço de tristeza nesta crônica. O tom adotado pelo autor é de calculado distanciamento (moral e intelectual, para além de geográfico) ao abordar problemas de tal magnitude. Portanto, de indiferença.

Contudo, não é tão simples assim. Como já dito, Carlinhos encena um estado de apatia ao dramatizar uma indiferença que, a bem da verdade, não existia. Ao se comparar ao Dr. Fantástico – personagem que dá título em português ao filme de Stanley Kubrick<sup>11</sup> – o cronista, como a trama da obra cinematográfica, chama atenção para um mundo à mercê de um conflito bélico que poderia ser iniciado mediante o descontrole emocional de qualquer militar de alta patente. O ridículo da situação e a paranoia na qual todos estavam envoltos, só sinalizavam que de nada ressolveria se preocupar ou temer o futuro, pois ele independia de anônimos – no exercício do poder – como Carlinhos, embora outros tantos anônimos estivessem diretamente envolvidos nos conflitos mundiais. Mas, se não temos controle sobre as articulações e decisões que são tomadas à nossa revelia, por que entrar em pânico e deixar de viver o cotidiano, essa instância, por pressuposto, instaladora de hábitos e produtora de pensamento automatista e (re)confortante? Parece nos propor o cronista.

Penso com nenhuma ou pouca emoção nesse bombardeiro que transportava quatro bombas de hidrogênio, e que caiu na Groelândia. Sei que quase quinhentos aviões, carregados de destruição, voam dia e noite sobre nós – mas isso também não me assusta. (...) aqui estou, fumando, quase indiferente. Sinto-me na pele do Dr. Fantástico: já me acostumei com a bomba. E com o tempo, serei também capaz de amá-la. *Monsieur Verdoux*, o matador de mulheres, achava-se perfeitamente normal no meio dos seus contemporâneos, já que estes se entregavam com entusiasmo à primeira guerra mundial. Eu também não vejo nenhuma diferença entre um indivíduo assassino e uma nação assassina. Se alguém me diz: “No Vietnã, ontem, morreram oitenta vietcongs e quarenta e dois americanos”, eu digo: “Azar”! E se alguém me dissesse: “Amanhã, em Moscou e Washington, morrerão quatrocentas mil pessoas”, – eu responderia: “Azar, azia. Azeite!”.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Título original: *Dr. Strangelove or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bom* (1964).

<sup>12</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O olho. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1968.

Por meio de outra referência a uma personagem cinematográfica, agora ao Monsieur Verdoux interpretado e dirigido por Charles Chaplin<sup>13</sup>, Carlinhos nos coloca outra questão de fundo moral: qual a diferença entre aquele que assassina por interesse próprio, particular, e um Estado que mata em nome dos supostos interesses de uma coletividade? Para o cronista não há diferença entre esse e aquele.<sup>14</sup> Daí ele recuperar – em mais uma referência cinematográfica! – as indagações de Marguerite Duras e Alain Resnais inscritas em *Hiroshima, Mon Amour*<sup>15</sup> acerca da potência destrutiva das bombas atômicas fabricadas graças ao engenho humano e seu desenvolvimento científico que, contudo, é politicamente atrofiado. Prova da inabilidade política seria o uso de duas bombas atômicas para selar o fim de uma guerra que já tinha produzido o holocausto e milhares de mortos em batalhas. Duas bombas como demonstração de poderio bélico.

Mas, apesar do horror de 1945, o mundo não se tornou um lugar mais pacífico. Paradoxalmente, daquele acontecimento limiar, representado pela II Guerra, até 1968 não só os EUA, mas outras potências capitalistas e/ou comunistas passaram a produzir armas nucleares. A destruição da humanidade que antes parecia ser da ordem das catástrofes naturais, do divino, ou seja, do imponderável, tornou-se durante a Guerra Fria humanamente próxima. A destruição em massa que era algo do extraordinário passou, com a produção de armas nucleares ostentadas por nações em constante disputa por hegemonia geopolítica, a ser elemento banalizado. Banalização, inclusive, operada pelas produções discursivas e representações midiáticas que durante esse período não cessaram em proclamar o domínio humano sobre o futuro ou a não existência dele.

Assim, a iminência de cogumelos atômicos a florescer se tornou não apenas uma possibilidade concreta, mas uma vulgata no imaginário dos homens e mulheres durante o período da Guerra Fria.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> Título original *Monsieur Verdoux* (1947).

<sup>14</sup> Aproveitamos a intertextualidade de Carlinhos para recorrer ao discurso do próprio Verdoux/Chaplin quando é chamado a se pronunciar após a sentença recebida. Diz, então, a personagem em resposta ao promotor que o chamara durante o julgamento de “assassino de massa”: “(...) Quanto a ser um assassino em massa, o mundo não incentiva isso? Não fabricam armas de destruição com o propósito de matar em massa? Não mandam mulheres e crianças indefesas pelos ares? E o fazem de forma muito científica. Por comparação, sou um assassino em massa amador. No entanto, não desejo perder as estribeiras porque muito em breve vou perder a cabeça. Apesar disso, estando prestes a deixar esta efêmera passagem na Terra tenho isto a dizer: Irei vê-los a todos muito em breve. Muito em breve”. CHAPLIN, Charles. Cena a partir de 1 hora 52 minutos e 53 segundos e seguintes. In. CARLOS, Cássio Starling; GUIMARÃES, Pedro Maciel. *Monsieur Verdoux*. São Paulo: Folha de São Paulo [Coleção Folha Charles Chaplin], 2012.

<sup>15</sup> Título original *Hiroshima mon amour* (1969).

<sup>16</sup> Sobre o permanente estado de “aguardo” por uma catástrofe com armas nucleares que parecia prevalecer no imaginário social de culturas situadas em regiões diversas do globo, escreveu Eric Hobsbawm: “Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a

Em *Hiroshima, Mon Amour*, Marguerite Duras e Alain Reinais faziam estas indagações: – Se uma bomba atômica vale vinte mil bombas ordinárias, e se a bomba H vale 1.500 bombas atômicas, quanto valerão as quarenta mil bombas A e H atualmente fabricadas no mundo? – Se dez bombas H lançadas sobre o mundo corresponderão à pré-história, quarenta mil bombas H e A corresponderão a quê? Outra coisa que Duras e Resnais diziam: – Este prodigioso resultado (a bomba atômica) honra a inteligência científica do homem. Mas é lamentável que a inteligência política do homem esteja cem vezes menos desenvolvida do que a sua inteligência científica – e nos prive, a este ponto, de admirar o homem. Quando essas coisas foram ditas, perguntar ou falar qualquer coisa tinha ainda algum sentido. Mas o tempo foi passando e novas bombas foram fabricadas nos Estados Unidos, na União Soviética, na China Comunista e na França. Hoje, todas essas bombas parecem familiares como um bando de gatos num jardim. Nada mais natural que existam, sendo de lamentar, apenas, que custem tanto a explodir sobre nossas cabeças. Ninguém precisa ficar com medo. Quinze dias depois da tragédia, o planeta amanhecerá transformado num deserto constelado de flores.<sup>17</sup>

Dois dias depois de publicar “O olho”, Carlinhos voltou à questão do bombardeiro norte-americano que tinha caído na Groelândia. Todavia, se naquela crônica o sentimento predominante era de apatia, ainda que forjada, em “O próximo Natal vai ser um estouro”, publicada em 28 de janeiro, o cronista retoma o característico tom irônico que costuma sobressair em suas narrativas. Mais uma vez ele destacou a ridícula situação macropolítica daqueles anos de Guerra Fria.

Nesta crônica, o autor alarga a discussão ao fazer da figura mítica de Papai Noel, aqui considerado morador da Groelândia, um representante não do espírito bondoso, solidário, fraterno e de paz como tipicamente é visto nas representações natalinas. Papai Noel seria o próprio antípoda dessas virtudes, pois é descrito pelo cronista como sendo “velho, conservador, ocidental e capitalista (é este o seu único defeito)” e alguém que “faz questão de preservar o *status quo*. Crianças ricas recebem presentes caros e crianças pobres ficam com os presentes mais baratos”. Noel aparece, então, inconsequente, sem consciência social, alguém

---

qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimista, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas (“Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar”). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da “destruição mútua inevitável” (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês – *mutually assured destruction*) impediria um lado ou outro de dar o sempre ponto sinal para o planejado suicídio da civilização”. HOBSBAWN, Eric. *Op. cit.*, 2001, p.224.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O olho. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1968.

cujo maior propósito é o de estimular o espírito capitalista e naturalizar as injustiças sociais intrinsecamente relacionadas a ele.

Carlinhos, ao caracterizar Papai Noel torna-o uma personificação dos líderes e governantes inescrupulosos. Esses sujeitos nada míticos agem, assim como a figura natalina, sem se preocupar com meios que justifiquem os fins, completamente desprovidos de responsabilidade ética, quiçá social e política. Por isso eles fabricariam armas, mas também coisas belas, e as colocariam nas mãos de pessoas comuns, ainda que elas não tivessem maturidade suficiente para manejar os presentes recebidos. Para o cronista, os “papais noéis” de nosso tempo precisam estimular o consumo (e manter a ordem social, seja pela diversão ou pela coerção), não lhes restando nenhum traço de consciência crítica.

Mas, conforme o autor, dado que as armas nucleares tinham desaparecido sob o mar gelado da Groelândia, só existiriam duas consequências possíveis até o natal daquele ano. Primeiro: as renas e o próprio Papai Noel morreriam, como todo o ecossistema daquela região, em decorrência de uma contaminação radioativa. Sem ele não haveria o natal de 1968 e outros. Com o bom velhinho morreria o símbolo do consumismo do capitalismo ocidental. Inicialmente a ausência de Noel/Natal traria tristeza, mas depois as pessoas se acostumariam e outras datas e símbolos assumiriam a função de manutenção do sistema econômico. Nada mais coerente com o capitalismo do que a substituição, a troca e a necessidade de reposição de objetos, pessoas e símbolos. Entretanto, caso isso não ocorresse haveria uma segunda consequência: Noel, como hábil mercador que é, descobriria a bomba antes do governo norte-americano, dominaria a sua tecnologia e passaria a fabricá-la em miniaturas que, distribuídas planetariamente e em escala massiva, proporcionariam ao natal de 68 a marca de único e, de fato, o último da humanidade.

(...) Sabe-se que Papai Noel não se preocupa com a finalidade das coisas que faz. É só a criança pedir: ele tanto fabrica inofensivas bonecas como pequenos tanques equipados com dois canhões, metralhadoras giratórias, *batmans* que avançam quando lhes dão corda – enfim, todas essas coisas que dizem *mamã* ou que divertem ou que matam. Papai Noel tem grande senso estético e nenhum senso ético. Para usar uma palavrinha que já mais do que batida: ele é alienado, embora não seja quadrado. Muito bem. O próximo Natal será assim ou assado: *Assim* – A radioatividade desprendida das bombas de hidrogênio matará primeiro os renas, e depois, lentamente, Papai Noel agonizará, atacado de hemofilia. O bom velhinho morrerá por volta de setembro ou outubro, assim não haverá Natal em dezembro, nem nunca mais. As crianças ficarão tristes – mas com o tempo esquecerão, como sempre acontece. *Assado* – Papai Noel encontrará as bombas antes dos americanos e desmontará uma delas. Desta forma aprenderá a fabricá-las em miniatura. E eis que, no dia 25 de dezembro, os lares do mundo

amanhecerão com uma pequena bomba de hidrogênio ao pé da árvore de Natal. Agora vocês imaginem o barulho!<sup>18</sup>

Ainda que distintas em suas abordagens narrativas, as crônicas de Carlinhos sobre o acidente com o avião estadunidense são representativas por abordarem uma temática que extrapolava as fronteiras nacionais e, a princípio, as barreiras político-ideológicas. Parece-nos que o cronista enfatizou a condição de sujeitos passivos diante de um mundo em que os próprios governantes não têm pleno controle sobre suas políticas, ações e consequências. Na perspectiva do cronista a lógica da guerra total, ou da possibilidade dela, coordena e afeta a todos indistintamente. Todavia, ela afeta a todos de forma distinta.

Se por um lado o risco iminente de uma guerra nuclear agia nos interstícios do cotidiano – àquela altura uma possibilidade distante de se concretizar, mas ainda assim possibilidade – por outro existiam as fulgurantes batalhas travadas no Vietnã. O conflito que ocorria nas florestas tropicais do sudoeste da Ásia fez lembrar ao mundo por meio de imagens e depoimentos que atravessavam o globo em transmissões televisivas, dos horrores da guerra. Lembrança que, não obstante mobilizasse a opinião pública, não chegava a mudar a política de Estado conduzida pelos Estados Unidos.

Urdida principalmente a partir de fatos, as crônicas de Carlinhos, por vezes, poderiam ser classificadas como ensaios, à medida que ele expõe suas ideias sem se preocupar em comprová-las com dados ou fundamentá-las teórico-cientificamente. Em alguns o autor testa diversas hipóteses em um exercício quase cabalístico, oracular sobre as consequências futuras dos fatos. Em outros ele traça esboços de análises conjunturais em uma tentativa deliberada, intuímos, de compreender o mundo no qual estava inserido e sobre o qual escrevia. A maioria da produção publicada do cronista em 1968 carrega esse espírito do acontecimento/fato como força motriz de uma escritura por si mesma indiciária de respostas (e angústias pela ausência delas) sobre o presente imediato.

Quando, por exemplo, da notícia do atentado contra o pré-candidato à presidência dos Estados Unidos pelo partido Democrata, o senador e irmão de John Kennedy, Bob Kennedy, o cronista se pôs a analisar a sociedade norte-americana como gestora de fanáticos assassinos. Carlinhos tece essa “análise” ensaística em duas crônicas. Na primeira delas, intitulada “Bob Kennedy e nós” e publicada em 6 de junho, a provável morte de Bob – a informação dava conta apenas do atentado ocorrido no dia 5 de junho, a morte do senador só seria confirmada

---

<sup>18</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O próximo natal vai ser um estouro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1968.

na manhã do dia seguinte, portanto, data de publicação da crônica – mataria com ele um sonho de futuro.

Bob Kennedy aglutinava naquele momento, como opositor das ações do presidente Johnson para o Vietnã a possibilidade, para muitos vista como esperançosa, de se contornar os obstáculos geopolíticos da Guerra Fria. Contribuía para fomentar essa “esperança”, certamente, o fato de Bob ser um Kennedy e a imagem de bom moço que ele apresentava. Conforme Mark Kurlansky, em 1968 “Robert Kennedy tinha 42 anos e parecia mais jovem. (...) Talvez fosse porque o apelido de infância, Bobby, sempre ficou”.<sup>19</sup> Em um ano em que universitários e a juventude em geral, ao menos hipoteticamente, se tornou uma voz política importante como grupo social, Bob parecia ser um nome plausível para a Casa Branca.

Como esperança da presença de uma mentalidade jovem e condizente com os anseios daquele tempo cujo signo parecia ser de transformações, que podemos ler a referência “nossos sonhos” mencionada pelo cronista em sua crônica. Aquele não seria apenas o sonho dos norte-americanos, mas de todos aqueles que, iguais a Carlinhos, se percebiam como politicamente progressistas. O cronista, no mais, também via na figura jovial e quase infantil de Bob Kennedy, mas cuja trajetória pessoal e familiar eram históricas, a chave para um mundo mais pacífico ou, ao menos, mais aberto ao diálogo.

No entanto, Carlinhos não envereda nesta crônica por uma elegia à Kennedy, ou lhe traça um perfil romântico com adjetivos sentimentais, embora seja flagrante a simpatia dele pelo jovem político. Ao contrário de uma crônica dedicada a Bob Kennedy, ele prefere se concentrar no que chama de “condição humana”. Daí lembrar a “pobre Jacqueline”, esposa de John Kennedy que presenciou o assassinato do marido cinco anos antes e agora era obrigada a, talvez, vivenciar tragédia semelhante com o ataque contra o cunhado que tinha sido um dos principais conselheiros de Kennedy. Diante de mais esse ataque a alguém que parecia poder conduzir a superpotência para outro caminho, Carlinhos questionou se era “só isto a sociedade norte-americana? Um idealista perpetuamente assassinado por um fanático?”. Também (se) perguntou quem seriam “esses fanáticos, esses matadores de líderes” e se já não era o momento “de Hollywood começar a produzir filmes nos quais os bandidos ganhem?”.<sup>20</sup>

A essas duas questões Oliveira procura responder por meio de uma hipótese e uma comparação. A hipótese seria que o ressentimento e a frustração fossem características de personalidade predominantes naqueles que resolutamente atentavam contra a vida (e as

---

<sup>19</sup> KURLANSKY, Mark. 1968: o ano que abalou o mundo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p.188-189.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Bob Kennedy e nós. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1968.

aspirações, crenças, pensamento) de alguma liderança. O cronista atribuiu a um estado mental, psicológico a sanha de homens medíocres em erradicar indivíduos portadores e propagadores de grandes ideias. Já a comparação é feita com os jovens rebelados na França que em uma catarse coletiva estavam sacudindo o sistema sociocultural ao tomarem as ruas. Para o cronista o contrário desses jovens seriam os criminosos que guiados por ressentimento/frustração, sentimentos que não eram socialmente exacerbados e que, portanto, não eram coletivamente experienciados, só poderiam dar vazão a esses impulsos por meio de violência em ataques solitários e traiçoeiros, mas sobretudo simbólicos, pois os alvos eram ideias e não apenas pessoas. Ao proceder desse modo, mesquinhos, os fanáticos atiradores objetivavam provocar ressentimentos e frustrações sociais ao destruir personalidades que concentravam ambições e esperanças de várias pessoas.

Para Carlinhos, atentados, a exemplo do cometido contra Bob Kennedy, ocorriam por possível desequilíbrio psíquico de sujeitos que não davam vazão aos seus ressentimentos, medos, ódios de forma socialmente construtiva, como ocorria com os jovens revoltados. Seriam, então, desequilibrados mentais os responsáveis pelo assassinato de J.F. Kennedy e de Luther King, esse no início deste mesmo ano de 1968. E, agora, era mais um doente que alvejava Bob Kennedy.

(...) O ressentimento e a frustração estão inseridos no próprio cerne da mais poderosa civilização que se conheceu. Agora eu gostaria de fazer uma comparação audaciosa e de certo modo extravagante. Porventura não será melhor que essa frustração e esse ressentimento se manifestem estrepitosamente nas ruas, como em Paris, em vez de surgir assinalada pela solidão? Prefiro quarenta mil garotos rebelados a um único rapaz indignado por questões de natureza sexual. Quero dizer que a bala que matou Kennedy, a bala que parece ter inutilizado seu irmão e a bala que mandou para o inferno o nosso glorioso Luther King foram desferidas pela mesma pessoa. Trata-se de considerar intolerável a grandeza do homem. É preciso reduzi-lo à nossa própria imagem, mesquinha e sem horizontes. De qualquer modo, pobre Jacqueline! Pobre Estados Unidos da América do Norte!<sup>21</sup>

Um dia depois, confirmada a morte de Bob Kennedy, Carlinhos retoma o assunto. Contudo, ele agora critica as análises de tendência “psiquiátrica” sobre o perfil dos assassinos – o tipo de análise que ele mesmo fizera no dia anterior! – em detrimento de uma leitura mais social dos fanáticos.

Assim, em “Os assassinos ficarão impunes”, publicada em 7 de junho, ao tentar compreender o perfil dos assassinos de personalidades, o cronista passou de uma motivação mais subjetiva, como sugeria a sua explicação calcada no ressentimento/frustração, para o que

---

<sup>21</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Bob Kennedy e nós. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1968.

seria um fenômeno social e histórico. A interpretação de Oliveira se expande de um acontecimento factual (o atentado e morte de Bob Kennedy) para a tentativa de uma, mesmo incipiente, análise da cultura estadunidense e, em um grau maior, da Guerra Fria.

Ao contrastar a ação de Sirhan Bishara Sirhan, esse era o nome do assassino de Bob, com as ações (discursivas ou não) do presidente Lydon Johnson, e ao relativizar o contexto (quem, quando e onde) do atentado, Carlinhos aponta para as contradições da (nossa) sociedade. Bishara Sirhan, ademais, assume nesta crônica o lugar de um instrumento. Não há moralidade acerca do assassinato de alguém desde que o assassino esteja a serviço deste ou daquele sistema político-ideológico. O problema não estava exatamente naquele que mata, mas em nome do que/quem ele mata. Relativismo que acarretaria, por sua vez, em algo justificável e perdoável, segundo o argumento do cronista.

Desse modo, em um mundo que tende a relativizar, inclusive, moralmente o assassinato, para Carlinhos o que autoriza Sirhan a matar – e outros que cometem atentados nos EUA – é toda uma cultura, evidentemente hipócrita. A começar pelo presidente Johnson que faz apologia a não violência, mas ao mesmo tempo coordena em nome de um mundo livre uma guerra injusta, do ponto de vista da imensa desigualdade das forças, no Vietnã. Nesse sentido, da hipocrisia como prática política, se o assassino de Bob tivesse ao invés dele matado o líder norte-vietnamita (e comunista) Ho Chi Minh, os EUA estariam em júbilo. Em melhor situação, em termos de hipocrisia e moralidade, não estariam os soviéticos e seus aliados no Oriente Médio, os árabes, pois caso Bishara arrasasse um assentamento judeu na Palestina, certamente eles estariam a comemorar.

É por meio desse tipo de (falta de) moralidade profundamente cambiante e baseada em interesses muito próprios que Carlinhos afirmou que os fanáticos, mesmo quando agem solitária e especificamente contra um sujeito, não estão sozinhos. Não estão sozinhos porque os objetivos que ligam os extremistas (eliminar os que pensam, têm crenças e/ou advogam perspectivas políticas diferentes deles) transcendem particularidades subjetivas/emocionais.

Por favor, não me venham com psiquiatria numa hora destas. Se todo matador solitário é doido, então não temos mais Estados Unidos, e sim Hospícios Unidos da América do Norte. Além disso, não há nada de solitário nesses matadores; todos eles são solitários; seus tiros são desferidos em nome de uma causa. (...) O Presidente Johnson é outro grande hipócrita que se apresenta sem nenhuma vergonha diante do mundo. Pois não é ele que pede que os norte-americanos renunciem à violência – ele que, ao mesmo tempo, manda bombardear os subúrbios de Saigon, para defender um mundo que só existe em sua própria cabeça? Se Lyndon Johnson pode matar, não vejo nenhuma razão para impedir que Sirhan Bishara Sirhan faça o mesmo. Tanto que, se este último tivesse jogado uma bomba num *kibbutz* do Estado

de Israel, todos os árabes e todos os comunistas lhe bateriam palmas. Conseqüente com o meu pensamento e com os impulsos do meu coração, declaro solenemente que os assassinos de Robert Kennedy foram os homens que dirigem a política em Moscou e em Washington.<sup>22</sup>

Carlinhos, então, mais uma vez, se coloca como um descrente das ações governamentais de capitalistas e comunistas. O cronista vê em ambos os sistemas a presença de práticas que desvelam a existência da opressão sistemática às liberdades individuais – ainda que por mecanismos distintos, evidentemente – e, sobretudo, a universalização de certo desejo fascista expresso em e por fanáticos.

As crônicas de Carlinhos, em geral, apresentam um tipo de jogo de “dizer-não-dizer”, ou melhor, de “dizer-mais-que-dizer”. Em algumas delas esse jogo assume um caráter de tamanha ambiguidade de sentido/significado que nos parece difícil afirmar sobre qual seria a leitura do autor sobre determinado acontecimento. Nesses casos, não nos resta nada além de especulações e hipóteses levantadas a partir de um contexto histórico e da própria biografia do cronista.<sup>23</sup>

Contudo, em outros casos, esse jogo ocorre de modo menos intricado. Este é o caso da crônica publicada em 25 de agosto e intitulada “Cálculos e erros dos inimigos da Tcheco-Eslováquia (Tradução livre de um artigo do *Pravda*, de Moscou)”. O próprio título compõe um enunciado problematizante. Quais seriam os erros e cálculos dos inimigos da Tcheco-Eslováquia? Aliás, quem seriam os seus inimigos? Por que, entre os parênteses, temos a explicação “Tradução livre de um artigo do *Pravda*, de Moscou”? Há de se lembrar que o *Pravda* era o jornal do Partido Soviético. Provavelmente era o cronista sinalizando aos leitores o “dito-mais-que-dito” presente nas linhas que seguiriam. Linhas que, claro, não tinham sido originalmente publicadas em um jornal independente e livre. O autor cria assim, de início, a associação de ideias que sugerem a falsidade e a inversão de sentidos do conteúdo da sua crônica motivada pela existência de censura e cerceamento de expressão.

Mas antes de tratarmos propriamente do que o cronista escreveu, talvez seja relevante situar sobre o que ele escreveu, a qual fato ele referencia e, portanto, o mote da crônica. Um dos acontecimentos mais marcantes de 1968 – e para a memória sobre esse ano – foi a chamada Primavera de Praga e, por extensão, o término dela a partir da intervenção militar da

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Os assassinos ficarão impunes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1968.

<sup>23</sup> Exemplo de como o contexto histórico e a biografia do autor são elucidativas para determinadas análises, é o caso das polaridades ideológicas do período da Guerra Fria e de como Carlinhos não se mostrava nada simpático nem ao comunismo soviético e nem ao modelo de sociedade capitalista proposto pelos EUA. Entre as duas grandes ideologias do período, o cronista sempre tentou manter um distanciamento crítico.

União Soviética que asfixiou o movimento por liberdade na Tchecoslováquia incorporada desde o fim da II Guerra ao bloco comunista.

De acordo com Robert Ponge e Fernando Zemor, desde meados de 1967 tanto em setores da sociedade civil quanto no Partido Comunista Tchecoslovaco (PCT), já havia registros de insatisfação com os rumos do país. “Intelectuais e estudantes deram início a discussões e mobilizações públicas que, no PCT, acabaram por provocar choques abertos entre uma ala francamente reacionária (...) e uma corrente ‘modernizante’”.<sup>24</sup> O representante da ala reacionária era liderada pelo presidente da República e secretário geral do PCT, Antonin Novotny e a outra, “disposta a ceder, *pero no mucho*, frente os anseios populares” tinha em Aleksander Dubcek, uma opção que acabou por substituir Nototny na primeira secretaria do PCT em janeiro de 1968. A mudança no comando do país estimulou uma efervescência popular que irrompeu em ações. Assim, “Assembleias de todo tipo generalizaram-se; organizações profissionais e culturais surgiram como cogumelos após a chuva; em todas, inclusive naquelas vinculadas ao Partido, discutia-se a situação política e cobravam-se soluções dos dirigentes”.<sup>25</sup> As demandas populares por reformas e a “liberdade” caótica que começou a se espalhar e a pressionar os dirigentes rumo a uma democracia socialista, somadas a ameaça de um movimento de sublevação se irradiar para as outras repúblicas socialistas, “assustou os dirigentes do Pacto de Varsóvia, que, sob a coordenação do Kremlin, começaram os preparativos para uma invasão à Tchecoslováquia”.<sup>26</sup>

Quando as manifestações populares que cobravam de Dubcek um posicionamento efetivo contra a política antissobrerania mantida por Moscou recrudesceram e surgiu o *Manifesto das duas mil palavras*, documento que questionava o regime e o partido, a intervenção foi desencadeada. Entre 20 e 21 de agosto de 1968, os tanques e soldados do Pacto de Varsóvia ocuparam as ruas de Praga e “Dubcek e seus colaboradores mais imediatos foram presos e levados a Moscou, onde pressionados, inclusive fisicamente, submeteram-se às imposições da ‘normalização’ stalinista”.<sup>27</sup> Era o fim da Primavera de Praga.

Perspicazmente Carlinhos começou a sua crônica “Cálculos e erros dos inimigos da Tcheco-Eslováquia (Tradução livre de um artigo do *Pravda*, de Moscou)” com uma afirmação categórica na qual expressa que a insatisfação com os governantes não é um fenômeno

---

<sup>24</sup> PONGE, Robert; ZEMOR, Fernando. Da Primavera de Praga às barricadas de Paris. In. HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (org). 1968: contestação e utopia. Porto Alegre: Ed. da UFRGC, 2003, p.44.

<sup>25</sup> Ibidem, p.45.

<sup>26</sup> Ibidem, p.45.

<sup>27</sup> PONGE, Robert; ZEMOR, Fernando. *op. cit.*, p.45.

circunscrito/específico a determinado país, nação ou cultura. De acordo com o cronista a insatisfação com os governantes é uma Lei universal validada, inclusive, por algumas exceções. Sendo, portanto, a insatisfação com os governantes uma tônica social, esta seria a fórmula do bem governar na modernidade: deixe o povo insatisfeito e ele se sentirá bem governado e satisfeito, ou vice-versa. Comprovariam essa tese o que ocorria naquele momento na União Soviética, Estados Unidos, Brasil, Grécia, Vietnã, Uruguai, Portugal, Espanha e Argentina. Em todos esses países, independentemente da opinião pública e na maioria deles à revelia dos anseios do povo, os governantes agiam de modo a deixar a população insatisfeita. Fosse, no caso dos Estados Unidos, talvez a única democracia de fato citada pelo autor, pela eleição do republicano Nixon que parecia um contrassenso dado os movimentos pacifistas, antiguerra, direitos civis que pareciam crescer e ganhar peso político naquele momento.<sup>28</sup> Fosse, na perenidade das ditaduras dos caudilhos da península ibérica Franco e Salazar, ou mesmo no Brasil, onde um governo de salvação e responsável por restabelecer a democracia em nome do povo não permitia que este mesmo povo elegesse seus governantes. Em todos esses casos, para o cronista, estava manifesta a tal Lei universal que regeria os governos na modernidade.

Mas havia as exceções. Para o autor, a Tchecoslováquia era essa exceção que, por outro lado, validaria a máxima “ninguém está satisfeito com o governo que tem”. Isso porque no país pertencente ao bloco comunista o governo estava, na visão do cronista, em consonância com os anseios de sua população. Um fato inadmissível, pois colocaria em risco a estabilidade mundial ao desencadear, em especial entre as outras repúblicas ligadas ou tuteladas pela URSS, um levante por independência. É nesse sentido e, sobretudo, com o intuito de manter a normalidade que para Carlinhos a União Soviética invadiu, ocupou a Tchecoslováquia e colocou cabo naquela aberração que parecia ser um governo de fato governando para e com o povo.

Pois bem. Neste planeta que, como já vimos, funciona às mil maravilhas, o único problema verdadeiramente angustiante ocorria na Theco-Eslováquia. Na Theco-Eslováquia, povo e Governo estavam perigosamente unidos, horrivelmente felizes um com o outro! O povo queria liberdade? O Governo dava. Queria mais comida? O Governo dava. Queria falar mal do Governo? O Governo deixava – mas ninguém falava mal! Se esse exemplo fosse seguido pelos outros povos e outros governos, o mundo desabarria inexoravelmente na Terceira Paz Mundial. Foi por isso que a União

---

<sup>28</sup> Talvez por ironia histórica Richard Nixon, para além de passar aos anais como o presidente estadunidense que renunciou ao mandato e sofreu um impeachment após o escandaloso caso Watergate, também foi o responsável por certa aproximação dos EUA com a China e a União Soviética, países que ele visitou, e por negociar a retirada norte-americana do Vietnã.

Soviética, levando a tiracolo quatro dos seus satélites, entupiu o território theco-eslovaco com os seus tanques, canhões, soldados e aviões. E os corredores da ONU, acredite se quiser, foram varridos por um suspiro de alívio.<sup>29</sup>

A invasão da Tchecoslováquia ainda motivou mais uma crônica. Se a anterior era mais delicada, esta já apresentava uma crítica mais incisiva ao condenar a União Soviética pela repressão à população tcheco-eslovaca. Para o cronista, além da repressão, as imagens de violência geradas com o fim da Primavera de Praga afastariam os jovens de ideais revolucionários e os tornaria socialmente apáticos.

Ademais, para Carlinhos, se em 1968 uma potência invadia um país, isso ocorria porque os acordos internacionais assinados após o fim da II Guerra ofereciam legalidade de dominância. Foram eles, estadunidenses e soviéticos, os grandes vencedores da II Guerra que impuseram ao mundo a sua divisão geopolítica e os seus modos de exercer o poder e a força. Algo inaceitável e que autorizaria o sentimento de falta de pertencimento ou de identificação com qualquer um dos sistemas e, sobretudo, com os seus líderes.

Um acontecimento brutal como esse – a invasão da Theco-Eslováquia – desencadeia uma crise de consciência que pode mudar o destino de uma geração inteira. (...) Agora, a União Soviética nos oferece esse espetáculo repugnante. Vemos um homem que ergue o filho nos braços e exige que os soldados invasores o sacrificiem. Vemos um rapaz abrindo a camisa diante de um tanque e gritando: ‘Atirem!’ As moças agitam bandeiras tchecas ensanguentadas; o mundo horrorizado aparentemente nada pode fazer. A consequência lógica de tudo isso só pode ser a introdução de grande parte dos jovens numa década de cinismo e desespero. Uma desilusão tão grande só pode ser afogada em sexo e alcoolismo. Duas grandes potências ferozmente egoístas repartiram o mundo entre si, e ai daquele que reclamar: pois que fiquem elas com o seu mundo: os indivíduos já não se sentem obrigados a respeitar as regras do jogo moral.<sup>30</sup>

Carlinhos, em suas crônicas, se mostrou um opositor e fomentador de oposições tanto ao sistema capitalista encabeçado pelos EUA, quanto o comunista, destacadamente o soviético. Autor e intelectual, talvez, ele pudesse ser identificado como alguém de perfil liberal. Talvez pudesse, ainda, ser relacionado como um adepto da então nascente Nova Esquerda que surgia nos Estados Unidos e Europa engendrada pela descrença/decepção com o socialismo histórico<sup>31</sup> e pela política imperialista norte-americana. Mas não nos cabe tecer

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, José Carlos. “Cálculos e erros dos inimigos da Theco-Eslováquia” (Tradução livre de um artigo do *Pravda*, de Moscou). *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1968.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Assim não vai. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1968.

<sup>31</sup> Sobretudo após o “discurso secreto” proferido pelo secretário do partido comunista Nikita Khrushchov durante o XX Congresso Internacional do Partido Comunista da União Soviética em 1956. Nessa ocasião Krushchov

hipóteses acerca do perfil intelectual/pessoal de Carlinhos neste momento. O que podemos afirmar é que em 1968 ele escreveu a denunciar os modos como operaram politicamente as duas potências e seus governantes.

Para o cronista, por detrás de um discurso humanista e de inspiração iluminista mantido pelas lideranças estadunidenses e soviéticas, que em última instância prometiam liberdade (seja pela superação do capitalismo ou pelo fim da privação de direitos individuais), a realidade histórica revelava autoritarismo. Na auto-intitulada terra da liberdade, os EUA, a segregação racial era uma prática que contradizia os ideais constitucionais. Na terra da igualdade, opositores do regime eram enviados para campos de trabalho e intelectuais eram censurados em nome de uma arte que deveria ser realista e popular.

Diante desse cenário, Carlinhos sonhou com o momento no qual a humanidade se revoltaria contra as injustiças e as políticas imorais das superpotências. Esta seria a última grande guerra. A última guerra pela descolonização a ser conduzida pelos silenciados, os subalternos, os marginalizados que juntos derrubariam simbólica e efetivamente as sedes dos governos dos EUA e URSS.

Os Estados Unidos e a União Soviética lutam pela conquista da Lua. Provavelmente, quando chegarem lá, metade da Lua ficará para os comunistas, e a outra metade para os capitalistas. Aqui, na Terra, os atletas negros norte-americanos continuarão erguendo os punhos nas Olimpíadas, enquanto os tchecoslovacos entregam a sua liberdade e sua honra aos canhões do Kremlin. Russos e norte-americanos procedem como se fossem invasores vindos de Marte. São de outra raça, de outra civilização. Este planeta é uma colônia que eles exploram impiedosamente (...) A atual política das duas grandes potências é o fato mais imoral do século, tirante o massacre dos judeus pela Alemanha nazista. Estados Unidos e Rússia se nutrem de uma visão cósmica do destino humano, mas não são capazes de demonstrar solidariedade para com os seus vizinhos, seus irmãos. (...) Que é que adianta chegar à Lua se os negros têm o coração roído pelo ódio? Que me importam as últimas conquistas da técnica, se os meus irmãos de letras estão submetidos a trabalho forçado? Mas algum dia eles pagarão caro essa indiferença, essa violência, essa injustiça. Algum dia veremos uma guerra espetacular, a última guerra: a Humanidade se declara em estado de hostilidade com as duas grandes potências... Que belo sonho, ainda que ingênuo! Se pudéssemos destruir simultaneamente o Kremlin e a Casa Branca! Os negros, os famintos do mundo inteiro, numa horda irresistível, como uma espécie de formiga particularmente feroz, destruindo tudo o que encontram pela frente, a civilização dos ricos! Definitivamente, russos e americanos são brancos, e nós somos os negros. Eles são os ricos e nós somos os pobres.<sup>32</sup>

---

denunciou os crimes cometidos por Stálin quando líder da URSS, revelações que provocaram a deserção de muitos intelectuais das fileiras comunistas.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Recomenda-se a destruição simultânea do Kremlin e da Casa Branca. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1968.

Enfim, em matéria de política internacional, para Carlinhos, ambas as potências, ou melhor, os líderes delas, são os responsáveis pela atmosfera de medo em relação ao futuro que predominava no imaginário social daquele tempo. Eles eram os responsáveis por propagarem e sustentarem uma Guerra Fria que atingia, sobretudo, os povos das nações periféricas. Eles eram os responsáveis pela moralidade relativista acerca dos usos da força e da violência. Por isso, americanos e soviéticos tinham mais semelhanças que diferenças, pois eram norteados por objetivos egoístas. Por isso, eles estendiam a batalha que era travada na Terra para a via láctea e promoviam uma corrida espacial. Por isso, por serem absolutamente egoístas e violentos, que eram desprovidos de senso de humanidade, fator que em 1968 se materializou no assassinato de Bob Kennedy e na invasão da Tchecoslováquia.

Ando meio desiludido com a política internacional. Do ponto de vista psicológico. Coloco ao mesmo nível estas duas catástrofes: a invasão da Theco-Eslováquia e o assassinato de Robert Kennedy. Creio que marchamos rapidamente para a escravidão; ou então para um banho de sangue como nunca se viu, uma privação universal dos sentidos. Continua de pé a minha fantasia: americanos e russos são seres que habitam Marte. Um dia, eles fizeram uma guerra naquele planeta; ambos perderam, tudo foi destruído. Algumas horas antes do fim, os cientistas lançaram no espaço sideral duas naves: um, com um casal de russos. As duas naves pousaram em dois pontos da Terra. Aqui, os quatro casais cresceram e se multiplicaram. Hoje eles dominam o mundo, exploram os terráqueos, falam a linguagem da violência e do egoísmo, que é a única que conhecem. E como a poeira atômica já desapareceu de Marte, dando lugar a uma primavera sem fim, esses dois povos sinistros estão dispostos a regressar de onde vieram. Lá, começaram tudo outra vez. Sinceramente: Nixon, Humphrey, Brejnev, Kossiguin são todos mutantes. Espero ansiosamente o dia em que se mandarão para Marte, e rezarei para que nunca mais pisem os pés aqui.<sup>33</sup>

Como cronista, Carlinhos se mostrou atento ao que ocorria em matéria de política e mudanças sócio-culturais em âmbito internacional. Ele parece, assim, sistematizar em sua escrita os versos do poeta português que preconizava que sua aldeia era todo o mundo.<sup>34</sup> Portanto, na perspectiva do autor, a zona sul carioca, o Rio de Janeiro e o Brasil estavam inseridos em um quadro mais amplo no qual o cenário predominante era o de uma onipresente disputa de duas nações e seus respectivos sistemas ideológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Não lhe apetecia esse domínio “colonizador”, como não lhe agradava a guerra do Vietnã. Posicionamentos que nos permitem entrever os ideais e concepções de mundo do

---

<sup>33</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Por falar em Nixon... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1968.

<sup>34</sup> De autoria de António Gedeão, pseudônimo de Rómulo de Carvalho, o poema “A minha aldeia” foi publicado originalmente em Portugal em 1958: “Minha aldeia é todo o mundo./ Todo o mundo me pertence./ Aqui me encontro e confundo/com gente de todo o mundo/que a todo o mundo pertence”.

cronista, mas, também, os muitos acontecimentos que ocorriam naquele mundo e os quais contribuíram para a áurea em torno de 1968.

## **2.2 – Nada de política, apenas crônica social**

Em algumas crônicas, o cronista cumpriu displicentemente a tarefa de agente político. É o caso de crônicas cuja temática central parece ser qualquer eventualidade, qualquer causa, mas aqui e ali, o cronista inseriu a realidade de uma ditadura. Carlinhos, ademais, gostava de se dizer um cronista de frivolidades. Em comparação com seus contemporâneos famosos por escreverem crônicas ensaísticas, líricas e de profundidade sociológica ou psicológica como eram Rubem Braga, Nelson Rodrigues e Clarice Lispector, Oliveira se autoproclamava um narrador do banal, embora não fosse exatamente isso que fizesse, provavelmente.

Em 27 de dezembro de 1968, após férias de um mês, Carlinhos Oliveira voltou a publicar com regularidade no *Caderno B* do *Jornal do Brasil*. Nessa altura do ano o famigerado Ato Institucional de número 5, decretado no dia 13 de dezembro, já estava em vigor. Com ele a ditadura recrudesceu. Seria o início do que passaria a ser conhecido na historiografia sobre o período como os “anos de chumbo”, um tempo de maior repressão, violência e acirramento do sistema autoritário. Com o AI-5 institui-se, de fato, o Estado de terror e Carlinhos, nesta crônica<sup>35</sup>, sinaliza para a vigência dele. Provavelmente com medo de ser considerado um inimigo da nação, da tesoura da censura e para as consequências que poderiam advir de se escrever abertamente sobre temáticas políticas – e de criticar os militares, claro –, o cronista preferiu tergiversar e se concentrar em “frivolidades”.

Nesta crônica, a primeira após 13 de dezembro, é patente que ele utilizou as “banalidades” do cotidiano para indicar a existência de um dispositivo como o AI-5. A própria estrutura do texto que poderia ser definida como um apanhado de fatos aparentemente desconexos recortados por comentários insignificantes do cronista, é reveladora de uma “técnica” que visava denunciar o silenciamento que se abatia sobre a imprensa. Contudo, ao se endereçar aos leitores pedindo-lhes que não esperassem que ele escrevesse sobre política por não ser esse o seu gênero, Carlinhos, paradoxalmente, reafirmava o papel político do cronista e da crônica em uma sociedade e governo autoritários.

---

<sup>35</sup> Intitulada “Reflexões no vácuo produzido pelas férias”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1968.

E não esperem que escreva sobre política, pois este não é o meu gênero (...) A primeira crônica depois de um mês de férias é sempre a mais difícil. A gente fica um mês sem ler jornais e acaba não sabendo o que tem acontecido – se é que tem acontecido alguma coisa.<sup>36</sup>

É possível que seja apenas um lapso, de fato é apenas um fragmento, mas o cronista registrou nesta mesma crônica em que se propõe a não falar sobre política, em uma frase, uma das mais expressivas mudanças culturais e sociais que aquela década registraria: a emancipação sexual feminina.

Sabe-se que a década de 1960 foi importante por marcar um período de transformações na esfera dos relacionamentos e por gestar muitas pautas do movimento feminista. É certo, também, que no final dos anos 1960 ainda não se falava em “empoderamento”, “sororidade” ou “representatividade” – palavras que compõe o glossário de teóricos e militantes de estudos das minorias políticas – como nestes anos 2000, mas 1968 representou de muitas formas o início dessas lutas. O ponto de inflexão pela liberdade e pelo direito ao próprio corpo.

O feminismo dos anos 1960, que se fortaleceria na década seguinte, era diferente do movimento sufragista do início do século XX em suas propostas de lutas e fundamentações teóricas. Dessa vez, questionava-se, especialmente, as “diferenças de papéis entre homens e mulheres na sociedade, hierarquicamente estruturadas e naturalizadas pela visão biologizante que sustentou as desigualdades entre os sexos”.<sup>37</sup>

As meninas da crônica de Carlinhos que olham de forma “acintosa” e “petulante” os homens e antes que eles mesmos olhem-nas primeiro, representam as muitas mudanças postas em prática por uma juventude predisposta, não apenas em teoria, a novas vivências. Por isso experimentações com o corpo, especialmente, no âmbito da sexualidade e no consumo dos mais variados entorpecentes que prometiam a expansão da consciência.

(...) Prefiro descansar a cuca apreciando essas meninas magníficas que povoam a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, fazendo compras. Este ano, observei algo que me deixou espantado: são elas que olham primeiro para os homens que passam; e fazem de maneira acintosa, petulante. (...) Se me permitem, continuarei enchendo lingüiça.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Reflexões no vácuo produzido pelas férias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1968.

<sup>37</sup> SCHUMAHER, Shuma. Mulheres em cena! In: ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. 1968: Eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 213.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Reflexões no vácuo produzido pelas férias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1968.

Mas, antes de abordar a petulância das meninas da Avenida Nossa Senhora de Copacabana, Carlinhos, em abril, tinha descrito outra ocasião na qual o destaque não são as mulheres que encaram os homens (fenômeno extraordinário para ele!), mas eles que assediavam uma jovem (corriqueiro...). Assim, em “Dois perdidos numa tarde linda” (30 de abril), o cronista registrou:

(...) Desço em frente ao Ministério da Educação. Sigo. Naquela pracinha, atrás da Biblioteca Nacional, diviso uma jovem na atitude típica de pessoas que vão atravessar uma rua. Só que uns cinco ou seis camaradas, que iam em todas as direções, interromperam a marcha para contemplá-la. A garota justifica amplamente essa trégua. É morena queimada por muitos sóis, e sólida, e se visivelmente já foi inaugurada pela feminilidade, isso só pode ter ocorrido ontem. Um milímetro a menos de busto faria dela uma criança. Ela que atravessa. Há suspiros na Rua México. Todo mundo decidiu de repente atravessar a rua. São homens já vividos, dois rapazolas que dizem uma piada, o vento sopra nas árvores, e a feminilidade plena, esquecida de si, vai andando macio, balançando os quadris no alto das pernas.<sup>39</sup>

Diferentemente da cena descrita em dezembro, dessa vez o cronista narra aquilo que ocorre todos os dias pelas ruas deste país, o sinal da vulnerabilidade feminina, o assédio travestido de elogio, algo típico de uma cultura e de uma sociedade machista. A cena para Carlinhos é normal, ele mesmo se colocou entre aqueles que admiravam a garota que, se tivesse um “milímetro a menos de busto”, seria uma criança. Sendo algo banal, na verdade o que o motivou a escrever foi o encontro com um amigo que “há três ou quatro minutos” também estava “contemplando aquela coisa espantosa que passou”.<sup>40</sup>

A visão daquela jovem e o encontro com o amigo “advogado” serão determinantes para transformar o dia do cronista. Do encontro casual na rua, Carlinhos e o amigo rumam para o botequim do “Seu Joaquim” onde outros conhecidos aparecem e juntos eles engrenam uma “conversinha boa, cervejinha gelada. Alguém pergunta:”

Até este momento, toda essa “banalidade” por si só não seria motivo suficiente para esta crônica figurar entre as selecionadas para compor o nosso corpus de análise. O que nos interessa, no entanto, é uma curta passagem, a tal pergunta de alguém endereçada ao grupo que tinha tomado forma no botequim. Eis a questão: “- Você concorda que a mini-saia é a maior invenção do século? Evidentemente, todo mundo concorda.”

A minissaia. Todos aqueles homens reunidos elegeram, de acordo com Carlinhos, a minissaia como a maior invenção do século. É evidente, para ecoar a certeza traduzida pelo

---

<sup>39</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Dois perdidos numa tarde linda. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1968.

<sup>40</sup> Ibidem.

cronista, que há um interesse plenamente sexual na escolha da peça de roupa. Não se trata aqui da vestimenta como um símbolo da liberdade feminina de romper com os padrões moralistas que ditavam os bons modos de se comportar em sociedade. Talvez, essa fosse a perspectiva das mulheres emancipadas à época, mas certamente não é dos votantes no botequim. A crônica de Carlinhos sugere uma leitura restrita ao universo masculino, e sem nenhum contraponto feminino. Ao afirmar ser a minissaia a maior invenção do século (um superlativo, claro), percebemos uma sociedade que frente às mudanças incontornáveis que ocorriam naquele momento, se reorganizava para extrair daquilo que poderia ameaçar a ordem estabelecida, uma fonte de prazer, gozo. Reafirmava-se, assim, no discurso aparentemente progressista, o papel que as mulheres deveriam (continuar) a desempenhar socioculturalmente: objetos de prazer.

Poucas coisas eram tão políticas em 1968 quanto às microrrevoluções que ocorriam teluricamente no âmbito na sociedade, especialmente, a “revolução sexual”. A emancipação feminina era produto e concomitantemente produtora dessa revolução. Atitudes e o comportamento progressista de mulheres como a atriz francesa Brigitte Bardot que tinha estado no país em 1964, escandalizavam os brasileiros. Afinal, em uma sociedade fundada no patriarcalismo e historicamente misógina – e ainda o é, estamos convencidos – a liberdade sexual que vicejava em 1968 era considerada, também, um perigo à pátria por confrontar padrões morais tradicionais. O cronista chegou a escrever sobre a celebridade em “Brigitte e o verão” (publicada em 13 de agosto), crônica na qual estão inscritos alguns traços do imaginário social em relação às mulheres, especialmente, aquelas consideradas emancipadas.

Vejamos, se nos concentrássemos nos vocábulos utilizados pelo cronista para se referir à atriz e a seus parceiros, poderíamos inventariar uma série de adjetivos que não são outra coisa além de indícios de uma moralidade que visava à repressão sexual e a emancipação do corpo – sobretudo, do corpo político – feminino.

Por exemplo: Brigitte é definida como uma personalidade de “inconstância e voracidade”, caracterizada como “mulher-menina” possuidora de uma “fome que nada nem ninguém pode saciar”, um “animalzinho”. Sexualmente insaciável, a atriz procuraria a cada verão um “rosto novo, uma carne nova, um brinquedinho diferente para sua coleção”. Ela não teria, também, “qualquer consideração de ordem moral”, afinal lhe passaria “pela cabeça a idéia de telegrafar a Gunther Sachs, dizendo: ‘C'est fini’. Não. O marido anterior ao verão é como a pele do corpo, pálida, que se abandona na areia em troca da pele dourada”. Para ela os homens seriam substituíveis sem “qualquer consideração”, pois os descartaria “como se joga

uma luva na lata de lixo”. Carlinhos afirma que naquele verão de 1968 o “namoradinho da vez” seria um italiano. Contudo, Brigitte Bardot “não se incomoda com a nacionalidade do objeto”, o “importante é que se esteja à sua disposição, em regime de tempo integral, debaixo daquele sol que promete ao corpo a única felicidade que ele conhece e deseja”.<sup>41</sup>

Sob esse prisma, Brigitte salta da página como uma “devoradora de homens”, alguém voluptuosamente livre e a própria personificação de Julliet, personagem interpretada por ela no célebre e polêmico filme de 1956, “Et Dieu... créa la femme”<sup>42</sup>. Esse seria o imaginário preponderante acerca de Bardot e poderíamos mesmo afirmar, por meio de como costuramos acima os elementos da crônica, que Carlinhos compartilhasse dele. Isto é, talvez compartilhasse. Mas não nos cabe fazer esse tipo de julgamento sobre alguém que jaz em silêncio e só fala com nós a partir de textos escritos e publicados em tempos idos. Ademais, a crônica diz mais. Portanto, é neste ponto que aparentemente Carlinhos não estava a criticar ou acusar as atitudes de Bardot – e todas as mulheres semelhantes a ela –, ele estava a recriminar as manifestações conservadoras que insistiam em demonizar mulheres cujo comportamento era inadequado, ou seja, que não fossem recatadas e do lar.

O cronista, desta forma, alertou aos que gostariam de reprovar o comportamento de Bardot, que fazê-lo seria retirar das mulheres a sua emancipação. Brigitte era fruto da emancipação feminina e símbolo dela. Por isso, era justo que vivesse como vivia, autorizada que estava por trabalhar “duramente, como toda estrela de cinema”. No mais, se aos filmes “ela deve a descoberta e o endeusamento de seu próprio corpo, sendo essa a moral do mundo em que vive, conforme vê nas filas formadas diante da bilheteria, nada mais natural que ela proceda em consequência”. Embora justifique o comportamento progressista da atriz, Carlinhos o atribuiu ao meio em que ela vive e trabalha. A profissão a autorizava a agir dessa forma. Como se o meio artístico fosse mais permissivo e uma redoma da qual vez ou outra alguém – Bardot! – escapasse à sociedade e se impusesse “brandindo contra nós aquela aparência exuberante, aquelas longas pernas e aquele umbigo ao qual conferimos o valor de um fetiche”.<sup>43</sup>

Ao fim e ao cabo, Carlinhos critica aqueles que criticam Bardot, *ma non troppo*, uma vez que ele reforça uma compreensão estereotipada na qual mulheres artistas, são natural ou compreensivamente libertinas e ganham a vida apenas através de seus corpos.

---

<sup>41</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Brigitte e o verão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1968.

<sup>42</sup> Dirigido pelo francês Roger Vadim, em português o filme se chama “E Deus criou a mulher”.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Brigitte e o verão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1968.

Em 1968 as polêmicas em relação ao comportamento das mulheres emancipadas estavam intrínsecas à outra celeuma: o uso da pílula anticoncepcional. O método anticonceptivo artificial, “marco compulsório da revolução sexual, lançada no mercado em 1960, serviu de apoio ao espírito libertário feminino. Para os conservadores, logicamente, representou o símbolo da promiscuidade”.<sup>44</sup> Carlinhos, como escreveu sobre o comportamento de Brigitte Bardot, também registrou sua opinião e os debates que circulavam na sociedade acerca da utilização da pílula.

O cronista dá conta da tensão entre a proibição da Igreja Católica do uso do medicamento, algo expresso na encíclica papal *Humanae Vitae*, e o presidente dos Estados Unidos, Lindon Johnson, que incentivava a distribuição de contraceptivos visando o controle de natalidade do Terceiro Mundo. Medida que estava atrelada à política e ações anticomunistas do período da Guerra Fria.<sup>45</sup> Mas, para Carlinhos, somente as populações realmente pobres – e católicas – estavam no centro da disputa entre o Vaticano e a Casa Branca, ou nas palavras dele, entre a “fome e a fé”.

A pílula é anticonceptiva. Paulo VI proíbe. O Presidente Johnson recomenda – tanto que, no programa Alimentos para a Paz, dará prioridade aos países que adotarem voluntariamente o controle de natalidade. Significa que um grande número de pessoas muito pobres, muito democráticas e muito católicas terão de escolher entre a fome e a fé, algo assim como se o Vaticano fosse a Nigéria, e a Casa Branca, Biafra.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> VARGAS, Andrea Quilian; BENCHIMOL, Ana Paula Fogaça; UMBACH, Rosani Ketzer. A mulher nos anos 60: frágil ou subversiva. In: *Revista Literatura e Autoritarismo*, Cascavel, n. 24, julh.-dez, 2014, p.83.

<sup>45</sup> A questão, no entanto, era mais complexa. Conforme Joana Maria Pedro, no Brasil, assim como em todo o Terceiro Mundo, a divulgação de métodos anticonceptivos como a pílula, eram parte de “políticas internacionais voltadas para a redução da população”. O controle de natalidade dos países subdesenvolvidos, especialmente, os latino-americanos, estava associado à luta anticomunista e tinha relação direta com a Revolução Cubana de 1959. À época, o “entendimento era de que o crescimento rápido da população latino-americana, e sua consequente pobreza, seriam fortes aliados da revolução comunista. Deste modo, o perigo representado por uma questão política foi transformado no da ‘bomba demográfica’”. Mas no Brasil sob a ditadura militar, continua Joana Pedro, a política internacional de controle e redução populacional apresentou “ambigüidades” e “um debate que não conheceu consenso”. “De um lado havia os ‘antinalistas’; de outro, os ‘anticontrolistas’. Os primeiros reivindicavam um projeto de desenvolvimento para o País, dentre cujas exigências encontrava-se a redução da natalidade como parâmetro de país desenvolvido. Além disso, havia o argumento de que, com o crescimento demográfico então observado, a economia teria dificuldades em manter altas taxas de crescimento capazes de darem conta da demanda exigida. Por outro lado, os anticontrolistas, com a teoria geopolítica de ‘ocupação de espaços vazios’, encontravam entre os militares nacionalistas fortes aliados. Estes argumentavam que a soberania nacional dependia da presença de brasileiros em todas as regiões do País”. Desse modo, para a autora, o que se passou no país é diferente do que ocorreu nos países europeus onde, por exemplo, na França o consumo só foi liberado em 1967, enquanto a pílula e o DIU eram comercializados por aqui desde o início da década de 1960. Com isso, as mulheres dos países desenvolvidos tinham na pílula, sobretudo, a dissociação da prática sexual – fonte de prazer – e a reprodução, mas no Brasil, imperava a mentalidade do controle de natalidade, sobretudo, entre a população mais pobre. PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, 2003, pp. 242-243.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Ora, pílulas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1968.

Como para o cronista nem todas as pessoas eram católicas ou pobres, para essas seria possível fazer o “elogio da pílula”. Entendemos que Carlinhos, quando falou àqueles que não são pobres ou católicos praticantes se dirigia ao seu público leitor, por hipótese, composto majoritariamente pela classe-média urbana e, por pressuposto, mais escolarizado que a média da população brasileira do período. Isso significava questionar a encíclica do Papa que parecia não retratar a realidade. Em um momento no qual existiam assuntos possivelmente mais prementes, como as guerras e conflitos ao redor do globo, se preocupar com o “amor conjugal” ao invés da paz entre as nações, era não se dar conta da realidade histórica. A Igreja se encontrava na contramão da história, pois não notava o crescente índice de casais separados, mesmo em países como o Brasil, onde não havia o divórcio. Mas, se o Vaticano não se dava conta da realidade, o cronista sim.

Desse modo, Carlinhos volta o seu olhar para mulheres desquitadas, na definição dele uma “figura ainda controvertida na sociedade brasileira”. Ao ser abandonada pelo marido essa mulher estaria destinada a uma meia vida. Uma vida sem afetos, pois, responsável pelos filhos, deixaria de procurar outros relacionamentos com homens por ficar temerosa de engravidar novamente. A essa mulher, privada de relacionamentos sexuais com homens, só restaria, o que provavelmente deveria ser um escândalo muito maior que ser desquitada, se relacionar com outra mulher. Para Carlinhos, um relacionamento dessa natureza, e ele discorda de um possível argumento de psicólogos que veriam nesse ato uma “tendência secreta para a anormalidade”, poderia não acontecer caso a pílula fosse utilizada. Esse seria um argumento pró-pílula baseado na ordem do desejo. Mas há outro, um argumento de ordem sócio-econômica. Nesse sentido, para o cronista existia algo da ordem do trivial, ou seja, não mais mulheres desquitadas condenadas à castidade, e sim casais diplomados ou não que, sem condições financeiras, não poderiam/deveriam ter vários filhos, pois isso, ele justificou, seria estúpido e criminoso.

O “elogio” a pílula realizado pelo cronista apresentou justificativas de ordem afetiva (mulheres desquitadas têm o direito à prática sexual) e econômica (casais sem infraestrutura não têm condições de criar muitos filhos adequadamente) para que o uso de medicamentos anticoncepcionais fosse difundido, ao menos entre os não miseráveis ou religiosos. Embora aparentemente distintos, os motivos para que mulheres desquitadas e casais de classe média adotassem o uso da pílula se resumia a necessidade do controle de natalidade. Tão só uma questão pragmática. A elegia ao prazer, as possíveis liberdades sexuais proporcionadas por

anticoncepcionais, para Carlinhos, parecem estar submetidas ao direito – ou dever, a depender da perspectiva – de não se ter (mais) filhos.

Mas, como quase sempre, ao final do texto o autor arma um recurso para “fugir” de maiores polêmicas. Desse modo, a crônica por ele escrita e publicada, crônica, inferimos, que provocaria certa polêmica em uma sociedade conservadora e não propicia ao debate de “imoralidades”, é justificada como um elemento para provocar o pensamento. Portanto, ela não representaria abertamente a opinião de Carlinhos (reservada a um slogan de apoio à pílula, mas não a política imperialista estadunidense), mas demonstraria a capacidade dele de inferir as tensões sociais e ajudá-las a circular.

Mas nem todas as pessoas são muito pobres ou muito católicas. Para estas, convém fazer o elogio da pílula. Em sua nova Encíclica, o Papa nos fala de “amor conjugal”. Ora, se ele falasse em paz, eu continuaria olhando para o Vietnã e vendo a guerra; e assim quando se refere a amor conjugal, olho em torno de mim e vejo muitos amores que não o são. Em primeiro lugar, a realidade: embora não haja divórcio no Brasil, é cada vez maior o número de pessoas separadas. Está bem, somos todos a favor do casamento indissolúvel! Mas, já que tantos casamentos se dissolvem, a mim só me cabe verificará-lo. A mulher desquitada, essa figura ainda controvertida na sociedade brasileira, fica privada de seu esposo (!) legítimo. Suponhamos que o marido seja um devasso, irresponsável, aventureiro, que se apaixonou pela copeira e foi morar com a mesma em Muriaé. Nenhuma culpa cabe à própria abandonada. Doravante esta vai ter que cuidar dos filhos e – ou não? – procurar um novo homem. Ou não? Por que não? Só porque o marido fugiu, ela deve considerar-se aleijada? E a fome de carinho que havia ontem, já não há? A fome de proteção? A fome pura e brutalmente considerada, desejo de um cetro que ela enfeitará com um antúrio? Hem? Um senhora desquitada que por muitos anos evitou intimidade com homens, com medo de pegar mais um filho, está hoje vivendo com outra mulher. Um psicólogo dirá que a recusa de outro homem era já uma tendência secreta para a anormalidade. Mas prefiro acreditar que, com a pílula, ela não teria nenhuma desculpa, sua resolução patética surgiria luminosa em sua consciência, antes de transformar-se em ato, e talvez ela voltasse atrás, a tempo. Isto para não falar no trivial, no cotidiano – em todos esses casais com o diploma ou não, que, por força das circunstâncias, moram em apartamentos de quarto e sala. Encher esse lar de filhos não é apenas estúpido, é um crime. Estou apenas fornecendo material para o leitor meditar. Neste assunto tenho opinião formada há muito tempo, a qual se resume num *slogan* bem humorado. “Pílulas sim, ianques não!”<sup>47</sup>

Em setembro, ao anunciar a visita que a Rainha da Inglaterra faria ao país, outra vez o cronista se propôs distanciar, sem abrir mão da ironia, evidentemente, das confusões que costumava criar ou participar por meio de seus escritos: “Todo dia a gente tem que dar

---

<sup>47</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Ora, pílulas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1968.

opinião, né? Ai, chega de opinião. Vou fazer como Seu Artur: fico quieto, calado, e as coisas se endireitam por elas mesmas. Fiquemos na moita, irmãos”, afirmou Carlinhos.<sup>48</sup>

No entanto, já em 8 de outubro ele deixou a moita para abordar novamente, embora de passagem, a pílula.<sup>49</sup> Dessa vez, ela desponta tematicamente no texto apenas como um subterfúgio, uma válvula de escape em um momento no qual a atmosfera da repressão adensava... Assim, para não falar de política o cronista informou que

E de repente, não mais que de repente, as pessoas deram para ficar grávidas. A encíclica contra pílula já está surtindo efeito. Não se espantem, portanto, se daqui uns sete meses encontrarem no Antonio's um bebê xará do canário belga – ou seja, um guri chamado Sabiá de Holanda.<sup>50</sup>

Tudo indica que essa informação não passe de uma cortina de fumaça. Provavelmente não há fundamentação (em termos de pesquisa, índice geográfico ou sociológico) alguma que a sustente e o cronista apenas fez referência a esse tipo de “acontecimento” como forma de chancelar o que tinha escrito no parágrafo anterior, a saber:

Hoje não estou nada radical. Estou é muito cansado de ver todo mundo endoidecendo. Todo mundo está ficando louco e ninguém toma a menor providência. Estudantes armados dão tiros em estudantes desarmados e o DOPS elogia a ação dos ‘jovens patriotas’. Querem prender Geraldo Vandré por ter cantado uma canção de protesto. Proíbem *Roda Viva*, a peça-escândalo de José Celso Martinez. Alguns aviadores do Brasil fazem planos mirabolantes cujo objetivo é liquidar (leia-se liquidar, literalmente) com os intelectuais esquerdistas e líderes estudantis. A Universidade de Brasília pode ser fechada a qualquer momento: iremos todos estudar na Escola Superior de Guerra. (...) Que fazer? *A solução que me ocorre no momento é alienar-me sem tardança. Façamos crônica social.* (Grifo nosso).<sup>51</sup>

Diante de um cenário desses, no qual a todos parecia ter fugido à razão, o cronista vê como única saída para ele e para qualquer um que tivesse a intenção de sobreviver e manter-se publicável, a alienação imediata. Como se fosse possível manter-se confortavelmente distante de tudo o que ocorria.

<sup>48</sup> Ainda assim, sob a pretensa popularidade de Elisabeth II e de seu magnetismo real que, parece indicar o cronista, seria capaz de dissipar qualquer polêmica, ele não deixa de fazer troça com a coroação do rei de Portugal. A partir dos nomes do “candidato” a rei e do presidente, Oliveira constrói referências explícitas ao Tropicalismo, tão mal quisto pela intelectualidade (de direita e de esquerda) da época: “Hoje, não. Nenhuma briga. Ficarei indiferente à coroação do novo rei de Portugal. País tropicalista, Portugal: o candidato a Rei se chama Marcelo Caetano Veloso e o Presidente é Américo Tomás. Suponho que quando o Américo for botar a coroa na cabeça do Caetano, este último cantará: ‘Soy loco por ti América...’ (...) A Rainha vem aí. Eu tenho em casa um retratinho dela, devidamente autografado. Custou uma libra... Gosto muito da Rainha da Inglaterra. E vocês? (...) Eis, finalmente, um assunto que não causará polêmica: a Rainha da Inglaterra. Todos gostam dela, todos me escreverão cartas aplaudindo a minha ternura pela Rainha!”. OLIVEIRA, José Carlos. *Viva a Rainha*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1968.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O Sabiá e a pílula. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1968.

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> Ibidem.

### 2.3 – A roda viva das artes

Um dia após escrever que a solução seria se alienar, Carlinhos voltou toda a sua carga para denunciar o sequestro da atriz Norma Bengell ocorrido em São Paulo no dia 8 de outubro.<sup>52</sup> Tratava-se de mais uma ação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo paramilitar de extrema direita que agia, especialmente, contra pessoas, grupos e instituições ligados ao campo da produção cultural.

Conforme Regina Zappa e Calos Soto, por ação do CCC ou de grupelhos ligados a ele, em 1968, uma “bomba explodiu na Editora Tempo Brasileiro no dia 7 de setembro e outra em 13 de outubro na Civilização Brasileira”. Também “em 4 de outubro a peça *Roda viva* foi novamente alvo da direita, dessa vez em Porto Alegre. O teatro foi invadido, vandalizado e os atores seqüestrados, sofreram ameaças e receberam pancadas”.<sup>53</sup> Esse episódio ocorrido em Porto Alegre também é mencionado nesta crônica sobre o sequestro de Bengell. Para o cronista o que estava em jogo era uma trama para intimidar, silenciar e instaurar a Censura.

O tom da crônica é de alarme. Não é apenas o sequestro da atriz que é denunciado e pelo qual Carlinhos cobrava medidas efetivas. É uma denúncia à existência do CCC que agia nos interstícios da legalidade, mantinha um efetivo de cinco mil “homens treinados para combate” e capazes de utilizar “armas de grosso calibre” o que não colocava apenas possíveis ou fantasmagóricos esquerdistas em risco, mas o próprio Estado. Ademais, para o cronista, o padrão de ataques do grupo revelava que eles tinham por alvo preferencial produtores culturais e, sobretudo, mulheres. Era para a presença de um forte sentimento de misoginia que as ações contra a atriz Elisabete Gasper, em Porto Alegre e agora, Norma Bengell, apontavam. Intimidar mulheres que se colocavam “politicamente em pé de igualdade com homens”, seria para Oliveira um objetivo do CCC. Também seria intenção do “movimento semiclandestino” provocar o desaparecimento de minissaias das manifestações e assembleias estudantis. O cronista aproveitou a oportunidade para alfinetar outro grupo, a TFP, sigla de “Terra, Família e Propriedade”. Ao chamá-los de “rapazotes” que faziam votos de castidade, Carlinhos, sutilmente, desmoralizava um dos movimentos civis responsáveis por desacreditar e desestabilizar o governo Jango.

Na escrita de Carlinhos todos esses elementos (com)provaram ser o CCC um grupo composto por ultraconservadores bestiais. Eles são o mal e colaboradores da hora sombria que

---

<sup>52</sup> Trata-se da crônica: Queremos Norma Bengel ilesa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1968.

<sup>53</sup> ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *op. cit.*, p. 232.

pairava sobre o país. Contra eles, porém, há pessoas como o cronista que em suas crenças e ações se mostram do “lado bom”. Em uma luta na qual o uso da força e os métodos de enfrentamento são díspares – pedras e sprays contra armas de fogo –, caberia resistir. Resistir porque tanto CCC como o governo que dava guarita a ele não eram, para o cronista, legais. Isso no sentido da legalidade constitucional, mas também no sentido de “bons”, nesse caso para a nação.

Portanto, embora evoque Bengell e a tome como exemplo, esta é uma crônica de ocasião que discorreu sobre o aparelhamento do Estado. O cronista abordou a realidade de um regime e um governo que se arvorava de sua constitucionalidade e da legalidade de suas ações, embora na prática permitisse e, talvez, colaborasse com ações de grupos paramilitares de direita que atendiam ao chamado da luta anticomunista e da proteção à Pátria. Eles estavam, dessa maneira, umbilicalmente ligados. Carlinhos, inclusive, chama a atenção para as “afinidades declaradas” entre o CCC e a “linha-dura” dos militares, identificada pelo cronista como “o braço secreto e intolerante do próprio Governo”.

No momento em que escrevo, ninguém sabe ainda onde se encontra Norma Bengell, seqüestrada em São Paulo pelo Comando de Caça aos Comunistas. Dois amigos seus, os atores Emílio Biasi e Paulo Bianco, foram brutalmente espancados pelos cinco que em seguida se apossaram da atriz; assim, ela deve estar correndo risco sério. A hora é sombria (...) O CCC já abriu o jogo: só em São Paulo, conta com cinco mil homens treinados para o combate. Cada membro, a qualquer instante, pode utilizar armas de grosso calibre. Seus homens depredaram o Teatro Ruth Escobar, investindo em selvageria sobre atores e atrizes; em Porto Alegre, tornaram impossível a representação de *Roda Viva*. Pode-se dizer que estamos presenciando a instalação de uma derradeira instância para a Censura. Mesmo os espetáculos legalmente liberados podem ser destruídos com o uso da força bruta; o CCC tem horror à liberdade de expressão. E Norma Bengell? Esse seqüestro é a repetição, com lances mais ríspidos, daquele que teve por vítima outra atriz, Elisabete Gasper, em Porto Alegre. O objetivo aparente é intimidar as mulheres, que se conduzem politicamente em pé de igualdade com os homens. Tal os rapazotes da TFP, que fazem voto de castidade, os homens do CCC querem que as mini-saias desapareçam das passeatas em assembleia estudantis. Só isso basta para mostrar que nós é que estamos do bom lado... O aparecimento de um movimento semiclandestino, oficiosamente tolerado pelo Governo, torna as coisas bem mais complicadas. Devemos começar a exigir: 1. Que Norma Bengell nos seja devolvida ilesa, o mais breve possível. 2. Que seus seqüestradores sejam localizados e punidos. Os métodos dos que combatem o Governo são os únicos de que estes podem lançar mão, visto que instalaram um regime que não deixa a gente espernear. O negócio é pedra na mão e spray nos muros. Mas o CCC tem afinidades declaradas com a linha-dura, que é o braço secreto e intolerante do próprio Governo. Assim não vai; assim não é legal.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Queremos Norma Bengel ilesa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1968.

O tom dessa crônica pode ser confrontado ao de outra, publicada dois dias antes. Em “Que loucura”<sup>55</sup>, Carlinhos já anuncia de início que o “Brasil não é um país revolucionário. Gastamos tanta energia com as pequenas coisas que não nos sobra tempo para derrubar o Governo”. Para ele, essa perda de energia acontecia desde as partidas de futebol, notavelmente entre os clássicos cariocas, até os Festivais de Música que em 1968 foram marcados pelas vaias, muitas vaias da plateia.

Para exemplificar a afirmação inicial, o cronista lança mão de um caso contundente, como a dizer: vejam leitores eu escrevo frivolidades, mas estou mais antenado com o que se passa a minha volta e tenho mais coragem de denunciar as Forças Armadas do que muitos dos militantes de esquerda que vão fazer oposição ao governo e ao imperialismo ianque nos Festivais da Canção.

Bom, ao exemplo. Carlinhos narrou que no sábado<sup>56</sup>, no estádio do Maracanã, durante uma partida entre Botafogo e Vasco, um torcedor desse último ao passar em frente à torcida rival agitando uma bandeira “por pouco não foi massacrado. Arrancaram-lhe a bandeira, vaiaram-no, jogaram em cima dele uma porção de bolotas de papel. *Enquanto isso, o PARASAR poderia estar lançando um psicanalista no meio do Oceano Atlântico: ninguém notaria*” (grifo nosso). E, após afirmar isso, seguiu o cronista a falar sobre o Festival Internacional da Canção: “Domingo estava todo mundo lá no Maracanãzinho. Ninguém duvidava que uma certa sabiá ganharia a guerra, mas muita gente torcia pela música japonesa. Motivo: a letra era muito boa, *sayonara, sayonara*”.<sup>57</sup>

Dessa forma, em meio a comentários sobre futebol e música, Carlinhos fez referência ao plano terrorista gestado pelo brigadeiro João Paulo Burnier. Entre as escaramuças cotidianas, brotam o terror de uma ditadura e os radicais que ela abrigava.

PARA-SAR era a sigla indicativa dos paraquedistas da Força Aérea Brasileira, um grupo especializado em missões humanitárias. Todavia, em 1968 veio a público, primeiro por denúncia publicada no jornal *Correio da Manhã* e depois pelo discurso na tribuna da Câmara realizado pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (MDB), os lances do plano maquiavélico de Burnier. Segundo Zappa e Soto, o plano “do ensandecido brigadeiro Burnier previa a infiltração de agentes à paisana nas manifestações estudantis e o assassinato de lideranças”.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> OLIVEIRA, José Carlos. “Que loucura”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1968.

<sup>56</sup> Esta crônica, “Que loucura” foi publicada originalmente em uma terça-feira.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, José Carlos. “Que loucura”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1968.

<sup>58</sup> ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *Op. cit.*, p. 234.

Também deveriam ser eliminados políticos, entre eles os membros da Frente Ampla (Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda), “além de outros 40 líderes que seriam presos, embarcados em aviões da FAB e jogados ao mar, a 40 quilômetros da costa”.<sup>59</sup> Lembramos que essa “técnica de sumiço” de presos políticos, a saber, por meio de aviões que atiravam pessoas (ainda vivas ou não) ao mar, foi largamente utilizada pela ditadura argentina (1973-1985) anos depois, nos chamados “vôos da morte”.

O plano do brigadeiro Burnier, além de erradicar lideranças estudantis e políticas, ainda concebia provocar a explosão do gasômetro de uma das ruas do centro do Rio de Janeiro no fim da tarde, durante um período de pico de movimentação; e destruir um Reservatório para deixar a população sem água. A ideia era, com isso, ter o maior número de vítimas possíveis e criar um caos sem precedentes. Todas essas ações seriam, por fim, creditadas aos comunistas e oposicionistas do governo. Algo que, provavelmente, obrigaria a ditadura a responder de forma implacável.<sup>60</sup>

Na perspectiva de Carlinhos, a população não parecia muito preocupada com o que ocorria em matéria de planos terroristas e conspirações políticas. Aliás, não parecia apenas desocupada, mas completamente alheia ao que se passava no país, pois estava voltada para interesses outros, menos aterrorizantes e, talvez, mais dramáticos e, portanto, catárticos, como eram as disputas no futebol e nos festivais de música. Daí a impossibilidade, para o cronista, de ser este um país revolucionário, de pessoas capazes de derrubar uma ditadura: perdia-se tempo demais em questões de pouca relevância social.

As disputas nos festivais de música e o campo artístico, em geral, indicam a incontornável politização da arte e do engajamento de muitos artistas do período. Igualmente indicam a existência de patrulhamentos ideológicos, especialmente conduzidos por uma esquerda de perfil nacionalista. Isto é, na escrita de Carlinhos Oliveira. E o cronista apresenta uma série dessas crônicas nas quais as vésperas do público dos Festivais da Canção são o acontecimento determinante para se pensar o papel da obra de arte e da política em uma sociedade que, sobretudo, nessas ocasiões se revelava autoritária.

---

<sup>59</sup> Ibidem, p.234.

<sup>60</sup> O plano terrorista não foi adiante porque, de acordo com Zappa e Soto, um “corajoso militar, o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o Sérgio Macaco, um dos mais admirados e obstinados oficiais do Para-Sar, levantou-se contra o projeto Burnier e a manipulação do organismo em ações terroristas. O *Correio da Manhã* repercutiu seu protesto e ele teve o apoio do brigadeiro Eduardo Gomes, um ícone da Força Aérea. As denúncias forçaram o cancelamento do plano terrorista de Burnier. Por seu ato de coragem, o capitão Sérgio foi punido e amargou décadas de perseguição, até ser anistiado e reabilitado”. Ibidem, p. 235.

Em “A Sérgio o que é de Sérgio”, publicada em 21 de setembro, Oliveira parte de um artigo publicado em *O Globo* pelo “cronista e também compositor” Sérgio Bittencourt, para também se posicionar acerca das atitudes dos públicos dos festivais. A questão em pauta: as vaidades da plateia contra Caetano Veloso e a reação do artista a elas.<sup>61</sup>

Nesta crônica, Carlinhos recorre à intertextualidade, explicitada em forma de discurso direto de outrem, por meio de uma citação de Sérgio. Desse modo ele oferece a opinião do outro em relação a sua. É uma crônica abertamente dialógica, o próprio título (A Sérgio o que é de Sérgio) já sugere o tom de resposta adotado pelo cronista. Ademais, aqui podemos perceber os tipos de problemáticas e temáticas ligadas às produções artísticas e culturais que ao serem publicados na grande imprensa ganhavam projeção. Elementos que podem ajudar um pesquisador a inferir, por exemplo, a complexidade e o tipo de ideário produzido à época sobre um campo tão diverso quanto rico como o eram o âmbito artístico. Ideias, claro, que em muitos casos se complementavam, concorriam ou disputavam adeptos, como no caso de Carlinhos e Sérgio.

No caso específico desta crônica, Carlinhos nos apresenta Sérgio Bittencourt a apoiar a ação da plateia. Para ele, quem merecia recriminação era Caetano, provavelmente pela estética tropicalista que ele e Gil, principalmente, representavam nos festivais. Caetano é identificado como debochado, um agente comercial e um hippie de Santo Amaro, portanto, alguém macaqueando a cultura norte-americana e tentando impô-la à música brasileira.

---

<sup>61</sup> Este é um episódio que se tornou célebre quando se aborda a era dos Festivais de música. Em 1968, Caetano Veloso acompanhado da banda Os Mutantes, subiu no palco do Teatro Tuca, em São Paulo, em uma das etapas do Festival Internacional da Canção para defender “É proibido proibir”, canção de sua autoria. A plateia além de vaiar virou-se de costas para os músicos, o que provocou a reação de Caetano. O discurso proferido por ele compõe as memórias de 1968, por isso e por provavelmente Carlinhos Oliveira ter se extasiado com o que foi dito, reproduzimos aqui a fala de Caetano em quase sua integridade: “Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Vocês têm coragem de aplaudir este ano uma música, um tipo de música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado; são a mesma juventude que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem! Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada! Hoje não tem Fernando Pessoa! Eu hoje vim dizer aqui que quem teve coragem de assumir a estrutura do festival, não com o medo que o sr. Chico de Assis pediu, mas com a coragem, quem teve essa coragem de assumir esta estrutura e fazê-la explodir foi Gilberto Gil e fui eu. Vocês estão por fora! Vocês não dão pra entender. Mas que juventude é essa, que juventude é essa? Vocês jamais conterão ninguém! Vocês são iguais sabe a quem? São iguais sabe a quem? – tem som no microfone? – Àqueles que foram ao Roda viva e espancaram os atores. Vocês não diferem em nada deles, vocês não diferem em nada! (...) O problema é o seguinte: vocês estão querendo policiar a música brasileira! (...) Mas eu e Gil já abrimos o caminho, o que é que vocês querem? Eu vim aqui para acabar com isso. Eu quero dizer ao júri: me desclassifique! Eu não tenho nada a ver com isso! Nada a ver com isso! Gilberto Gil! Gilberto Gil está comigo pra nós acabarmos com o festival e com toda a imbecilidade que reina no Brasil. Acabar com isso tudo de uma vez! Nós só entramos em festival pra isso, não é, Gil? Se vocês, se vocês em política forem como são em estética, estamos feitos! Me desclassifiquem junto com o Gil! Junto com ele, ta entendendo? O júri é muito simpático, mas é incompetente. Deus está solto!”. VENTURA, Zuenir. *op. cit.*, pp.179-191.

Oliveira, porém, contesta a opinião de Sérgio (que vê na ação da plateia um cansaço dos engodos que se instalavam na cena musical nacional) e o faz chamando-lhe a atenção para o ardil, fascínio ou prazer pela violência demonstrada pelo público selvagem.

O que fica evidente após o contraponto oferecido por Carlinhos, é o instinto fascista de Bittencourt que em suas declarações parece justificar e regozijar o cerceamento imposto a Caetano. Atitude lamentável, segundo o cronista, uma vez que demonstrava a falta de solidariedade entre os pares, sentimento que pouco teria relação com gostar ou não da música ou da figura de Caetano Veloso.

Enfim, a crônica (manteremos as aspas originais que marcam a “fala” de Sérgio):

“Segundo Caetano e sua lógica simplista, fascista é todo aquele que não aceita. Seja o que for. Até palhaçada. O deboche. O sofisma. O discurso mal redigido, mal encenado. Na base do *vale tudo*. Essa rapaziada pensa, Caetano. E, pouco a pouco, vai cansando de subvencionar com seus aplausos sinceros a demagogia comercializada instalada na Música Popular Brasileira.” Agora vejamos o que é que Caetano Veloso considera um procedimento fascista, no que é contestado por Sérgio Bittencourt. Quem descreve é o próprio Sérgio: “Quase três mil pessoas levantaram-se e, de costas para o palco, receberam Caetano Veloso, sua música, seu deboche, seu golpe promocional. Aí Caetano Veloso gritou do palco, visivelmente transtornado: - Vocês são uma juventude fascista! – Foi quando o pau quebrou feio e inúmeros objetos foram atirados contra Caetano, que logo contou com a solidariedade de Gilberto Gil. Este foi entrando e ganhando um ovo na cara. A menina do conjunto *Os Mutantes* protegia-se, medrosamente, atrás de seu instrumento. O tal alemão, que lá pelas tantas entrou no palco e efeminadamente cantou um trecho de *E Proibido Proibir*, sumiu do palco. E o pau comia solto na platéia, todos (mas TODOS!) revoltados com a classificação do *hippie* de Santo Amaro da Purificação.” (...) Agora, Sérgio Bittencourt, artista de televisão e compositor de festivais, vem aplaudir o massacre moral e físico de um colega seu. Trata-se de uma tentativa de homicídio visivelmente planejada, pois “três mil pessoas levantaram-se e, de costas para o palco, receberam Caetano Veloso”, e “todos (mas TODOS!) – inclusive Sérgio Bittencourt? – estavam revoltados com a classificação de Caetano Veloso.” Não é preciso entrar no mérito do problema: se a música de Caetano é boa ou não, se Caetano fez palhaçada ou não. o fato é que o público se comportou como um bando de selvagens, e que, diante disso, Sérgio Bittencourt manifestou uma falta de solidariedade que só pode ser classificada assim: - lamentável.<sup>62</sup>

Dias depois Carlinhos retoma o acontecido com Caetano Veloso. Dessa vez o cronista se colocou entre a “quantidade incrível de jornalistas” que estavam reunidos na boate Sucata “para cobrir um pequeno acontecimento. Caetano Veloso vem aí”. Caetano é descrito como “homenzinho magro, com uma grande cabeleira encarapinhada; sapatos Luís XV de verniz

---

<sup>62</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A Sérgio o que é de Sérgio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1968.

reluzente; calças pretas reluzentes, blusa verde reluzente, colete preto e reluzente”. Trata-se da própria descrição de uma figura alienígena para os padrões estéticos e civilizatórios pretendidos pelos governantes, mas igualmente afrontador à esquerda que via em Caetano um embaixador da contracultura, modelo alienante de se viver adotado pela juventude do “norte” imperialista.

Era essa figura reluzente que, enquanto bebia um “coquetel de frutas” em um canudinho, sentado “na beira do palco” concedia a entrevista da qual Carlinhos procurava captar mais o clima do que as informações. Até porque Carlinhos não era repórter, mas cronista. Por isso ele comenta e tece análises não apenas sobre o modelo dos festivais de música e de seus públicos, mas, também a indústria cultural, fonográfica e a nascente televisiva, que estava envolvida nesse processo.<sup>63</sup>

Caetano considera (e tem razão) que os festivais de música são, atualmente, programas de televisão como outro qualquer. E, para surpresa nossa, afirma que quis aderir à vibração negativa da torcida organizada pela juventude universitária de São Paulo. (...) Enquanto ele falava, os jornais estavam revelando o medo que muitos artistas estrangeiros andam manifestando. Estão quase desistindo de vir ao Rio, porque no Maracanãzinho, como é natural, tudo pode acontecer. Um cantor americano terá sua música desconsiderada porque seu país andou jogando *napalm* no Vietnã, uma cantora grega será considerada feia por causa da junta militar que tomou o poder na Grécia, e assim por diante. É sempre imprevisível a reação popular, quando se trata de tomar parte coletivamente, em pleno jogo. Ora, que é que quer o povo? Participação. Quer ver os seus anseios, ainda que fúteis, devidamente apreciados. Sendo assim, o Sr. Augusto Marzagão poderia programar para os próximos festivais a eleição de um *mais querido*, em igualdade de condições com *os melhores*. Quem paga uma entrada automaticamente o direito de votar, não os melhores, mas nos mais bonitinhos ou mais contagiantes. O festival está inserido no contexto de uma indústria cujo objetivo é vender o maior número de discos possível. Quem aplaude ou vai no Maracanãzinho são os futuros compradores desses discos. Se for dado ao público o direito de apontar o seu preferido, a vaia

---

<sup>63</sup> De acordo com Marcos Napolitano ao estudar o fenômeno cultural e industrial da MPB, em especial durante as décadas de 1960 e 1970, “1968, marcaria uma fase crucial na reorganização dos pólos de criação em conflito na cena musical brasileira. Se pudermos considerar o II Festival em 1966 como um ‘balão de ensaio’ da TV que ‘deu certo’ e o III Festival em 1967 como um evento bem mais planejado e estruturado ‘para dar certo’, o IV Festival da TV Record foi o evento que acirrou a percepção da crise da fórmula festivalesca, já codificada pela e para a indústria televisual. Ao mesmo tempo, este festival veiculava novas estratégias promocionais e comerciais, inusitadas para os padrões da MPB. Em 1968 foram realizados nada menos do que oito festivais, indicando dois fenômenos: a segmentação do mercado musical, que se colocava em cheque o paradigma então estabelecido de MPB e a aceleração da ‘roda viva’ da indústria cultural, cada vez mais exigindo um encurtamento do ciclo de realização social das canções. Este último aspecto acabaria por detonar uma verdadeira crise de criação, sobretudo entre os artistas engajados (antes mesmo do fechamento político do regime militar). Mas se a indústria cultural acelerava sua dinâmica de produção, a conjuntura política não ficava muito atrás, transformando o ano de 1968 num ‘furacão’ de acontecimentos políticos e culturais”. NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e industrial cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 2001, p. 182.

perderá o sentido de protesto, tornando-se ineficaz e cansativa para todo o mundo.<sup>64</sup>

Carlinhos vê no comportamento da plateia dos festivais a ânsia de participar e de se fazer ouvir e representada. O fenômeno das vaias, e do embate entre torcidas por determinadas músicas/interpretes de modo geral, seria um indício do anseio das pessoas em participarem diretamente de algo. Já que não poderiam influir na política eleitoral – praticamente inexistente – que as escolhas “populares”, ao menos, as estéticas/artísticas fossem consideradas.<sup>65</sup>

Embora as vaias possam ser interpretadas como uma manifestação catártica, de vazão das angústias, medos e desejos de uma juventude sequiosa por manifestar-se livremente contra a ditadura dos militares que tinham se apossado do sistema institucional, também acreditamos que elas assumissem um dos aspectos do que chamamos cotidiano autoritário. Explicamos. Ao vaiar aqueles que estavam em aparente desacordo com a sua “compreensão de mundo”, as torcidas, hipoteticamente compostas por jovens universitários ligados as mais diversas matrizes de esquerda, buscavam silenciar e punir o outro por ele não pertencer ao seu universo “ideológico”. As manifestações de apreço ou desapreço do público, a depender de fatores variados que vão desde a origem nacional do artista que se apresentava até o “tipo” de música interpretada (influência nacional/regional *versus* internacional), revelam certo padrão indicativo das polarizações políticas e ideológicas então em voga. Vejamos:

Uma coisa será inevitável no Maracanãzinho: os estrondosos aplausos que marcarão a entrada em cena do cantor da Tcheco-Eslováquia, Karel Gott. E aqui se coloca outra vez o problema da vaia, que tem ocupado até mesmo os editorias de imprensa. Evidentemente ficaremos todos emocionados, todos nós aplaudiremos. É a maneira de mostrar que apreciamos a liberdade, para as pessoas e para os povos. Muito bem. E se aparecesse no palco um cantor soviético? Hem? No dia seguinte a cidade só falaria da gigantesca vaia, na espantosa manifestação de raiva do povo. E no entanto seria apenas um artista – ele próprio, talvez, sofrendo na carne os efeitos da tirania que dirige o Kremlin. No ano passado os artistas americanos, vencedores do Festival, tiveram que provar a agressividade popular por causa da política de Johnson no Vietnã. (Aliás, o negócio foi paradoxal. Sendo artistas negros, mereciam

---

<sup>64</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Caetano e a vaia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1968.

<sup>65</sup> Napolitano, ainda sobre o “fenômeno das vaias” que também ocorreram no Festival da Canção de 1967, observa que ela pode ser analisada “uma *performance* por parte do público, acabava sendo explicado em função do caráter dos festivais como simulacro de esfera pública, cujo caráter de participação aberta forjou o sentido histórico dos festivais, sobrepujando mesmo a sua faceta mais comercial. (...) *Grosso Modo*, nota-se que o Festival foi supervalorizado na sua dimensão de esfera pública não oficial, expressão da vontade popular, como se o fato de ser, basicamente, um evento comercial e televisual fosse um mero acidente. O contexto autoritário estimulava este deslocamento, mas também havia uma grande demanda participativa de importantes setores culturais com um considerável espaço de atuação e crítica, apesar da ditadura”. NAPOLITANO, Marcos. *Op. cit.*, p.182.

antes a simpatia política de todos nós). Creio que acabo de demonstrar de que maneira a má educação do público, estando vinculada a tantas e tão variadas paixões, não pode ser evitada.<sup>66</sup>

Nas crônicas de Carlinhos sobre os festivais de 1968 e, claro, sobre a plateia, é possível notar as preferências do público por um grupo de artistas, quando brasileiros, que emulam os ideais revolucionários, contra-imperialistas e nacionais. Nesse aspecto, o fato de Geraldo Vandré e a sua “Pra não dizer que não falei das flores” ter perdido para “Sabiá” de Tom Jobim e Chico Buarque, parecia um deboche. Uma canção de protesto cujos versos conclamavam a reação – *Os amores na mente, as flores no chão/A certeza na frente, a história na mão/ Caminhando e cantando e seguindo a canção/Aprendendo e ensinando uma nova lição* – não poderia perder, naquele contexto ditatorial, para a romântica “Sabiá”: *Sei que o amor existe/ Não sou mais triste/ E a nova vida já vai chegar/ E a solidão vai se acabar*. Perdeu. E houve vaias para Tom e Chico no Maracanãzinho.

O cronista, que em diversas crônicas se referiu a Tom Jobim e Chico Buarque como seus amigos pessoais, afirmou ter assistido pela televisão, “que nessas horas mostra o poder que tem, seu encantamento”, a apresentação de Sabiá interpretada pela dupla Cinara e Cibele. Vitória declarada, Carlinhos diz ter ido para o Antonio’s, bar que era considerado espécie de escritório do autor, onde o “pequeno Manolo cometeu a imprudência de botar na vitrola a música do Vandré... Um sabiasista feroz quebrou o disco”.<sup>67</sup> Em curta passagem, a crônica enfatiza a disputa e a polarização que ocorreu em virtude do resultado do Festival. Essa seria mais uma daquelas pequenas escaramuças que faziam as pessoas perderem energia e não lutarem para aquilo que se apresentava como uma necessidade imediata: a deposição do governo.

Daí, em meio à polêmica se a música ganhadora do Festival deveria ser “Sabiá” ou “Pra não dizer que não falei das flores”; ou se quem se excedeu na etapa paulistana teria sido a plateia ou Caetano Veloso, Carlinhos Oliveira, sob o pretexto de responder certa “Mina, garota da Rua Domingos Ferreira”, escreveu sobre as disputas nos festivais na mesma proporção em que problematizava o lugar da revolução e de oposição à ditadura. A crônica se chama “O mapa da Mina” e foi publicada em 12 de outubro.<sup>68</sup> Esta é uma daquelas crônicas nas quais, pela brecha de uma hipotética resposta a uma leitora, é possível perceber a

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, José Carlos. UUUU! Fora! Abaixo o comunismo! Viva a liberdade! Jurados ladrões!. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1968.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, José Carlos. “Que loucura”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1968.

<sup>68</sup> Parte desta crônica nós veremos aqui, mas a outra, na qual Carlinhos desenvolve melhor suas “considerações pessoais”, apresentaremos no Capítulo 3 (subcapítulo 3.1) desta dissertação.

complexidade que envolve a produção de sentidos em uma sociedade senão fraturada, ao menos politicamente polarizada.

As dificuldades de ser cronista em tempos de incertezas e de autoritarismo, nos quais escritores e produtores culturais eram obrigados a recorrer a metáforas e outros tantos malabarismos textuais para não ser penalizados, fica patente nesta crônica. Por meio dela podemos afirmar que, sobretudo naquela conjuntura, “os atos de produzir e decifrar o sentido não são neutros ou pacíficos, mas, ao contrário, agressivos e violentos”, pois eles “envolvem formas de crueldade representadas pela imposição do nome às coisas, pelo constrangimento ‘fascista’ da língua sobre os falantes e pelos choques entre emissor e receptor de mensagens”.<sup>69</sup>

Se Carlinhos Oliveira foi chamado a se “explicar” é porque alguma de suas crônicas – possivelmente aquela em que disse ter comemorado a vitória de “Sabiá” no Antonio’s – suscitou um *ethos*<sup>70</sup> de alienado. Aliás, é possível que muitos já considerassem o cronista, por ele ter criticado as (re)ações da plateia sucessivas vezes e “desconsiderado” a relevância política embutida na canção de Geraldo Vandré, entre tantas outras possibilidades, senão alienado, um apoiador do governo ditatorial.<sup>71</sup>

À Mina, e a tantos outros que leram em suas crônicas um posicionamento, ou falta dele e por demais alinhado aos discursos da situação, Carlinhos respondeu não ter nada contra “Pra não dizer que não falei das flores” cuja letra era “bonita” e “a música fácil de gravar”. Para ele o problema não estava em quem venceu o Festival, mas na atitude da plateia. Era a plateia, guiada por paixões para além das artísticas, a vaiar os artistas participantes que, para o cronista, seria um sintoma do grau de “tensão moral” no qual estavam todos submersos. Uma vez que estariam todos furiosos – com o governo? A repressão? A guerra do Vietnã? A

---

<sup>69</sup> CARDOSO, Maria Rothier. Moda na crônica: frívola e cruel. In: CANDIDO, Antonio. *Op., cit.*, p.145.

<sup>70</sup> De acordo com Maingueneau, “mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além texto”. A esse tipo de fenômeno o autor identifica como *ethos*, fenômeno que na retórica clássica caracterizaria a imagem que um orador deveria mostrar a um auditório a fim de impressioná-lo. Ainda para o autor: “Essa noção de *ethos* comprehende não só a dimensão propriamente vocal, mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas à personagem do enunciador. Ao fiador, cuja figura o leitor deve construir a partir de indícios textuais de diversas ordens, são atribuídos **caráter** e uma **corporalidade**, cujo grau de precisão varia segundo os textos” (grifos do autor). MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 95 e 98.

<sup>71</sup> O historiador Luiz Roberto Lopez parece confirmar essa nossa interpretação. De acordo com ele, a canção protesto de Vandré, “tornada hino das passeatas, transformou-se numa música emblemática para mostrar quem é quem – posicionar-se contra ela era defender o regime militar, ficar a favor era o mesmo que batalhar em favor da justiça social e da democracia violada”. LOPEZ, Luiz Roberto. 1968: ou como a política invadiu a cultura. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (org). 1968: contestação e utopia. Porto Alegre: Ed. da UFRGC, 2003, p. 97.

invasão soviética da Tchecoslováquia? – e não sabiam o que fazer com esse sentimento, a medida encontrada era externá-lo sobre quem, a princípio, não deveriam: artistas.

Nesta atmosfera de tensão social instalada após o golpe de 1º de abril de 1964, de acordo com Carlinhos, não havia mais espaço para os simples prazeres, seja um doce ou ouvir despretensiosamente uma música, pois todos os espaços se tornaram trincheiras. Entretanto, para ele, o Maracanãzinho não seria o lugar para o confronto, por pressuposto violento, que se avizinhava. Afinal: “Se já estamos mentalmente em guerra civil, o jeito é ir para a floresta da Tijuca com a mochila, a espingarda e o cantil. No Maracanãzinho não se faz revolução”.<sup>72</sup> Ou seja, a plateia estava enganada em sua tentativa de promover a revolução em um festival de música e por meio de algo (vaias) que não produziam nenhuma “perda” para o governo. A revolução, na perspectiva do cronista, só poderia ser armada e nos moldes das guerrilhas.

O cronista segue, em outra crônica, mas dessa vez publicada no início de 1968, a problematizar e denunciar as tentativas de controle realizadas por uma esquerda que tentava a todo custo “qualificar” a cena musical brasileira dentro de parâmetros nacionalistas. Aspecto que em nossa trama é considerado como mais um indício da existência de um cotidiano autoritário de 1968. Embora, dessa vez, assim como no caso da (im)postura das plateias dos festivais, se trate de um autoritarismo exercido por grupos sociais, em geral, de oposição – formal ou não – à ditadura.

Assim, em “Sem açúcar e sem afeto”<sup>73</sup>, o cronista critica as decisões de tal Conselho Superior da Música Popular Brasileira<sup>74</sup> que sob a justificativa de zelar pela qualidade desse

---

<sup>72</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O mapa da Mina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1968.

<sup>73</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Sem açúcar e sem afeto. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1968.

<sup>74</sup> Um dos Conselhos que compunham o “Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro”, o MIS-RJ, o Conselho Superior da Música Popular foi o primeiro dessa instituição a ser organizado ao ser criado por portaria em março de 1966. Composto por 40 conselheiros, dentre os quais 23 eram de jornalistas profissionais, em geral a composição propiciava afinidades políticas. Segundo Dmitri Fernandes, “diversos conselheiros sustentavam bandeiras de esquerda. Tinhorão, Sérgio Cabral, Édison Carneiro e Eneida eram ou tinham sido filiados ao PCB. Nelson Lins e Barros, Hermínio Bello de Carvalho, Marisa Lira, Jota Efegei simpatizavam com as frentes oposicionistas que estavam surgindo. Decerto outros eram indiferentes ou resistentes à “causa”, como os conservadores Jacob do Bandolim e Almirante. Os mais jovens, contudo, aliados a alguns comunistas históricos, transformaram o Conselho em “casa de resistência” do nacional-popular com ares de luta missionária, onde o que estava em jogo era a preservação de uma arte supostamente “intocada” pelas garras do imperialismo cultural. O engate entre as razões políticas e musicais no que tange aos subgêneros samba e choro “auténticos” se viu, por fim, complementado e abrigado no seio do Estado”. Fernandes registra ainda que: “A existência do Conselho, seu significado e seus efeitos, aliás, foram até hoje ignorados por quase todos os trabalhos acadêmicos que lidaram com o período. Importante, portanto, ressaltar o ineditismo dessa instituição em prol perpetuação da memória do que se pretendia universalizar com a música popular brasileira. Tendo na presidência Eneida de Moraes, comunista histórica e cronista carnavalesca (...) e como secretário executivo Jacob do Bandolim, o ortodoxo cultor do “purismo” e da “autenticidade”, o Conselho defendeu uma política cultural assentada nos parâmetros e na excelência dos personagens há muito identificados à “verdadeira” história da música popular. (...) Além da escolha dos entrevistados e da realização e direcionamento das entrevistas, os conselheiros elegiam as personalidades merecedoras dos prêmios Golfinho de Ouro e Estácio de Sá, comendas de caráter oficial

patrimônio cultural nacional, se recusa a reconhecer o sucesso – naquele momento internacional – do intérprete e compositor Roberto Carlos.

Tratava-se, na perspectiva de Carlinhos, de uma decisão autoritária, pois os conselheiros se recusavam a homenagear alguém “modesto, digno, valente, humilde, talentoso” a título de não considerá-lo cantor de “música popular brasileira”. O cronista, então, critica esses arautos e defensores das raízes culturais brasileiras que tapam olhos e ouvidos para a incontornável modernização da cena musical nacional. Seriam eles senhores que se recusavam a aceitar a relevância da bossa nova, pelo seu diálogo com o jazz; repudiavam composições com palavras em idioma estrangeiro e, claro, se pudessem fuzilariam Caetano Veloso e a toda a turma da Tropicália. A Jovem Guarda – corrente musical da qual Roberto Carlos era o maior representante – se inseria nesse amplo e discriminado grupo.

Para o Conselho e para setores conservadores da música brasileira, música popular, por definição estética e política, seria o samba, músicas com fundamentos regionalistas e aquelas que codificavam mensagens de protesto, o restante da produção não era arte brasileira genuína, quiçá arte. Daí Carlinhos afirmar que esses senhores que operacionalizavam e tentavam controlar o ingresso daquilo que seria ou não música popular, agiriam exatamente como o ministro do governo Donatelo Grieco. Esse não teria reconhecido a peça “O Rei da Vela”, dirigida por José Celso Martinez Corrêa e um marco na produção cênica teatral, como teatro, justamente por não ser teatro tradicional! Ao comparar a atitude dos membros do Conselho com a do ministro da ditadura, Carlinhos, sugeria para o inegável autoritarismo, inclusive de viés institucional, adotado por aqueles que julgavam a produção artística.<sup>75</sup>

Existe um negócio chamado Conselho Superior de Música Popular Brasileira, funcionando no Museu da Imagem e do Som. O Museu, todos sabem, está entre as coisas mais bem organizadas do Rio de Janeiro. Mas a

---

diversas vezes outorgadas aos próprios conselheiros”. FERNANDES, Dmitri Cerboncini. O museu da imagem e do som do Rio de Janeiro e a autenticidade na música brasileira (1960-1970). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp. 481-482.

<sup>75</sup> É evidente que esse debate é mais amplo e problemático, mas, *grosso modo*, ele aponta para a institucionalização progressiva da música “popular” brasileira a partir, sobretudo, de ideias de Estado e projeto de nação como o nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e o nacional-reformismo de Jango. Para Marcos Napolitano, “o processo histórico de redefinição sócio-cultural da MPB, conduziu à sua institucionalização, oscilando entre a configuração de uma cultura de protesto e resistência e a consolidação de um produto altamente valorizado (do ponto de vista econômico e sócio-cultural). Como tal, foi parte fundamental para a formulação de uma identidade social como um todo, sobretudo para a nova classe média que emergia do processo de desenvolvimento capitalista. Por se consolidar como uma instituição cultural ao longo dos anos 60, a MPB desenvolveu meios de difusão próprios, critérios específicos de julgamento de valor, seus ‘gênios’ criadores foram situados dentro de uma hierarquia social destacada e seu leque de materiais e técnicas musicais tornaram-se referência para os novos criadores que almejam reconhecimento dentro desta instituição”. NAPOLITANO, Marcos. *op. cit.*, p.13.

superioridade de seu Conselho me parece um tanto exagerada. ‘Não me dêem conselhos’, dizia Wilde, ‘sei errar por mim mesmo’. Alguém propôs um voto de louvor a Roberto Carlos por ter vencido, na condição de intérprete, o Festival de San Remo. Os conselheiros recusaram. Motivo: Roberto Carlos não canta música popular brasileira. (...) Homens que se dizem conselheiros superiores – a nata dos especialistas – fazem isso com o rapaz modesto, digno, valente, humilde, talentoso, para manchar o instante que esse rapaz jamais esquecerá. A Itália se rende a Roberto Carlos; no Brasil, há quem considere honesto ignorá-lo. A coisa mais chata que há no Brasil hoje são esses senhores que se uniram para defender a virgindade da música popular. A bossa nova lhes dá náusea porque tem um pouco de jazz. *Margarida*, de Gutemberg Guarabira, machuca essas orelhas delicadas porque tem um refrão tirado do folclore francês. *Soy loco por ti, América*, devia ser banida das estações de rádio e das discotecas, pois é uma vergonha fazer uma rumba com letra em portunhol. Você liga a televisão e dá de cara com outros senhores igualmente zelosos, os quais deviam ir trabalhar com metralhadoras pesadas. Caetano Veloso? Fogo nele! Mas que País ridículo! (...) O que eles chamam de música popular é o samba subdesenvolvido, surdo e cego, para o qual a eletrônica e até mesmo a eletricidade são novidades desagradáveis. E é por causa deles que, enquanto os Estados Unidos ouvem quase exclusivamente a bossa nova, nós aqui nos vemos forçados a escutar lamentações folclórico-nacionalistas, *slogans*, mensagens de garotinhos deslumbrados para esquerdinhas psicodélicos. Reparem, senhores: recusando realidade e autenticidade a Roberto Carlos, vocês estão agindo exatamente como o Ministro Donatelo Grieco, para quem a peça *O Rei da Vela* não representa o teatro brasileiro. Vocês são todos Donatelo Grieco!<sup>76</sup>

Quatro dias depois de publicada “Sem açúcar e sem afeto”, em meio a uma crônica que mais se assemelha, por sua forma, aos pequenos comentários jornalísticos chamados *drops*, Carlinhos, sob o intertítulo “Música popular”, escreveu que alguns dos membros do Conselho de Música Popular “em declarações ao *Diário de Notícias*, informaram ao distinto público que eu ‘não entendo nada de música popular’. Mas, meus senhores, se é preciso entender, então ela não é tão popular assim”.<sup>77</sup>

Oliveira, ao que tudo indica, se envolvia com alguma frequência em debates públicos com outros produtores culturais. Em “Glauber Rocha em pé de guerra”, publicada em 19 de setembro, o cronista diz reconhecer que uma crônica dele publicada em 11 de setembro e intitulada “Por um cinema bem escrito”, “teve o efeito de uma bomba nos meios cinematográficos. Armindo Blanco, em *O Globo*, e Glauber Rocha numa carta, me desceram a lenha”.

O motivo da contenda: Em “Por um cinema bem escrito” o cronista defendia que escritores profissionais assumissem a escrita dos filmes. Para ele, o cinema nacional dos anos

---

<sup>76</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Sem açúcar e sem afeto. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1968.

<sup>77</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Coisas que acontecem. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1968.

1960 seria demasiadamente autoral, portanto, enfadonho e pouco interessante para o povo. Os jovens cineastas estavam mais voltados aos prêmios internacionais e o desbravamento conceitual da linguagem cinematográfica que para o entretenimento. Era um cinema feito com intuito ou com a ambição de ser artístico, e Carlinhos achava que esses filmes, por isso mesmo, afastavam o público do cinema nacional.<sup>78</sup>

Glauber Rocha, que em 1968 já era reconhecido pela direção do “revolucionário” *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), era, também, um agitador cultural cujas opiniões versavam de arte, política e análises sociais, elementos articulados em um mesmo discurso carregado de polêmicas. Além disso, Glauber era o nome mais expressivo do Cinema Novo e deve ter se sentido pessoalmente ofendido com as críticas e a proposta de um cinema escrito por escritores, realizada por Carlinhos. Mas, antes de chegar ao conteúdo da referida carta enviada pelo cineasta, o cronista se detém em, como já o fizera outras vezes, denunciar a existência de uma atmosfera de contínua tensão social, de paranoias – infundadas ou não – e de rupturas pessoais nas quais todos estavam incontornavelmente envoltos. O discurso era o do “Paz e Amor”, mas o cotidiano era bélico.

Para Carlinhos, a carta de Glauber, definido como um “artista arrebatado e tão sincero” quanto ele próprio, era a prova dos tempos conflituosos que se vivia. Na perspectiva do cronista o tom da missiva é predominantemente acusatório e pouco propenso ao debate das críticas e sugestões publicadas. Glauber limitava-se em colocá-lo no grupo dos muitos e politicamente diversos “inimigos” do Cinema Novo. Um equívoco que desestimulava a troca de ideias, pois o cineasta preferia ver um movimento conspiratório contra ele e os outros jovens diretores do que avaliar a crítica: o povo brasileiro não queria assistir aos filmes nacionais porque eles não eram feitos para serem populares.

---

<sup>78</sup> Em 11 de setembro, Carlinhos publicou crônica na qual propunha que os filmes brasileiros fossem escritos por escritores. Para ele o cinema nacional, em decorrência dos jovens diretores que se propunham a fazer “filme de autor”, tinham monopolizado todo o processo filmico (argumento, roteiro, os diálogos e as filmagens). “Os nossos diretores (só há duas exceções) são egoístas tolos. O público foge dos filmes brasileiros porque estes refletem com precisão o egoísmo e a tolice, isto é, a criança de quem os faz”. E o cronista não para aqui, ele faz críticas ao Cinema Novo – que fabricaria “apenas individualistas heróicos que se realizam como pessoas e com artistas, mas que nada fazem pelo nosso cinema em termos objetivos”. Para Carlinhos, enfim, o problema estava no fato dos filmes brasileiros terem “falas que não convencem” e cenas que “o público não comprehende, porque tudo é rematado por um preciosismo desnecessário em matéria de montagem”. Segundo Carlinhos, para um “público semi-analfabeto não se pode servir uma cinema de alusões complexas e de *flashes-back* brutais, assim como não se pode esperar que William Faulkner seja um best seller. Precisamos ser didáticos: que cada película diga ao povo ‘o cinema é assim, comprehende?’”. A solução, portanto, seria que “qualquer escritor profissional” devesse assumir a empreitada de escrever os filmes. E, inclusive, que “os bons filmes” só poderiam ser realizados “quando os escritores forem considerados assistentes de direção”. OLIVEIRA, José Carlos. Por um cinema bem escrito. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1968.

Além da discussão entre o cronista e o cineasta, esta crônica é interessante por indicar a politização das relações travadas nos meios culturais e artísticos. O que está em jogo aqui não é apenas a opinião de dois sujeitos com claros e divergentes pontos de vista sobre a produção cinematográfica nacional. O que está em questão é a própria compreensão da função do cinema na sociedade brasileira.

Para Glauber, os filmes deveriam cumprir um papel político ou contribuir para a politização das massas acerca da sua realidade. Para tanto a linguagem cinematográfica era indissociável da linguagem política. Fazer cinema era um modo de se fazer política. Esses postulados estavam de acordo com aquilo que Marcelo Ridenti identificou como típico de uma geração marcada por um sentimento de “brasilidade ao mesmo tempo romântico e revolucionário”. Eles buscavam, assim, em um passado idealizado uma “cultura popular cujas raízes dariam sustentação a uma nação moderna, que acabasse com o subdesenvolvimento e as desigualdades”. Ademais, para esse autor, “o ‘povo brasileiro’ era glorificado e conclamado a realizar sua revolução, afinada com as lutas dos pobres da América Latina e do Terceiro Mundo”.<sup>79</sup> Glauber acreditava em um cinema contra-imperialista, de caráter insurgente e na elaboração de uma linguagem *terceiro mundista*. Qualquer um que criticasse essa linguagem estava a questionar a constituição política e ideológica do Cinema Novo. Era, portanto, um inimigo a ser exposto e combatido de acordo com a lógica extremista do período.

Já Carlinhos, por outro lado, via na politização da linguagem cinematográfica apenas um recurso repleto de maneirismos que acabavam por distanciar as massas do produto. Na ânsia de despertar a criticidade das pessoas, para o cronista, o cinema de arte feito por jovens como Glauber se tornava inócuo e irrelevante ao conseguir afetar apenas os iniciados. Os filmes do Cinema Novo eram elaborados, mas não conseguiam ser interpretados por uma população que não se reconhecia em imagens atravessadas por experimentalismos e em filmes cujas narrativas épicas cobravam do expectador um grau de envolvimento intelectual superior ao que ele, por hipótese, estava acostumado, resultando em enfado e distanciamento dos produtos brasileiros.

Em Glauber Rocha, artista arrebatado e tão sincero quanto eu próprio, esse movimento universal rumo à guerra transparece numa simples carta, ele começa com ‘querido Carlinhos’, mas logo esse tratamento cordial se transforma nisto: ‘é uma mentira absurda dizer que o público repulsa os

---

<sup>79</sup> RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: entre a pena e o fuzil. In. *Revista ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun, pp. 185-195, 2007, pp. 186-187.

filmes brasileiros'. Segue-se uma pergunta que, para meu consolo, também merece ser considerada absurda: 'Por que tamanho ódio aos cineastas brasileiros que afinal fazem seus filmes?' Já no final estamos em campos opostos. Ele me afasta de si e me coloca entre seus inimigos declarados: 'É uma injustiça esta campanha que intelectuais, Instituto Nacional do Cinema, Censura de Brasília e várias organizações de esquerda movem contra o cinema brasileiro'. Eis como um 'querido Carlinhos' acaba sendo mais que um mentiroso cheio de ódio, mancomunado com os censores federais e o imperialismo americano! Como se pode conversar numa atmosfera dessas? Estaremos realmente habitando um hospício, com todo mundo desconfiando de todos e tudo? Desculpe, Glauber, mas não aceito as condições que você impõe para o diálogo. Eu apenas abri um debate que me pareceu interessante. Você só se refere ao meu tema num ponto: quando afirma que 'o cinema brasileiro não existia praticamente até 1963'. Pois justamente eu gostaria de afirmar que o cinema brasileiro já existia em 1963 e muito antes. O povo ia em massa apreciar as chanchadas. Os jovens cineastas enraivecidos destruíram a chanchada (...). O resultado é que hoje em dia temos apenas filmes de arte, de boa ou má qualidade, mas todos destinados a um público seletivo (...). A reação popular é simples: 'Se é filme nacional, eu não vou'. Eles (o povo) preferiam o cinema brasileiro – a chanchada – porque era alguma coisa muito parecida com eles próprios (...). Pois bem, acabaram com o brinquedo do povo e lhe deram, em troca, filmes que ganham todos os festivais internacionais, mas que exigem uma operação intelectual inalcançável para o espectador médio (...)<sup>80</sup>

Essa crônica atesta a "circularidade" dos discursos produzidos em 1968. Eles são indiciários, senão da frequência, ao menos da existência de um debate de ideias – ou críticas, alfinetadas, escárnio... – presente nos veículos da grande imprensa do período.

Outro exemplo dessa circularidade de ideias e do debate estabelecido entre Carlinhos e outros produtores culturais do período, como, também, o incontornável cotidiano autoritário em que esse debate ocorria, pode ser encontrado ainda em duas crônicas. Uma delas é "Calma, rapaz" (publicada em 14 de fevereiro) e esta organizada em três tópicos. O primeiro deles se chama "Poema/Processo" e se trata do espaço cedido pelo cronista para que Álvaro de Sá, identificado como "porta-voz do Poema/Processo", responda e esclareça Carlinhos e seu público acerca das atividades do referido grupo.

O espaço, possivelmente, foi concedido em virtude de comentários pregressos do cronista, como os encontrados em "Frivolidades" (publicada no dia 2 de fevereiro). Nela Carlinhos e um leitor identificado como Moaci Cirne "dialogam" sobre declarações do cronista acerca de queima de livros promovida por Vlademir Dias Pino, membro do Grupo Poema/Processo. Moaci, primeiro aponta para o equívoco do cronista que teria se enganado sobre a filiação artística do referido poeta; depois tenta justificar a queima de livros como

---

<sup>80</sup> OLIVEIRA, José Carlos de. Glauber Rocha em pé de guerra. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1968.

sendo um ato simbólico e sem implicações políticas. Carlinhos lhe responde, e notamos que ele considera os movimentos artísticos/literários de vanguarda dos anos 1950/1960 – importante lembrar que os neoconcretas tiveram seu manifesto, o marco da ruptura com o concretismo paulistano, publicado no *Jornal do Brasil* em 1959 – infantilidades realizadas por poetas que desistiram de “escrever poemas”.

No mais, Carlinhos ainda afirma que o ato simbólico de queimar livros ocorreu em um momento que seria impossível desvinculá-lo de um teor político, dada as declarações e possíveis ações dos censores e reacionários em geral que promoviam à caça e silenciamento de autores e obras. Ademais, a queima de livros era, inevitavelmente, associada às ações de grupos e/ou regimes totalitários e fascistas que tentavam controlar, intimidar e excluir todo pensamento dissonante. Caso notório da noite do dia 10 de maio de 1933 em que nazistas queimaram em várias praças públicas obras de intelectuais inconvenientes ao regime. Para Carlinhos, queimar livros era apenas uma ação autoritária e comprovava a incapacidade dos incineradores de combaterem ideias com ideias. Por isso a opção radical de destruir o objeto livro só reforçava a violência como única forma de agir em uma sociedade já bestial.

Ora bolas, eu resumi intencionalmente o negócio a uma única palavra – neoconcretismo – para não chatear os leitores com esses tal de concretismo, não-objeto, poema espacial e outras infantilidades. Era tudo a mesma coisa. Os poetas ditos de vanguarda simplesmente desistiam de escrever poemas. Moaci Cirne afirma, mas não prova, que Dias Pino já era poeta antes da poesia concreta, e justifica a queima de livros como ‘um ato simbólico, sem qualquer implicação política’. Pois é, meu chapa. Esse ato simbólico foi inserido num momento saturado de implicações políticas, em meio às mais estúpidas declarações pronunciadas por censores governamentais. Além disso, temos todos o direito de exigir que os jovens, como os veteranos, respeitem uma personalidade exemplar como Carlos Drummond de Andrade. Se você quer destruir a obra de Drummond, escreva um ensaio provando por A mais B que os poemas dele não valem nada, mas deixe os livros em paz, para que a posteridade pronuncia a última palavra.<sup>81</sup>

Mas, voltemos à “Calma, rapaz”. O segundo tópico dessa crônica tem por nome “Resposta” e nele Oliveira, faz a tréplica ao – os incineradores – Grupo Poema/Processo e o seu porta-voz, Álvaro de Sá. O terceiro tópico, “Tropicalismo” faz um breve comentário sobre o “movimento” e algumas divagações do cronista.

Pois bem, vamos nos concentrar no segundo tópico (Resposta), pois ele oferece tanto, ainda que em síntese, o posicionamento de Álvaro de Sá/Grupo Poema/Processo, quanto a resposta formulada por Carlinhos Oliveira.

---

<sup>81</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Calma, rapaz. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1968.

Só me interessa isto: ‘Nós nos achamos no direito de rasgar livros, pois somos produtores de livros, e substituímos o velho pelo novo’. Substituir, meu filho, não é suprimir. Vocês começaram querendo escrever poemas moderninhos e terminaram adotando a Solução Final para o problema Drummond. Acho muito salutar que os jovens tenham complexo de Édipo, mas não é necessário dar uma paulada na cabeça do papai. Hélio Pellegrino, na *Última Hora*, aconselhou que vocês queimem ou rasguem papéis queimáveis e rasgáveis: a nova Constituição, a Lei de Segurança, toda parafernália que atrapalha o funcionamento da nossa futuramente democracia. Onde é que estão vocês, rapazes do Poema/Processo, no momento em que a classe teatral, os cineastas e os escritores queimam os miolos ao sol, reivindicando liberdade de expressão? Hem? Onde estão vocês? Confesso, contudo, que me impressiona a sinceridade das cartas que tenho recebido desde que ataquei o movimento. Quero uma coisa simples: peçam desculpas a Carlos Drummond de Andrade e a João Cabral de Melo Neto (entre outros) e depois voltem. Então poderemos conversar.<sup>82</sup>

Carlinhos, mais uma vez, enfatizou o caráter autoritário dos poetas ao dizer que eles adotaram a “Solução Final para o problema Drummond”. Ou seja, para o cronista aqueles jovens, talvez inconscientemente, procederam tal os nazistas que adotaram procedimentos de extermínio aos judeus e outras minorias políticas durante a II Guerra. Um erro. E, endossando o que teria escrito o psicanalista Hélio Pellegrino no jornal *Última Hora*, Oliveira sugere ao Grupo Poema/Processo que queimem e exterminem os dispositivos ditoriais; obstáculos legais, embora ilegítimos, que impediam a consumação de uma democracia. O autor ainda critica os “rapazes do Poema/Processo” por não estarem envolvidos no que de fato importava naquele momento à classe artística e intelectual progressista: o combate à censura.

Importante notar que Carlinhos ao falar sobre a censura se refere aquela que se abatia sobre os espetáculos de arte e diversão pública. A imprensa só passou a ser oficial e legalmente censurada depois, quando a censura prévia ocupou as redações dos grandes veículos de comunicação a partir de 1969. Claro, isso não significa que a imprensa não fosse censurada antes dessa data. Existiam outros recursos de silenciamento, entre eles e/ou, sobretudo, a autocensura “incentivada” por ameaças e retaliações.

Carlinhos não falou em 1968 sobre a censura à imprensa, talvez a única alusão a ela em 1968 seja na crônica publicada após o AI-5.<sup>83</sup> Entretanto, ele foi ferino em criticar a censura imposta aos espetáculos. Em uma das crônicas mais contundentes, em que ele

---

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> “(...) Não esperem que eu escreva sobre política, pois este não é o meu gênero. (...) A primeira crônica depois de um mês de férias é sempre a mais difícil. A gente fica um mês sem ler jornais e acaba não sabendo o que tem acontecido – se é que tem acontecido alguma coisa. Estou pensando em Machado de Assis: uma vez Machado de Assis ia andando pela rua do Ouvidor, quando lhe disseram que havia sido proclamada a República. Joaquim Maria ficou pasmo”. OLIVEIRA, José Carlos. Reflexões no vácuo produzido pelas férias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1968.

praticamente deixa a ironia, que é recurso predominante nos seus textos, de lado, Carlinhos narra a greve realizada por artistas do teatro aos quais a intelectualidade carioca era solidária. A manifestação encabeçada pelos artistas se tratava, diz o cronista em “Contra a censura, pela cultura”, crônica publicada em 13 de março de 1968, de um protesto, uma greve heroica, na definição dele, contra a “intolerância da Censura oficial”.

Mas é quando o cronista fala sobre os censores. Aliás, é quando o cronista questiona a capacidade intelectual e moral dos censores, que o texto ganha voltagem. Para Carlinhos aqueles homens e mulheres que agiam para a manutenção da moral, dos bons costumes e a democracia revolucionária, eram desqualificados, uns “patetas”.

Todo dia um pateta qualquer enfia a sua pata numa peça de teatro e corta as frases que lhe parecem atentatórias à moral, aos bons costumes e à democracia. Não se passa uma tarde sem que outro pateta dê o ar de sua graça, cortando sequências inteiras de filmes. A Patetocracia não dorme em serviço. Ultimamente, esses senhores proibiram a encenação de uma peça intitulada *Senhora na Boca do Lixo*, escrita pelo dramaturgo Jorge Andrade, de São Paulo, e que já esteve trezentas noites em cartaz num teatro de Lisboa. Dizem que o Dr. Oliveira Salazar tem estado excepcionalmente feliz, graças a este raciocínio: - Agora, quando os brasileiros disserem que Portugal é uma ditadura, responderei: ditadura é a vossa, pá! Em Lisboa não tem disso não! Os patetocratas, no início, eram melífluos, depois se tornaram sombrios e, finalmente, alcançaram o grotesco.<sup>84</sup>

Para o cronista, a ditadura e seu governo de “patetas” tinham atingido, em 1968, o grotesco, o intolerável. Isso depois de terem sido aparentemente tolerantes nos idos de 1964, tornarem-se “sombrios” quando o discurso de uma intervenção para garantir as eleições de 1967 não se confirmou e, naquele momento, ainda fevereiro, as coisas pareciam caminhar para o recrudescimento. O que de fato ocorreu, pois 1969 inauguraría uma nova fase, decerto a mais sombria, do período.

Ao que parece o grotesco, para Carlinhos, já estava ali quando peças e filmes internacionalmente consagrados eram despudoradamente censurados. Mesmo textos aprovados pela “Tradicional Família Mineira”, que representava o que há de mais conservador e reacionário no imaginário social brasileira, ainda assim eram proibidos. A ação da censura feria o direito de pensar livremente e isso, pra Carlinhos, seria inaceitável.

Proibiram, em Brasília, a encenação de *Um bonde Chamado Desejo*, drama já visto mil vezes em palcos brasileiros e que inclusive, recentemente, foi aplaudido pela Tradicional Família Mineira. Isto é que dá raiva: a Censura oficial tem obrigação de se conduzir com mínimo de lógica. O *Poder Negro*, do norte-americano Le Roy Jones, é outro espetáculo proibido para menores

---

<sup>84</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Contra a censura, pela cultura. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1968.

de 87 anos. O longa metragem *Cara a Cara* também não poderá ser visto em nossos cinemas, a menos que seu autor permita a exclusão de uma sequência inteirinha. É por tudo isso – que os artistas estão reunidos debaixo do sol, diante do Teatro Municipal. Chamei essa greve de heróica porque só prejudica, financeiramente, os próprios grevistas. E é também generosa, porque defende o direito que todos nós queremos ter, de pensar livremente.<sup>85</sup>

Dias depois ele voltou a criticar a censura. A escrita dessa vez mirava diretamente o governo e o próprio Presidente da República, Artur da Costa e Silva. Se na crônica anterior, Carlinhos não poupou os censores, caracterizando-os como apalermados incultos que se metiam a avaliar trabalhos artísticos, nesta, ele questiona a competência do Presidente para fazer julgamentos estéticos, e o criticava por endossar a “racionalidade” e as medidas impostas pela Censura. Desse modo, o título da crônica já consiste em um enunciado severo: “Todo Presidente da República, por sua própria natureza, será necessariamente um brilhante crítico teatral?” (publicada em 21 de março). É o cronista que questiona – a si mesmo e a sociedade –, mas a pergunta é, por pressuposto, retórica: *Não*. Ser presidente da república não conferia a ninguém a capacidade de ser um crítico teatral, menos ainda “brilhante”. A resposta construída, mesmo que por ilação, pelo título é desenvolvida ao longo da crônica.

Nela, Carlinhos afirma que Costa e Silva teria tido uma “atitude surpreendente”. Segundo o cronista, era de conhecimento de todos haver um descompasso entre o que o Ministro da Justiça Gama e Silva pensava sobre a censura a peças teatrais e filmes, e os dois militares com maior poder na Censura: o General Peçanha e o Coronel Campelo. Assim, na crônica o primeiro, um civil, aparece como alguém cujas declarações poderiam suscitar interpretações de “manifestações de liberalismo”. Mas os segundos, não. E eram eles que tinham sido superados pelo Presidente. Superados porque até aquele momento, os artistas censurados – pelo General, que acreditava estar o cinema nacional “infiltrado de prostitutas, homossexuais e comunistas” ou pelo Coronel, a quem “se sentiria extraordinariamente feliz se pudesse fazer com que os nossos dramaturgos engolissem os palavrões escritos em suas peças”<sup>86</sup> –, vislumbravam a possibilidade de recorrer ao Ministro da Justiça e ter a decisão preliminar revogada. Os indícios eram que essa possibilidade deixaria de existir.

O motivo: Alguém teria entregado pessoalmente ao Presidente uma peça intitulada *Santidade*. O texto não fazia jus ao nome. Tanto que Costa e Silva resolveu compartilhá-lo com diretores de jornais para que eles pudessem ver, por si mesmos, o conteúdo atentatório

---

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Todo Presidente da República, por sua própria natureza, será necessariamente um brilhante crítico teatral? *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de março de 1968.

aos princípios morais da sociedade brasileira. Ao proceder desse modo, o Presidente colocava sob suspeita, segundo Carlinhos, tanto Ministro da Justiça e seu “liberalismo”, quanto os jornalistas, pois Costa e Silva não demonstrava contentamento com a cobertura jornalística realizada sobre as ações da censura. Algo que o cronista traduziu como a “excessiva publicidade que os jornais dedicam à classe teatral”.

Para Carlinhos, alguém tinha, portanto, convencido o Presidente que as manifestações que ocorriam em defesa da liberdade de expressão, inclusive a crônica escrita por ele, não passavam de estratégias para dissimular as investidas da esquerda contra a família (tradicional) brasileira, em nome da qual, lembramos, o golpe de 1964, tinha sido consumado. Portanto, o melhor era que os jornais parassem de prestar um desserviço à sociedade e começassem a noticiar o que de fato importava: os préstimos que a Censura estava a realizar para o bem da Pátria, ao não permitir que peças e filmes, cujas motivações não eram outras além de inocular o veneno da subversão em mentes e corações, não fossem vistos.

Naquilo que Costa e Silva enxergava como a prova cabal que convenceria os diretores do jornal a colaborar com o governo em suas ações saneadoras, Carlinhos (pré)via uma ameaça e a consequente e progressiva perda da liberdade de imprensa. Inclusive, a liberdade de se publicar o que ocorria oficialmente e sob os legalismos do Estado ditatorial.

É, nesse contexto, que Carlinhos resolveu questionar os requisitos de um Presidente que age como bússola estética e artística, a decidir o que é bom ou não para as famílias governadas, quando elas mesmas poderiam fazer esse tipo de julgamento. Ou no mínimo, poderiam ter o direito de escolher por si mesmas o que lhes seria ou não conveniente de acordo com suas crenças e perspectivas de mundo. O cronista, desse modo, questiona o Presidente (a função), mas questiona, sobretudo, Costa e Silva, pessoa que poderia até desempenhar um bom governo no plano econômico, por exemplo, mas era de limitada capacidade intelectual/artística. Ao compará-lo ao seu antecessor, Castelo Branco, o cronista constrói para o Presidente um perfil de desinteressado pelo mundo da arte. Algo que denotaria a falta de experiência e, portanto, de incapacidade para atuar como crítico de arte. Ademais, Carlinhos contrasta nesse jogo de representações do poder, inclusive, as vertentes e os perfis que ambos os presidentes até aquele momento representavam. Sendo Castelo Branco – considerado juntamente com Golbery do Couto e Silva um intelectual e membro do chamado

grupo da Sorbonne, os “moderados” – e Costa e Silva – representante da ala ultraconservadora, defensora da truculência e agrupada sob a “linha dura”.<sup>87</sup>

Ao término, para justificar o seu direito de falar e de questionar o Presidente, o cronista recorre à legalidade garantida pela Constituição que, por sinal, não teria um único artigo que garantisse, entre as atribuições da Presidência da República, a de desempenhar a função de crítico teatral.

Mas, esmagado pelo desalento, ainda me parece lícito fazer uma pergunta. Ei-la: o fato de um cidadão ser Presidente da República lhe dá autoridade para se intrometer em questões de expressão artística? Ainda se fosse o Marechal Castelo Branco, que quase toda semana ia ao teatro... O Marechal Costa e Silva, não, este nunca ninguém viu em platéia alguma. Como

<sup>87</sup> De acordo com Carlos Fico, essa dicotomia entre “moderados” e/ou “castelistas” que tinham no primeiro presidente militar Castelo Branco seu nome mais proeminente de um lado e a “linha dura” conduzida por Costa e Silva de outro revela, em especial, uma disputa pela memória da ditadura. A pretensa diferença entre o perfil dos dois generais presidentes oculta na verdade mais complexidades. “Reiteradamente caracterizado como ‘legalista’ e ‘moderado’, o perfil de Castelo Branco serviu até mesmo para adjetivar um conjunto de militares que com ele partilhariam uma formação intelectual mais refinada (diferentemente dos *troupiers*, propensos a ações práticas e métodos violentos), um apego às normas legais e uma forma mais branda de tratar os inimigos da ‘revolução’. Atributos tão atraentes parecem derivar muito mais da benevolência dos biógrafos que o beneficiaram do que propriamente de uma análise do desempenho do primeiro general-presidente. Castelo Branco, como se sabe, foi escolhido para a Presidência da República contra a vontade do general Costa e Silva, que, nas primeiras horas após o golpe, autonomeara-se ‘comandante-em-chefe do Exército Nacional’ e líder do ‘Comando Supremo da Revolução’. Se a escolha de seu nome (que o próprio Castelo articulou com competência entre políticos civis) impedia a imediata ascensão de Costa e Silva (nomeado ‘apenas’ ministro da Guerra), durante o seu governo Castelo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições ‘revolucionárias’; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de ‘guerra interna’; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria freqüente no pós-68). De fato, diante das acusações que irrompiam na imprensa, Castelo viu-se obrigado a mandar seu chefe da Casa Militar – o futuro presidente Ernesto Geisel – averiguar os fatos. Geisel voltou tergiversando e Castelo omitiu-se. Como se não bastasse, teve de admitir ser sucedido por aquele que se tornara o contestável de seu governo – precisamente o general Costa e Silva. A contestação dessa leitura corrente sobre a ‘moderação’ de Castelo não é apenas mais uma disputa de memória, pois, felizmente, hoje, ampara-se em pesquisas profissionalmente conduzidas. Trata-se de um pressuposto básico para firmar-se uma interpretação que se baseia em pesquisas ainda incipientes: o entendimento do regime militar como o da trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como *linha dura*. Terá sido o fracasso de Castelo de pôr cobro aos anseios punitivos de militares radicalizados que fomentou o crescimento do que então se chamava de ‘força autônoma’, que se autonomeara verdadeira guardiã dos princípios da ‘revolução’, e que se tornaria, paulatinamente, um grupo de pressão muito eficaz (capaz, por exemplo, de reabrir a temporada de punições com o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965) e, posteriormente, institucionalizar-se-ia como as famosas ‘comunidade de segurança’ e ‘comunidade de informações’. Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder. Essa evolução é essencial para bem caracterizar diversos outros episódios do período, pois informa que o projeto repressivo baseado numa ‘operação limpeza’ violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de ‘utopia autoritária’, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’”. FICO, Carlos. *op. cit.*, 2004, pp. 32-33.

Presidente da República é possível que ele esteja mandando brasa – mas, como espectador teatral, não se pode imaginar brasileiro mais por fora. Se ele não gostou de *Santidade*, o problema é dele. Temos o direito de falar assim, porque o mesmo Presidente da República, dois ou três dias depois de tomar aquela atitude surpreendente, declarou que muita gente quer mudar a Constituição, mas ele não quer. Pois bem, nessa Constituição que tanto lhe agrada não há uma única linha conferindo aos Presidentes da República uma clarividência diante de uma obra de arte.<sup>88</sup>

Cerca de uma semana depois de questionar o Presidente da República, o cronista trouxe à baila novamente a temática da Censura. Em “Contra a censura, a favor de ‘Romero Lago’” (publicada em 31 de março), Carlinhos ironiza, mais uma vez a capacidade intelectual e o senso moral e patriótico dos censores. (Importante salientar que no título, sobre o nome Romero Lago encontra-se um asterisco que remete à nota explicativa no final do texto em que se lê: “Por dezessete anos, Romero Lago assinou, como diretor, na Polícia Federal, da Divisão de Censura das Diversões Públicas do Ministério da Justiça, os atestados liberatórios de filmes e peças teatrais, classificando-os por faixa etária ou proibindo a sua exibição”. Mas naquele momento tinha-se descoberto que “o temido censor se chamava, na verdade, Ermelindo Ramirez Godoy e, além da falsidade ideológica, escondia-se de um passado de estelionatos”).

A crônica é endereçada ao “Prezado” Ermelindo. A quem o cronista “afiança” ser, embora não o conhecesse pessoalmente, o “maior autor dramático da literatura brasileira, além de ser também o mais extraordinário comediante dos nossos dias”. Carlinhos segue a perfilar comparações entre Ermelindo e os notáveis dramaturgos e atores daqueles tempos. Perto do talento demonstrado pelo ex-censor, os dramaturgos Nelson Rodrigues pareceria um “simples ilusionista suburbano” e Plínio Marcos “um apanhador de lixo nas sarjetas da vida”. E se o roteiro era magistral a atuação era excepcional. Ninguém no teatro nacional, na perspectiva do cronista, teria sustentado com sucesso, por tanto tempo e tamanha verossimilhança um papel como Ermelindo. Nem Paulo Autran em *Édipo Rei* teria conseguido tal desempenho, pois após abandonar o palco o ator voltava a ser Paulo Autran. Mas, para Carlinhos:

Ermelindo Ramirez Godoy e *Romero Lago* formam uma única e indissolúvel pessoa. E que pessoa! Que personalidade enigmática, verdadeiramente dostoievskiana! Nunca se sabe se estamos diante de um assassino ou de um excelente chefe de família: de um farsante ou de um zeloso funcionário encarregado de escoimar os filmes do que neles possa haver de prejudicial à sociedade. Mesmo nos últimos anos, quando vimos o Governo investir

---

<sup>88</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Todo Presidente da República, por sua própria natureza, será necessariamente um brilhante crítico teatral? *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de março de 1968.

brutalmente contra nossos dramaturgos e artistas, *Romero Lago* foi poupadão em virtude do seu inegável conteúdo edificante. Qualquer autoridade de Brasília podia ver – e quase todas o fizeram repetidas vezes – essa tragicomédia magistral, liberada para adultos e crianças, sem qualquer restrição. Nesse aplauso oficial não vai nenhuma incoerência, visto que não há um único palavrão no decorrer de *Romero Lago*. Agora, querem transformar Ermelindo Ramirez Godoy e Romero Lago em dois perdidos numa noite suja. Contra isso lutarei com todas as armas, fiel à minha crença de que o Governo não tem o direito de se intrometer em questões de criação artística.<sup>89</sup>

Assim, apelando à ironia, mais uma vez Carlinhos se posicionou contra a censura às artes, criticou a moralidade do governo que – oras! – tinha um verdadeiro criminoso a ocupar um alto cargo e se reafirmou, jocosamente, como contrário a toda e qualquer censura. Não deixa de ser interessante que nos interstícios da burocracia autoritária pudesse habitar uma personagem como Romero Lago... O cronista tinha razão diante de um acontecimento como esse: tratava-se de um desempenho artístico exemplar.

Por meio das crônicas de Carlinhos Oliveira publicadas em 1968, sejam aquelas em que ele se deteve sobre os acontecimentos internacionais, ou naquelas em que ele abordou mudanças comportamentais e as muitas dinâmicas no âmbito das produções artísticas culturais, se torna flagrante os conflitos sociais e políticos do período. Em especial nota-se a existência, ao que concerne aos movimentos artísticos, de um cotidiano autoritário permeado e estruturado pelo Estado, pela via da censura, mas também mantido por grupos organizados ou não. Nesse sentido, o cronista denunciou a existência de grupos que em defesa de uma “cultura nacional” tentavam cercear expressões não alinhadas com uma ideologia, por pressuposto, revolucionária e de esquerda; e de sujeitos que ambiciosos em romper com artistas do passado, se colocavam como censores e propagadores do autoritarismo.

Além desses aspectos, Carlinhos se posicionou acerca de outros acontecimentos que marcaram o campo artístico e político de 1968. Esse é o caso da série de crônicas nas quais o cronista escreveu sobre a Tropicália. Entretanto, estas crônicas ficarão para o próximo capítulo, pois ao falarem sobre o movimento artístico, Carlinhos fala sobre si mesmo, e é isto (os aspectos de si na escrita) que destacaremos nelas.

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Contra a Censura, a favor de “Romero Lago”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1968.

## Capítulo 3

### Entre lugares: o cronista, a crônica e a memória de 1968

Neste capítulo apresentaremos a imagem que o cronista, José Carlos Oliveira constrói, ou tenta construir, de si mesmo ao fazer uso de uma escrita de si, o que inclui a prática de autoficção. Não adotamos, entretanto, a designação “si mesmo” como uma verdade do sujeito que se manifestaria refletidamente nas crônicas que, por sinal, são analisadas tão só como traços, *rastros*<sup>1</sup> de Carlinhos Oliveira. A imagem de si construída pelo cronista assume aqui contornos menos nítidos, pois ela é composta por elementos que indiciam o que ele pensava naquele tempo, em 1968. Portanto, a imagem do cronista que esboçamos nas páginas seguintes é temporal e opaca por excelência e, sobretudo, sem a pretensão de realizar a sua biografia.

Por outro lado, concluímos neste capítulo a nossa “discussão de fundo” iniciada no primeiro capítulo sobre a crônica como gênero textual. Neste ponto argumentamos que a crônica contemporânea não é apenas um gênero discursivo híbrido localizado entre a literatura e o jornalismo, mas ela é uma modalidade de escrita da história, função para a qual foi criada durante a Idade Média. Trata-se, por certo, de um argumento preliminar e de uma ideia incipiente da qual não pretendemos dar cabo nesta dissertação, mas que acreditamos ser importante sinalizar diante da relevância da crônica para esta e outras tantas pesquisas no campo da história.

Diante do que foi exposto e em virtude do que ainda será, o cronista Carlinhos Oliveira surge para nós como um narrador da história, alguém que, por hipótese, teria praticado uma história do tempo presente.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Jeanne Marie Gagnebin reflete de maneira muito interessante sobre o conceito de “rastro” a partir de Aleida Assmann e de Emmanuel Levinas. De acordo com Gagnebin, embora os conceitos de escrita e rastro tenham sido empregados muitas vezes como sinônimos, eles não são necessariamente equivalentes. Assim, a escrita seria rastro quando compreendida “no sentido preciso de um signo ou, talvez melhor, de um sinal aleatório que foi deixado sem intenção prévia, que não se inscreve em nenhum sistema codificado de significações, que não possui, portanto, referência linguística clara. (...) Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos –, mas sim deixados ou esquecidos”. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009, p.113.

<sup>2</sup> De acordo com François Dosse em artigo no qual discute a emergência da História do Tempo Presente na historiografia francesa, especialmente, afirma que a “história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação”. E a partir de Pierre Nora e os seus “lugares de memória”, Dosse concluiu que “definidos os lugares de memória como um meio-termo entre memória coletiva e História, o tempo presente corresponde a esse meio-termo também entre passado e presente ou

### 3.1 - Calinhos Oliveira: um “eu balouçante”

Temos em mente que a crônica, como gênero, além de estar ancorada no cotidiano, tem por característica o fato de normalmente ser escrita em primeira pessoa. Isso, por sinal, nos remete a função emotiva ou expressiva da linguagem<sup>3</sup>, segundo as categorias formuladas por Roman Jakobson. Embora a presença de um eu narrador seja um componente constituinte do gênero textual em questão, a crônica pode ora se aproximar ou ora se afastar de um tom subjetivo em detrimento de se concentrar no estritamente factual. A perspectiva do relato é de escolha do cronista, cabe a ele avaliar a melhor forma de se comunicar e de expressar suas opiniões e/ou de determinado grupo político e social.

Contudo, devemos salientar que para além de seu caráter híbrido como gênero textual, a crônica tem tipologias, subgêneros que merecem a nossa atenção. Antônio Cândido, por exemplo, a divide em quatro tipos: *crônica diálogo* – quando o cronista e seu interlocutor se revezam trocando pontos de vista e informações, em uma relação claramente dialógica; a *crônica narrativa* que apresenta alguma estrutura de ficção, semelhante ao conto; *crônica exposição poética* – fruto de uma divagação sobre um acontecimento ou personalidade e na qual o cronista tece uma série de associações e a *crônica biográfica lírica* – narrativa poética da vida de alguém ou de si mesmo.<sup>4</sup>

Carlinhos Oliveira, que tem uma produção vasta de crônicas, evidentemente transitou por todas essas categorias e, em muitos casos, por mais de uma delas em um mesmo texto. Mas, neste subcapítulo, onde tentamos esboçar um perfil do cronista, privilegiamos aquelas em que ele exercitou uma narrativa figurativa de si<sup>5</sup>, ou talvez de acordo com a categorização sugerida por Cândido, uma crônica narrativa e/ou biográfica lírica. De acordo com Jorge de Sá, há em todos os cronistas “certo lirismo, pois é através dos seus estados da alma que eles

---

trabalho do passado no presente. O tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica”. DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. In.: *Tempo e Argumento*, v.4, n.1. Florianópolis, 2012, p.7.

<sup>3</sup> Essa função “centra-se no emissor e o conteúdo expresso gira em torno de emoções e/ou sentimentos do mesmo. Nesse tipo de função de linguagem há o predomínio de verbos na 1<sup>a</sup> pessoa do singular e da subjetividade do emissor. Outra característica bastante relevante é o uso de exclamações e interjeições”. DINIZ, Deize Fernandes; BORIN, Maísa Augusta. Uma análise das funções de linguagem presentes em folders de campanhas sobre segurança no trânsito com base na teoria do lingüista Roman Jakobson. In. *Revista Linguasagem*. São Carlos: UFSCar, 2010, p.3. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao15/014.pdf>

<sup>4</sup>Cf. CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 1992.

<sup>5</sup> Ao falarmos de uma “escrita figurativa de si” entendemos que ela seja uma prática narrativa na qual um sujeito se identifica claramente como o autor e objeto do discurso. Nesse sentido ela não é um gênero, ou uma vertente literária, mesmo que por vezes assuma essa faceta, mas uma prática de escritura ancorada explicitamente na subjetividade e na memória de um sujeito.

observam o que se passa nas ruas”.<sup>6</sup> Sá chama também a atenção para a crônica como uma produção textual profundamente ligada a “indivisível experiência pessoal [que] serve como ponto de partida e como ponte de acesso a uma verdade maior, a um só tempo individualista e universal”.<sup>7</sup> Portanto, mesmo quando o eu-cronista não é o protagonista do narrado, a crônica sempre emula a experiência de alguém, daí o fato dela ser reveladora de um cotidiano, de uma temporalidade e, em síntese, de práticas sociais e culturais.

É nesse sentido que encontramos, mesmo em crônicas nas quais o cronista não fala abertamente de si, traços que nos ajudam a recompor características de sua persona (como intelectual/escritor/figura pública). Exemplo disso são as crônicas nas quais a Tropicália<sup>8</sup> surge como o tema principal do narrado<sup>9</sup> e nas quais é perceptível seu engajamento e defesa do movimento e seus preceitos e/ou ambições artísticas e comportamentais.<sup>10</sup>

Para o cronista, o movimento que nascia, embora ainda “desarticulado”, representava a modernidade artística e a inscrição do país em um contexto (de indústrias culturais) de âmbito internacional. Mas, mais do que o apelo “pop” que poderia representar as experimentações estéticas dos tropicalistas, para Oliveira eles eram relevantes por provocar o reencontro da “originalidade que os modernistas de São Paulo nos ensinaram”.<sup>11</sup>

Aproveitamos neste ponto para chamar atenção sobre o modo como o cronista utiliza o pronome pessoal e possessivo da primeira pessoa do plural na crônica “Um caso sério”, publicada em 5 de março. Para Carlinhos, sob o tropicalismo (grifos nossos), “*nos* tornamos hippies” e “podemos inventar a *nossa* própria ordem, o *nossa* estilo”. Ainda há a referência às

---

<sup>6</sup> SÁ, Jorge. *op. cit.* p.57.

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> A Tropicália, ou Tropicalismo, como se tornou mais conhecido e lembrado o movimento – isto se de fato podemos considerá-lo como tal... – provavelmente foi um dos grandes acontecimentos culturais no Brasil de 1968. Gestado e parido entre os anos e festivais da canção de 1967 e 1968, o movimento, cujas figuras de proa eram Caetano Veloso e Gilberto Gil, se desvaneceu antes mesmo de se tornar uma “escola”, após esses compositores serem presos e exilados.<sup>8</sup> Mas antes do exílio foi lançado em agosto de 1968, o álbum manifesto “Panis et Circos” que sistematizava musicalmente a estética proposta pelos artistas: uma arte e um modo de vida antropofágicos. Embora a ala musical do Tropicalismo tenha se tornado a mais popular não se deve esquecer os seus núcleos no Teatro representado, sobretudo, pelo Teatro Oficina, e nas Artes Plásticas, em especial com Hélio Oiticica de cuja obra “Tropicália” deriva o nome do próprio movimento.

<sup>9</sup> Há outras crônicas nas quais o tropicalismo ou os tropicalistas, destacadamente Caetano Veloso aparece, mas marginalmente, algo distinto do que ocorre na série adiante analisada e composta por: “Um caso sério” (5 de março) e depois em “O tropicalismo contra os hipócritas” (14 de março), “Tropicalismo (II) mergulho na superfície” (15 de março) e “Tropicalismo (III) por uma nova canção do exílio” (16 de março).

<sup>10</sup> A “defesa” ao movimento é uma compreensão gerada a partir da leitura do conteúdo e da percepção do tom adotado por Carlinhos. Se há por parte do autor a tomada da palavra para defender o Tropicalismo o pressuposto é que ele, o movimento, estava sob o ataque dos críticos. Portanto, um fator que poderia ter provocado em Carlinhos um sentimento de solidariedade que, aliás, seria demonstrada em outra ocasião, como no caso da vaia a Caetano no Festival Internacional da Canção, exemplo analisado no capítulo 2, seção 2.3 desta dissertação.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Um caso sério. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 5 de março de 1968.

cores da bandeira nacional que representariam “o verde das *nossas* matas, o amarelo do *nossa* ouro, o azul do *nossa* céu e o branco do terno branco dos fazendeiros”. Vide que o terno, uma vestimenta indissociável dos homens social e/ou economicamente proeminentes, não é nosso, do povo, mas dos representantes políticos da elite financeira, em contraposição ao que idealmente seria de direito de todos. Ainda há o fato do Tropicalismo, segundo Carlinhos, ter mostrado aos brasileiros que “*somos* bonitos, cada um de *nós* tem um dente de ouro, *nós* todos andamos com um lenço no banco da praça” e que “*nossa* namorada ficará linda quando fizer uma ondulação permanente no cabelo”. Ademais, como signo de brasiliade, para os “*nossos* filhos” ainda haveria “uma sobremesa dividida: melado com farinha, refresco de groselha”. O “*nós*” surge como um atributo da nacionalidade, ele caracteriza o que é o brasileiro em suas práticas mais corriqueiras e humildes, das quais nem o cronista e nem o seu público leitor estão ou são indiferentes. Isto é, hipoteticamente.

Em contraposição a esse “*nós/nossos*” que, de acordo com Johannes Angermüller, “pode se tratar de uma parte do próprio orador, isto é, um *eu* dissimulado, que se esconde sob um pronome *nós* de modéstia”, mas que também pode “designar um público universal no qual se incluiu o orador, como é comum em textos pedagógicos”<sup>12</sup>, ainda temos o uso do pronome possessivo da primeira pessoa do singular. A partir da primeira pessoa, Carlinhos oferece uma resposta àqueles que poderiam perguntar as circunstâncias que o levaram a adotar um discurso, senão patriótico/ufanista, ao menos romântico/nacionalista. A esses, o cronista responde que ele tinha nascido no Brasil e, além disso, porque “o meu País é lindo: olha o céu, que mar, que luzes, que floresta! Tropicalismo, ou maturidade, é reconquista da infância nacional”. A reconquista da infância nacional via Tropicalismo, surge para Carlinhos como a oportunidade de produzir uma arte capaz de estetizar a experiência brasileira sem, no entanto, cair em arcaísmos que renegassem o presente. Isso na esfera artística, mas também na esfera do político, uma vez que o

Tropicalismo é: caminhão todo pintado a pedido do motorista e com frases no pára-choque (“Sai da janela, curiosa”); refrescos de frutas várias, servidos em garrafas de Coca-Cola; anedota de papagaio; pintura ingênua; a esquerda festiva; coqueiros, bananeiras, chapéu de palha, tamancos.<sup>13</sup>

Na crônica sobre a mesma temática que se seguiu, intitulada “O tropicalismo contra os hipócritas”, publicada em 14 de março, Carlinhos volta a ressaltar a relevância do movimento

---

<sup>12</sup> ANGERMÜLLER, Johannes. *Análise de discurso pós-estruturalista – As vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers*. Campinas: Pontes, 2016, p.102.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Um caso sério. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 5 de março de 1968.

para a cultura nacional. Aliás, ao justificar a sua adoção pelo sufixo “ismo” ao nominar o grupo reunido em torno dos baianos, ele diz preferir “chamá-lo tropicalismo, e não tropicália – porque esta última palavra, graças ao talento e à fama de Caetano Veloso, corre o risco de circunscrever um tema nacional ao domínio exclusivo da música popular”, Oliveira deixava claro que não falava apenas da ala cancioneira, sem dúvida a mais popular até os dias de hoje, mas também de outras manifestações artísticas e culturais reunidas sob o signo da geleia geral.

É nesse aspecto, como um (novo?) modo de se produzir arte nacional sem que ela fosse desconexa do seu tempo histórico, que Carlinhos volta a abordar a Tropicália. Para ele, os jornais nacionais já não precisariam mais reproduzir notícias sobre os bailes “psicodélicos em Paris, manifestações *hippies* em Nova Iorque, (...) conversão dos Beatles ao comércio esotérico-espiritual do Maharishi Mahesh, a atração dos Rolling Stones pela *marijuana* (ou maconha, como diria um tropicalista)”. Ao mesmo tempo os jornais, jornalistas e publicitários que já não poderiam “negar a existência do tropicalismo”, também não precisariam mais dar destaque para

a luta ao mesmo tempo encarniçada e calculada dos ditadores da moda pelo primeiro plano no noticiário mundial, Mary Quant, Twiggy, Batman, Courrèges, Jean Shrimpton, Saint-Laurent, Barbarella, Veruschka, Bibba, Mic-Mac, San Francisco, Saint-Tropez, Greenwich Village, Chelsea, Carnaby Street, Bonnie and Clyde, *pallazzo-pijama*, *blowup*, *protestsong*, *flowerpower*, *make Love not war*, LSD, Pata Pata – todo esse festival de besteira que assola o planeta – FEBEAPLÁ. *Manchete*, *Cruzeiro* e *Fatos e Fotos* podem deixar de mandar dinheiro para fora se passarem a comprar outro produto igualmente interessante, e que tem a vantagem de ser fabricado no Brasil. Chama-se tropicalismo. Tem roupa, tem maneira de se pentear, tem letra e música, têm excêntricos, tem caipiras – São Paulo e Rio – e pode não apenas mistificar a multidão brasileira como aturdir durante alguns meses a juventude em todo o Ocidente. Logo, estamos falando a linguagem do nosso tempo e neste sentido só os hipócritas podem ficar embaraçados com a nossa onda. Estamos oferecendo uma fonte de divisas ao nosso querido Brasil – e gratuitamente, pelo menos até o momento. Estamos igualmente oferecendo uma oportunidade preciosa aos que escrevem os nossos jornais e as nossas revistas, e também àqueles que imprimem essas publicações. Abaixo Rolling Stones, Beatles, *marijuana*! Viva o tropicalismo! Palmas para o português claro! Mas, se devemos ser artisticamente solidários com outros povos, então escolhamos os pobres como nós, – nossos irmãos latino-americanos. Prefiro o portunhol o portuglês.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O tropicalismo contra os hipócritas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 14 de março de 1968.

E mais uma vez o cronista se colocou como o porta-voz de um “nós” que supomos representar todos os que se irmanavam nos postulados neo-antropofágicos dos tropicalistas. Ou apenas nas, talvez ensaiadas, posturas rebeldes de seus membros. Para Carlinhos, o tropicalismo falaria a linguagem – da juventude? do desejo? da contestação às figuras de autoridade? – do seu tempo. Ou, na acepção do cronista: “nossa tempo”. Desse modo, ele diz preferir o português, as expressões em português e, quando muito, por uma questão de solidariedade artística, admitia a língua dos “pobres como nós”. Por isso a preferência dele pelos povos latino-americanos e o espanhol, ao invés do inglês. Provavelmente esse já era Carlinhos do “*soy loco por ti América, soy loco por ti de amores*”, composição de Gilberto Gil e Capinam, gravada por Caetano Veloso e que aparece ao menos em duas ocasiões nas crônicas publicadas em 1968.<sup>15</sup>

A linguagem dos pobres, dos herdeiros da colonização ibérica e de suas contradições e mazelas que são o Brasil e os países latino-americanos, parece para o cronista uma questão antropológica a ser sublimada esteticamente. Para ele, ao fazer de certo modo sua a voz de Caetano Veloso, referenciado na crônica por meio de uma declaração, o Tropicalismo expressaria, por analogia, um Brasil de chita e fuxico. Algo que no misto de vozes Caetano-Carlinhos aparece sob a definição de um “Brasil mais sujo, mais real, um tanto cafona mesmo, uma face real da cultura brasileira”.<sup>16</sup> Ou seja, talvez um país mais próximo ao processo de deglutição realizado pelas culturas populares que reelaboram e ressignificam, a partir de seus espaços geográficos e sociais e das experiências de seus grupos, tudo com o que eles têm contato.

Era este, aparentemente, o propósito do Tropicalismo e com o qual Carlinhos parece concordar: abandonar a reprodução e a cópia em nome de algo mais inventivo, imaginativo e carnavalesco. Era já o tempo de saber alimentar-se por si mesmo, de metaforicamente matar o pai e, na orfandade, inventar um novo jeito de perceber-se e apresentar-se. É nesse sentido que parece apontar os ensejos do cronista em seu afã em defender a relevância do Tropicalismo como movimento cultural e social. Carlinhos faz, assim, frente aos detratores, críticos e todos aqueles que reprovavam a linguagem demasiadamente comercial – ou pop – dos tropicalistas:

---

<sup>15</sup> Nas crônicas: “Sem açúcar e sem afeto” de 9 de fevereiro de 1968 e em “Viva a Rainha” de 22 de setembro de 1968.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O tropicalismo contra os hipócritas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 14 de março de 1968.

Creio que tenho do tropicalismo uma ideia (ou intuição) muito especial, mas raramente tenho acreditado tão firmemente em alguma coisa. Na adolescência, visitando o Convento da Penha, no Espírito Santo, parei na escadaria para contemplar a seguinte cena: a mãe encostada ao muro alimentava o filho. Era um bebê. Desconheço a razão pela qual não estava sendo alimentado a leite. Só sei que a mãe mordia um pedaço de pão, mastigava-o durante algum tempo e depois o pedaço mastigado era transferido para a boca do bebê. Tenho hoje a impressão de que passei (nós passamos?) todo esse tempo engolindo pedaços de pão mastigados por outrem. E sinto que é preciso começar tudo pelo começo (...) O espírito brasileiro, exaurido de tudo aquilo que foi buscar em outros lugares, descobre-se à margem da história. Édipo, em exílio voluntário, além de órfão. E justamente o que eu buscava era isto: exílio.<sup>17</sup>

O que nos é apresentado nestas crônicas são as concepções do cronista acerca da arte e do que seria a arte política e engajada.

Se é preciso fazer arte política para não ser chamado de canalha ou alienado – o que dá no mesmo – estabeleçamos de uma vez por todas, sem constelação possível, que o exílio é o problema político fundamental dos nossos dias. (...) Tropicalismo é amor ao que é popular, e unicamente ao que é popular. Os artistas são chamados a imitar o povo – espelho do qual, por vaidade, até agora se imaginaram espelho.<sup>18</sup>

É certo que o Tropicalismo, sem nos atermos ao que representou e ainda representa praticamente 50 depois de eclodir no cenário brasileiro, emerge nesta dissertação por outras características e não somente pelos seus impactos socioculturais – ou industriais – no período dos militares. Assim, conforme Ana Paula Goulart Ribeiro, “por seu próprio nascimento, de uma não-classificação, o tropicalismo se encontrava sempre nas entrelinhas, nos entre-espacos. Nem direita nem esquerda, mas à esquerda da esquerda, supra-racional”.<sup>19</sup> Embora, um tanto quanto difusa, essa capacidade de ocupar os “entre-espacos” dos tropicalistas apontada pela autora, parece oferecer uma interpretação do porque José Carlos Oliveira se identificou e defendeu o movimento que para ele significava: a “minha revolução, o surrealismo fornecendo com o zen-budismo, uma história da carochinha envolvendo urros e erotismo. Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós!”.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Tropicalismo (II) mergulho na superfície. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 15 de março de 1968.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Tropicalismo (III) por uma nova canção do exílio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 16 de março de 1968.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Ana Paula *et al.* Tropicália: a contracultura na Música Popular Brasileira. In. *9º Encontro Nacional de História da Mídia*, Ouro Preto-MG, 2013, p.12.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A noite é realmente uma criança. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1968.

Carlinhos ao apoiar os tropicalistas, mais uma vez reafirmava o seu papel público de sujeito independente e, sobretudo, contrário aos dogmatismos político-ideológicos que tanto marcaram o espaço artístico/político dos anos 1960. Contudo, se suas críticas, explícitas ou não, ainda que efetivas à ditadura e a direita conservadora que apoiara o golpe e oferecia sustentação social aos governos militares poderiam fazê-lo aos olhos dos leitores e da repressão um esquerdista, logo, ele provocava confusão ao, também, não poupar os comunistas. Isto é, os comunistas considerados por ele oportunistas, aqueles que de certo modo faziam proselitismo, pois embora perseguidos pela ditadura, dominavam a cena cultural e a produção artística, na perspectiva dele.

Tenho horror aos comunistas brasileiros – não os comunistas históricos, mas os oportunistas mais recentes que industrializaram o esquerdismo, transformando-o em mercadoria de fácil assimilação nos lançamentos editoriais, na poesia, no teatro, no cinema, na crítica estética. (...) São arrogantes, mesquinhos, ingratos e burros. Alguns emburrecem no processo de conversão. Rinocerontes. E estão ganhando um bocado com esse procedimento que chamam de comunista, o qual nada mais significa do que a exclusão sistemática de quem quer que não pertença à panelinha.<sup>21</sup>

Desse modo, Oliveira por certo despistava a repressão, mas despertava na esquerda engajada e pouco afeita a (auto)críticas, a oportunidade de considerá-lo reacionário. Aparentemente esse tipo de rótulo ou suspeita que o aproximavam do autoritarismo não incomodava Carlinhos. Acostumado a cultivar uma imagem de pária intelectual, desvinculado de escolas ou grupos de pensamento desde os anos em Vitória, ele reagia publicamente com humor mordaz às tentativas de fixá-lo em um lugar ou de simplesmente atacá-lo. Embora ostentasse publicamente uma segurança pessoal e convicção no seu posicionamento político-ideológico, de acordo com o biógrafo Jason Tércio, o cronista “no íntimo era bastante sensível à opinião alheia, e sofria, pois nunca escrevera (e nunca escreveria) nenhuma palavra de simpatia ao regime militar”.<sup>22</sup> Infiel aos dogmas e aos grupos que se digladiavam naquele momento em torno, especialmente, apenas do capitalismo-comunismo, Carlinhos reiteradas vezes preferiu se colocar como alguém para além das disputas maniqueístas. É isto, por exemplo, que ele faz ao responder à carta da hipotética leitora que o questionava sobre a

---

<sup>21</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Por que a esquerda festiva não toca fogo na bandeira soviética?. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1968.

<sup>22</sup> TERCIO, Jason. *Op. cit.*, 1999, p.184.

opinião dele acerca da composição de Vandrê que perdera para Sabiá de Chico Buarque e Tom Jobim o primeiro lugar no Festival Internacional da Canção.<sup>23</sup>

Em “O mapa da Mina”, publicada em 12 de outubro, Oliveira se diz contra todos os governos e, “inclusive e principalmente o nosso”.<sup>24</sup> Entretanto, o cronista deixa muito claro que ser contra os governos, em especial o ditatorial, significava para ele ser contra todos, em absoluto. (E é ele a enfatizar isso). Não se tratava, portanto, de substituir um governo pelo outro ou um sistema de governança por outro, pois os governos não deveriam cumprir nenhuma função além, ainda de acordo com ele, de garantir o funcionamento de sinais de trânsito. A presidência da república, nesse sentido, não passaria de um cargo de gerenciamento de tráfego ou qualquer outro que garantisse apenas o bem-viver social, sem que houvesse qualquer tipo de atuação supra-pragmática como a criação e o apelo aos símbolos patrióticos, ou a necessidade de discursos dissimulados. Para tanto, não serviriam para Carlinhos nem os governos produzidos no âmbito do sistema capitalista e muito menos aqueles que se colocavam como alternativos a ele por meio do socialismo que, na definição do cronista, é “burocrático, fuzilador” e uma “máfia internacional”.

Como não lhe serve nenhum tipo de governo, Carlinhos afirma estar em “órbita”. É claro que esse tipo de afirmação suscita, ou endossa, uma leitura corrente à época na qual o cronista desponta como um alienado. Porém, acreditamos não se tratar de um atestado de alheamento à realidade histórica – algo que pode ser averiguado e confirmado apenas pela leitura das crônicas deste corpus de análise, por exemplo – mas, de uma admissão que para ele existem outras formas de se existir socialmente. O fato de também se dizer um “pequenino burguês solitário e selvagem” cuja ambição é o isolamento em um convento para libertinos reunidos sob a normativa do somente se falar em “álcool e sexo”, não necessariamente salienta o manifesto desejo do autor de se alienar. Ao contrário. Ao dizer que sonha constantemente com um convento de libertinos – seria uma referência à Escola de Libertinagem do Marquês de Sade? – Carlinhos provoca os conservadores e a própria ditadura que repudiava qualquer alusão ou propaganda de um modo de vida fora dos padrões tradicionais de moral e bons costumes.

Todavia, a esquerda tradicional, a mesma que vaiou Caetano e criticou os tropicalistas, parece indicar o cronista, não percebia nenhuma potência política em “alfinetadas” dessa

---

<sup>23</sup> Ele fez isso em “O mapa da Mina” de 12 de outubro de 1968, conforme visto no capítulo 2, seção 2.3 desta dissertação.

<sup>24</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O mapa da Mina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1968.

natureza. Portanto, uma vez tendo se posicionado, o cronista termina a crônica provocando a leitora. Diante do exposto por ele, cabe a ela escolher pela revolução ou não. Mas, ironicamente, o cronista ainda se diz disposto a avisar Costa e Silva sobre a decisão dela que, uma vez por ser sua amiga, certamente teria permissão consentida para a revolução. Como se pudesse um ditador autorizar uma revolução que lhe custaria o governo e, talvez, a própria vida.

Quanto a mim, sou contra todos os governos, inclusive e principalmente o nosso. Mas o meu ideal não é colocar nada no lugar dele não, é derrubar logo tudo de uma vez. Acho que o governo é um negócio que só deve existir para garantir o funcionamento das luzes vermelha, amarela e verde do trânsito. Um órgão modesto, dedicado aos serviços públicos. O meu Presidente da República seria um cara que evitasse que as pessoas fossem atropeladas, entende? E na minha nação não haveria nada dessas fantasias atuais: bandeiras, canhões, hinos; convescotes cívicos, discursos escritos em entrelinhas. (...) A alternativa que nos oferecem é o socialismo burocrático, fuzilador – essa máfia internacional que todos conhecem. Também não quero isso. Estou em órbita. (...) Mina, eu sou apenas um pequenino burguês solitário e selvagem. Tenho passado a vida tentando criar as condições do meu isolamento; sonho constantemente com um convento para libertinos. Na porta, um letreiro: *Aqui só se fala em sexo e álcool. É proibida a entrada de pessoas de boa família.* Agora, se você quer fazer revolução, pode fazer. Eu aviso ao Costa e Silva que você é minha amiga, e ele certamente dirá assim: 'Bom. Se é amiga do Carlinhos, pode fazer...'<sup>25</sup>

Carlinhos é um performático. Aliás, talvez o próprio ato de escrever com a certeza de que será publicado e de que alguém o lerá seja uma condição indissociável da escrita na contemporaneidade. De todo modo, a escrita do cronista é atravessada por rupturas temáticas, desvios, mas também de desvãos que permitem entrever um indivíduo em constante movimento. Carlinhos emula a própria sinuosidade do sujeito moderno, ou seja, descentralizado e não plenamente consciente de todas as suas ações justamente por ele ser atravessado por devires, verdades, poderes e instituições, por fenômenos que lhes são externos. Nesse sentido, e em consonância com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, reconhecemos no sujeito moderno a incapacidade de “totalizar as experiências que passam por ele mesmo, que o atravessam”<sup>26</sup> Entretanto, por vezes, essa movimentação incessante, esse nomadismo típico de qualquer sujeito moderno, deixa “atrás de si rastros, sinais que, às

---

<sup>25</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O mapa da mina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1968.

<sup>26</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A singularidade: uma construção nos andaimes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, EDUSC, 2007, p. 248.

vezes, convergem para o mesmo lugar, mas que, às vezes, divergem, tornam-se excêntricos, diferenciam-se e singularizam-se, afastando-se do mesmo lugar, do todo, da unidade”.<sup>27</sup>

No caso específico do nosso cronista, ele parece, com alguma regularidade, fazer questão de se (in)definir e de se colocar em entre-lugares, embora isso não represente de nenhuma forma falta de posicionamento. Isto, o colocar-se em entre-lugares, pode ser notado, por exemplo, logo na primeira crônica publicada no ano. Dedicada tematicamente ao Réveillon, Carlinhos se põe a narrar as manifestações religiosas – ou credices – realizadas à beira-mar durante a passagem de ano e que não seriam outra coisa além de expressões sincréticas dos brasileiros. Porém, a crônica parte daí para abordar, na verdade, as experiências sociais, mas também subjetivas, pois elas estão imbricadas, do cronista com esse universo místico.

As questões religiosas parecem ser pessoalmente importantes para Carlinhos que ao longo da vida se distanciou e se aproximou do catolicismo praticante. Primeiro, provavelmente, como um sinal de ruptura com a família e o passado em Vitória, onde estudou em um colégio, senão religioso, ao menos de forte ascendência religiosa (Salesiano). Depois uma volta ao cristianismo, talvez, justificada pelo agravamento do seu estado de saúde a partir da segunda metade dos anos 1970.<sup>28</sup>

Ocorre que aqui, em 1968, ele não parece ser outra coisa além de um agnóstico que vivencia as experiências metafísicas sob a perspectiva de suas ligações sociais, históricas e culturais. Isso seria a tal “superstição filtrada pela inteligência”, por ele apreciada.

Portanto, quando Oliveira fala da relação com Iemanjá, sua madrinha, mas entidade na qual não acredita, o mais relevante não é o arrebatamento do êxtase místico, da possessão dos ritos afro-brasileiros, e sim o vacilar dos sentidos lhe causado pela fome. Não é uma questão religiosa, é socioeconômica. Naquele contexto ceremonial e de fome, Carlinhos diz ter sido iniciado. A sua revelia, portanto. Como, em tese, também seria a sua revelia que fora iniciado no catolicismo. Essas condições o faziam ser “o mais ecumênico dos ateus” e, igualmente, o mais “irreverente”. Prova disso seria o “perdão” recebido de um padre em uma situação nada religiosa, na antevéspera do Ano Novo, mas que lhe provoca a sensação de ter sido perdoado de todos os pecados que eram “muitos, e mortais”.

---

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> O conjunto de diários publicados do cronista sob a organização de Jason Tércio tem passagens emblemáticas sobre o “reencontro” de Carlinhos com o catolicismo já no fim da vida. Cf.: TÉRCIO, Jason. *Diário Selvagem: o Brasil na mira de um escritor atrevido e inconformista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Meia noite, 31 de dezembro de 1967. Rojões. Fogos de artifício. Buzinas. As constelações rodam sobre nossas cabeças, aqui, no Posto 6. Temos seis quilômetros de velas acesas na areia. Estamos cultuando Iemanjá. Minha madrinha Iemanjá. A superstição filtrada pela inteligência, essa eu aprecio. Jamais acreditei em Iemanjá, mas ela sempre acreditou em mim. Iemanjá ou Nossa Senhora – qualquer nome para uma certa doçura original, a matriz. Há muitos e muitos anos, fui a um terreiro de macumba como cicerone de um grupo de jornalistas franceses. Eu era um garoto à mercê de todas as iniciações. Ali, no meio da cerimônia bárbara, empolgado pelo baticum dos tambores, eu, que não comia nos últimos dois ou três dias, comecei a balançar. Balançava para a frente, para trás. Iemanjá me forçava a ser pêndulo. Então me ajoelhei e me batizaram. Cristão, católico apostólico romano, pagão, filho de Iemanjá. Sou o mais ecumênico dos ateus. E também o mais irreverente. Na tarde de 30 de dezembro, na Avenida Rio Branco, debaixo da chuva de papel picado, disputei um táxi com mais de vinte pessoas e ganhei a parada. Entrei antes que o passageiro descesse. E fui dizendo: ‘Perdão’. ‘Não há nada a perdoar’, disse ele. Ora, era um padre. E eu então segui para a Zona Sul com a sensação de ter sido perdoado de todos os meus pecados. Que são muitos, e mortais. (...) E a outra? A outra amiga cismou com as *Confissões de Santo Agostinho*. Queria ler as confissões. Dois exemplares chegaram lá ao mesmo tempo. Dei uma olhada na página em que Santo Agostinho, fazendo o inventário da sua perdição, chora uma tempestade de lágrimas. (...) Então, à meia-noite, sob as constelações que rangem, envolvido pela crença, cercado de velas que queimam para Iemanjá, uma pequena tempestade de lágrimas me sacudiu. Iemanjá, Iemanjá! Me deixa em paz! Volta para o fundo das águas! Fugi. E pensava: ‘Desta vez, o tempo passou na janela e até Carolina viu’.<sup>29</sup>

E, eis no final dessa crônica mais uma vez a indefinição do cronista. Quando se tratava da experiência dele com os fenômenos religiosos, até este final, ela era tratada como acidental, ocasional e pouco motivada por fatores, de fato, religiosos ou de fé. Mas o final indica que o cronista, naquele cenário de culto, “envolvido pela crença” dos outros, também foi arrebatado pela emoção, porém, mais uma vez, não se tratava de um acontecimento espiritual. Na nossa perspectiva, Iemanjá que é exortada a deixá-lo em paz pode ser um símbolo para as angústias, medos, anseios, memórias do passado e o passar avassalador do tempo. Motivos que o fizeram fugir, talvez, de si mesmo. Era isto que Carolina, uma referência à personagem da canção de Chico Buarque de Holanda, não deixara de ver. Nem ela, que se recusava a ver a esperança e a vida que insiste e resiste, poderia deixar de notar a passagem do tempo, embora de acordo com a letra da canção “O tempo passou na janela/ Só Carolina não viu”<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Até Carolina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1968.

<sup>30</sup> “Carolina” foi apresentada ao grande público pela primeira vez nas vozes de Cynara e Cybele em 1967, no II Festival Internacional da Canção Popular, concurso no qual a canção ficou em 3º lugar. Ela foi posteriormente gravada por Chico Buarque em 1968, no disco Chico Buarque de Hollanda vol.3.

Há, nas crônicas de Carlinhos, naquelas em que ele exercita um eu lírico mais ostensivo, algumas regularidades. É possível notar no cronista, ainda que de modo subjacente, a constante manifestação de sentimentos relacionados a uma espécie de angústia que se desdobra em uma incredulidade em relação a si mesmo e seus contemporâneos. Este sentimento pode ser notado em crônica na qual ele diz estar em um ônibus enquanto planeja pintar um quadro, aquilo que seria o seu terceiro quadro, especificamente. Em meio a avaliações acerca da sua existência, o cronista, então, se manifesta sobre a temática que em 1968 provocava, conforme vimos no capítulo 2 desta dissertação, paixões e, de acordo com ele, preocupação e raiva: a guerra do Vietnã.

No entanto, diferentemente de outras crônicas escritas por Oliveira sobre a guerra travada na Ásia, esta é flagrantemente mais emotiva. Ela não é emotiva apenas pelo conteúdo, mas pela sua estrutura discursiva. As frases são curtas, categóricas, e o ritmo da narrativa suscita, talvez por isso mesmo, uma velocidade vertiginosa que evoca a raiva presente nos campos de batalha e a raiva contra ela, da qual o cronista, ao pintar, extrai sensualidade ao estetizar a barbárie convertida em tinta vermelho-sangue. O mais importante, entretanto, está na necessidade do cronista se definir como um covarde que tem medo de si mesmo, portanto, do que poderia fazer e, sobretudo, do que não deixará de fazer. Daí a comparação com o pintor francês do fim do século XIX, Paul Gauguin. Gauguin, após viajar o mundo se refugiou em um paraíso tropical disposto a viver uma vida distante do intenso cenário artístico dos seus contemporâneos. Exilou-se para vivenciar o primitivismo cordial e quente, embora não tenha deixado de representar esse paraíso de uma perspectiva estrangeira e carregada de exotismo sensual.

Para Carlinhos, em contraste a esse coração no qual repousaria Gauguin, e o desejo de partir, existem a razão e o intelecto que impedem o cronista de transformar-se em um inocente. Este é o medíocre: o racional e covarde que escolheu viver uma vida de pequeno burguês conformista.

Sou um covarde: tenho medo de mim mesmo. No fundo do meu coração dorme Gauguin, o fugitivo, o liberado, o inocente, o doido. Mas o meu ser medíocre está bem acordado, eu me conheço, eu não presto. A vida que escolhi acabou me escolhendo. Portanto eu delibero um terceiro quadro. Na minha cabeça só há uma preocupação: o Vietnã. Preocupação que é também uma raiva. Estou em Copacabana e a minha cabeça grita: *yankee, go home!* Americanos, vão-se embora da minha cabeça! Não suporto mais essa guerra, essa carnificina em que a necessidade concreta luta contra uma abstração pretensiosa. Na tela: a mão negra com unhas verdes e amarelas. A bandeira dos Estados Unidos. Dois *marines* ao pé do quadro. Sangue no uniforme dos *marines*. Sangue na bandeira americana. Sangue por todo lado. Vermelho-

sangue. Vermelho-Vietnã. Um olho ensanguentado me contempla, forma deliberadamente bonita, um ornamento. Uma jóia de olho ensanguentado. Dou-me o luxo de pensar uma guerra com o que há de mais sensual na minha inteligência. Sem nenhum valor artístico, o meu quadro tem, entretanto, a minha emoção, o meu modo de sentir uma guerra na qual estou morrendo. Escrevo dois palavrões ao acaso, na tela, e dou-me por satisfeito. Vinguei-me. Minha raiva ainda está madura dentro de mim, mas agora eu sou dono dela. Considero com raiva a minha raiva; afeição-me a ela.<sup>31</sup>

Ao trafegar por diversas temáticas em sua escrita, o que abrange um amplo panorama que captura acontecimentos políticos, culturais, comportamentais e artísticos, essa subjetividade que fala, em geral, é portadora de resíduos que interpretamos como indicativas de um permanente mal estar. Quando nos referimos a esse sentimento preponderante pensamos em algo que ocorre, no caso de Carlinhos, a partir de duas esferas, dentre tantas outras possíveis, que se conformam, se abrigam, se imiscuem e compõem a subjetividade do cronista.

Umas delas têm raízes no campo do social, pode ser objetivada e nos conduz a uma realidade histórica de uma sociedade calcada em desigualdades típicas de uma nação situada na periferia do sistema capitalista. Carlinhos nasceu em uma família de trabalhadores assalariados, na periferia de uma cidade, até então, também periférica. A contradição que o gerou como homem das letras – lembramos que provavelmente até meados do século XX eram raros os intelectuais cujas origens sociais não fossem nas elites econômicas – em um meio aparentemente adverso a isso, parece impulsioná-lo, seja pela negação desse passado ou na tentativa de superá-lo. As marcas dessa origem pouco nobre vez ou outra emergem por meio de críticas ao capitalismo, ou em autocríticas, como nessa em que escancara a sua incapacidade em romper consigo mesmo e tornar-se aquém do sistema que arduamente conseguira acessar, mesmo como penetra. Nesse sentido, o cronista é um ressentido.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O artista amador. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1968.

<sup>32</sup> Considerar Carlinhos Oliveira um ressentido, nesse caso, passa por uma talvez compreensão fenomenológica do seu eu discursivo. De todo modo, ele seria um ressentido à medida que atribui os seus fracassos ou o seu não reconhecimento como romancista somente a uma sociedade de medíocres que tenta castrar sua voz criadora. “o homem do ressentimento, incapaz de se responsabilizar por seus próprios atos, atribui a culpa de seu infortúnio ao outro. O ressentido é fiel a si mesmo, fiel ao seu sofrimento, a sua dor. No ressentimento há a formação de um conformismo entre o individualismo e as exigências do narcisismo. O ressentido precisa do outro para atribuir a ele seus fracassos”. Nesse sentido, o ressentido é “aquele que cedeu de seu desejo, ou felicidade. No ressentimento, a mágoa não acaba, está no mesmo lugar da defesa narcísica”. CUNHA, Rodrigo de Moura. Memória dos ressentimentos: a luta armada através do cinema brasileiro dos anos 1980 e 1990. *Dissertação de Mestrado em História*. PUC-RIO, 2006, p.35. Exemplo, aliás, desse possível ressentimento nutrido por Carlinhos está na declaração dele ao Pasquim em 1976. Quando questionado sobre as expectativas que se tinha desde o início dos anos 60 de que ele escreveria o grande romance, mas que até aquele momento não se efetivara, o cronista respondeu: “Sou um amargurado porque sou singular. Ninguém me comprehende. Se eu

O outro mal estar tem relações mais psicológicas. Poderíamos tentar aqui tecer uma série de análises sobre o perfil psicológico de Carlinhos, mas esse não é o caso e muito menos nossa intenção. Mas é certo que também não podemos deixar de salientar que o cronista, a *persona* que aparece nas crônicas, apresenta, entre tantas outras, ser particularmente abalada pelo passar incontornável do tempo. Isto é, a dimensão temporal e como ela compõe a trama existencial de qualquer sujeito – uma vez que é no tempo que as ações se concretizam e é por meio do tempo que a memória social ou individual é elaborada –, é fonte de preocupação do cronista. Para ele, o tempo cronológico é a fonte de sua inadequação social. Carlinhos parece, então, sentir-se em franco desacordo, ou vivendo em contínuo descompasso com sua geração.<sup>33</sup>

O descompasso e a angústia relacionada a ele são expressas, por exemplo, na crônica intitulada “Melancolia no táxi”, publicada em 7 de maio, na qual o cronista narra o seu encontro com um amigo de juventude. Elaborada como um diálogo, tematicamente a crônica analisa sutilmente a passagem do tempo e os efeitos dele sobre as pessoas, ou melhor, especificamente sobre os dois interlocutores, que ao recorrerem às suas memórias tentam projetar/compreender suas vidas no presente. Nesse sentido, as considerações de Carlinhos – e pesamos em nossa análise que tanto ele, personagem, quanto Cícero, certamente também personagem, compõem manifestações de uma mesma subjetividade criadora – são emblemáticas sobre como o autor percebe a sua geração.

Carlinhos começa o diálogo questionando se Cícero se lembrava do tempo em que eles tinham 17 anos e mandavam “brasa num congresso de estudantes em Belo Horizonte”. Ao que Cícero prontamente responde, “mas nós éramos meio bobocas, não acha? Os jovens de hoje são muito melhores, mais sérios, mais lúcidos...” Pois é a essa questão, convenientemente seguida de uma explicação, que provoca em Carlinhos a análise da sua juventude e a de 1968. Uma análise, claro, construída sobre as diferenças.

Assim, ele diz se sentir como que “ensanduichado” entre duas gerações, a saber, a dos jovens e a dos velhos – importante ressaltar que neste momento o cronista tinha 34 anos. Enquanto, os jovens lutavam por expandir os limites, Cícero estava preocupado em ganhar

---

escrever um romance josta [sic] com 400 páginas, acreditam que sou romancista. Mas se eu fizer meu romance em fragmentos, não acreditam. O brasileiro só acredita em volume”. PASQUIM, *op. cit.*, p.24.

<sup>33</sup> Em contrapartida, como visto no subcapítulo 1.3 em que abordarmos, por meio das crônicas de Carlinhos, a juventude e o movimento estudantil como um espectro de 1968, fica patente a identificação do autor com esses jovens. Para ele, aquela geração era movida pelo desejo de transformar a sociedade ao transpor fronteiras morais e subverter a ordem imposta pela tradição. Nesse processo de identificação, talvez, o autor tenha projetado sobre os jovens de 68 suas ambições, o que contribuiu para que ele fosse um entusiasta desse grupo.

dinheiro para criar os filhos e conseguir se aposentar aos quarenta anos de idade, o que revela as ambições mesquinhas e individualista de uma geração que tinha se acostumado a trabalhar em dobro, mas que não tinha se realizado pessoalmente, embora provavelmente o fosse profissionalmente. Muitos desses que não se realizaram, e possivelmente Carlinhos se sentia um membro desse grupo, buscaram abrigo naquilo que o cronista define como as “três evasões: mulher, uísque e boate; uísque, boate e mulher”. Desse modo,

- (...) Os romances, os poemas, os contos, os filmes, as revoluções, a glória e o cinturão de ouro estão à espera da nova geração... Só uma coisa nos consola: vivemos ferozmente sós, contra tudo e contra todos, aderindo apenas aos nossos vícios, uma greve desconsolada e incompreendida, semelhante ao comportamento do artista da fome, de Kafka... ‘Não me arrependo’: eis a nossa divisa. Não me arrependo do que não fiz ontem, não me arrependo do que não vou fazer amanhã. Foram muitos aqueles que aderiram a uma fé, mas eu prefiro os que não quiseram nada com coisa alguma...

- E o pior é que ainda temos muitos anos para envelhecer... Somos estimados, não é?... Somos, inclusive, invejados...

- Vivemos uma vida de príncipe destronados... Como Carlitos: na extrema miséria, mas com o chapéu-coco, a bengala e o cravo murcho na lapela murcha...

- Só nós não vivemos na extrema miséria...

- Nem somos solidários com o lirismo daqueles que naufragam...

- Nem renunciamos ao nosso egoísmo, essa couraça que nos defende de um dragão que não existe...

- É melancólico, meu caro, é melancólico... Mas agora vamos cuidar da vida... *Ciao...*<sup>34</sup>

Tendo permanecido naquelas três “evasões”, as grandes causas, as obras artísticas e as revoluções encontravam-se por se fazer e por serem feitas pelos jovens de 1968, uma vez que a geração de Carlinhos não as tinham realizado. Embora o cronista afirme não ter se arrependido do que ele e/ou a sua geração deixara de fazer e do que provavelmente não fariam, o fato dele não ter aderido a nenhuma fé, algo para além da prática religiosa, preferindo “nada com coisa alguma” é o sinal da sua angústia. Angústia que progredia à medida que ainda existia a possibilidade de uma velhice cultivada sob a estima e a inveja. Estima e inveja projetadas sobre sujeitos que não possuíam motivos para que elas existissem, pois viviam na extrema miséria de ideais, apesar de não estarem economicamente miseráveis. A Carlinhos/Cícero só restava o egoísmo a protegê-los de perigos irreais e a opção por abandonar aqueles que afundavam por justamente não estarem igualmente encouraçados. Nada mais melancólico.

---

<sup>34</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Melancolia no táxi. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1968.

Estruturada como um diálogo, “Melancolia no táxi” nos lembra os recursos pelos quais o cronista lança mão para aproximar o texto escrito e impresso da oralidade. Ao imprimir um tom coloquial em uma narrativa curta como a crônica, ele potencializa a capacidade de alcance e de circulação de sua mensagem. Essa escolha – se é que ela é de fato consciente – não significa, contudo, que a escrita da crônica seja displicente, ao contrário, pois reforça o seu status de produto de uma elaboração estética. Isso porque não há ali uma transposição do real, do que de fato ocorreu, mas uma representação o que reforça a tese na qual em uma narrativa, fictícia ou não, o “real não é meramente copiado, mas recriado”. Por meio do dialogismo o cronista insere temáticas que facilmente estariam “em nossas conversas diárias e em nossas reflexões, quando também conversamos com um interlocutor que nada mais é do que nosso outro lado, nossa outra metade, sempre numa determinada circunstância”.<sup>35</sup> Mas, ainda conforme Jorge de Sá,

não ‘circunstância’ naquele sentido de um escritor que, embora não seja jornalista, precisa sobreviver – e ganha dinheiro publicando crônicas em jornais e revistas: o termo assume aqui o sentido específico de pequeno acontecimento do dia-a-dia, que poderia passar despercebido ou relegado à marginalidade por ser considerado insignificante. Com o seu toque de lirismo reflexivo, o cronista capta esse instante brevíssimo que também faz parte da condição humana e lhe confere (ou lhe devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples situação no diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias.<sup>36</sup>

Um diálogo constante que desvela nossas dores e alegrias, esse é o contrato tácito firmado entre o cronista e os seus leitores idealizados e efetivos. Essa talvez seja uma das mais importantes características da crônica e em Carlinhos Oliveira ela se faz presente, sobretudo, quando ele adota um tom confessional.<sup>37</sup>

Este é o caso de “Noite em lágrimas”, publicada em 7 de setembro, provavelmente a crônica mais lírica publicada pelo autor em 1968. Escrita na primeira pessoa do singular, o que potencializa a sensação de se tratar de fato de José Carlos Oliveira, o nome que encima a

---

<sup>35</sup> SÁ, Jorge. *op. cit.*, p.11.

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> De acordo com Foucault, “a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; em fim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação”. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Ed. 13. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 61

coluna mantida no *JB*, a crônica só se diferencia das outras, em geral também escritas em uma primeira pessoa que demarca um espaço biográfico no tempo, pelo intimismo da situação narrada. Intimismo que expõe nada além de uma subjetividade desolada, solitária, angustiada e frágil. Características e estado emocional que na maioria das crônicas, quando aparecem, estão diluídas e/ou camufladas pela ação de um solvente como a ironia.

Desse modo, em “Noite em lágrimas”, somos apresentados à humanidade de Carlinhos, alguém capaz de chorar a noite por motivos que magoam os homens. A angústia descrita por ele ganha conotações que podem ser interpretadas à luz da tomada de consciência de si e do mundo descrita pelo existencialismo sartreano. No entanto, há outros elementos importantes e que precisam ser considerados. O cronista faz questão, talvez ainda na tentativa de se humanizar para o público leitor, de ressaltar que ele muitas vezes teria oferecido o seu sofrimento em espetáculo, ao escrever e publicar crônicas em um veículo como o jornal. Mas outras tantas vezes ele teria se calado e trabalhado “duramente” – o adjetivo superlativo certamente não é gratuito – a fim de produzir algo que não estivesse “contaminado” por sentimentalismo. Entretanto, apesar de agir assim, “a nossa inimiga estava à espreita”, afirma o cronista.

Para que não pensem que deixei de ser indivíduo, mostrei-me a chorar na noite, eu, por causa das coisas que magoam o homem. Estão fora de moda as crises de misticismo e a angústia ante o sofrimento dos homens; e no entanto eu chorava na noite, ainda ontem. Meditava sobre a quantidade de tempo que o mundo nos obriga a perder, desorientando nossa solidão, criando confusões inteligíveis no meio da confusão ininteligível, orientando nossa solidão para um amplexo no qual o destino de cada um não tem importância. Muitas vezes ofereci o meu sofrimento em espetáculo, mas muitas vezes, igualmente, estrangulei o meu coração e trabalhei duramente, como qualquer operário. Mas a nossa inimiga estava à espreita, ela me piscou um olho engasgado numa pálpebra roxa. Nos aparelhos de raio-X ela podia ser vista, a roxa. E eu me perguntava: ainda tenho que sofrer por mim, não basta sofrer por nós? Eu também terei que viver (morrer) essa experiência? Eu também nada poderei fazer contra a azulada, a anticerúlea, o azul machucado? Em que ombro serei então amparado? O certo é que não me deixarão afogar essa angústia em álcool e me largarão a sós com essa descriatura. E a descriatura me descriará, assim como a esponja apaga um nome – José Carlos Oliveira? – num quadro-negro. Estava ali escrito e todo mundo lia; não está mais. Hoje vai continuar a tristeza, estou certo. E amanhã, e depois. Nunca fui da tristeza. Penso que mereço uma dose de uísque, eu, uma dose dupla, o homem de coração pequenino, o incansável, meticuloso administrador da melancolia, ele bem merece uma dose dupla de uísque. Minha noite começou ao meio-dia; é a minha vingança: o tempo me estraga, é verdade, mas eu também estrago o tempo. Quando andava ao longo do mar eu me encontrava comigo. Íamos, o mar e eu, sob a chuva. Nunca vi um mar que não estivesse sob a chuva, bem como os seus navios que avançam balouçantes para além do horizonte. Sou assim. Eu. Balouçante. Nós é uma

outra pessoa, na qual eu me refugio quando estou alegre. A confusão ininteligível e fico assombrado com a quantidade de tempo que nos é dado perder. E sofro, e choro na noite; tendo por companheira uma boa dose de uísque, por mim e por nós, pelas coisas que nos magoam, pelo olho zombeteiro dentro da pálpebra de um azul machucadíssimo.<sup>38</sup>

Mas, se em algumas crônicas, Carlinhos chegou a exercitar uma espécie de escrita de si, o que de modo algum o exime de ter convertido sua própria existência em matéria ficcional; em outras, como na série dedicada à visita da Rainha da Inglaterra e a recepção oferecida a ela no Rio de Janeiro, ele construiu uma narrativa abertamente autoficcional. Portanto, crônicas nas quais Carlinhos Oliveira se manifesta como autor, narrador e objeto do discurso em uma construção narrativa na qual se narra na terceira pessoa.<sup>39</sup>

Para nós, então, a imagem construída de si mesmo que emerge desta série escrita por Carlinhos Oliveira é de um cronista que vive como pária social, uma figura menor e pouco reconhecida, isto é, como pensava que deveria. E, ao contrário de José Irmo Goring, para quem destas crônicas só “se depreendem elementos autobiográficos se o leitor já conhece fatos da vida do autor, como sua origem humilde, sua condição de recalcado socialmente”<sup>40</sup>, não consideramos que o desconhecimento prévio da vida biográfica de Oliveira oblitere os (res)sentimentos encarnados pela personagem. Sobretudo, porque temos em mente que o cronista não faz outra coisa além de performance e que estas “ficções de si constituem-se como narrativas híbridas, ambivalentes, pois têm como referente o autor, mas não como pessoa biográfica, e sim o autor como personagem construído discursivamente”.<sup>41</sup>

### 3.1.2 – Carlinhos Oliveira e a autoficção

“Quinta-feira, 7 de novembro. Carlinhos Oliveira acordou bem-disposto, coisa que lhe acontece frequentemente, seja qual for a quantidade de álcool ingerida na véspera”. Assim começa a crônica intitulada “Três dias na vida de Carlinhos Oliveira”, publicada em uma terça-feira, 12 de novembro de 1968, e a primeira de seis crônicas em que Oliveira se propõe

---

<sup>38</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Noite em lágrimas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1968.

<sup>39</sup> No entanto, lembramos que o termo autoficção “enquanto ficcionalização de fatos e acontecimentos absolutamente reais é uma palavra que entrou na moda, sendo usada muitas vezes de maneira indiscriminada. Para que haja autoficção, é preciso que os nomes de autor, narrador e personagem sejam idênticos, ou seja, o autor deve assumir esse risco”. AZEVEDO, Cláudia Chalita de. Eu só posso escrever sobre “mim” mesmo. In: *Outra Travessia* – Revista da Pós-Graduação em Literatura UFSC, nº 14. Florianópolis, 2012, pp 163-164.

<sup>40</sup> GONRING, José Irmo. A crônica e a escrita de si: Duas tentativas de um (des)acerto. *REEL* – Revista Eletrônica de Estudos Literários. Vitória/ES, ano 10, n.14, 2014, p. 11.

<sup>41</sup> AZEVEDO, Cláudia Chalita de. *op. cit.*, p. 166.

a narrar suas vivências de três dias. De acordo com o narrador, enquanto Carlinhos escovava os dentes “que um dentista espera há cerca de dois anos”, pôs-se a examinar a própria fisionomia: barba ruiva e desgrenhada, olhos vermelhos e uma progressiva calvície que lhe conferia uma aparência de muito mais velho do que realmente era. Um “homenzinho magro”, cujo aspecto físico reafirma a imagem romântica que temos de artistas geniais, mas mal sucedidos, que se deixam submergir em copos de álcool enquanto tragam compulsivamente cigarros como se ao transmutar tabaco em fumaça, os problemas, geralmente, amorosos e financeiros, sublimassem.

A descrição física realizada pelo narrador da personagem constrói um *ethos* de Carlinhos, e do seu cotidiano, desprovido de glamour, embora ela reforce a aura de escritor maldito. No entanto, Carlinhos estava em ascensão social e assim a personagem descreveu sua trajetória profissional: “De repórter passara a cronista, de cronista a escritor, e de escritor a personalidade ou celebridade”. Tal ascensão significaria, sobretudo, que ele poderia “finalmente dar-se ao luxo de ser ele mesmo, em qualquer lugar ou circunstância”. Para “completar sua existência faltava agora apenas um degrau – o tempo, a conquista do tempo integral para si mesmo e para as páginas em branco que se agitavam em seu espírito desde os nove anos de idade”. Carlinhos sonhava em ser romancista. Ele sonhava em ser José Carlos Oliveira, seu nome de “literato” predestinado a escrever o grande romance de sua geração. Porém, para isso, era necessário um tempo de dedicação e disciplina que ainda não conseguira.

Ainda que desejasse, a conquista do tempo não parece ser a prioridade para a personagem. Nos planos de Carlinhos, “o mais importante e urgente era conduzir às últimas consequências o fato (incontestável) de ser uma celebridade no Rio de Janeiro”, e não apenas ali onde morava, na Zona Sul carioca. Para alguém que tinha (ou queria ter) conquistado a possibilidade de ser quem se era, Carlinhos se encontrava preso à necessidade de se fazer uma celebridade em todo o universo carioca.

Na verdade Carlinhos não se realizara como artista de sucesso e de plena independência financeira como dera a entender antes. Aliás, ele não desejava apenas ser um escritor reconhecido, mas uma celebridade, status social que transcende o lugar de fala e, consequentemente, de recepção de um romancista, por mais sucesso em vendas e críticas que ele angarie ao longo da carreira nas letras.

Sobre a intenção de ser uma celebridade, Carlinhos chegara mesmo a manifestar esse desejo a “Chico Buarque de Holanda, na varanda do Antonio’s e recebera em troca esta

síntese: ‘Você’, disse Chico, ‘está disposto a entrar na roda-viva’. Era a pura verdade”. Carlinhos ouve isso de quem, em 1968, já era uma figura pública que despertava amores e ódio, em especial, por parte dos militares e “simpatizantes”. Ademais, lembremos que este mesmo ano de 1968 marca a estreia de *Roda Viva* a primeira peça escrita por Chico e dirigida por José Celso Martinez Corrêa.<sup>42</sup> O “espetáculo demolia o *star system* da época e criticava duramente o artista que vendia a alma em troca da fama”<sup>43</sup> e fazia isso ao narrar “a ascensão e a queda de um cantor popular que ingressa no mundo da fama”<sup>44</sup> ao se submeter à indústria televisiva que o usa para depois descartá-lo. À luz desse enredo, a resposta de Chico ao desejo de Carlinhos em se tornar celebridade não deixa de ser emblemática.

A despeito dos riscos de chamar a atenção para si e, consequentemente, para suas opiniões que necessariamente passariam a ser vigiadas mais de perto pelos órgãos de repressão e de informações da ditadura, o narrador continua a nos dizer que Carlinhos fora convidado e aceitou participar do programa do Chacrinha, sem dúvidas, um dos mais populares a época. Ao vincular sua imagem em um espaço que alcançava mais pessoas do que jamais conseguiria com uma coluna em um jornal, ainda que fosse o *Jornal do Brasil*, o mais influente impresso do país no período, Carlinhos antevia a possibilidade de ocupar o desejado posto de celebridade. Afinal, participar do programa do Chacrinha era a oportunidade do cronista “projetar a sua imagem em todas as mentes, de tal modo que no ano seguinte o aceitassem em si mesmo, tal como nós aceitamos a onipresença da Coca-Cola”. Carlinhos, confidencia o narrador, ambicionava ao ascender ao panteão das celebridades nacionais ser uma marca “da mesma forma como Chacrinha é Chacrinha, Ibrahim Sued é Ibrahim Sued e assim por diante. Queria, em suma, alcançar o direito de dizer: ‘Profissão – Carlinhos Oliveira’”. Portanto, não o interessava ser identificado como cronista, jornalista, ou escritor, mas ser Carlinhos Oliveira, um nome que remeteria, quase obrigatoriamente, a um modo de vida, de existência e de permanência.

---

<sup>42</sup> O espetáculo *Roda Viva* foi atacado por duas vezes em 1968. No primeiro, ocorrido em julho na cidade de São Paulo, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e policiais invadiram o Teatro Galpão, espancaram artistas e público, além de destruir o cenário e figurino. Soube-se depois que eles teriam confundido a peça com outro espetáculo de nome *Feira paulista de opinião* que também estava em cartaz no mesmo teatro. O segundo ataque, ocorrido em outubro e em Porto Alegre resultou, igualmente, em atores, equipe do espetáculo e público espancados. Nessa ocasião ainda se registrou o sequestro da atriz Elizabeth Gasper e do músico Zelão que foram soltos após uma sessão de ameaças e sob a ordem de deixarem Porto Alegre naquele mesmo dia. *Roda Viva* foi proibida pela Censura ainda em 1968.

<sup>43</sup> ZAPPA; SOTO, *op. cit.*, p.24

<sup>44</sup> CARVALHO, Jacques Elias. *Roda Viva* (1968) de Chico Buarque: A dramaturgia e a cena teatral sob a ótica da crítica especializada. In. *Fênix– Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 1, ano 1. Uberlândia, 2004, p.2

Contudo, na incapacidade de planejar inteiramente o seu futuro como celebridade, Carlinhos passa a planejar o dia que tem pela frente. Ele pegaria um táxi até a Rua Sete de Setembro e, de lá, tomaria um café no Palheta, escreveria uma crônica na redação do Jornal do Brasil e almoçaria no Escondidinho. Feito isso, continua a conjecturar, ele ainda optará entre ir aos compromissos profissionais ou ao bar Antonio's. Ficará com o bar. À noite, no Antonio's, como de hábito, (uma quinta como qualquer outra), se postará em frente “a sua dose de uísque, a sua descomunal preguiça, a saudade de um futuro inalcançável, feito de silêncio e tempo integral”. Frente ao uísque sonhará com um futuro em um “convento a céu aberto em que vivem os artistas dos países adiantados, e no qual nenhum escritor brasileiro, a não ser Jorge Amado, teve a ventura de entrar”.<sup>45</sup>

Assim, se estruturariam as ações do cronista naquela quinta-feira, caso esse fosse um dia ordinário. Porém, as coisas não ocorreram como o planejado, pois Carlinhos, conforme a crônica “O convite”, publicada no dia 13 de novembro, abriu durante o almoço no Escondidinho um envelope “dele retirando um cartão com as bordas douradas. Estava escrito em inglês: era um convite de Embaixada Britânica para a recepção que Elisabeth II ofereceria na noite de sábado”. Impactado pelo convite, Carlinhos anunciou “em voz triunfante” aos presentes no bar: “- Pessoal! Estou frito. A Rainha me convidou!”.

O inesperado – talvez para Carlinhos, mas provável de ser realizado se pensarmos no espaço de relativo destaque que ele ocupava nas páginas do *JB* – convite causou em Carlinhos os sentimentos de vaidade, mas também de medo. Até aquele momento as relações dele com a Embaixada Britânica “consistiam num flerte à distância”. Distância, por sinal, mantida por ele mesmo, conforme o narrador, ao obedecer “à sua irresistível incapacidade de subir na vida”.

A falta de destreza do cronista em ascender socialmente é, então, ilustrada, ou melhor, justificada pelo narrador ao trazer à baila ocasião na qual Carlinhos teria sido “apresentado ao Presidente Costa e Silva, cuja majestade descreveria no dia seguinte. O Presidente ficou feliz com o inesperado retrato”.

A existência material dessa crônica-retrato sobre Costa e Silva nos é desconhecida e mesmo duvidosa. De todo modo, real ou não, ela interfere pouco na construção da imagem de Carlinhos realizada pelo narrador. Mas, ainda de acordo com a narrativa, o ocorrido motivou certo jornalista a assegurar que Carlinhos poderia, se continuasse a aproximar-se “por palavras e atos” do Presidente, “ser adido cultural em Paris ou Londres, à sua escolha”.

---

<sup>45</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Três dias na vida de Carlinhos Oliveira. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1968.

Carlinhos, no entanto, ao invés de continuar a corte ao chefe do executivo, como seria de supor que fizesse alguém com a intenção de “subir na vida”, “voltou à cena com um segundo artigo, no qual fazia de si mesmo um retrato lamentável, exagerando a sua intimidade com o álcool e proclamando a sua condição de marginal”. Ora, ninguém que se retratasse de tal modo, em um governo abertamente defensor da moralização dos hábitos e costumes como foram os governos militares, poderia ambicionar um lugar ao sol no Brasil e, tampouco, como representante dele no exterior. Carlinhos, ao proceder tão infantil e irresponsavelmente sobre o seu futuro, pondera o narrador, comprovava que lhe faltava à capacidade de aproveitar as boas oportunidades o que, por sinal, denunciava-lhe também certo “comportamento masoquista”.

Mas a roda da Fortuna não cessa e, em seguida ao deslize que teria afetado a sua imagem com Costa e Silva, Carlinhos escreveu uma carta pública endereçada à Rainha da Inglaterra na qual agradecia à soberana pela presença da Embaixatriz Britânica Georgiana Russell no Rio de Janeiro. “A carta foi transcrita, em parte, em diversos jornais da Grã-Bretanha, e o retrato de Georgiana correu o mundo: uma imprudente e feliz molecagem de Carlinhos tornara-a conhecida internacionalmente como a ‘namorada do Rio de Janeiro’”. A carta motivou os embaixadores a convidá-lo nos meses seguintes a diversas recepções oferecidas na Embaixada, mas ele, incapaz de subir na vida que era, “não compareceu a nenhuma destas e nem se deu o trabalho de avisar que não ia”. Portanto, sentencia o narrador, naquela quinta-feira, 7 de novembro de 1968, Carlinhos conjecturava que correria definitivamente o risco de estabelecer “uma reputação de selvagem. Para tanto bastava ignorar o convite recebido: o Embaixador e Lady Russell nunca mais se atreveriam a ser gentis com uma pessoa de atitudes pouco civilizadas”. Mas, como resultado daquela tarde em que ele comia “frango ao molho pardo seguido de três cálices de Stregga” e “da sua inclinação pelas coisas boas da vida, erguendo um brinde à tarde ensolarada, ele disse: ‘Irei ao encontro da Rainha’”.<sup>46</sup>

“Sexta-feira, 8 de novembro”, o narrador nos coloca, mais uma vez, ao encalço de Carlinhos. Desta vez a personagem está em busca de vestimentas adequadas para comparecer à recepção da Rainha. Ele passa por uma casa de aluguel de trajes onde é atendido por um homem “coxo” que após observá-lo e escolher as peças com maestria, motiva o cronista a comentar: “Mas que olho você tem”. Ao que o homem coxo, orgulhosamente, respondeu: “Se eu não soubesse trabalhar, o patrão me mandaria embora”. Da loja, “Casa Rolas”, Carlinhos

---

<sup>46</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O convite. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 13 de novembro de 1968.

levou casaca, camisa, gravata, colarinho e a calça. Pagou o aluguel pelo conjunto e “quarenta minutos depois” ele já se encontrava no Antonio’s. No bar ele perguntou quem dos presentes calçava sapatos trinta e nove. “– Eu calço – respondeu Newton Torres Homem, que trabalha na TV Globo e anda sempre elegante. – Pois então você vai emprestar um par de sapatos de verniz – declarou Carlinhos. – Não posso ir ver a Rainha com sapatos mocassim”.<sup>47</sup>

Desta série de crônicas sobre Carlinhos Oliveira e seu comparecimento à recepção oferecida à Rainha Elisabeth, a sexta-feira, véspera da festa na embaixada, é o dia sobre o qual temos menos elementos. Ao contrário da quinta-feira, como se viu, e do sábado, à sexta, véspera do grande evento, é dedicada apenas uma crônica: “A casaca”. Publicada na quinta-feira, dia 14 de novembro, essa crônica, embora pequena, é das mais interessantes da série porque nos mostra as possíveis relações sociais da personagem/narrador/autor.

Solucionado o “problema” do traje, “Carlinhos se encaminhou à Petite Galerie, onde Pedrinho e Vinícius de Moraes autografavam O Mergulhador, um belíssimo álbum de poemas e fotografias”. Mas como ele estava sem dinheiro, e o narrador nos diz, assim entre parênteses que “(esse rapaz está sempre sem dinheiro), Carlinhos pediu um exemplar a Vera Tormenta”. Enquanto Vinícius de Moraes “escrevia uma declaração de amor ao nosso herói” ele observava, ato típico de quem tem por ofício escrever sobre o cotidiano, os presentes de forma interessada.

E, de repente, a festa começou: “a rouca Eneida, Marlene, a generosa, Nuno Roland e Blackout” com “sambas e marchinhas de carnaval, e Samuel Wainer com Tarso de Castro, a penumbra maculada pelas pedrinhas de gelo, a multidão de notívagos gritando pelo Carlinhos, Carnavália completava cem noites no Casa Grande”. Carnavália, organizado pela jornalista Eneida de Moraes, foi um show de grande sucesso em 1968 cujo repertório, interpretado por Marlene, Nuno Roland e Blackout, cantores da Era de Ouro de Rádio, era composto fundamentalmente por marchinhas do carnaval carioca. Então, “às três horas da manhã”, Carlinhos declarou que iria dormir, pois tinha “que estar em forma amanhã à noite, para a Rainha”.<sup>48</sup>

Como dito, essa crônica é interessante porque ela apresenta uma fração do que seria o círculo social e os prováveis companheiros de boêmia da personagem: pessoas que vivem e/ou trabalham com o entretenimento, *habitués* do universo das artes e intelectuais progressistas, senão de esquerda. Encontram-se na festa do lançamento do livro de Vinicius

---

<sup>47</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A casaca. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 14 de novembro de 1968.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, José Carlos. A casaca. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 14 de novembro de 1968.

de Moraes e de seu filho, o fotógrafo Pedro Moraes – o “Pedrinho” conforme o cronista –, a artista plástica Vera Tormenta, os jornalistas Samuel Wainer e Tarso de Castro e os astros do show Carnavália: Marlene, Nuno Roland e Blackout que, após alguns anos de ostracismo, voltavam à cena artística do Rio de Janeiro com enorme sucesso.

A primeira crônica dedicada ao sábado, o dia da recepção na Embaixada, e publicada na sexta-feira, dia 15 de novembro sob o título “As condecorações”, começa com uma citação atribuída ao jornalista Zózimo Barroso Amaral. O narrador insere, dessa forma, o discurso explícito de outrem, marcado pelo uso das aspas e, claro, pela identificação da autoria. Diferentemente das crônicas dos dois dias anteriores que antecedem o dia do baile, a dedicada ao dia 9 de novembro não começa com a marcação temporal do presente vivenciado pela personagem. Ao contrário, pela citação de Zózimo, o narrador nos informa que o baile de recepção à Rainha já ocorreu uma vez que o jornalista fala do acontecido ao criticar alguns convidados que resolveram utilizar “crachás” como se fossem condecorações.<sup>49</sup>

Após a citação, o narrador da crônica de Carlinhos, retoma a palavra e volta à marcação temporal do que seria o presente da personagem. Sabemos, então, que é “Sábado, 9 de novembro, 17h30” e que “Carlinhos Oliveira mergulha na água morna de uma banheira”. Ou seja, ele começa a se preparar para a recepção e nós, os leitores, o acompanharemos guiados pela temporalização sequencial, cronológica, pautada pelo narrador.

Assim, às 18 horas, ao vestir a camisa, Carlinhos percebe a necessidade de um botão específico para se abotoar o colarinho. Também sente a ausência de abotoaduras: “Estou perdido” e estou “liquidado”, ele pensa. Mas um emissário é enviado ao Antonio’s de onde, em cinco minutos, Manolo “*maître* e amigo” aparece com abotoaduras de ouro e um botão para o colarinho.

Já às 19 horas, agora no Antonio’s e vestido de casaca, Carlinhos se submete a uma cerimônia de condecoração. Na vitrola toca *Sábia*, identificada como “hino oficial do Leblon”. A música, composta por Tom Jobim e Chico Buarque, tinha conquistado, a contragosto do público que vaiou a escolha do júri, o primeiro lugar no Festival Internacional da Canção daquele ano. Tanto Chico Buarque como Antônio Carlos Jobim, os próprios

<sup>49</sup> Citação completa presente na crônica: “Quando os convites dizem casaca e condecorações, ninguém é obrigado a usar condecorações. Quem possuir condecorações pode usá-las, mas não é forçado a isso. E quem não possuir deve pedir emprestado os crachás dos amigos, como fizeram alguns dos convidados de sábado passado, pois isto, inclusive, é crime previsto no Código Penal”. Nós localizamos essa citação atribuída por Carlinhos a Zózimo Amaral, na coluna “Reportagem Social” de Carlos Swann na edição matutina do jornal O Globo de 12 de novembro de 1968, no caderno Geral, p.4. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019681112> Acesso em 15 de março de 2016.

compositores de *Sabiá*, estão presentes à cerimônia de condecoração de Carlinhos e em “posição de sentido”. Então, Vinícius de Moraes, de posse de uma “famosa condecoração brasileira e uma raríssima medalha do mérito do Equador”, prega as duas honrarias na casaca de Carlinhos. Ato seguido pelos “dois falsos beijinhos na face, à moda francesa. A solenidade está encerrada”. Finda a cerimônia, Carlinhos se contempla no espelho e compara-se a um “terceiro secretário da Embaixada do Haiti”. As comemorações se desenrolam e o narrador, “pra não dizer que não” falou “das flores”, diz que Manolo colocou na vitrola um disco do Geraldo Vandré com a música que, embora preferida do público, fora derrotada por *Sábia*.

O momento, contudo, é o de ir para a Embaixada. Aproxima-se das 20 horas e Vinícius de Moraes dá as últimas instruções a Carlinhos Oliveira, intitulado “Embaixador do Leblon”, de como ele deve proceder diante de Sua Majestade Elizabeth II: “– Para criar a impressão de que você já nasceu de casaca, basta ajeitar a todo instante a lapela. Também fica muito bem puxar o colarinho para trás, com a mão que não está segurando o copo”. Sobre as condecorações Vinícius, poeta e diplomata de carreira, instruiu Carlinhos a dizer, se questionado, que as obteve ao salvar o Embaixador do Equador quando ele se afogava na Barra da Tijuca. O ato heroico motivou o estreitamento das relações entre os dois países, Brasil e Equador, e depois disso “o Ministro da Marinha achou de bom alvitre lhe dar também uma condecoração brasileira”.

20h e 15 minutos e Carlinhos Oliveira, devidamente encasacado e condecorado pelos seus companheiros do Antonio’s, entra em um “Volkswagen 1963, chapa vermelha, com chofer uniformizado (camisa branca, gravata preta)”. Assim, de táxi e “como quem não quer nada, como quem já está acostumado aos grandes acontecimentos”, ele diz ao taxista: “– Please, manda brasa nesse calhambeque que dentro de quinze minutos eu tenho de estar *in the British Embassy*”.<sup>50</sup>

Esta crônica, “As condecorações”, é importante, pois ela nos chama a atenção para como o tempo é tramado. Sabemos, por intermédio de Paul Ricoeur em seu *Tempo e narrativa*<sup>51</sup>, que uma narrativa, ficcional ou histórica, age como mediadora entre o tempo vivido e o tempo cósmico. Sendo o tempo da vivência disforme e o tempo cósmico sequencial, a narrativa, por meio de uma intriga, conformaria as duas temporalidades, dotando-as de inteligibilidade. José Carlos, nessa crônica, como também em outras, nos faz perceber que o tempo da narrativa não é o real do tempo, mas sim uma construção. Quando

---

<sup>50</sup> OLIVEIRA, José Carlos. As condecorações. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1968.

<sup>51</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 1). Campinas: Papirus, 1994.

ele lança mão de artifícios como citações, além do descompasso inerente ao próprio sentir, pensar e viver, em contraste à lógica temporal abstrata do tempo relógio, por exemplo, o cronista potencializa o ato criador da representação. Representação que faz sentido não por ser uma duplicata do acontecido e sim uma reorganização e (re)significação do real passível de ser reconhecido e compreendido por todos.

Finalmente, o narrador fala sobre a recepção e sobre a presença de Carlinhos nela. A crônica “Um fantasma na Embaixada” publicada no sábado, dia 16 de novembro de 1968, é uma continuação temporal da anterior – “As condecorações” –, uma vez que tratam do mesmo dia. “Um fantasma na embaixada” começa com uma citação de Ibrahim Sued, ícone do colunismo social: “... E aí um cara pequenininho de cavanhaque com uma casaca toda desengonçada passou e bateu ligeiramente nas minhas costas. Era o Carlinhos Oliveira (...). Era uma das presenças mais condecoradas da festa”.

O narrador retoma a palavra e nos diz que os colunistas sociais já tinham se encarregado de narrar sobre a recepção da Embaixada. E aqui lembramos que esta crônica foi publicada no dia 16 de novembro, ou seja, dado o espaço temporal entre o acontecido, cerca de dez dias, provavelmente já existia um considerável volume de relatos publicados na imprensa. Portanto, “Carlinhos Oliveira achou que seria mais útil examinar as suas próprias emoções e pensamentos”. Útil, especialmente, porque o cronista pressentia “que daqui a cem anos haveria alguém interessado nesse turbilhão de sentimentos, uma vez que Carlinhos, e nada mais que isso, encontrava-se agora inserido num acontecimento histórico, um marco nas relações do Brasil com a Grã-Bretanha”.

Qual o significado da presença de Carlinhos Oliveira em uma recepção daquele porte, vestido com uma casaca alugada e portando condecorações falsas? É certo que aquele não era o ambiente ideal para alguém com os atributos – recordemos a imagem que o narrador constrói da personagem na primeira crônica – dele. Mas, por que não?

Na Embaixada, o cronista, compara o narrador, era como o capim a circundar a casa de João Gilberto em Nova Jersey. Para o narrador, Carlinhos se enquadrava na definição realizada pelo músico quando ele, ao ser questionado pelo jornalista Sérgio Cabral sobre a presença insólita de certo mato no jardim de sua casa teria respondido: “é o toque brasileiro”. Carlinhos, na Embaixada, sentia que sua presença fosse esse “toque brasileiro”, o elemento exótico que constituiria a singularidade em eventos como aquele. O mato a crescer “ao redor do poder e da glória” era como ele se sentia. E a presença dele ali poderia significar o “reconhecimento de algo menos (ou mais) importante que esse poder e essa glória – a

sensibilidade brasileira; nossa cordialidade; a vida irreal, dir-se-ia mesmo fantástica, de um escritor brasileiro na segunda metade do século XX”.

Ao comparecer em recepções como a promovida pela Embaixada Britânica, ou mesmo em banquetes como o oferecido por “trezentas personalidades brasileiras” no Copacabana Palace ao Embaixador Gilberto Amado, ocasião em que o cronista fora incluído entre as trezentas personalidades a pedido do próprio homenageado, Carlinhos era o capim. Embora, de início, ele se negasse a ir ao banquete no Copacabana porque estava com os “cabelos por demais compridos e a com a barba por demais extravagante”, o Embaixador fizera questão da presença dele. Afinal, Carlinhos era o elemento nativo. Isso segundo o narrador.

Carlinhos Oliveira, “era um primo pobre da alta sociedade brasileira – incômodo porque pobre e mal educado, mas inevitável porque primo legítimo”. Naquelas festas ele era apenas um elemento decorativo, o capim a lembrar a elite carioca de que se encontravam no Rio de Janeiro, no Brasil. Como planta ornamental Carlinhos até podia ser desejável, o que não significa que deveria assumir o protagonismo ou se destacar naquele ambiente. “De modo que”, e quem fala agora é a própria personagem, “quando Ibrahim Sued me viu apertar a mão de Sir John Russell, e avançando sem qualquer constrangimento para o salão previamente designado, a sua expressão, a expressão de Ibrahim, traduzia surpresa e desgosto. Eu li no seu rosto”.

É possível, e mesmo imaginável o desgosto de Ibrahim Sued, jornalista e colunista social reconhecido por seu círculo de amizade e trânsito costumeiro na alta sociedade carioca, ao ver naquele ambiente uma peça, ao menos aparentemente, deslocada daquele cenário como seria Carlinhos Oliveira. O narrador da crônica insere mais uma vez a voz de outrem na narrativa, marcada pelo uso de aspas. Porém, se na primeira vez em que fez uso desse recurso ele identificou a fonte do discurso, a exemplo de “As condecorações”, dessa vez não temos a autoria declarada, mas sabemos que a voz a falar é mais uma vez a de Sued. E o colunista diz, provavelmente para si mesmo: “Mas ali está o Carlinhos Oliveira, e eis que o meu mundo desmorona. Carlinhos veio do nada e continua valendo tanto quanto zero. E no entanto o convite que mandaram é igual ao meu”.

A presença de uma figura desprovida de porte aristocrático a trajar uma casaca mal alinhada com condecorações falsas, na recepção à Rainha é para a voz ressentida que agora assume a narrativa uma “presença fantasmagórica” que “transforma a minha própria vida numa gigantesca farsa” e que lhe provoca “algo parecido com uma hemorragia moral”. Mas

para o narrador, a presença de Carlinhos, “era um alfinete furando impiedosamente os dedos de uma sociedade hemofílica”.<sup>52</sup>

As alfinetas viriam na crônica “O momento supremo”, publicada no domingo, dia 17 de novembro de 1968, a última dessa série sobre a visita da Rainha Elisabeth II ao Brasil, em que Carlinhos figura como personagem da própria narrativa. Já no primeiro parágrafo o narrador faz uma ressalva na qual assume o seu apreço pela Rainha, os Embaixadores britânicos no Rio, assim como pelas leis e costumes e a afinidade que diz ter com o povo inglês. Contudo, ele prosseguiria na “contemplação do Brasil, que por sua vez se contemplava, mas não se refletia, no espelho que era a Embaixada Britânica na noite de 9 de novembro”. Quem contemplava esse país que, no entanto, não estava representado em sua diversidade sociocultural, evidentemente, era Carlinhos Oliveira. Ele, ao se postar de pé “junto a uma alta parede, e a uma distância suficiente da Rainha para poder observar as pessoas que a rodeavam”, podia relatar o comportamento da alta sociedade diante de Sua Majestade.

De acordo com o narrador, o combinado era que os convidados não se dirigessem à Rainha, mas que aguardassem o cumprimento dela quando circulasse informalmente pelos salões, como previa o protocolo. Mas o narrador nos informa que não foi isso que ocorreu. Quando a Rainha surgiu, a curiosidade e o desejo sôfrego de ser notado provocaram nos convidados a quebra do protocolo. “Como um bando de escravos alforriados aos quais se oferece a volta ao cativeiro, os industriais, figurões da política, personalidades da vida mundana – o mais refinado do Brasil, em suma”, se precipitaram ao encontro da Rainha. Como escravos, eles formaram “uma pequena mas compacta multidão cujo desejo de se ajoelhar tinha a espessura de uma pata de cavalo”.

Carlinhos, do seu local, continuava a observar a sícope que tinha tomado conta dos refinados convidados. Com “desgosto”, por exemplo, ele viu “um homem poderosíssimo, ao qual diversas vezes foram dadas missões da mais alta importância na diplomacia, na política, nas finanças e na economia” abrir espaço em direção a Rainha “à custa de cotoveladas”. O que era então o Brasil naquele momento? “Uma nostalgia da escravidão”. Não estaria Carlinhos também emocionado com a presença da Rainha da Inglaterra? E ele não ficaria agradecido aos astros caso tivesse a chance de se ajoelhar em frente a ela, pergunta o narrador. Se isso ocorresse ele poderia dizer: “Elisabeth, nós já estamos fartos desta

---

<sup>52</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Um fantasma na Embaixada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1968.

República! Estamos cansados, é duro ter que conduzir o próprio destino. Concede-me a graça de oitenta milhões de grilhões, oitenta milhões de chicotadas, oitenta milhões de vontades embutidas!”.<sup>53</sup>

Mas é claro que o ajoelhar-se diante de Elisabeth II não ocorreu e “Carlinhos Oliveira, com um sorriso copiado em Voltaire, embora salpicado de melancolia, dirigiu-se à varanda, debruçando-se nela”. De lá, o cronista veria a Estação Primeira de Mangueira desfilar com seus reis e rainhas do morro para Sua Majestade. Da varanda Carlinhos assistiria ao desfile que deveria “confirmar a nossa triste vocação” de cortesãos.<sup>54</sup>

No caso específico das crônicas como gênero textual, elas reclamam “certo distanciamento, condição básica para que o lirismo crítico possa existir. Uma das estratégias é o confronto entre o que somos hoje e o que fomos no passado”.<sup>54</sup> O passado, mesmo o mais recente é, nesse caso, uma alteridade que por reminiscência ou lembrança volta ao presente. Dessa feita, o ato (in)voluntário de lembrar (e, portanto, de esquecer) pode ser traduzido na escrita da crônica também por meio de um procedimento assumidamente ficcional no qual o cronista atribui a outras pessoas aquilo que teria acontecido consigo. Ele inventa, assim, uma personagem, e ao fazer isso “confere a marca de ficção a fatos e pessoas reais, sem esquecer que esse ato de fingir é um meio de buscar as faces da realidade”.<sup>55</sup>

Todavia, nessa ânsia por buscar faces da realidade e inventar personagens, inspirados ou não nele, que compartilhem o mesmo nome dele ou não, o cronista não estaria ao invés de reafirmar uma identidade a promover uma (des)figuração de si? Além disso, se reconhecermos, como Foucault, a incapacidade de domínio absoluto sobre aquilo que é escrito e a escrita como uma prática e um meio de subjetivação do sujeito, as crônicas de Carlinhos não alcançam outras variações para além do escorregadio conceito de autobiográfico?

Paul de Man, em texto seminal de problemáticas, compara a autobiografia à prosopopeia. Figura de linguagem responsável por conferir vida e sentimentos humanos, personificar as coisas inanimadas e dar voz aos mortos, aos ausentes, a prosopopeia “é o tropo da autobiografia, com a qual o nome de alguém (...) é tornado inteligível e memorável como uma face. Nosso tópico lida com pôr e depor faces, com figurar [face] e desfigurar [deface], figura, figuração e desfiguração”.<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> OLIVEIRA, José Carlos. O momento supremo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1968.

<sup>54</sup> SÁ, Jorge. *op. cit.*, p.59

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> DE MAN, Paul. Tradução Joca Wolff. Autobiografia como des-figuração. *Sopro 71*, Desterro, maio 2012.

Se a escrita “não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata de amarração de um sujeito em uma linguagem”, mas “trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer”<sup>57</sup>, não temos José (Carlinhos) Oliveira e sim uma possibilidade fugidia dele. Daí afirmarmos que o cronista do *JB* realizou nas crônicas aqui analisadas uma “autoficção”.

Para Leonor Arfuch, “um autor que dá seu nome a um personagem ou se narra na segunda ou na terceira pessoa, faz um relato fictício com dados verdadeiros ou o inverso, inventa para si uma história-outra, escreve outros nomes”.<sup>58</sup> De tal modo, ao proceder dessa forma, o autor provoca “deslizamentos sem fim, que podem assumir o nome de ‘autoficção’, na medida em que postulam explicitamente um relato de si consciente de ser caráter ficcional e desligado, portanto, do pacto de referencialidade biográfica”.<sup>59</sup>

Conforme Cláudia Azevedo, “o sujeito que fala utiliza uma máscara, constrói uma escrita de si onde se mesclam a realidade e a ficção. Vida e obra se constituem como máscaras distintas, quem sabe suplementares”.<sup>60</sup> A crônica, aliás, como outros gêneros literários, é um campo privilegiado onde podemos observar esse fenômeno. Por meio dela fica perceptível que ao falar de si, ao se revelar, aquele que escreve também se oculta. Realidade e ficção “são instâncias de atuação do eu que se remetem a outra através de performances. A criação da personagem encobre a revelação da intimidade”. Ou seja, para Azevedo, “ao mesmo tempo em que se fala do outro (personagem), se fala de si com um distanciamento e proximidade impossíveis e inúteis de serem medidas. Há um deslizamento da identidade”.<sup>61</sup> E a tessitura em uma mesma trama de fatos históricos juntamente com o uso deliberado de ficção só aprofunda o deslizamento dessa identidade que chamamos de “autor”.

As crônicas de Carlinhos não nos conduzem a uma verdade sobre o sujeito. Ainda que elas reclamem um status de “verdadeiro”, de experiência vivida, há sempre nelas um caráter ficcional, sobretudo, se considerarmos que as representações de si se apóiam,

---

<sup>57</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* In: *Ditos e escritos (III): Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p.268.

<sup>58</sup> ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p.127.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> AZEVEDO, Claudia. *op.cit*, p.165-166.

<sup>61</sup> Idem, p.166.

fundamentalmente, na memória – e no seu duplo, o esquecimento – cuja instância criativa e organizadora do real é patente.<sup>62</sup>

Como narrador de si e produtor de uma literatura contemporânea, José Carlos Oliveira, no exercício da “função autor”, apagaria no processo de escrita, de modo deliberado ou não, suas características pessoais, ao menos na acepção foucaultiana expressa em “O que é um autor?”. E elas desapareceriam, pois “através de todas as chicanas que ele [autor] estabelece entre ele e o que ele escreve, o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular”.<sup>63</sup> Entretanto, pensamos que por mais que despiste, no limite, a escrita da crônica é realizada por um sujeito. Ela nasce dele, o que não significa, paradoxalmente, que ele tenha total controle sobre ela. Por ser artefato de uma época, as crônicas são discursos que referenciam outros pertencentes, mas não somente, à mesma formação discursiva que ela, além de conter marcas e leituras de mundo de um dado momento cultural e social e desse modo eles trazem marcas de uma subjetividade.

A personagem Carlinhos não é Carlinhos o autor, como a voz narradora também não é ele, embora ambos possam compartilhar de uma mesma identidade. José Carlos é a multiplicidade: ele é a personagem, o narrador, mas também Ibrahim Sued e todas as outras vozes, explicitadas ou não, que se inscrevem nas crônicas. Portanto, é na multiplicidade, no movimento e na subjetivação, nos rastros que precisamos buscar a singularidade de Carlinhos Oliveira, como ele se constitui: personagem.<sup>64 65</sup>

---

<sup>62</sup> Para uma maior compreensão conceitual sobre a relação entre memória e a operação historiográfica, mas, também, de conceitos importantes para a história-saber como representação e narração, conferir: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.

<sup>63</sup>FOUCAULT, Michel. *op. cit.* 2009, p.269.

<sup>64</sup> Interessante, nesse sentido, acompanhar a reflexão de Jorge de Sá a respeito das diferenças entre o cronista e o contista, por exemplo. Assim, para Sá: “Enquanto o contista mergulha de ponta-cabeça na construção do personagem, do tempo, do espaço e da atmosfera que darão força ao ‘fato’ exemplar, o cronista age de maneira mais solta, dando a impressão de que pretende apenas ficar na superfície de seus próprios comentários, sem ter sequer a preocupação de colocar-se na pele de um narrador, que é, principalmente ficcional (como acontece nos contos, novelas e romances). Assim, quem narra uma crônica é o seu autor mesmo, e tudo o que ele diz parece ter acontecido de fato, como se nós, leitores, estivéssemos diante de uma reportagem. Ocorre, porém, que até as reportagens – quando escritas por um jornalista de fôlego – exploram a função poética da linguagem, bem como o silêncio em que se escondem as verdadeiras significações daquilo que foi verbalizado. Na crônica, embora não haja a densidade do conto, existe a liberdade do cronista. Ele pode transmitir a aparência de superficialidade para desenvolver o seu tema, o que também acontece como se fosse ‘por acaso’. No entanto o escritor sabe que esse ‘acaso’ não funciona na construção de um texto literário (e a crônica também é literatura), pois o artista que deseja cumprir sua função primordial de antena do seu povo, captando tudo aquilo que nós outros não estamos aparelhados para depreender, terá de explorar as potencialidades da língua, buscando uma construção frasal que provoque significações várias (mas não gratuitas e ocasionais), descortinando para o público uma paisagem até então obscurecida ou ignorada por completo”. SÁ, Jorge. *op. cit.*, pp. 9-10.

<sup>65</sup> De acordo com o próprio cronista em entrevista ao Pasquim, Carlinhos Oliveira e José Carlos não seriam o mesmo. É o que ele afirma ao lembrar, inclusive, a ocasião da visita da Rainha, esta mesma que vimos na série de crônicas. Portanto, segundo ele: “Não sou eu, é o Carlinhos Oliveira, um personagem que inventei. (...)

Contudo, a autoficção realizada por Carlinhos explicita uma estratégia narrativa na qual aquele que autoficciona a sua realidade parece não acreditar “mais numa verdade literal, numa referência indubitável, num discurso histórico coerente e se sabe reconstrução arbitrária e literária de fragmentos esparsos de memória”.<sup>66</sup> Para tanto, “quem faz autoficção não narra simplesmente o desenrolar dos fatos, preferindo antes deformá-los, recriá-los através de artifícios”.<sup>67</sup> Nas crônicas analisadas o uso de artifícios narrativos fica, sobretudo, patente quando Carlinhos, a personagem, se propõe a narrar a recepção apenas de sua perspectiva, através de uma leitura assumidamente subjetiva – e mesmo em oposição ao factual, marca do discurso jornalístico, que já teria ganhado as páginas da imprensa.

Ademais, o conceito de autoficção, tal como ela foi realizada por Carlinhos Oliveira, salienta outra característica conceitual, a saber, a de que ela “não é um relato retrospectivo como a autobiografia pretende ser. Pelo contrário, ela é a escrita do tempo presente, que engaja diretamente o leitor nas obsessões históricas do autor”.<sup>68</sup> A autoficção como escrita do tempo presente, assim, nos remete a outra questão: a crônica como modalidade de escrita da história, talvez, a escrita desse próprio tempo presente.

### **3.2 – Entre a literatura e jornalismo: um cronista**

Temos visto ao longo desta dissertação uma série de características da crônica como gênero textual. Da multiplicidade de definições – gênero menor, marcada pela fugacidade à qual está intrinsecamente ligada pelo jornal impresso, seu primeiro meio por excelência – passando pelos reclames de pertencimento – jornalismo ou literatura – até suas características narrativas de apreensão da realidade e, sobretudo, do cotidiano realizado por uma subjetividade que insiste em atribuir sentido ao mundo ao seu redor, várias são as tentativas de entendê-la. De tudo isso, no entanto, nos parece definitivo que a crônica seja um híbrido. Mas ela não é desses híbridos inférteis. Ao contrário. Se lida sob o prisma das Letras e das Teorias Literárias, ela se apresenta de uma forma. Se inquirida a partir do Jornalismo ela

---

Carlinhos Oliveira não existe (...). Escrevi uma carta à Rainha da Inglaterra. Imediatamente essa carta foi publicada em todos os jornais de Londres. Fui entrevistado aqui por jornais de Londres. O retrato de Georgina Russell, a filha do embaixador, foi distribuído por agências internacionais para o mundo inteiro. Quando a Rainha veio ao Rio de Janeiro me mandou um convite para ir à recepção. Fui na Casa Rollas, aluguei uma casaca tipo defunto era maior, botei três condecorações falsas, e fui. Carlinhos Oliveira é uma farsa, uma brincadeira.” PASQUIM, *op. cit.*, p.27.

<sup>66</sup> AZEVEDO, Claudia. *op. cit.*, p.164

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> FAEDRICH, Anna Martins. Autoficções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea. Tese de Doutorado em Letras, PUCRS. Porto Alegre, 2014, p. 22.

assume outra forma e, certamente, se tomada pelo historiador ela se transfigura, especialmente, em fonte, em documento/monumento, embora também possa assumir o papel de uma escrita do tempo presente, conforme propomos aqui. Todas essas, e as muitas outras possíveis que devem existir, são maneiras ricas de se ler a crônica. Ler, pois ainda que através de postulados teórico-metodológicos distintos, por meio dela, esse punhado de miudezas do cotidiano nela inscritos ganham vida, geram identificação, produzem memórias e imaginação individuais e sociais.

A crônica nesse sentido, não é apenas um gênero híbrido sobre o qual nós em nossa gana classificatória tipicamente acadêmica tentamos enquadrar. Ela é mais. Era como algo para além de um simples relato sobre o cotidiano, aliás, que Carlinhos Oliveira a percebia. No ano de 1968, em algumas ocasiões, o cronista – e talvez neste ponto nem essa definição seja acertada – indica o que ele pensava acerca da crônica e mesmo do que significava escrever em um momento como aquele de perceptível turbulência política e sociocultural.

Exemplo disso é a crônica publicada em 10 de janeiro e intitulada “Assim também não”. Nela Carlinhos nos informa que “comentaristas literários” liam o seu segundo livro de crônicas publicado<sup>69</sup> e dele extraiam o que havia de melhor e de pior, algo que deixava Carlinhos alegre quando os lia, mesmo quando era criticado. Segue, então, o cronista a dizer que:

Tanto os meus admiradores quanto aqueles que me detestam meu estilo ficam furiosos, porque, segundo dizem, eu às vezes pareço inteligente e outras vezes pareço um bestalhão. Mas que é que eu posso fazer, se sou assim mesmo? *Gostaria de esclarecer de uma vez por todas que não escrevo crônicas. Ponho o papel na máquina e começo a respirar.* Se você acha que isso é crônica, o problema é seu. De vez em quando olho o papel e vejo um poema; outras vezes é um conto. Geralmente, porém, olho e não vejo nada. Pois para esse nada é que os leitores batem palmas. Nunca me senti confortável como Rubem Braga dentro dos seus textos. sempre invejei a objetividade de Fernando Sabino. Me perco em Apollinaire. Que Neruda me dê a sua gravata flamejante... Bom, comecei a falar de mim e vou continuar. Quando a pessoa está longe do Brasil, o meu estilo melhora. É porque eu prefiro falar das coisas que estão acontecendo ao meu redor, e assim quem está longe fica satisfeito. Tudo continua nos eixos. Tudo de mal a pior. (...) Quanto ao meu estilo propriamente dito... Vou contar uma história. Certa vez escrevi uma verdadeira crônica. No princípio, no meio e no fim, estava tudo costuradinho, tudo dentro dos padrões imaginários do gênero. Pois bem. Fechei a máquina, mandei a obra-prima para o linotipo e fui descansar em paz. No dia seguinte, o negócio saiu publicado. Circulei imensamente, telefonei para todo mundo. Resultado: ninguém elogiou. Todo mundo achou

---

<sup>69</sup> Trata-se de “A revolução das bonecas” publicado em 1967 no Rio de Janeiro pela Editora Sabiá, O primeiro livro publicado por Oliveira, também uma compilação de crônicas, tinha sido “Os olhos dourados do ódio”, em 1962.

que era uma página como outra qualquer, nem melhor nem pior do que o meu trivial (grifo nosso).<sup>70</sup>

Há nessa crônica um tipo de raciocínio acerca do seu trabalho que Carlinhos manifestaria anos depois em uma entrevista ao jornal *Pasquim*, em 1976<sup>71</sup>: ele nega escrever crônicas. O que ele diz fazer é captar o momento, chamemos de presente histórico, e torná-lo criação estética, mas cuja forma, invariavelmente e para o cronista, poderia ser de poema, conto, ou “nada” o que, provavelmente, seria aquilo que os leitores identificavam comumente como sendo crônica. Ademais, o autor diz não se sentir confortável em seus textos como ocorria com o seu conterrâneo Rubem Braga. Ele também não teria a objetividade do mineiro Fernando Sabino. Carlinhos cita nominalmente, portanto, dois cronistas afamados à época; e entre eles Braga, sem dúvida, aquele que se tornou o maior expoente da produção cronística brasileira a partir de meados do século XX.

Todavia, ao contrário de Sabino e Braga, Carlinhos era adepto de digressões. Por isso um texto escorregadio, de mudanças de perspectivas, de trânsito. Este era o estilo dele: intercalar observações objetivas com reflexões subjetivas permeadas por referências do campo das ideias e das artes, especialmente. Entretanto, o cronista afirma que para quem estava distante do país o seu estilo parecia melhorar. Compreensão, segundo ele, que ocorria por sua opção em abordar aquilo que acontecia no seu entorno. Ao fazer isso o cronista manteria, de certo modo, as pessoas que moravam fora do Brasil informadas e, portanto, satisfeitas. Explicação à qual ele emenda duas frases assertivas e curtas, indicativas que naquele momento, ao seu redor, tudo continuava nos eixos, ou seja, de mal a pior.

Era desse tipo de crônica, com referências, pontuada por reflexões irônicas e que desse conta do cotidiano histórico que as pessoas, na perspectiva do cronista, gostavam e elogiavam-no e, no entanto, quando ele resolveu escrever uma crônica com tudo “costuradinho” e dentro dos “padrões imaginários do gênero”, ninguém percebeu. Portanto, Carlinhos Oliveira seria a prova de que não há padrões para o gênero, que ser objetivo como Sabino ou liricamente narrativo como era Braga não necessariamente significava ser um cronista, pois a crônica comportava múltiplas linguagens.

Colocar o papel na máquina e respirar, conforme diz fazer Carlinhos antes de começar a escrever, nos suscita pensar que a crônica é sempre uma produção do presente,

---

<sup>70</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Assim também não. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1968.

<sup>71</sup> Durante a entrevista, ocasião na qual Carlinhos defendeu em diversos momentos o seu lugar entre os escritores (grandes, mas incompreendidos) da literatura brasileira, ele também declarou: “Não escrevo crônicas e nunca fui cronista! escrevo críticas, panfletos, ensaios sobre Nietzsche, sobre a morte, sobre a Fera da Penha...” *PASQUIM. op. cit.*, p.28.

impulsionada pelo imediatismo informacional. Mas por ela também ser narrativa mobiliza, constitui, articula e seleciona memórias. A crônica, enfim, ao servir de suporte para as tramas do cotidiano opera na manipulação das temporalidades.

De acordo com Davi Arrigucci Júnior, embora sejam muitos os significados do termo crônica todos, entretanto, “implicam a noção de tempo” que está inscrito na própria terminologia que deriva da palavra grega para tempo: *chronos*. Assim, para ele, pode-se atualmente “não se dar conta desse vínculo de origem que faz dela uma forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada. Mas a crônica sempre tece a continuidade do gesto humano na tela do tempo”.<sup>72</sup> Nesse sentido, a crônica se impõe como uma narrativa na qual a tessitura do tempo é realizada pelo cronista, consciente ou inconscientemente de seu feitio, de modo a tornar inteligíveis os eventos históricos ainda que filtrados por uma percepção subjetiva deles.

Se já afirmamos, conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior em outro momento, que o historiador é o tecelão dos tempos, é sintomático que o cronista como narrador da história também o seja. É, pois, por meio da refiguração do tempo materializada na narrativa que a abstração dos tempos (passado, presente e futuro) se conciliam de modo a tornarem-se compreensíveis à medida que reinserem o vivido e o reconhecível à abstração.

Assim, tanto o historiador, sobretudo aquele que reconhece na narrativa sua potencialidade explicativa/interpretativa, como o cronista são responsáveis por produzir uma intriga, um ato que “insere o drama emocionante em uma ordem inteligível” e que, portanto, “não é imitação idêntica do real, mas uma imitação criadora. Enquanto representação, ela é mais ficcional do que a duplicação do vivido”.<sup>73</sup> Para tanto, a crônica e o cronista operam como um dispositivo que funciona sob os atos de lembrar, esquecer e escrever. E lembrar, esquecer e escrever é uma forma de conformar a realidade histórica e relegar um aspecto dela para a posteridade, portanto, de produzir memória social. Ou ainda conforme Arrigucci Júnior:

Lembrar e escrever: trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido – uma definição que se poderia aplicar igualmente ao discurso da História, a que um dia ela deu lugar. Assim, a princípio ela foi crônica histórica, como a medieval: uma narração de fatos históricos segundo uma ordem cronológica, conforme dizem os dicionários, e por essa via se tornou uma precursora da historiografia moderna. Tal gênero supõe uma sociedade para a qual importa a experiência progressiva do tempo, um passado que se

---

<sup>72</sup> ARRIGUCCI JR., David. *op. cit.*, p.51.

<sup>73</sup> REIS, José Carlos. *op. cit.*, p.154.

possa concatenar significativamente, a História, enfim, e não apenas um tempo cíclico ou repetitivo, implicado noutra forma de narrativa – o mito. Presa ao calendário dos feitos humanos e não às façanhas dos deuses, mas podendo envolver até a conjunção dos astros (o cronista costumava fazer as vezes de astrônomo, dando notícia do que ia pelo céu paralelamente aos acontecimentos terrestres), a crônica pode constituir o testemunho de uma vida, o documento de toda uma época ou um meio de se inscrever a História no texto. Além disso, ao distanciar-se no passado, pode se transformar em fonte da imaginação: gestas românticas e outras formas literárias nasceram dela. Como o drama histórico elizabetano, de que Shakespeare deixou tão grandes exemplos.<sup>74</sup>

O caráter de narrativa histórica que a crônica assumiu durante a Idade Média, período no qual a nossa concepção moderna de discurso histórico/historiográfico não existia, também já foi lembrado por François Dosse. Segundo o historiador francês, “bem no final da Idade Média surge um gênero histórico que enriquece a narrativa dos acontecimentos, é a crônica que tem por finalidade retratar os valores cavalheirescos”. O cronista, nesse contexto, rompia com a narrativa histórica feita nos claustros cuja intenção principal seria promover a “redenção coletiva para afastar as forças do mal” e de “celebrar, a partir de uma concepção bem estreitamente provincialista do tempo humano, a glória de Deus”<sup>75</sup>. O cronista, no entanto, passaria a ser o “arauto dos grandes torneios e das descrições de entradas reais e principescas espetaculares nas cidades, assumindo, dessa maneira, uma história profana que contrastava completamente com aquela escrita nos claustros”<sup>76</sup>. Embora, tenha rompido com a perspectiva da primazia do que deveria ser narrado, o cronista do medievo não abriu mão de uma compreensão teleológica da história, tal como os religiosos.

O cronista moderno, se fosse possível lhe atribuir uma herança histórica, seria também um historiador ou um narrador da História? Carlinhos nos deixou pistas sobre o que considerava como a função dos intelectuais em tempos como aquele em que viveu e escreveu. Tempos de autoritarismo e de silenciamentos, por certo.

Reflexões tumultuadas em meio à leitura igualmente tumultuada de diversos livros ao mesmo tempo. Rimbaud (*O Tempo dos Assassinos*) visto por Henry Miller, à luz da própria vida de Henry Miller; a biografia tumultuada do Marquês de Sade por Guy Endore, e um ensaio sobre Sade por Gilbert Leliy; *O Processo de Nuremberg*, a autobiografia de Bertrand Russell, as *Antimemórias*, de André Malraux e o *Triunfo*, de John Kenneth Galbraith, que pode ser considerada uma alusão direta do tradutor, Carlos Lacerda, à atividade política de Carlos Lacerda. Como sempre colocarei uma anotação ao pé da página, isto é, entrarei no tumulto dos acontecimentos sob a espécie

---

<sup>74</sup> ARRIGUCCI JR., David. *op. cit.*, pp. 51-52.

<sup>75</sup> DOSSE, François. *op. cit.*, p.20.

<sup>76</sup> Ibidem.

de um asterisco. Todos os livros mencionados confrontam a ação individual com os resultados da ação coletiva de uma geração. (...) A profecia de Henry Miller resplandece como um fato consumado quando vemos os escritores oficiais, do tipo Ehrenburg, aproveitaram o degelo para escrever sobre o degelo, ao mesmo tempo em que, após o degelo, numerosos escritores são condenados a trabalhos forçados porque precisamente anunciam que não houve degelo nenhum... e se temos a obrigação, nós os intelectuais, de nos identificarmos com os rebeldes de Paris, então a nossa literatura será um exame permanente e dilacerante da situação em que nos encontramos. *Devemos escrever a respeito de nós mesmos e das pessoas que nos cercam, com toda sinceridade e dando a cada pessoa o nome que ela tem. O romance acabou por ser imaginário: queremos agora a realidade, doa a quem doer. O repórter, o penitente, o historiador e o romancista formarão uma única pessoa* (grifo nosso).<sup>77</sup>

Para Carlinhos, viver e produzir sob um Estado autoritário requeria suprimir e/ou atravessar as diferenças que existem entre gêneros textuais e literários em detrimento de privilegiar a realidade. Entendemos que na perspectiva dele, narrar a realidade não é o mesmo que se ater a uma abordagem estética de apreensão do real como pressupunha o movimento realista do final do século XIX, ou de fazer literatura como os regionalistas da geração de 1930 que se debruçavam sobre aspectos geográficos-culturais específicos para lhes tornar registro social e histórico. Assumir a primazia de tramar a realidade significaria, então, tratá-la como um elemento a ser estetizado, sem, obstante, torná-la deslocada da sociedade, de seu tempo e, portanto, a-histórica.

Lembramos com Walter Benjamin que na modernidade e no capitalismo, a narrativa, especialmente a oral, e as experiências do vivido agregadas a ela, se tornaram raras. De acordo com o pensador alemão a difusão da informação seria responsável pelo “declínio” da arte de narrar. Isso porque, embora recebamos diariamente notícias do mundo todo, “no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação”<sup>78</sup>.

De tal modo, na perspectiva de Benjamin, e de acordo com Arrigutti Jr., historicamente “o cronista é um *narrador* da História”, mas diferentemente do historiador que “escreve os fatos, buscando-lhes uma explicação”, ele limitava-se a narrá-los e dar-lhes um sentido quase sempre religioso de matriz judaico-cristã.<sup>79</sup>

Assim o cronista

---

<sup>77</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Um asterisco. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1968.

<sup>78</sup> BENJAMIM, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 203.

<sup>79</sup> ARRIGUCCI JR, Davi. *op. cit.* p.52.

ao narrar os acontecimentos, assemelhava-se ao seu duplo secular, o narrador popular de casos tradicionais que integram a tradição oral e às vezes se incorporam também à chamada literatura culta. Como este, o cronista era um hábil artesão de experiência, transformador da matéria-prima do vivido em narração, mestre na arte de contar histórias.<sup>80</sup>

Já para Sandra Jatahy Pesavento, tanto o historiador quanto o cronista/literato “conta histórias” e o faz ao ordenar “acontecimentos do repassado e atribuindo-lhes um sentido”. É, portanto, por meio da narratividade que engendram, aponta a historiadora, que literatura, história – e acrescentamos o jornalismo, também – se aproximam. E essa aproximação se deve por operarem na “recriação do tempo”.<sup>81</sup>

Desse modo, segundo Pesavento a “crônica seria, enquanto discurso, representação, narrativa, ficcionalidade e realizaria uma reconfiguração do tempo”. Ademais, o cronista “é, e sempre foi, um contador de histórias, hábil no relato dos tempos e lugares, recompondo as tramas de personagens e acontecimentos, grandes e pequenos”. Entretanto, “visto de hoje, é possível talvez dizer que a crônica, tal qual hoje a conhecemos, é filha da modernidade, e o seu tempo é o tempo do ‘agora’”.<sup>82</sup>

Para Arrigucci Júnior,

a crônica é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos. À primeira vista, como parte de um veículo como o jornal, ela parece destinada à pura contingência, mas acaba travando com esta um arriscado duelo, de que, às vezes, por mérito literário intrínseco, sai vitoriosa. Não raro ela adquire assim, entre nós, a espessura de texto literário, tornando-se, pela elaboração da linguagem, pela complexidade interna, pela penetração psicológica e social, pela força poética ou pelo humor, uma forma de conhecimento de meandros sutis de nossa realidade e de nossa história. Então, a uma só vez, ela parece penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nela se pudesse sempre renovar, aos olhos de um leitor normal, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelando-se na direção do passado.<sup>83</sup>

Em 1968, o tempo do “agora” a partir do qual nosso cronista escreve, no entanto e por razões exteriores ao próprio texto, ou seja, motivado pelas suas experiências em uma ditadura que atravessa a sociedade, impõe-se como denúncia do presente autoritário. Para Carlinhos

---

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: a leitura sensível do tempo. In: *Anos 90*, número 7, Porto Alegre, 1997, p. 30.

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> ARRIGUCCI JR., David. *op. cit.*, p.53.

Oliveira, nessa perspectiva, sua escritura e suas crônicas carregavam extratos da realidade histórica sobre a qual, mesmo que por meio de figuras de linguagem, deveriam ser ditas. É esse tipo de lógica que podemos delinear ao ler, por exemplo, a crônica “Ontem e hoje”, publicada em 24 de julho. Nela, Carlinhos expõe uma dada compreensão acerca da crônica produzida antes de 1968. Se antes era possível abordar assuntos leves, como deveria ser idealmente as tais boas crônicas, na acepção de certo jornalista conforme Carlinhos menciona, agora só restava abordar a política. Mas isso não era um privilégio apenas das crônicas, pois “tudo virou política” ou tinha ganhado contornos políticos como, aliás, parece ter sido a década de 1960, ao menos o que seria relegado à memória social sobre ela.

Fazendo a ronda noturna, deparei no Zunzum com uma pessoa que amei desesperadamente outrora. Eu disse: ‘Vem cá, eu quero falar com você’. Respondeu ela, com certa crueldade: ‘Se você quer falar comigo, escreve no jornal que eu leio’. Depois disso eu fui ao Jirau e ali uma outra moça falou: ‘Eu quero que você me dê uma crônica. Você me dá?’ Então me lembrei de que certo jornalista, não faz muitos dias, achava necessário indagar onde é que andavam ‘aqueelas crônicas antigas, as boas’, que falavam da namorada perdida e de coisas assim. Ora vejam só. Isso me põe à beira da melancolia. Tudo mudou de modo tão rápido que nem nos demos conta. A circunspeção caiu em cima de mim com infinita delicadeza. Fiz uma pírueta para contemplar o mundo que me rodeava e o mundo era um carrossel que girava a uma velocidade estonteante. Pierrô e Colombina passaram de espetáculo a espectadores. Estamos velhos: já podemos falar no *nossa tempo*. A crônica de Antônio Maria, saborosa como um almoço a dois num *bistrot* de Paris, cedeu lugar à de Nelson Mota, que se esforça (e quase sempre consegue) por ser aliciadora de menores. A imaginação feminina abandonou o herói glamuroso, tipo Carlos Lacerda, e foi buscar seu homem com a roupa branca maculada pelas fezes e pela poeira: Che Guevara. Já se pode anunciar que na toalete de alguma boate há pílulas anticoncepcionais à disposição do distinto público, sem que isso implique em propaganda negativa. O teatro de comédia, o teatro que discutia quem vai dormir com quem, agora é uma rude conversa de atores com a platéia. Agora mesmo vai estrear uma peça, escrita por um garoto, na qual se apresenta um *homossexual de esquerda*. Tudo virou política, tudo é colocado diante de uma alternativa global. Até ir à missa já é um ato político, tanto que ao sair da igreja você se arrisca a levar cacetada da PM. Os católicos adotaram, quase inadvertidamente, a tese de Sartre segundo a qual na se merece o luxo de um Deus enquanto houver uma pessoa morrendo de fome neste planeta. O fato é que todos estamos cansados de deixar o mundo correr à nossa revelia. O egoísmo, sem dúvida alguma, é hoje o privilégio exclusivo dos usuários, e é justamente contra a usura que todo mundo investe. Enquanto isso, na hora do amor, todo mundo deve ficar caladinho...<sup>84</sup>

Essa crônica é exemplar ao que tange as complexidades e sobre a capacidade/habilidade do cronista em urdir muitos sentidos em um mesmo (curto) texto. Algo

---

<sup>84</sup> OLIVEIRA, José Carlos. Ontem e hoje. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1968.

que nos remete, também, para o público leitor que tinha de ser capaz de “decifrar” esses sentidos, produzir outros e dar vida imaginativa ao escrito. Consideramos, afinal, que Carlinhos faz algo semelhante ao que, de acordo com Marília Rothier Cardoso, fazia o cronista Machado de Assis. De acordo com a autora a “assinatura que se repete, semanalmente, numa coluna de jornal, deve estar na moda e tratar de moda”. No entanto, alguns desses cronistas produzem

textos que seduzem o leitor para um jogo intrincado. Aí, o olho frívolo se fixa no brilho das toaletes, na aparência dos edifícios, nas *vitrines*, na superfície das expressões, nos espetáculos. Enquanto isso, a mão cruel vai recortando fragmentos onde se revelam o ridículo, o grotesco, o ilusório, o opressivo.<sup>85</sup>

Esse, como dito, nos parece ser o caso de Carlinhos Oliveira que “capta” a atmosfera de seu tempo e o transforma em um comentário “curto ou não propriamente breve, para jornal de cidade grande, onde os leitores têm pouco tempo para ler e gostam de encontrar, no meio do noticiário sério (...) a brecha amena, sensível, do tom pessoal, individual”.<sup>86</sup> Lembramos que durante a ditadura militar os veículos de comunicação, entre os quais o *Jornal do Brasil*, se encontravam subjugados (por conveniência político-financeira ou por receio dos órgãos de repressão) às orientações do que deveria ou não ser publicado. É sobre esse cenário no qual havia uma constante vigilância em relação ao conteúdo dos jornais que Belisa Ribeiro, ao escrever suas memórias acerca do *JB*, afirmou: “era uma época de linguagem subliminar, de subtexto, para você conseguir passar as coisas, e quem conseguia isso era o *Caderno B*. A censura não estava focada ali, estava focada na primeira página, na política, na economia”.<sup>87</sup>

As crônicas de Carlinhos Oliveira, que estavam alocadas no Caderno B desde 1961, de acordo com Belisa, passaram por uma metamorfose, a saber, “suas crônicas, no início da década de 1960, eram mais intelectualizadas. Foram ficando mais debochadas, e, em fevereiro de 1968, ele imortalizou o termo ‘Patetocracia’”.<sup>88</sup> No que a referida autora vê como uma mudança de “mais intelectualizadas” para “mais debochadas”, nós avaliamos ser uma alteração estilística impulsionada pelo o que ocorreu na esfera da política institucional, em especial, o acirramento e recrudescimento que se seguiu à ditadura de 1964. Se Carlinhos escrevia de modo mais intelectualizado e migrou para o deboche, se deve, acreditamos, a uma

---

<sup>85</sup> CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: CANDIDO, *op. cit.*, p. 138.

<sup>86</sup> LOPES, Tele Porto Ancona. A crônica de Mario de Andrade: impressões que historiam. In: CANDIDO, *op. cit.*, p.167.

<sup>87</sup> RIBEIRO, Belisa. *Jornal do Brasil, história e memória*: os bastidores das edições mais marcantes de um veículo inesquecível. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 101.

<sup>88</sup> Idem, p. 122.

opção tática e astuciosa para burlar as estratégias utilizadas pelo autoritarismo estatal e suas ramificações na sociedade. Escolha feita pelo autor, mas que também recai sobre os seus leitores, uma vez que eles, também, eram “obrigados” há se movimentar constantemente à caça dos sentidos – recriando-os, inclusive – presentes na textualidade.<sup>89</sup>

Exemplo dos jogos com as palavras e como o autor maneja a sua escrita para alertar as estratégias de controle dos sentidos dos discursos que circulavam naquela sociedade, podem ser notados em “As palavras e o que elas significam”, publicada em 27 de julho.

“Estou com fome” – Queixa de um típico separatista de Biafra, cidadão de quatro anos de idade. “Quero liberdade” – Últimas palavras de um cidadão tcheco-eslovaco decididamente corrompido pelo imperialismo americano. “Este governo não é nada legal” – Palavras escritas numa prisão grega por um comunista asqueroso. “Só as reformas profundas impedirão a revolução violenta” – Alegações de um subversivo nordestino, ateu, materialista, fantasiado de sacerdote cristão. “Quero estudar” – Desejo de um menino carioca subvencionado por Fidel Castro. “Com estes salários não se pode viver” – Agente de Pequim, apanhado, ainda vivo, numa fábrica de São Paulo. (...) “Nem tudo é perfeito na União Soviética” – Assim escreveu um poeta contaminado pela ideologia burguesa. Encontra-se ele, agora, fazendo autocrítica, na forma de trabalhos forçados num campo de concentração. “Vamos ao teatro?” – Incitamento à subversão das instituições vigentes, pronunciado em plena PUC por uma estudante de Jornalismo. “*Make Love, not war*” – *Slogan* de um norte-americano que se aproveita da liberdade em seu país, para induzir o povo a crer que está havendo agressão no Vietnã. Insubmissão: cana nele. “Não sei nadar” – Contra-revolucionário chinês, incapaz de aproveitar as luminosas lições contidas no livrinho vermelho de Mao Tsé-tung. “A Igreja está com o povo” – Intelectual católico, pervertido

---

<sup>89</sup> Quando nos referimos a “tática”, “astúcia” e “estratégia” remetemos às conceitualizações de Michel de Certeau. De acordo com ele: “Denomino de ‘estratégia’ o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável em um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (...) Denomino, ao contrário, ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um *próprio*, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “*próprio*” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho (...) Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição. (...) Para descrever essas práticas cotidianas que produzem sem capitalizar, isto é, sem dominar o tempo, impunha-se um ponto de partida por ser o foco exorbitado da cultura contemporânea e de seu consumo: a *leitura*. (...) a atividade leitora apresenta (...) todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectação de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera. Mas incapaz de fazer um estoque (salvo se escreve ou ‘registra’), o leitor não se garante contra o gasto do tempo (ele se esquece lendo e esquece o que já leu) a não ser pela compra do objeto (livro, imagem) que é apenas o *ersatz* (o resíduo ou a promessa) de instantes ‘perdidos’ na leitura. Ele insinua as astúcias do prazer e de uma reapropriação no texto do outro: aí vai caçar, ali é transportado, ali se faz plural como os ruídos do corpo. Astúcia, metáfora, combinatória, esta combinação é igualmente uma ‘invenção’ da memória. Faz das palavras as soluções de histórias mudas”. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 46-49

pela doutrina de violência e caos formulada pela ditadura castrista. “Eu gostaria de fazer uma boa farra, qualquer noite destas, em alguma cervejaria de Berlim Ocidental” – Confissão, obtida sem tortura da Alemanha Ocidental em atividades na Alemanha Oriental. “A eleição direta resolveria metade dos problemas” – Membro da extinta *frente ampla*, que sonha com o retorno do governo corrupto e subversivo de João Goulart, e de seu cunhado Brizola. “Quero viver” – Pretensão de um judeu nascido no falso Estado de Israel, e que ali foi colocado pelos imperialistas ianques. “O povo não está satisfeito com o Governo. Isto salta aos olhos” – Jornalista brasileiro empenhado na deformação dos fatos, a fim de possibilitar a derrocada das instituições.<sup>90</sup>

O próprio nome dessa crônica – “As palavras e o que elas significam” – já indica a ironia com a qual o cronista abordou questões prementes do seu tempo. Por meio da marca gráfica das aspas que delimitam as expressões/dizeres e a tradução que lhes seguem, os seus significados, são indicativos que os sentidos foram invertidos deliberadamente. Assim, as preocupações dos militares e seus apoiadores em desmoralizar movimentos sociais, pessoas e aquilo que de algum modo se esboçava como grupo ou pensamento de resistência política ganham na máquina de escrever de Carlinhos certa jocosidade. Efeito semelhante ocorre com o cenário internacional. O mundo de significados-significantes não é outro além de absurdo e sujeito a múltiplas manipulações, parece sugerir o cronista. É nesse sentido que para nós, Carlinhos Oliveira faz da sua escritura em 1968 um ato de resistência e de reflexão em um momento em que muitos canais careciam de liberdade para fazê-las. Entre elas, provavelmente, a universidade, desbaratada pelos expurgos e pelo controle dos conteúdos das disciplinas, mas também acomodada aos parâmetros dos governos militares<sup>91</sup>, e a grande imprensa.

Em um momento no qual não havia espaços para uma resistência democrática institucional, a crônica, assim como a literatura e o jornalismo alternativo, se tornaram trincheiras de onde alguma informação, em geral altamente calibrada por aspectos subjetivos, poderia circular, dando amostras sobre as aflições, anseios, disputas sociais então em voga. Isso pode ser percebido nas narrativas mais “nobres”, feitas para perdurar e se tornar, de certo modo, lugares de memória da resistência.<sup>92</sup> Mas, a princípio, esta não parece ser a função de

---

<sup>90</sup> OLIVEIRA, José Carlos. As palavras e o que elas significam. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1968.

<sup>91</sup> Sobre o ambiente das universidades e a vida acadêmica brasileira durante o período da ditadura militar (1964-1985) conferir: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>92</sup> Nesse sentido, um trabalho importante que aborda alguns romances produzidos durante a ditadura militar de 1964, entre outros é o de DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

um gênero híbrido como a crônica, atrelada ao jornal e que, para Pesavento, “não é feita para durar e, assim como é consumida, pode, por sua vez, ser esquecida”.<sup>93</sup> Ou seja, para a autora:

Devorada pela velocidade do progresso, a crônica é, por sua vez, a forma de registro que não aspira permanecer na memória, tal como as notícias de jornal, que, uma vez lidas, são comentadas, esquecidas ou delas se guarda uma vaga lembrança desta ou daquela ideia ou imagem. Mas, nesta leveza do ser, não tiraria a crônica a sua própria força, adequada ao gosto dos leitores, de quem estaria próxima?<sup>94</sup>

Entretanto, e quando o cronista, por hipótese, aspira permanecer na memória? E quando ele, conforme apontou Arrigucci Jr, que “está mais perto dos fatos do dia do que da tradição oral ou histórica, como comentarista que é dos fatos do cotidiano (...) retoma, por assim dizer, a *persona* de seus ancestrais”? É nesses casos que a crônica escrita por esse sujeito, sugerimos, extrapola a fugacidade à qual está “condenada” para se tornar um artefato que pode ser lido não apenas como fonte *stricto senso*, status documental que é por princípio para o historiador, mas como uma modalidade de escrita da história.

Para nós, nesse sentido, antes mesmo de promover as distinções entre a escrita/narrativa da história e a escrita/narrativa ficcional, na qual por ventura a crônica se enquadraria, preferimos considerar suas semelhanças. Assim, acreditamos que ambas poderiam ser aproximadas a partir da “representância”, conceitualmente definida como a “representação historiadora”, conforme Paul Ricoeur. Entretanto, ainda de acordo com o filósofo, embora as narrativas ficcionais (romanescas) e as definidas como históricas mobilizem estratégias – ou até podem fazê-las – de inteligibilidade semelhantes, o “pacto” travado entre uns e outros autores e leitores é diferente, pois “o autor e o leitor de um texto histórico convencionam que se tratará de situações, acontecimentos, encadeamentos, personagens que existiram realmente anteriormente, isto é, antes que tenham sido relatados”.<sup>95</sup>

Para Ricoeur, a operação historiográfica requer que, para que os leitores não sejam confundidos em um ato entre o “convencer” e “fazer acreditar”, portanto, abusando de sua confiança, o historiador adote o que ele chama de fase “escriturária”. Procedimento, então, pelo qual o pesquisador ao remeter “a arte de escrever às ‘técnicas de pesquisa’ e aos ‘procedimentos críticos’”<sup>96</sup> utilizados para a composição daquela intriga elucide o leitor de suas opções teórico-metodológicas. Esta seria a diferença cabal entre a operação

<sup>93</sup> PESAVENTO, Sandra. *op. cit.*, 1997, p.31.

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Unicamp, 2007, p.289.

<sup>96</sup> Idem, p.292.

historiográfica, a representância por ela produzida, e outras formas de narrativas: a pretensão à verdade da história.

Tal pretensão à verdade da escrita da história aponta, também, para a existência de uma referencialidade que ultrapassa o limite textual-linguístico.<sup>97</sup> A chamada “pulsão referencial” se torna, assim, um componente importante e necessário, juntamente com o “pacto do leitor”, a definir a operação historiográfica. E a referencialidade é construída por meio dos documentos que, por sua vez, para Ricoeur, têm caráter de testemunhos.

De fato, está no cerne da prova documental a força do testemunho que se expõe. E não vejo como se poderia remontar além da tríplice declaração da testemunha: 1) Estava lá; 2) Acreditam em mim; 3) Se não acreditarem, perguntam a outra pessoa. Caçoarão do realismo ingênuo do testemunho? É possível. Mas isso seria esquecer que o germe da crítica está implantado do testemunho vivo, até o último enigma do que se dá, sob o nome de rastro, como o efeito-signo de sua causa. Ocorreu-me dizer que não temos nada melhor do que a memória para certificar a realidade de nossas lembranças. Dizemos agora: não temos nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado.<sup>98</sup>

O cronista, também, constrói a sua narrativa a partir de testemunhos. Sejam eles atribuídos a outrem ou a si mesmo<sup>99</sup>, marcações linguísticas como “eu vi; estávamos; ouvimos” entre outras, que se encontram em abundância nas crônicas de Oliveira, por exemplo, surgem na trama para validar e conferir verossimilhança ao relatado. Por sua vez, o testemunho – tomado da perspectiva de um documento/monumento – é a base da chamada “história do tempo presente”.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> De acordo com Felipe Narita: “A questão da referencialidade do texto de história situa a construção do conhecimento histórico em um campo escriturário que se fundamenta na tomada de um referencial extralingüístico necessário para posicionar a configuração narrativa no interior da exigência veritativa da escrita da história”. NARITA, Felipe Ziotti. Notas sobre o problema da “representância” em Paul Ricoeur. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 125, 2011, p.129.

<sup>98</sup> RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p.292-293.

<sup>99</sup> Conforme declaração de Carlinhos: “Nunca escrevi sobre algo que não tenha vivido! Só escrevo sobre experiências reais. Minha fantasia é nas palavras” PASQUIM. *Op. cit.*, p.29.

<sup>100</sup> Segundo Carlos Fico: “Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico. De fato, a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir. A principal delas diz respeito ao estatuto do testemunho. Em termos gerais, pode-se dizer que, desde a Antiguidade, o testemunho do historiador era a segurança de credibilidade para a história, especialmente o testemunho ocular, garantia de que se trabalhava com fatos que presenciáramos com “nossos próprio olhos” e não apenas de que “ouvíramos falar”, como mencionou Isidoro de Sevilha. A ênfase no *videre* também foi reiterada por São Jerônimo e outros autores da Idade Média. Para São Beda, a história deveria ser feita a partir de três fontes: os documentos抗igos, a

Ora, não seria a crônica produzida por Carlinhos Oliveira uma tentativa de constituir uma interpretação do seu tempo? A escrita da crônica que se faz e apropria do acontecimento, do imediato, do singular para universalizar as experiências humanas por meio da reflexão e criatividade de um sujeito não seria, pois, uma forma de compreender os homens e suas sociedades no tempo? E mais, no seu (dele) tempo?

Esta, a perspectiva de uma história do tempo presente que, além do mais, tem no acontecimento histórico uma força motriz, seria uma via possível de aproximação entre a

---

tradição “dos maiores” e o seu próprio conhecimento (*mea ipse cognitionescirepotui*) – o que mescla o ver e o testemunhar. Tal convicção ancestral não foi inteiramente abandonada, como se vê em Eric Hobsbawm, que se considera mais capacitado para compreender os episódios do século XX do que um jovem historiador que não os viveu. Esse otimismo longevo, entretanto, vinha sendo questionado desde o século XVIII e sofreria grave interdição no XIX quando Leopold von Ranke, já octogenário, tomou uma posição definitiva contra à História do Tempo Presente (que ele praticara quando mais jovem). Ele renunciou às reflexões políticas sobre os acontecimentos de sua época. Ranke, havia algum tempo, construíra paulatinamente a convicção de que o historiador somente alcançaria objetividade quando se afastasse do turbilhão dos acontecimentos recentes. Referindo-se a Georg Gervinus – que havia lançado uma polêmica introdução à história do século XIX – disse: “Gervinus destruiu o presente”. Depois de aposentado, quando escreveu um texto sobre Frederico Guilherme IV, afirmou que faria apenas poucas considerações sobre o monarca prussiano porque as “simpatias e antipatias concorrentes” ainda intervinham “diretamente no presente”. Assim, Ranke sublinhou as supostas distorções factuais, ilusões e ignorância de “qualquer um que queira escrever a história do seu próprio tempo”, a “mais abrangente, mais pretensiosa e ainda mais perigosa tarefa a que pode ousar um autor preocupado com a verdade”. Essa interdição do tempo presente perduraria com força, inclusive após o término do predomínio da escola metódica rankeana. Na verdade, ainda hoje persiste alguma suspeita contra a história que não tenha um bom recuo temporal, na medida em que isso impossibilitaria a análise imparcial dos fenômenos. Muitas vezes se confunde recuo temporal e perspectiva (no sentido de ângulo ou ponto de vista): “a distância cronológica estabiliza a perspectiva”, disse Eric Hobsbawm, mesmo sendo evidente que o recuo temporal não conduz necessariamente a uma análise isenta de perspectiva, já que se pode analisar um objeto muito recuado no tempo a partir de diversos enfoques. (...) Inúmeros historiadores corroboraram o anseio objetivista, como Fustel de Coulanges, para o qual nosso olhar sobre o presente é sempre tendencioso por causa de interesses pessoais, preconceitos e paixões: “Compreendemos melhor os acontecimentos e revoluções dos quais nada temos a temer nem nada a esperar”, disse. Foi a rejeição do subjetivismo em favor da busca pelo historiador de uma pretensa neutralidade ou imparcialidade – a “*parfaitindépendance de son esprit*”, longe das injunções políticas ou morais – que afastou a História do Tempo Presente da “esfera do conhecimento acadêmico rigoroso” Assim, o paulatino descrédito da tradicional história do tempo vivido afetou gravemente o papel da testemunha ocular. O historiador presente aos acontecimentos, outrora o fiador da narrativa verdadeira, tornou-se suspeito de envolvimento, de tendenciosidade. Desde então, assumiu preponderância heurística o documento escrito, sobretudo o oficial, especialmente aquele nobilitado pela pátina do tempo. Esse é um aspecto mais conhecido: após o predomínio quase fetichista do documento desse tipo no final do século XIX e início do século XX, algumas correntes, como a Escola dos Annales, contribuíram para a ampliação do rol de fontes utilizadas pelo historiador. Além disso, a reabilitação da História do Tempo Presente, em novos moldes, após as grandes guerras mundiais, introduziu o relato testemunhal como um dado essencial para a compreensão daqueles conflitos. A Primeira Guerra Mundial já havia despertado algum interesse nesse sentido, mas a segunda foi mais importante. No pós-guerra, vários institutos foram criados com o propósito de conservar documentos e depoimentos, mas os temas característicos da História do Tempo Presente – como a deportação de judeus ou a problemática da memória – só se tornariam marcantes a partir dos anos 1980. Assim, praticamos, hoje, uma História do Tempo Presente bastante distinta da que prevaleceu na Antiguidade e Idade Média e perdurou de algum modo até a interdição estabelecida por Ranke. Após uma fase de busca de legitimação posterior à Segunda Guerra Mundial, o recurso às fontes orais e à temática dos eventos traumáticos tornou a questão do testemunho proeminente. Muito dessa história se fez a partir do depoimento dos que sobreviveram a aqueles eventos. Frequentemente, isso se deu com o propósito explícito (e político) de se evitar o esquecimento. A velha questão teórica da perspectiva transparece, muito embora esse debate não tenha animado os historiadores”. FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. In.: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan/jun 2012, pp.44-47.

escrita da história e a crônica. Além disso, há de se considerar que os discursos, historiográficos ou não, são por si mesmos acontecimentos, um evento que irrompe, desponta em meio a um emaranhado de tantos outros discursos que são igualmente acontecimentos de dada temporalidade, mas que ao serem lidos como narrativas são sempre capazes de reintroduzir o vivido, a experiência e, portanto, de acionar/recriar uma memória social.

Nesse sentido é necessário constar que os meios de comunicação têm na contemporaneidade um lugar privilegiado como dispositivos capazes de organizar e hierarquizar essa memória social. Lembramos com Pierre Nora que a própria mística de 1968 nasce da influência dos meios de massa. De acordo com o historiador, o Maio de 68 contribuiu para o “retorno” do acontecimento – chamado por ele de “acontecimento monstro” por sua dimensão/extensão, portanto, gerador de outros acontecimentos e gestor de plurissentidos. Ainda conforme Nora, 1968 teria, para além da revolta estudantil ocorrida na França e em outros países, evidenciado que são aos “*mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar”.<sup>101</sup> Nesse sentido, o autor nos chama atenção para a relação simbiótica existente entre os meios de comunicação e os acontecimentos. Esses não *existem* sem aqueles. Relação explicitada por François Dosse da seguinte maneira: “cada vez mais, é através delas [as mídias] que o acontecimento existe. Para ser, o acontecimento deve ser conhecido, e as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência”<sup>102</sup>.

A crônica-acontecimento, se tomada como tal, de Carlinhos Oliveira e publicada em 1968 no *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, nos reinsere em uma experiência social não muito distinta da nossa atualidade. Embora o tempo seja outro, nós ainda podemos reconhecer nas críticas e ironias do cronista, um Brasil que permanece – o que não significa que seja o mesmo, claro – em busca de uma instituição capaz de nos ludibriar.

Hoje entro de férias. A sensação é curiosa: quando chegarmos ao fim desta crônica, será como se eu puxasse uma tomada, interrompendo o contato hipnótico com os leitores. Em seguida, sem me comprometer, poderei tomar conhecimento das coisas que acontecem neste mundo endiabrado. Os russos e os americanos chegarão à lua sem o meu aval, mas também sem o meu protesto. Os egípcios travarão um novo duelo de artilharia com Israel, porém desta vez os judeus não poderão contar comigo: estarei mergulhando na água

---

<sup>101</sup> NORA, Pierre. O retorno do fato. In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 181.

<sup>102</sup> DOSSE, *op. cit.*, p.260.

do mar, anti-semiticamente alienado. E coitado do Presidente Costa e Silva, que vai passar um mês sem ler Carlinhos Oliveira! Onde encontrará ele inspiração para os seus discursos, e ânimo para continuar salvando o Brasil? Olhem lá: um navio passando e eu tomando sorvete na beira do mar. É a vida que pedi a Deus. Uma lei trabalhista particularmente simpática proíbe que eu, durante vinte dias, colabore no progresso do meu país. Ficarei de papo para o ar, enquanto vocês se subdesenvolvem... (...) Nas minhas férias, construirei uma fábrica de ilusões. Vou abarrotar o mercado com as minhas ilusões, fabricadas com capital 90 por cento brasileiro e 10 por cento alienígena. Todos aqueles que se consideram desiludidos com o atual Governo passarão a viver iludidos. O próprio Governo, por seus Ministros e Sinistros, poderá requisitar toneladas de ilusão. A irrealidade tomará conta da nossa pátria, choverá feijão preto em Mato Grosso, o Exército e o povo unidos marcharão para o futuro. Vladimir Palmeira será nomeado adido cultural em Pequim, Marighela devolverá o dinheiro, a Rainha da Inglaterra fixará residência em Petrópolis, e assim por diante. O que está faltando a este país é justamente a Ilusobrás, o sonho fabricado sem descanso, um ópio para o povo sofrido. O salário mínimo será de quinhentos contos de irreais, e os ricos ficarão ilusoriamente mais pobres, conforme manda o figurino. Como dizia Fernando Pessoa, tudo vale a pena, se alma não é pequena. Quem quer passar além do Bojador, tem que passar além da dor. Crianças: nunca veremos nenhum país como este. Olha que céu, que mar, que luzes, que floresta. Até breve!<sup>103</sup>

Carlinhos Oliveira nos deu mostras do que ele pensava sobre o Brasil e o mundo em 1968. Sutilmente ou não ele abordou em suas crônicas – ou ensaios, poemas... entre outras possibilidades como gostava de (in)definir – as marcas de um tempo de autoritarismos, de conflitos bélicos, sociais e culturais. Mas também um tempo de alguma esperança, no caso do cronista depositada especialmente sobre uma juventude que na perspectiva dele poderia ser verdadeiramente transformadora das relações e dos padrões comportamentais. Por fim, Carlinhos esteve em sintonia com os anseios e receios do seu tempo e fez de sua escritura uma ação política. Ao seu modo, com ironia, acidez e trampolinagem ele se opôs a ditadura militar brasileira, mas também se colocou contrário a qualquer tipo de sistema político-ideológico que para ele poderia resultar em perdas de liberdade e direitos. Oliveira fez, assim, da crônica um instrumento de análise para aquele contexto e nos relegou, quase 50 anos depois, as impressões de um tempo recente, ainda que traumático.

---

<sup>103</sup> OLIVEIRA, José Carlos. As férias do Sr. Charlot. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1968.

## Considerações finais

Esta dissertação partiu do interesse em analisar as representações, ou aspectos e, talvez ainda, espectros de 1968 presentes nas crônicas de José (Carlinhos) Oliveira publicadas pelo *Jornal do Brasil* nesse mesmo ano. A tarefa não foi das mais fáceis, dada à complexidade inerente de um gênero híbrido, mas, sobretudo, pelos próprios desafios impostos pela escrita performática do cronista.

De todo modo, em busca de responder ao nosso objetivo, a saber, como Carlinhos Oliveira ao exercitar o ofício de cronista representou 1968, tentamos traçar um percurso metodológico que evitou privilegiar uma leitura das crônicas apenas em sua intratextualidade. Ao contrário, buscamos relacioná-las com o seu lugar social de produção como forma de salientar a existência de uma realidade histórica atravessada pelo autoritarismo vigente sob a ditadura militar, mas realidade que, também, engendrava formas de resistência, de sobrevivência como aquelas realizadas pelo próprio cronista por meio de sua escrita ou narradas por ele.

1968 emerge das crônicas de Carlinhos com uma riqueza temática que é indiciária da própria diversidade do cotidiano do cronista e, por extensão, da conjuntura histórica pela qual o país passava. Nesse sentido, através do olhar dele pudemos avaliar um pouco da dimensão da ditadura militar brasileira em um momento limiar para o governo Costa e Silva: período marcado por uma crescente tensão social expressa em confrontamentos entre uma ainda existente oposição/resistência democrática, uma nascente oposição guerrilheira e os órgãos de repressão. É flagrante nesse cenário, para além dos confrontos registrados por Carlinhos, sobretudo, nas crônicas que se ocuparam do movimento estudantil versus a polícia, as múltiplas versões para fatos históricos que circulavam na sociedade em relação ao golpe de 1964.

Exemplo disso são os motivos do próprio golpe civil-militar e do destino de algumas personagens políticas que ofereceriam possível oposição aos governos dos generais. Essas versões, ilustradas pelo cronista e que podem ser confrontadas pelo discurso oficial produzido e sustentado pelos golpistas e seus apoiadores, sinalizavam já naquele momento para uma disputa da memória acerca do regime. Carlinhos satirizou, dessa forma, a deposição de João Goulart motivada e justificada por uma iminente invasão de marcianos e, jocosamente, traçou o perfil de líderes como Dom Hélder Câmara, Juscelino Kubistchek, o próprio João Goulart e Carlos Lacerda (esses três

últimos criadores da *Frente Ampla*). Por diversas vezes ele satirizou, também, as contradições da figura do presidente-ditador Artur da Costa e Silva. Consideramos, assim, ao ironizar com frequência a situação política do país em 1968, Carlinhos explorou as nuances e as incoerências (que são intrínsecas aos sujeitos e a realidade histórica), embora muitas delas marginalizadas ou simplesmente suplantadas por uma historiografia ainda refém das coerências e explicações causais.

Não que o próprio Carlinhos em sua provável ânsia em escrever sobre os fatos cotidianos e tecer interpretações sobre eles não tenha incorrido em generalizações e análises superficiais acerca do processo histórico – certamente ele fez isso nas crônicas sobre o movimento estudantil e as ‘rebeliões’ juvenis, por exemplo. A juventude e os movimentos ligados a ela, aliás, sobressaem tematicamente do restante do *corpus* montado por nós como uma categoria a parte. Mesmo para o cronista ela parece ser relevante, considerando-se, a quantidade de vezes que se debruçou sobre o assunto. Esse tipo de percepção acrescida da análise realizada especialmente no primeiro capítulo desta dissertação é que nos permite afirmar que para Carlinhos, os jovens compunham um grupo social vital para o que o ocorria em 68. Grupo que era considerado pelo cronista – dada as esperanças projetadas sobre ele – espécie de força motriz a impulsionar as transformações necessárias e de algumas que ocorriam naquele momento. Esperança, ademais, que não nos parece unicamente do cronista e sim de toda uma geração que decepcionada pelo comunismo histórico, descrente na possibilidade de uma revolução conduzida apenas pelo proletariado, mas igualmente descontente com os rumos das democracias liberais e capitalistas, depositava naqueles que questionavam todos os sistemas e autoridades a capacidade de algo novo. Assim, seria pelos jovens insatisfeitos com a realidade histórica que um mundo melhor e menos polarizado se efetivaria... Tudo era mais complexo do que se supunha, evidentemente.

E nós mesmos, na tentativa de produzir uma trama em conjunto com o cronista que possibilitasse analisar 1968, possivelmente caímos e produzimos armadilhas com análises conjunturais rasas, totalizantes e/ou apagamos certas contradições em benefício da (almejada) inteligibilidade da escrita da história. No entanto, em outros tantos momentos parece que conseguimos, ao explorar os muitos recursos da crônica, problematizar, salientar e matizar referências histórico-culturais e mesmo aspectos sentimentais de Carlinhos Oliveira, mas não só dele, nesse ano que passou à história contemporânea como um acontecimento.

No bojo dessa discussão, procuramos abordar aspectos chaves de 1968 como a guerra do Vietnã e o conflito ao qual ela estava relacionada: a Guerra Fria. A partir do que escreveu o cronista registramos a atmosfera envolta às macro-disputas ideológicas e geopolíticas entre soviéticos e norte-americanos. Mas por Carlinhos escrever a partir de uma realidade brasileira e contrastada por ela, tal atmosfera pôde, principalmente, ser interpretada em uma dimensão mais próxima da vida ordinária. Portanto, o medo do presente e o receio de um futuro, ou da ausência dele, influenciados pela existência do assombroso arsenal atômico das duas grandes potências rivais (Estados Unidos e União Soviética) e seus países satélites ganharam contornos mais nítidos quando materializados nestas narrativas realizadas ao “rés-do-chão” como é a crônica. E o ganharam porque o cronista estabeleceu uma linha dialógica entre a realidade internacional e o cotidiano no qual estava imerso. Assim, o dialogismo dessas duas realidades – que a bem da verdade seriam apenas faces de uma mesma figura geométrica – expostas em um mesmo contexto é o que nos permitiu entrever compassos e descompassos entre universos culturais e políticos diferentes, mas relacionáveis, como eram Brasil, França e Tchecoslováquia, por exemplo. Foi, pois, por meio da escrita e da trama urdida que o cronista buscou estabelecer comparações, preencher lacunas ou enfatizá-las. Os eventos no plano internacional, desse modo, fizeram sentido por aquilo que continham de elementos locais. Talvez, por ter essas características, as crônicas publicadas por Carlinhos em 1968 não nos parecem hoje desconexas da realidade de seu público leitor à época, mas isso não passa de uma hipótese levantada de última hora.

Se 1968 se tornou um ano relevante por aquilo que aconteceu no âmbito da política institucional, dos conflitos por direitos, insurreições e manifestações, ao que tange à cultura e as mudanças comportamentais – que também são políticas – ele não foi menos importante. Carlinhos Oliveira acompanhou e narrou alguns desses aspectos como a politização do campo artístico e do público dos festivais musicais, a ação da censura e as disputas ideológicas que atravessavam toda essa produção. Nesse sentido, ele não poupou críticas aos defensores de uma arte genuinamente popular e brasileira, como também defendeu abertamente as propostas estéticas e comportamentais dos tropicalistas. Em meio a isso ele problematizou – ou denunciou – o que seria uma tentativa de domínio de certos grupos de esquerda sobre as produções artísticas. Grupos e sujeitos que ao monitorarem o campo artístico não realizaram outra coisa além de patrulhamento ideológico, portanto, atitudes e ações que eram repudiadas pelo cronista, acreditamos.

Carlinhos, como já dito, também registrou algumas das mudanças comportamentais que ganhavam corpo na década de 1960, especialmente, as relacionadas ao universo da sexualidade feminina. Estender essas mudanças a um país tão heterogêneo quanto o Brasil seria um exagero, mas é patente que em 1968, ao menos nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, as mulheres jovens divisavam ou experimentavam a possibilidade de serem “libertadas” pela pílula anticoncepcional e pela minissaia. É claro que a questão é mais complexa do que essa simples afirmação. Entretanto, não deixa de ser inquietante, além de divertido, ler e perceber nas crônicas de Oliveira as contradições e hipocrisias de uma sociedade que se modernizava em vários aspectos, mas cujo lastro conservador se mantinha. Manutenção, aliás, que estava em consonância com os objetivos e com o ideário dos governos do período militar.

Se por um lado as crônicas escritas por Carlinhos e publicadas originalmente pelo *Jornal do Brasil* em 1968 funcionam como um caleidoscópio a conferir a cada jogo de combinações um novo colorido sobre a realidade histórica desse ano, por outro elas também revelam algumas características de quem compôs esse intrincado instrumento óptico: o cronista. Cientes que toda atividade de escrita deixa rastros de uma subjetividade – que em muitos casos se subjetiva por meio da própria escrita – tentamos traçar um perfil, portanto, por definição semântica incompleto, dessa persona que é Carlinhos Oliveira. Mais uma vez tratou-se de uma tarefa difícil. Tentar normatizar, afinal escrever sobre alguém é isso, uma figura que se (re)faz com tanta desenvoltura em cada crônica mostrou-se um exercício árduo e em alguns momentos impossível de ser realizado. Ainda assim procuramos salientar determinadas características dessa personagem de si mesmo que era o cronista Carlinhos Oliveira: orgulhava-se de ser identificado como boêmio, irreverente, crítico, um pária entre os intelectuais, mas também se sentia incompreendido e subestimado como escritor e, talvez, por isso, manifestava-se como um ressentido. E nesse caso é válido ressaltar que quando afirmamos no decorrer desta dissertação que Carlinhos tinha esta ou aquela visão de mundo, manifestava este ou aquele sentimento e se revelava possuidor desta ou daquela característica pessoal, tratava-se apenas de uma percepção discursiva. Ademais, não temos elementos para tanto e nem era nosso objetivo “averiguar” a verdade biográfica dele, afinal.

Há, ainda, no caso das crônicas uma dinâmica intrínseca ao gênero que expõe a existência de uma linha tensa, embora tênue, entre o que seria mera ficção e/ou capacidade imaginativa do cronista e o que seria a “vida real”, o “de fato” acontecido. É

esse tipo de tensão que o cronista explorava. Carlinhos Oliveira, por exemplo, brincava com a verossimilhança quando narrava a si mesmo a partir de uma terceira pessoa e ao fazer referências a pessoas e lugares reais. Mas ainda assim ele brincava sobre uma realidade histórica. Pode-se radicalizar ou amenizar certas características, omitir e silenciar outras tantas, entretanto, a crônica por mais lírica, filosófica ou ensaística que seja está genuinamente ancorada no cotidiano.

Como produto de um cotidiano, portanto, a crônica é um artefato histórico. E como um produto que narra sobre o cotidiano ela é, também, uma modalidade narrativa da história, em especial da história do tempo presente, pois quem a escreve almeja compreender o seu tempo e o tempo dos seus. O cronista faz da crônica, mesmo irracionalmente, um lócus a partir do qual ao entrecruzar temporalidades, cronologias, ele cria uma trama que responde (ou tenta) os anseios e problemáticas dele, de determinados grupos e de uma sociedade.

Por fim, 1968 para e em Carlinhos Oliveira foi um ano de muitos acontecimentos políticos e culturais no Brasil e no mundo. Foi um ano de embates, confrontos, de acirramento das ações dos órgãos de repressão e da censura por parte da ditadura militar, mas também foi um tempo de perspectivas de mudanças e de esperanças depositadas, sobretudo para ele, na juventude rebelada. A crônica de Carlinhos, nesse sentido, funciona como uma espécie de barômetro histórico a registrar ao nível do cotidiano a pressão atmosférica de todo um período de oscilações, ainda que predominantemente autoritário. Contudo, é evidente que a história desse ano, assim como a história dele por meio do que escreveu o cronista do *JB* não poderia cessar com esta pesquisa. Seria impossível esgotar a infinidade de problemas, questões e visadas teórico-metodológicas neste trabalho. Fica aqui, portanto, a nossa contribuição sobre a temática, mas que outros trabalhos acerca do autor e da sua fragmentada e volumosa produção cronística sejam realizados.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A singularidade: uma construção nos andaimes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, EDUSC, 2007.

\_\_\_\_\_. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: BELLINI, Ligia; NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Everton Sales (Org.). *Tecendo Histórias: Espaço, política e identidade*. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ALVES, Márcio Moreira. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1996.

ANKERSMIT, Frank R. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: Editora da Universidade de Londrina, 2012.

ANGERMÜLLER, Johannes. *Análise de discurso pós-estruturalista - As vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers*. Campinas: Pontes, 2016.

ARAÚJO, Maria Paula. 1968, nas teias da história e da memória. In: *Clio - Revista de Pesquisa Histórica* - n. 26-1, 2008.

ARENKT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARRIGUCCI JR, David. *Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, Cláudia Chalita de. Eu só posso escrever sobre "mim" mesmo. In: *Outra Travessia - Revista da Pós-Graduação em Literatura UFSC*, nº 14. Florianópolis, 2012.

BENJAMIM, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDIDO, Antônio et al. (orgs.) *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no*

Brasil. São Paulo: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Maria Rothier. Moda na crônica: frívola e cruel. In: CANDIDO, Antonio et al. (orgs.) *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, Jacques Elias. Roda Viva (1968) de Chico Buarque: A dramaturgia e a cena teatral sob a ótica da crítica especializada. In. *Fênix- Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 1, ano 1. Uberlândia, 2004.

CASTRO, Celso et alii (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/Bom Texto, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação de Mestrado em História, USP. São Paulo, 2012.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. In: *Psicologia em Estudo*, vol. 5, n.2. Maringá/PR, 2000. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722000000200002>

CUNHA, Rodrigo de Moura. *Memória dos ressentimentos: a luta armada através do cinema brasileiro dos anos 1980 e 1990*. Dissertação de Mestrado em História. PUC-RIO, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DE MAN, Paul. Tradução Joca Wolff. Autobiografia como des-figuração. In.: *Sopro 71*, Desterro, maio 2012.

DINIZ, Deize Fernandes; BORIN, Maísa Augusta. Uma análise das funções de linguagem presentes em folders de campanhas sobre segurança no transito com base na teoria do lingüista Roman Jakobson. In. *Revista Linguasagem*. São Carlos: UFSCar, 2010, p.3. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao15/014.pdf>

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

\_\_\_\_\_. História do tempo presente e historiografia. In.: *Tempo e Argumento - Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, v.4, n.1, jan./jun, 2012.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra - da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FAEDRICH, Anna Martins. *Autofícções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea*. Tese de Doutorado em Letras, PUCRS. Porto Alegre, 2014.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. O museu da imagem e do som do Rio de Janeiro e a autenticidade na música brasileira (1960-1970). In.: *Contemporânea - Revista de Sociologia* da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVAO, Sérgio. Jornal do Brasil. In.: ABREU, Alzira et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. (O Brasil republicano, v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil republicano, vol.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. In.: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan/jun 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Ed. 13. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade* - curso no Collège de France (1975-6). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- \_\_\_\_\_. O que é um autor? In: *Ditos e escritos (III): Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GAIO, André Moysés. *Em busca da remissão: a mobilização militar pela democracia*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GODOY, Marcelo. *A casa da vovó*. Uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda e as ilusões da luta armada*. São Paulo: Ática, 1988.
- GONRING, José Irmo. A crônica e a escrita de si: Duas tentativas de um (des)acerto. In.: *REEL - Revista Eletrônica de Estudos Literários*. Vitória/ES, ano 10, n.14, 2014.
- HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. O Vietnã e a dinâmica da guerra de guerrilhas. In: HOBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebeldia e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- KURLANSKY, Mark. *1968: o ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- LAMARAO, Sérgio. Frente Ampla. In: ABREU, Alzira Alves et al (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.
- LOPES, Tele Porto Ancona. A crônica de Mario de Andrade: impressões que historiam. In: CANDIDO, Antonio et al. (orgs.) *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- LOPEZ, Luiz Roberto. 1968: ou como a política invadiu a cultura. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (org). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGC, 2003.
- LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de maio de 68. In.: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 84, maio de 2008. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp\\_lowyp.htm#\\_ftn1](http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowyp.htm#_ftn1) Acessado em: 02/11/2016.
- MAINIGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.

## REFERÊNCIAS

---

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

\_\_\_\_\_. *A rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, número 67, junho de 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200004>

MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia da tortura após o golpe militar. In.: *Cadernos Cedem*, v. 2. Marília/SP: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2011.

MELO, José Marques de. A crônica. In: CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (org). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e Simbolismo. In: ROSENTHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Paisagem, Imaginário, Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *As universidades e o regime militar - cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção*: engajamento político e industrial cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Anna Blume/ FAPESP, 2001.

NARITA, Felipe Ziotti. Notas sobre o problema da "representância" em Paul Ricoeur. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 125, 2011.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

OLIVEIRA, Eliene Rodrigues de. Artes e Memória: O caso dos Irmãos Naves. In: *Anais. I Encontro Internacional de Direitos Culturais*, Fortaleza/CE, 2012.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. In.: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>

PEREIRA, Antony W. *Ditadura e repressão*: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Crônica: a leitura sensível do tempo. In: *Anos 90*, número 7,

Porto Alegre, 1997.

\_\_\_\_\_. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. In.: *Nuevo Mundo Mundo Nuevos* (online), 2006.

PONGE, Robert; ZEMOR, Fernando. Da Primavera de Praga às barricadas de Paris. In. HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (org). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGC, 2003.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1988.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). In.: *Varia Historia*, vol. 28, nº 47. Belo Horizonte, jan-jun, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100002>

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In.: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

\_\_\_\_\_. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. O contexto de 1968. In. HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968 contestação e utopia*. Porto Alegre: UFRS, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

\_\_\_\_\_. et al. Tropicália: a contracultura na Música Popular Brasileira. In. *9º Encontro Nacional de História da Mídia*, Ouro Preto-MG, 2013.

RIBEIRO, Belisa. *Jornal do Brasil, história e memória: os bastidores das edições mais marcantes de um veículo inesquecível*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (tomo 1)*. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: entre a pena e o fuzil. In: *Revista ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun, pp. 185-195, 2007.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 2007.

SCHUMAHER, Shuma. Mulheres em cena! In: ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: Eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Juremir Machado da. 1964. *Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVEIRA, Diego Omar da. Os homens da igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al (orgs). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs). *Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

VARGAS, Andrea Quilian; BENCHIMOL, Ana Paula Fogaça; UMBACH, Rosani Ketzer. A mulher nos anos 60: frágil ou subversiva. In: *Revista Literatura e Autoritarismo*, Cascavel, n. 24, julh.-dez, 2014.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UnB, 1998

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968: Eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

### Fontes:

OLIVEIRA, José Carlos. Até Carolina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1968.

## REFERÊNCIAS

---

- OLIVEIRA, José Carlos. A solução final. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Assim também não. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. O maravilhoso mundo zero. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. A marca dos invasores. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. O olho. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. O próximo natal vai ser um estouro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Sim, não e talvez. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Sem açúcar e sem afeto. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. O artista amador. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Nós e a guerra. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Contra a censura, pela cultura. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Calma, rapaz. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Coisas que acontecem. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Um caso sério. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. O tropicalismo contra os hipócritas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Tropicalismo (II) mergulho na superfície. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Tropicalismo (III) por uma nova canção do exílio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1968.

## REFERÊNCIAS

---

OLIVEIRA, José Carlos. Todo Presidente da República, por sua própria natureza, será necessariamente um brilhante crítico teatral? *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de março de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Contra a Censura, a favor de “Romero Lago”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. O médico, o Brasil e o Monstro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Antes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Durante. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Depois da violência. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Os filhos devem educar os pais. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. A Igreja com o povo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. A padroeira dos ateus. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. O caso dos dois irmãos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Uma sugestão construtiva. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Dois perdidos numa tarde linda. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Melancolia no táxi. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. O sermão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Viva a Anarquia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. O desafio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Geração Discoteca. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Bob Kennedy e nós. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1968.

- OLIVEIRA, José Carlos. Os assassinos ficarão impunes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Um asterisco. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Ouvindo rádio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Uma cena cotidiana. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Diário da Avenida. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. O Presidente e o pirilampo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Uma questão de ética. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Movimento. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. A trama e a turma. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Ontem e hoje. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. As palavras e o que elas significam. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Os angustiados de Sousa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Ora, pílulas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. As amargas, sim. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Brigitte e o verão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Por que a esquerda festiva não toca fogo na bandeira soviética?. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. “Cálculos e erros dos inimigos da Theco-Eslováquia” (Tradução livre de um artigo do *Pravda*, de Moscou). *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Assim não vai. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Noite em lágrimas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Por um cinema bem escrito. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos de. Glauber Rocha em pé de guerra. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. A Sérgio o que é de Sérgio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Caetano e a vaia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. UUUU! Fora! Abaixo o comunismo! Viva a liberdade! Jurados ladrões!. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. “Que loucura”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. O Sabiá e a pílula. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Queremos Norma Bengel ilesa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. O mapa da Mina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Recomenda-se a destruição simultânea do Kremlin e da Casa Branca. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Por falar em Nixon... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. Três dias na vida de Carlinhos Oliveira. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. O convite. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 13 de novembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. A casaca. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 14 de novembro de 1968.

OLIVEIRA, José Carlos. As condecorações. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1968.

## REFERÊNCIAS

---

- OLIVEIRA, José Carlos. Um fantasma na Embaixada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. O momento supremo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. As férias do Sr. Charlot. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. Reflexões no vácuo produzido pelas férias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1968.
- OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia: Crônicas brasileiras, 1968*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.
- PASQUIM. Entrevista pauleira com Carlinhos Oliveira. In: *Pasquinzão de Natal*. Ano VIII, número, 390. Rio de Janeiro: Editora Codreci, 1976, pp 18-29.
- TÉRCIO, Jason. *Órfão da tempestade. A vida de Carlinhos Oliveira e da sua geração, entre o terror e o êxtase*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- \_\_\_\_\_ (org.). *José Carlos Oliveira*. Vitória, ES: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Diário Selvagem: o Brasil na mira de um escritor atrevido e inconformista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.